



Organizadores:

Fernando Ponte de Sousa

José Carlos Mendonça

Valcionir Côrrea

MEMÓRIA VIVA

RELATÓRIO I

Fernando Ponte de Sousa. Graduado em Sociologia Política (Escola de Sociologia Política de São Paulo), mestre e doutor em Psicologia Social (PUC-SP). Fez pós-doutorado em Sociologia Política na Universidade Complutense de Madri. Trabalhou na Universidade Estadual de Maringá (UEM), onde foi reitor, eleito diretamente pela comunidade universitária (1986). Desde 1993 leciona na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Coordenador do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro) e do Memorial dos Direitos Humanos (MDH). É autor de *Histórias inacabadas – um ensaio de psicologia política* (Editora da UEM) e *Política de memória histórica* (Editoria Em Debate).

José Carlos Mendonça. Graduado em História e Direito e mestre em Sociologia Política. Atualmente, é doutorando em Ciências Sociais (Unicamp). Desenvolve trabalhos como técnico e pesquisador no Laboratório de Sociologia do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina (Lastro/UFSC) e atua como coeditor da *Revista Em Debate*. Também é autor do livro *Além de partidos e sindicatos: organização política em Anton Pannekoek* (editado pela Achiamé em 2011).

Valcionir Corrêa é doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com estágio doutoral na Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Atualmente, está como professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC (subst.). Atua como pesquisador, extensionista e técnico no Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/CFH/UFSC) e no Laboratório Interdisciplinar de Ensino de Filosofia e Sociologia (Lefis/UFSC/SED).

Outros lançamentos de 2012

Capitalcracia: a crise como exploração e degradação

Valcionir Corrêa

Sociologia: conhecimento e ensino

Fernando Ponte de Sousa
(organizador)

Ensaio sobre história e política

Michel Goulart da Silva
(organizador)

Informatização e doenças psicossociais

Guillermo Alfredo Johnson

A violência e o poder de destruição do capital na Amazônia

Fiorelo Picoli

Os socialistas-revolucionários de esquerda na Revolução Russa

Coletânea de documentos

A pobreza humana: concepções, causas e soluções

Adir Valdemar Garcia

PUBLICAÇÕES DE 2011 EM CATÁLOGO:
<http://editoriaemdebate.ufsc.br/catalogo/>

MEMÓRIA VIVA

RELATÓRIO I

Copyright © 2012 Fernando Ponte de Sousa / José Carlos Mendonça / Valcionir Corrêa

Capa

Tiago Roberto da Silva

foto: Coletivo Muralha Rubro Negra

Editoração eletrônica

Carmen Garcez

Apoio

Middlebury College (EUA)

Catlogação na fonte elaborada pela DECTI da Biblioteca Central da UFSC

M533 Memória viva : relatório I / Fernando Ponte de Sousa, José Carlos Mendonça, Valcionir Corrêa, organizadores. – Florianópolis : Editoria Em Debate, 2012.
269 p.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-61682-99-6

1. Sociologia política. 2. Brasil – História – Revolução, 1964. 3. Ditadura e ditadores – Entrevistas. 4. Golpes de estado. 5. Resistência ao governo. I. Sousa, Fernando Ponte de. II. Mendonça, José Carlos. III. Corrêa, Valcionir. CDU: 321.6

==
2012
==

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate
Campus Universitário da UFSC – Trindade
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Bloco anexo, sala 301
Telefone: (48) 3338-8357
Florianópolis – SC

www.editoriaemdebate.ufsc.br

www.lastro.ufsc.br

FERNANDO PONTE DE SOUSA

JOSÉ CARLOS MENDONÇA

VALCIONIR CORRÊA

(organizadores)

MEMÓRIA VIVA

RELATÓRIO I

ALEXANDRO ANTUNES

JOÃO GABRIEL SANTOS

VAGNER BONI

(entrevistadores)

Florianópolis

UFSC

 **Editoria**
EM DEBATE

2012

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
MEMÓRIA POLÍTICA.....	11
ENTREVISTA 1 – AMADEU HERCÍLIO DA LUZ.....	17
ENTREVISTA 2 – CÉLIO ESPÍNDOLA	33
ENTREVISTA 3 – CELSO MARTINS.....	57
ENTREVISTA 4 – DERLEI CATARINA DE LUCCA	99
ENTREVISTA 5 – JERÔNIMO VANDERLEI MACHADO	109
ENTREVISTA 6 – LUIZ CARLOS PINHEIRO MACHADO	129
ENTREVISTA 7 – MARCÍLIO CESAR RAMOS KRIEGER.....	153
ENTREVISTA 8 – MARLENE SOCCAS	181
ENTREVISTA 9 – REMY FONTANA.....	201
ENTREVISTA 10 – EGLÊ MALHEIROS E SALIM MIGUEL.....	215
ENTREVISTA 11 – SERGE GOULART	235
ENTREVISTA 12 – VALMIR MARTINS.....	249

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa, *Memória Viva*, constitui parte do Memorial dos Direitos Humanos (MDH), coordenado pelo Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa. O MDH objetiva ser um centro de referência teórico-sociológico no tratamento das informações e documentos relacionados principalmente ao período do regime militar-civil de 1964/1985. O objetivo da pesquisa é constituir um acervo de documentos escritos e audiovisuais estruturados com depoimentos e entrevistas de sujeitos que vivenciaram movimentos e manifestações de resistência organizada, e dela fizeram parte, no estado de Santa Catarina durante o período da ditadura civil-militar supracitada. A centralidade da metodologia da história oral visa contribuir, por meio do uso de fontes orais, para o entendimento dos acontecimentos nos campos político, sociocultural, trabalhista, educacional e estudantil da história catarinense do passado-presente.

O trabalho envolveu atividades anteriores e posteriores ao registro dos depoimentos: a) pesquisa bibliográfica com enfoque em cada década, a partir dos anos 1960; b) levantamento de dados e preparação de roteiros para entrevistas; c) gravação, formatação e edição das gravações realizadas em áudio e em vídeo; d) análise e sistematização dos dados coletados sob a forma de artigos e com a publicação de um livro sobre a temática.

Foram realizadas 12 entrevistas com estudantes, à época, professores, sindicalistas, militantes políticos, jornalistas. Todos, homens e mulheres, pais e filhos, catarinenses ou não, que de alguma forma e durante algum momento desses 21 anos de regime político ditatorial confrontaram-se com a ditadura brasileira, expressando seu desejo de liberdade e arcando com perseguições, mais ou menos explícitas, do aparato repressivo estatal. As prisões, torturas, perseguições políticas, violações sistemáticas de direitos humanos elementares não se restringiram à capital de Santa Catarina e estiveram também presentes, em menor grau, em várias cidades e regiões do estado catarinense.

MEMÓRIA POLÍTICA

Relacionado à memória, o documento histórico pode englobar objetos banais conhecidos no dia a dia, mas representativos de uma época, ou expressões materiais de uma ocorrência, com ou sem a informação escrita. Também um texto, um cartaz, um relatório, um livro de atas, anotações de uma testemunha que vivenciou determinado evento podem ter sua importância mais bem dimensionada quando em retrospectiva histórica e contribuem como informação e conhecimento.

Nesse âmbito, para a reconstrução da memória política de um povo, de uma nação, de um grupo social ou classe, transversal tematicamente às inúmeras dimensões que podem estar envolvidas, “fazer” algo com o passado ou do passado tem uma relação direta com as temporalidades vigentes e futuras, em especial quando o esquecimento como política de governo e de Estado emana como relação de dominação e poder.

É o caso da memória histórica e política referente à ditadura instaurada com o golpe de março de 1964 no Brasil. É como se a memória dependesse do juízo de quem se atribui definir, pelas posições de poder que ocupa, o que deve ou não deve ser conhecido, logo, o que deve ou não deve ter maior influência no presente e no futuro.

Embora declarada e vigente desde 1988, a Constituição brasileira que estabelece a informação e a liberdade política como direito de primeira geração tem aprovada somente em 2011 a legislação atualizada nesse âmbito, quando relaciona liberdade e informação. É o caso da Lei de Acesso a Informações (Lei n. 12.527/2011), que passou a vigorar em maio de 2012, estabelecendo contemporaneidade pós-ditadura ao tratamento da informação como componente fundamental da memória política.

No mesmo ambiente tardio é criada a Comissão Nacional da Verdade (Lei 12.528/2011), que tem como objetivo averiguar as violações dos direitos humanos ocorridas durante o regime ditatorial civil-militar brasileiro até 1985.

Ainda não corresponde a essas iniciativas importantes a liberação e o tratamento dos documentos que possam contribuir com a memória política, estabelecendo-se como uma forma explícita de tentativa de “controle” sobre a história.

Comumente, nesse aspecto, os pesquisadores referem-se aos documentos das intervenções secretas dos organismos militares, principalmente quando envolvem as centenas de vítimas de assassinatos, ou mesmo milhares de vítimas de torturas. E isto é um fato: os documentos mais comprometedores não são liberados, às vezes pela justificativa de que foram destruídos, e outras pela sua ainda não classificação legal.

Se tal situação mantém em condenação permanente os que já foram vítimas da ditadura, com a mesma gravidade envolve uma condenação mais ampla, a do silêncio ou esquecimento perpétuo do que ocorreu de fato nos anos referentes aos períodos ditatoriais, e as atuais e futuras gerações são vítimas continuadas de uma ditadura que se apresenta como pretérita.

É como se a preocupação em não responsabilizar os agentes públicos responsáveis por crimes condenados pela legislação internacional e brasileira estivesse servindo de álibi para o esquecimento.

Mas outro tipo de dificuldade e complexidade soma-se às citadas acima. Trata-se dos testemunhos das vivências das pessoas, homens e mulheres de diferentes estratos sociais, que são gerações datadas. Se muitas das vítimas das ditaduras, militantes ou não nas lutas de resistência, estão nos deixando sem ter tido a oportunidade de legar seus testemunhos – o que representa enormes lapsos de memória histórica –, incontáveis são as pessoas que ainda vivem e que compõem realidades, fatos e eventos muitas vezes pouco conhecidos ou mesmo não conhecidos.

Como se estabelece a verdade histórica com essa moratória? Na história, a verdade sem controvérsias pode ser uma versão, e mais ainda, a versão dominante quando envolve uma relação de poder não democratizada. A ausência dos testemunhos, seja pelos constrangimentos que ainda vivem, seja pela ausência de um maior esforço institucional de pesquisa, pode comprometer um ideal de democratização no que depende da memória como categoria fundante na história, me-

metodologicamente como categoria analítica esclarecedora da pesquisa, como categoria na pedagogia, quando a política envolve aprendizagem. O que não deve se repetir como episódio político possivelmente relacionado a algum tipo de barbárie? Essa reflexão não tem sentido se não há o que aprender com as lutas sociais, se a memória for seletiva, disciplinadora dos corpos e das vontades, previamente estabelecadora de uma verdade que dita, não ensina, mas se estabelece como medo, e este como estratégia de dominação.

No Brasil, falta uma política de memória histórica que ultrapasse os controles deixados pela ditadura. Mais do que uma justiça de transição, como definem alguns juristas, aqui o que se ressalta é um ainda permanente regime de transição, onde os silêncios, as ausências testemunhais e os documentos escondidos em suas diversas materializações comprometem a justiça como ideal e como instituição.

A memória da dominação e da resistência com todas as ambiguidades, porque reveladoras também de dramas e dores pessoais, deve ter nas entrevistas e histórias de vida de indivíduos a força do mundo real, o mundo realmente vivido-sentido, impressionista até, mas não menos verdadeiro quando possibilita conhecer controvérsias onde antes era simples aceitação.

Os métodos etnográficos e sociográficos lidando com a história oral, possibilitados pelos antropólogos, psicólogos sociais, historiadores e sociólogos, podem contribuir não só com a história do tempo presente, mas também com a história passada que imbrica-se com as relações sociais e políticas atuais.

A importância de um conjunto de entrevistas, como as que se disponibilizam neste livro-relatório, ganha sentido nesse contexto de debate sobre a memória política como categoria imprescindível à memória histórica.

Assim considerando, algumas outras referências metodológicas precisam ser observadas como parte do trabalho de leitura e mesmo de pesquisa sobre o material aqui apresentado.

A temporalidade é abrangente de uma época, não linearmente nem simétrica a um evento determinado. É possível que o pesquisador

defronte-se com pessoas de gerações relativamente diferentes, no caso, referências ao período da ditadura getulista (Estado Novo) imbricadas com o período da ditadura do golpe de 1964.

Nessas situações, as conexões sugeridas pelos entrevistados são ilustrativas para a historiografia, pois os documentos de outro tipo que não os testemunhos, como já mencionado, nem sempre estão disponíveis. Embora as analogias não sejam recomendadas, é possível se observar no plano discursivo situações próximas, como, por exemplo, as ditaduras são regimes, atitudes de violência, instituições, relações materiais e ideológicas e formas de mando que têm em comum os movimentos de resistência, mesmo que distintos como estratégias e táticas políticas dos grupos organizados. Mas algo permanece nos casos dos países com menos tempo de percursos políticos democráticos, parece que mesmo com a política representativa em funcionamento, a mesma tem como base ou pressuposto um outro “suposto”, a divergência e a discordância devem ser estabelecidas nos limites das instituições, nunca como insubmissões que ameacem a estabilidade política. Ou seja, sempre se supõe que “pode piorar”. As rupturas não são desejadas, mesmo quando se avaliam criticamente os limites da democracia. Talvez isso seja então comum aos países onde a transição da ditadura para o regime democrático representativo se fez sem rupturas e sim com acordos pelo alto, apesar das pressões e mobilizações populares.

Também é preciso mencionar a importância da história oral para os pesquisadores do tempo presente, pois as controvérsias são constitutivas dos testemunhos quando uma pluralidade de pesquisadores é considerada. A chave não está na escolha do entrevistado que confirme a hipótese que orienta a pesquisa, que ajude a estabelecer as respostas mais aceitáveis. A pluralidade dos sujeitos da pesquisa, mesmo com personagens típicos que representem significativamente um evento ou um período, possibilita a verdade histórica como aproximação, e mais próxima será quando confrontada com outros documentos e referências, mas nunca como forma absoluta. Observe-se, no entanto, que as revisões históricas não têm aí nessa consideração um fundamento, pois as mesmas se apresentam como interpretativas e não como dados de estudos significativos.

Outro ponto: a história viva, quer dizer, os testemunhos de quem participou ou vivenciou um período ou um evento específico, no caso os relacionados ao período ditatorial brasileiro, são unânimes, pelas próprias vivências, em relacionar política com repressão, controle, infiltração policial nas instituições. Ou seja, a política como poder de escolher entre duas ou mais coisas é a própria utopia. Como lembra Ernst Bloch em certo momento de sua obra *O princípio esperança*, raramente esse que hoje chamamos livre escolheu, ele próprio, as coisas que pode selecionar.

Os partidos e outras organizações de ação política também estão presentes nos testemunhos da resistência, de instrumentos de luta e resistência, muitos são transformados em instrumentos de controle, quando não sucumbiram ao envelhecimento do tempo. São também expressões de uma época e não devem ser listados de forma mistificada, pelo que fizeram, ou mesmo pelo que foi simplesmente atribuído, como política de repressão ou como história institucional dos que permanecem existindo. Nesse campo é possível observar a diferença entre relatos e opiniões. Relatos do que foi vivenciado e opiniões sobre caminhos e direções são coisas distintas, com fronteira pouco nítida. Enfim, as divergências precisam ser reconhecidas para não encobrir hipóteses que não se sustentam objetivamente.

Estamos falando de uma temática cujo conteúdo histórico-político é pouco distante, para não dizer presente, com sujeitos e personagens, fatos e imagens, violências e temores, presentes difusos, às vezes não reconhecidos, naturalizados, às vezes orientando normativamente.

Por fim, em que medida a instituição acadêmica não participa dos mesmos temores? Afinal, no seu interior também sabe-se dos agentes infiltrados e dos docentes apoiadores da ditadura.

Uma Comissão da Verdade, como ato político, deve ser bem mais ampla do que a institucionalizada pelos parlamentares no final de 2011 no Brasil. Como método e como compromisso, a academia deve estabelecer sua Comissão, sem o que ficará prisioneira do que não foi superado.

Esperamos que esta reflexão possa contribuir nessa direção.

Fernando Ponte de Sousa

ENTREVISTA 1

Entrevistado: AMADEU HERCÍLIO DA LUZ (AHL)

Entrevistador: VAGNER BONI

Entrevista concedida ao MDH em 15/11/2008

AHL: Após a segunda grande guerra, minha irmã mais velha se casou pela segunda vez com um oficial do Exército que era do Partido. Após esse casamento, minha qualidade de vida melhorou, pois minha mãe era viúva. Isso foi na década de 30. Eu nem sabia o que era comunismo nem socialismo. Por volta dos dez, doze anos, na adolescência, comecei a conversar com ele.

MDH: Você morava aqui em Criciúma?

AHL: Não, morava no Rio de Janeiro. Morei no Rio, morei em Blumenau. Onde ele servia eu ia atrás, porque vivia às expensas dele. Eu já ando também com a memória meio fraca, com oitenta anos já estou meio esclerosado. Mas continuando, pós-segunda grande guerra mundial, eu estava com quinze ou dezesseis anos, houve uma trégua da repressão da extrema direita com relação ao comunismo. Veja bem, houve uma trégua, não que eles fossem bonzinhos esses filhos das putas, não. Essa trégua aconteceu depois da Segunda Guerra Mundial. E aí, quando o Getúlio e todo aquele movimento junto com o PTB, pois o nosso guarda-chuva era o PTB.

MDH: O Partido [PCB] na ilegalidade atuando dentro do PTB.

AHL: O Partido na clandestinidade, atuando sempre na clandestinidade. Pouco espaço de tempo, teve algumas legalidades de um mês, dois meses. Nós tivemos pequenos espaços de tempo de legalidade. Essa que foi a maior e mais longa e que pra mim foi benéfica dentro desse sistema filho da puta.

MDH: Com Getúlio, após a Segunda Guerra?

AHL: É, nós apoiamos o Getúlio, atuamos dentro do PTB, pois tínhamos que ter um guarda-chuva. E nós aceitamos o processo político eleitoral burguês, para mim o que foi a grande cagada. Mas eu era contra isso, mas perdi dentro do Partido e obedeci à orientação do Partido e participei desse movimento. Mas a década de Getúlio é muito conhecida, Existem muitas obras sobre esse período, podemos fazer uma síntese e tirar mais ou menos o principal da época de depois da segunda guerra até Getúlio. Aliás, na guerra, a tendência do Getúlio era apoiar o Hitler. Ele só apoiou as forças aliadas porque o Partido Comunista forçou, inclusive a maioria dos caras que foram para guerra eram voluntários e comunistas. O João Amazonas [de Souza Pedrosa] foi meu amigo. No fim o coitado estava cego, não escrevia mais e tal. O João era um homem íntegro. Agora dentro do PCdoB hoje, pelo amor de Deus, tem uma tropa de vagabundos. Já viste em alguma aula que pode haver harmonia entre trabalho e capital? Já te passou algum dia isso pela cabeça? Eles vem na televisão e dizem isso com a maior cara de pau. Dizem que pode haver harmonia entre trabalho e capital. O Partido Comunista tem o quê? O Partido Comunista tem um organograma que apresenta um comitê central, que baixa a linha política do Partido. Os comitês estaduais discutem e se a maioria concordar repassa a linha para os comitês municipais, os CMs. Esses, de acordo com a influência e a penetração dos quadros, pois têm as bases dos CMs, vai a um lugar, vai a outro. Mas a cabeça é o CT, comitê central, que baixa a linha política para os CEs, que, por sua vez, baixam a linha para os CMs. O [inaudível] Soares disse que Criciúma poderia ter uma direção e dirimir. Eu disse que não. Criciúma recebeu colonização italiana, têm nazifascistas de monte aqui. Até dentro do Partido tem gente que se infiltra. No PCdoB por exemplo, desde o tempo do

Amazonas havia uma infiltração desgraçada de gente de formação nazifascista dentro do PCdoB.

MDH: E a década de 1960?

AHL: O golpe. Estou te falando aqui, mas eu não sou o dono da verdade. Eu acho, então, que os partidos comunistas e a esquerda do Brasil se precipitaram. Antes do comício do dia 13 de março, antes do golpe, eu ouvi o pessoal do PCB e do PCdoB dizendo que “nós não vamos para o poder, nós já estamos no poder”. Ai aquele Jefferson Péres do PDT, aquele velhinho que morreu agora. Engraçado, eu sou velhinho e estou chamando o outro de velhinho. Então, depois do comício de 13 de março, dentro de um trem que ia do Rio para São Paulo, no restaurante do trem estavam o Fernando Henrique Cardoso e esse Serra que era da Juventude, que agora é governador de São Paulo, estavam alegres e contentes e vendo o Jefferson Péres, o Fernando Henrique disse: “Ô, Jefferson venha se sentar aqui conosco, você não está contente?” O Jefferson Péres respondeu: “Claro que não, pois o golpe que vocês estão pensando em dar, quem vai dar é a direita. Eu vou chegar em casa e mandar a mulher arrumar as malas e vou me mandar.” E se mandou para o Chile. E quando o Fernando Henrique Cardoso se exilou com o Serra e aquela turma toda e desceu no Chile, quem foi esperar ele no aeroporto foi o Jefferson Péres, aquele velhinho que era do PDT. Acho que ali era do PDT e não era, eu tenho dúvidas em relação a ele, pois a mulher dele era juíza federal e ele era uma pessoa incapaz de dizer não. Nessa época eu morava no Rio.

MDH: E quando o senhor veio morar aqui em Santa Catarina?

AHL: Eu vinha e voltava. Pois eu sou neto de um ex-governador filho da puta. Bom, mas eu cheguei a Criciúma para ficar em Santa Catarina em 1954 e a orientação que Criciúma recebia era do partido gaúcho, o Partido funcionava no Rio Grande do Sul e contava com João Adelino, [inaudível], o próprio João Amazonas [inaudível]. Quem fez aquele racha foi o Maurício Grabois, Pedro Pomar e o João Amazonas.

MDH: PCdoB?

AHL: Racharam o Partido e passou a existir PCB e PCdoB. Era o

Partido Comunista do Brasil, PCB, e todo mundo conhecia assim. As cabeças mais arejadas ficaram no velho PCB.

MDH: Aqui em Criciúma, como foi o processo?

AHL: Ah cinquenta e quatro, sim. Eu só militei na clandestinidade. Em Florianópolis tinha o Mário Bastos, tinha o Mimo [Manoel Alves Ribeiro], tinha o Verzola, este eu não conheci. Conheci o Mimo, dois desembargadores que eu nem lembro o nome e o Mário Bastos, que era diretor do Teatro Álvaro de Carvalho. A nossa ligação com Florianópolis não era fácil, porque daqui [Criciúma] a Florianópolis era pior do que daqui a Porto Alegre, pois daqui a Porto Alegre a gente ia de carro, e qualquer carrinho dava pra ir porque ia pela praia. Então nosso contato era mais com Porto Alegre com que Florianópolis. Aí nós tivemos aqui um partido na clandestinidade. Mas é aquela história, todo mundo tem medo e quem vive de vento é vela de canoa. Então, por exemplo, hoje tem comunista velho que eu encontro aí e pergunto e aí, e os teus filhos não estão no Partido? Não vejo o nome deles lá. Eles me respondem que não dá, Amadeu, olha o exemplo do Mário. É que chegaram e botaram uma faca no peito do Mário e disseram: “Manda teu filhos saírem do PCB que ele não é legal ainda. Vê como eles tinham gente da inteligência infiltrada. Quem fez isso foi gente que sabe mais coisa da minha vida que eu. Pra tiver que a direita não é boba. Ainda hoje é assim. O [inaudível] é um sociólogo, ele e a mulher são sociólogos. Ele escreveu um artigo muito bom. Ele fez uma análise da conjuntura nacional e internacional. O Partido, de acordo com ele, não se afastou da massa. O Partido foi para a massa, e a massa, lógico, menos arejada que a classe dominante, ficou com medo de aceitar o Partido e haver um retrocesso e voltar vinte anos de ditadura. Tenho até a fotografia do Lula no jornal tapando a cara falando [inaudível] no banco do lado.

MDH: Isso na década de 80, não?

AHL: Quando veio a legalidade, pois eles deram a legalidade pra todos os partidos menos para o comunista em 80. E para nós só em 85. Aí deu tempo para o PT se autoafirmar. Foi o PT, que manobrava os movimentos de massa, que não quis a nossa aproximação e não nós que nos afastamos.

MDH: E aqui no estado, o senhor pegou essa época de formação do PT, de legalidade do PT?

AHL: O [inaudível] via a legalidade como benefício dessa direita filha da puta. Eu, falei e defendi a tese de que nós não deveríamos aceitar essa legalidade, pois essa legalidade vinha como benéfica quando na realidade eles queriam era nos conhecer. Eu achava que esse processo político eleitoral burguês era uma safadeza. O lucro por inerência é corruptor e envolvente nos desdobramentos. Mas fui voto vencido. Militei até 85 na clandestinidade, depois veio a legalidade. Fui e sou até hoje presidente do Partido. Hoje o cara diz que é comunista vem aqui e se reúnem 40 pessoas querendo se filiar ao Partido, mas eles têm medo. É aquilo que eu já falei anteriormente, todo mundo tem medo e tem medo porque quem vive de vento é vela de canoa. Por isso, os caras têm medo de perder as “benessessinhas”, esse assistencialismo barato que o imperialismo concede. Eles matam a metade da população do mundo pra fazer o que eles fazem hoje. A crise de agora é muito maior que a crise que acabou com a União Soviética.

MDH: O senhor falou que militou na ilegalidade.

AHL: Só na ilegalidade.

MDH: Qual a relação do Partido com o MDB?

AHL: Não posso negar que muitos companheiros do PCB perderam a identidade ideológica dentro do MDB. Éramos minoria, mas nos impúnhamos e até a prisão de 75 fosse só em cima do PCB.

MDH: A famosa Operação Barriga Verde aqui no estado.

AHL: Isso. A operação barriga verde, foi por causa da eleição de 64 quando nós demos uma surra no [partido) Arena. E eles achavam que o Partido Comunista em Santa Catarina era um monstro. Não era. Era meia dúzia. Mas tinha influência. Chegava dentro de um diretório e quem falava era eu e mais alguns. Tinham três ou quatro comunistas que diziam a verdade. O que estava acontecendo.

MDH: Por falar em operação Barriga Verde, o senhor foi...

AHL: [interrompe] preso.

MDH: O senhor foi para Curitiba?

AHL: Não. Fui para São Paulo, depois para Curitiba, aí vim para Florianópolis, depois voltei para Curitiba e fiquei mais quatro meses em Curitiba.

MDH: Aqui em Santa Catarina especificamente?

AHL: Aí eu fiz a minha primeira operação cirúrgica e eles me deram liberdade condicional. Eles [ditadura] tinham matado o Herzog, tinham matado o Manoel Fiel Filho, tinham matado o Sinval. Como era o nome dele que era oficial de gabinete do Brizola, que foi governador do Rio Grande do Sul? ... os advogados do sindicato, quem mandava era o João Avelino e o João Amazonas, os dois. O Aldo Dietrich, não sei se quem mandou o advogado foi o comitê central ou a UCE do Rio Grande do Sul. O Aldo eu não sei, mas uns quantos aí que quem mandou para Criciúma foi o partido do Rio Grande do Sul, pois tínhamos poucas ligações com São Paulo.

MDH: Aconteceu em Florianópolis, além da prisão algum tipo de tortura?

AHL: Aconteceu, mas é como eu te falei à tortura que eu passei pau-de-arara, cabo de vassoura o cu. Tudo isso é refresco perto da tortura que a classe operaria vem sofrendo há anos e ainda está sofrendo. Por isso, é que eu sou contra o cara que faz apologia da tortura. Fui torturado, mas a classe operária é muito mais torturada do que eu, porque vai para de baixo da ponte com a mulher e com os filhos, para morrer de fome a metade, e morre a metade de fome até os cinco anos. Essa tortura é malvada e não aparece. Quer fazer apologia sobre a tortura? O cara me convidou para dar uma entrevista na [inaudível] da extrema direita. Eu digo eu não vou dar coisa nenhuma. Pelo menos a liberdade de falar ainda está tendo. Eu estou velho, com oitenta anos e também se voltar pra cadeia, estou cagando, vou peidar pra eles. E eles também não vão nem me prender.

MDH: Quanto a organicidade do Partido aqui em Criciúma, ela afetou o movimento aqui?

AHL: O Partido foi delatado aqui em Criciúma por um que nós elegemos vereador. O Partido foi delatado e não tomamos conhecimento.

Então, eles conheciam o Partido melhor do que nós, quem era quem não era. Até a data em que o cara tinha sido expulso. Expulso em 64, expulso em 62.

MDH: Tinha gente infiltrada no Partido?

AHL: Tinha. Em todos os partidos. No PCdoB era onde mais tinha.

MDH: Vocês conseguiam identificar essas pessoas?

AHL: Sim. Alguns identificamos. Identificamos e tanto é que expulsamos.

MDH: 1968, que é o ano do ato institucional número 5, teve algum reflexo aqui no movimento?

AHL: Teve. Eu fiquei preso em domicílio. Não podia sair de casa, ou se não saía e ia para praia. E na saída da praia para vir para Criciúma, eu não sei se era uma seção ou uma peça de metralhadora ou então de morteiro. Botaram ali também uma peça de metralhadora, botaram outra lá. E eu fiquei aqui, pois que vim pra essa casa em 54. Eu não saí. Eu fiquei em casa, mas a maioria saiu. A maioria se mandou e se identificou mais ainda. Pois, confirmaram e a direita ficou com mais medo dos que ficaram em Criciúma. Aqui em Criciúma ficaram eu, o italiano, que já morreu e era membro do Partido Comunista italiano.

MDH: Ele militou aqui também?

AHL: Militou, militou anos. Ele o irmão e o pai. A minha instancia aqui, eu vou falar a verdade para ti. Eu dentro do Partido, embora fossem me dadas outras tarefas, eu não as aceitava. Prejudica mais tu aceitar e não fazer do que não aceitar. Se tu não aceitar vai para outro. Agora, se eu aceitar e não fazer eu estou prejudicando mais. E eu gostava mesmo de fazer era agitação e propaganda.

MDH: E como funcionava?

AHL: Ahh, agitação e propaganda fazíamos qualquer coisa. Pegávamos pedaço de pau, bandeira do Partido, mesmo com o Partido na clandestinidade. Aqui em Criciúma, eles chamavam de a turma [inaudível]. Eu gostava daquela agitação, talvez pelo meu temperamento.

E fui criado também desde um ano de idade por um oficial do exército que era comunista. É lógico que eu não vou dizer pra ti que ele não tenha livros??. Depois, ele passou a me dar obras. O primeiro livro que ele me deu foi um clássico de Lênin intitulado “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”. Depois, comecei a ler Marx, Lênin, de Engels eu li alguma coisa. O manifesto, claro. O de 1848 e o de 1892 reeditado por Engels e pelo genro do Marx [Paul Lafargue]. Depois fui para o mato, porque tinha três empregados e não me deram mais jeito. Ah em 64 tive seis meses de prisão domiciliar também.

MDH: Foi por um inquérito policial, um inquérito judiciário?

AHL: Ah nem sei se foi. Mas era bom, pois a prisão era domiciliar. Só que tinha que passar no fórum pra dizer aonde ia e aonde não ia. Aí eu me mandei de Criciúma. Fui trabalhar no Mato Grosso do Sul em projetos agropecuários. O que aparecia eu fazia. Tinha que sustentar a companheira e três filhas.

MDH: E como que era a relação, a sua companheira também era comunista?

AHL: Não, não.

MDH: E como que era a compreensão familiar?

AHL: Era boa. Ela até aceita e tal, mas depois que deu o mal de Parkinson ela ficou meio... Mas no começo, eu só fiquei em Criciúma por causa dela, porque ela era professora normalista. Ela começou a dar aulas e eu fiquei calado, emprego ninguém me dava, pois não sei como souberam que eu fazia muita agitação e propaganda aqui também. Então, eu fiquei mais ou menos uns dois ou três anos vivendo com o salário dela.

MDH: Nessa época o senhor não tinha filhos?

AHL: Tinha, tinha dois, mas morreram. Morreram até pela vida que levávamos. O alimento era tão vagabundo que nós comíamos. Era o salário de professor de grupo primário. Depois, meu irmão, que foi secretário do Irineu Bornhausen e do Heriberto Hülse, ganhou de presente umas terras aqui na serra, ganhou um cartório, benesses e privilégios,

e eu descobri e comecei a caguetar meu irmão, até que ele me deu um cargo de oficial maior no cartório. Mas eu não ia lá. Eu só ia buscar o dinheiro. Pô, **roubando do povo com esses privilégios. Esse meu irmão** ficou rico fazendo os discursos para o Irineu Bornhausen e sendo puxa-saco de político. Morreu com oitenta e nove anos, podre de rico. Paulo Bornhausen foi meu contemporâneo de colégio numa época em que meu cunhado serviu em Blumenau, no colégio Santo Antônio, de padres. Uma vez até eu comi uma panela de hóstia. Sério! Eu estudava no colégio das freiras e comi. [Inaudível] É isso. Morei em Blumenau, onde o meu cunhado ia, eu ia atrás, era obrigado a ir. Só depois de homem é que me libertei. Libertei-me mal, pois não estudei. E ele queria muito que eu estudasse. Mas fiz o curso de cabo e sargento, passei em primeiro lugar, mas aí quiseram me mandar para algum deus me livre e eu não fui. Saí, caí na clandestinidade. Interessa é derrubar o sistema. Bota um busto lá do Marighela, do Gregório Bezerra, do João Amazonas. Troca o nome lá do Filinto Müller por Luís Carlos Prestes. Eduardo Suplicy, eu falei pra ele. Aí ele passou um reque na boca e não falou mais. A direita não deixou ele falar mais. É que trocasse o nome do auditório Filinto Müller pelo de Luís Carlos Prestes. O Filinto Müller era o que eu te falei. Foi oficial do Exército, chefe de polícia de Getúlio [Vargas]. Roubou cem mil reais da Coluna Prestes e desertou. Mandava o carcereiro cuspir na comida do Prestes. Só não mataram o Prestes graças ao Juarez Távora e ao brigadeiro Eduardo Gomes. O Juarez era um homem de centro esquerda, ou centro direita, enfim, era um merda também. E o brigadeiro era um homem que ninguém conhecia o conteúdo ideológico dele. Era um ponto de interrogação a cabeça dele. Se ele tivesse conversando contigo que era comunista ele ficava como comunista. Mas, se ele tivesse conversando com um nazifascista ele falava como um. Mas eles eram amigos do Prestes da escola militar. Então, eles iam todos os dias onde o Prestes estava preso. Por isso, é que eles não mataram o Prestes. O Prestes ficou nove anos preso. Soubestes que o Prestes não aceitou a promoção a general? A promoção a general ele não aceitou, também não aceitou o dinheiro. Agora eles deram cem mil reais para Anita e quiseram dar cem mil reais para mim. Mais cem, menos cem, vou levando a minha vida. Ah é, mas eu ia te contar o processo de anistia. Anistia é uma farsa. Pois quem manda nos países do cone

sul assim como nos Estados Unidos é o pentágono. No Brasil, temos o Estado maior das forças armadas. Na América do sul, se você não tiver o apoio do comando das forças armadas, você não governa. Como eu disse, no Brasil é chamado de comando maior das forças armadas. E aquilo é um centro de nazifascistas. O Nelson Werneck Sodré passou como o primeiro aluno da turma, foi promovido a general e transferiram-no lá para o Amazonas. Lá para o cu do mundo. Lá para o raio que o parta. E ele se reformou como coronel. Tinha todos os cursos do exército pra ir a general e se reformou como coronel. O negócio é muito complicado. E a direita é muito sutil e sabiam da minha vida coisas das quais eu já tinha me esquecido. Tinha um veterinário, aqui em Criciúma, já morreu e era informante do DOI-CODI, por intermédio do Rubens Souto, que era major do SNI e depois foi para o DOI-CODI. Ele ajudou o comandante o segundo exército maior a formar o DOI-CODI. E um companheiro nosso, que já morreu, recrutou o veterinário. Esse veterinário entrou no PCB e passava todas as informações para a polícia. Por isso que eu digo que ele eles sabiam coisas da minha vida que eu não sabia mais.

MDH: Como que era o processo de organização do Partido aqui? Quantas pessoas haviam por núcleo, por célula?

AHL: Nós tínhamos diversas bases nos bairros. E quem tinha mais acesso, mais penetração dava assistência. Tinha caras que não sabiam ler. Aí a Voz Operária [jornal de resistência da época] tinha que ser lida em voz alta. Tinham uns que iam bêbados para as reuniões.

MDH: Para a própria reunião de núcleo?

AHL: É. Iam lá. E não era ele o culpado. Nós é que fizemos que ele fosse assim. Ele saía da mina e sabia que não ia ter comida em casa. Aí ele enchia o cu de cachaça e ia para a reunião do Partido.

MDH: Então, eram ecléticas as reuniões, pois o senhor falou que tinha veterinário, o mineiro. Como que era a composição das reuniões?

AHL: Ah não, esse veterinário era da base, que eu tenho horror em falar a palavra, mas vou falar, ele era de uma base intelectual. Tínhamos quatro bases intelectualizadas aqui em Criciúma e eu dava assistência numa base. Não botei nenhum na cadeia Tive essa honra

de não ter colocado ninguém na cadeia. Mas tem cara que botou né. Nós, por exemplo, tivemos problemas com dois homossexuais, que nós nem sabíamos.

MDH: Dentro da organização?

AHL: Dentro da organização. Eram homossexuais os dois. Porra fizeram o que a polícia queria e o que ela não queria. Além de contar para a polícia tudo o que tinha acontecido, inventaram coisas e agravaram a nossa situação. Fizeram o jogo da polícia pensando em se saírem bem. Mas se saíram mal, porque quem participa e sabe também está dentro. O serviço de inteligência do DOI-CODI era foda. Eu vou te contar um negócio pra ti rir. Uma noite me pegaram, já era de madrugada com a luz acessa não me deixavam dormir, balançavam correntes com cadeados e no interrogatório tinha um poleiro de elefante, um banco que quando a gente sentava quase entrava na bunda, a gente ficava sentado nesse banco com as mãos algemadas para trás, aí eles ficavam dando telefone [técnica de tortura que consistia em fortes tapas nos dois ouvidos ao mesmo tempo] enquanto um ficava de pé em nossa frente fazendo perguntas. Um dia chegou um alemão forte pra caralho e abriram a porta da cela, colocaram um capuz em mim e me levaram para o interrogatório. Cheguei numa sala muito iluminada que até ofuscava a visão e olhei estava o Jorge, um amigo meu. Ele ordenou que eu sentasse no chão mesmo. Sentei no chão e me algemaram ao Jorge. Um braço meu algemado a um braço dele. E o cara falou pra nós: “Eu acho que vocês têm razão. Eu também sou socialista. Mas eu acho que vocês estão querendo botar o vagão na frente da máquina”. Tu vê só o tipo da conversa do filho da puta. Aí o Jorge, empolgado, operário, já foi no blá, blá, blá dele. Mas eu tinha sido militar e eu identifiquei todos os caras lá no DOI-CODI pela faixa etária e pelo linguajar quem era tenente, major, capitão. Eles tentavam nos confundir, sempre trocavam os crachás. Mas eu já tinha identificado eles. Aí tinha o tal do doutor Rui, que era o comandante chefe do estado maior do segundo exército de São Paulo. Eu não identifiquei ele na hora. Eu sabia que era de patente alta por causa do linguajar. Mas aí, conversando com o Jorge nesse interrogatório, ele se empolgou e eu encolhi. E tinha dois do nosso lado batendo na nossa cara. Eu disse Jorge é o homem da inteligência, ele não escutou. Depois

de quarente e oito horas de pau de arara, de porrada, telefone e o caralho, ele vem mansinho querendo tirar alguma coisa. O Jorge estava dizendo muita coisa pra ele. E ele, como mais desenvolvido, estava tirando do Jorge coisas que ele não podia tirar. A primeira vez eu acho que ele não escutou, mas na segunda vez que eu falei Jorge é o homem da inteligência, ele escutou. Aí ele falou pra mim: “E tu queixo duro.” Ele me chamou de queixo duro e disse ainda: “Vão dormir.” Tiraram a algema, levaram o Jorge com uma metralhadora apontada para as suas costas. Enquanto eu fiquei algemado num canto da sala, na parede. Acho que passaram uns quatro ou cinco, não sei bem, pois a gente perde a noção de tempo. Eu fiquei trinta e oito dias isolado sem saber se era dia ou noite. Não saí maluco. Saí papagaio. Ao contrário da maioria que saiu e foi direto para o manicômio judiciário. O isolamento para mim foi a pior tortura. Tábuas pregadas na janela, pra passar claridade. E o soldado sentado dentro da sala com uma metralhadora vagabunda que por nada aquela merda dispara e são trinta e dois tiros que tu leva. A gente perde a noção do tempo, mas isso do isolamento é que é foda. Isso de isolamento tomou eu e o Teodoro [inaudível], eu me lembro. Nós morávamos em São Paulo e ele era casado com uma brasileira e tinha uma filha brasileira. Quiseram extraditar ele, mas não conseguiram. Dizem que ele se suicidou. Mas voltando ao que eu estava falando, passando uns quatro ou cinco dias depois daquele interrogatório meu e do Jorge, em que o interrogador mandou levar o Jorge para dormir e eu fiquei algemado num canto, aí chegou outro e falou: “leva o queixo duro.” Botaram a metralhadora nas costas e um capuz na cabeça e me levaram. Aí passaram uns quatro ou cinco dias, eu me encontrei com o Jorge em outro cubículo. No canto da parede ficava o pau-de-arara. Eles davam um pau-de-arara de cabeça pra baixo. Como eu tenho o tronco muito comprido, por isso eu chegava a encostar a bunda no chão e cochilava, mas não porque eu queria, cochilava de cansado. Aí encontrei o Jorge e disse o Jorge naquele dia assim, assim pra onde é que te levaram? Ele me respondeu: “Oh, me deram um colchão e eu dormi a noite inteira.” Eu disse, pois é, e eu dormi no pau-de-arara. Entendes? Dois dias de tortura e apavoramento, mulher gritando, criança chorando. Depois, vem um cara da inteligência com aquela conversa. Não me entusiasmei por ter sido milico. Logo identifiquei os caras.

MDH: Qual a organicidade interna da organização?

AHL: Era muito anárquica, muita fofoca. Por exemplo, os caras que traíram aqui. Também tinham quatrocentos filiados na clandestinidade. No fim, depois da cadeia de 75, ficaram só eu e o italiano.

MDH: Desses quatrocentos, foram todos presos?

AHL: Não, nem todos. Desses quatrocentos, foram presos quarenta e dois. Mas aqui em Criciúma não. Aqui em Criciúma fomos presos eu, mais uns caras da UCE. O Mimo não foi preso porque estava com câncer. Já tinham matado o Herzog, o Manuel Fiel Filho lá de São Paulo. Ahh e o Sinval, esse que era governador biônico do Rio Grande do Sul, mandou parar as prisões senão ele ia renunciar. Ele disse: “Parem essas prisões porque esses caras não estavam fazendo nada demais. Estavam trabalhando, sustentando a família. Parem essas prisões porque estão depondo mal contra mim. Parem ou eu renuncio.” Aí foi que pararam as prisões. Aqui, quando nos prenderam foi no dia cinco e mataram o Herzog logo em seguida. Já tinham matado Manuel Filho.

MDH: Essas mortes foram em São Paulo.

AHL: Em São Paulo. Foi azar dos coitados e sorte minha de não ter ido pra lá.

MDH: E as juventudes hoje, tanto a organizada quanto a não organizada?

AHL: O Partido tem que ser entregue para a juventude. O movimento dos comunistas como um todo tem que ser entregue para a juventude. Eu sou a favor da humanidade. E também juventude que eu digo é pessoa com cinquenta anos com cabeça de vinte. Eu hoje, por exemplo, não posso ter mais militância. Estou fudido. As pernas não têm mais equilíbrio. Tive uma isquemia, quatro pontos safenas. Quer dizer, o que eu posso fazer? Eu posso ajudar o Partido dentro da minha possibilidade. Pois, por exemplo, tu me dá a tarefa de subir aquele morro, eu não vou conseguir. Eu não posso. E é aquilo que eu te falei, o velho Mario Lago, que morreu, dizia quando te derem uma tarefa e tu de ante mão saber que não vai cumprir, tu não aceita porque prejudica muito mais. O Mario Lago não era tarefeiro, ou seja, não aceitava tarefas. Agora, por exemplo, o Oscar Niemayer, que está com cento e

um anos, tu vai querer dar tarefas para um homem desses? Inclusive, a última entrevista do Oscar eu não gostei. Não sei se é a idade, ele disse que tenho um amigo nazifascista que eu escuto e converso com ele. Eu quero é matar o nazifascismo! Não sei se é caduquice do Oscar. Mas, enfim, ele de cabeça não tá muito ruim não, mas está debilitado demais. A globo, enquanto ele falava, colocava a câmera do lado dele, porque quando ele fala cai uma baba. Mas isso é normal da idade né. A idade é isso. Mas a globo só focava aquela decadência física dele. Como eu já te falei, eu fui convidado por um cara da extrema direita para dar entrevista. Não tem entrevista! Vocês querem bancar os bonzinhos agora? Não, não tem nada! Tem uma fotografia do Marcinho, do Marcio Cardoso Filho, eu, o italiano, o Alécio Verzola, o Marquinho. Eu não tinha chegado aqui ainda, mas a principio não foi fundado sindicato. Foi fundada uma associação.

MDH: Os mineiros daqui?

AHL: Aqui não! Primeiro na comarca de Araranguá, depois, Urussanga e depois, Criciúma. A fundação foi em 1946, na época que abrandaram um pouco sobre os comunistas. Nós fizemos uma fundação e veio um advogado de Porto Alegre, indicado pelo Partido para dirigir o negócio. Foi aí que o Partido começou a tomar forma organizada aqui na região. Mas, mesmo assim nunca foi muito organizado. Porque o pessoal não tinha na cabeça o que eu acho que eu tenho. Pois, eu fui dezenas de vezes voto vencido e fiquei dentro do Partido, brigando dentro do Partido. Internamente, sem brigar na rua. Na rua eu defendia a tese da maioria.

MDH: Em 1985 volta para a legalidade. Depois, boa parte do Partido vai para o PPS ou vira PPS?

AHL: Vira PPS. [Roberto] Freire, aquele filho da puta.

MDH: Tem reflexo com a volta da legalidade?

AHL: Lógico que tem! Quer ver, eu vou te contar. Num congresso realizado no interior de São Paulo, durante o golpe, dentro da clandestinidade e no período de repressão, Estavam sentado atrás de mim o Marighela e o Fernando, que era um advogado do Rio de Janeiro

e na frente estávamos sentados eu, João Saldanha e mais três amigos mais íntimos. Aí o [Roberto] Freire falou em nome da juventude. O Freire, esse filho da puta que formou o PPS. Aí o Fernando olhou para o Marighela e disse: “Mariguela, se o Partido cair nas mãos desse guri nós estamos fudidos, ele vai leiloar o Partido”. Tu vê, isso na clandestinidade.

MDH: Em que ano ocorreu esse congresso mesmo?

AHL: Eu não sei se foi no sexto ou no sétimo congresso. Fora os dominicanos que fizeram aquela sacanagem. Pois o Marighela foi levado morto para aquele encontro. Ele e o padre que não traiu. Os dois foram levados mortos no banco de trás. Tanto é que o cara que foi dirigindo o fusca não levou nenhum tiro, que era o padre safado que tinha delatado. O Marighela foi levado morto. E o [inaudível] disse pra mim: “Amadeu, o Marighela eles nunca conseguiram interrogar. Eles algemavam os pés e as mãos e, mesmo assim, ele saía mordendo as canelas dos interrogadores. O cara era um demônio.” Marighela era estudante de engenharia, mas abandonou tudo. Ele disse pra mim: “Amadeu, vivo eles não me pegam mais”. Marghela usava uma capanga para guardar o revolver e uma cápsula com cianureto. Marighela dizia: “Se eles me pegarem vivo, eu tomo a cápsula.”

MDH: E os mineiros?

AHL: Os mineiros não tomaram conhecimento porque se omitiram. Não participaram mais do movimento político quando veio a anistia. Nós é que participamos. O pessoal mais convicto do Partido é que participou. Mas, mais de cinquenta por cento do Partido debandou. Acabou o Partido e então entramos no MDB e começamos a construir dentro do MDB. O MDB ficou como um guarda-chuva. Eu, o Marquinhos, o Cirineu, que trabalhava na Caixa Econômica. O Marquinhos morreu em um acidente de carro. Eu perdi um filho, sociólogo e advogado, que trabalhava no Tribunal de Justiça em Porto Alegre. Dizia a ele: “trabalhando nessa justiça vagabunda que está aí, dá pra fazer política. Contrariando e dando parecer contra o estabelecido pela lei”.

MDH: O senhor tem acompanhado o que está acontecendo com a Nestle no Rio Grande do Sul?

AHL: Não. Pois estou enxergando apenas de um olho e estou sem ler a três meses. Eu não vou receber nada. Já disse que não queria e não aceitava. Só aceitaria se eles me pagassem pelo meus quatro anos de cadeia o valor mensal que eu recebia à época que trabalhava no cartório do meu irmão, que hoje estaria em torno de vinte mil reais. Eles teriam que me pagar por três anos e onze meses. Mas eu não aceitei os cem mil reais.

MDH: Desde 1988 para cá, como o senhor vê esse processo de redemocratização?

AHL: Meu filho, eu ainda há pouco te falei que papel e caneta não dizem não. Eu acho que isso responde tudo. Quem faz as leis e dita que tem que ser assim ou assado é a classe dominante. Então, tudo que é feito e passa pelo congresso e pelo senado e vira lei tem a mão da direita. E muito forte, pois mais uma vez, papel e caneta não dizem não. Dê-me papel e caneta que eu faço uma bíblia.

MDH: No passado, existia um inimigo real e concreto, que era a ditadura militar ameaçando. Hoje, como o senhor vê o atual período em relação ao passado?

AHL: Sou franco em dizer que a correlação de forças não permitiu um movimento a mais. Mas passaremos por ele. Vocês, a juventude, passarão por esse movimento a mais. E com muito mais consciência que nós. Pois, depois das prisões de 1975, acabou o Partido. Aqui em Criciúma restaram o italiano, o Jorge e eu. Jorge e italiano morreram. Sobrou eu, que estou pela bola sete.

MDH: A colônia penal agrícola lá de Canasvieiras...

AHL: Ali cumpri seis meses. Estive no quartel da polícia também. Primeiro, estive no DOI-CODI de São Paulo. Depois, vim para Curitiba. Depois, vim para o hospital Celso Ramos, pois estava muito quebrado. Fui lavado com mangueira. Mas não quero que tu botes isso em lugar nenhum não, porque não faço apologia à tortura. Tortura quem sofre é a classe operária!

ENTREVISTA 2

Entrevistado: CÉLIO ESPÍNDOLA

Entrevistador: VAGNER BONI

Entrevista concedida ao MDH em agosto de 2009

MDH: Começemos por uma breve apresentação biográfica.

CE: Meu nome é Célio Gregório Espíndola, nascido no município de Palhoça e de família de pescadores. Naquela cidade iniciei meus estudos. Nos anos 1960 vim morar em Florianópolis, em uma pensão de estudantes e comecei o curso de Contabilidade. Em 1965 fui para a universidade e cursei Economia até 1969. Depois, fui para USP e fiquei um ano fazendo um curso de economia regional urbana. Voltei para Florianópolis e fiz uma seleção para a universidade e comecei a dar aula em 1971 na universidade [UFSC]. Em 1972, fui para Belo Horizonte onde fiz mestrado e fiquei até 1974. Em 1975, fui para Brasília onde trabalhei durante quase um ano no Ministério da Agricultura com um amigo da cidade de Minas Gerais e voltei em 1975 para lecionar aqui novamente na universidade.

MDH: Conte-nos um pouco sobre sua militância política.

CE: Meu período de militância política começa ainda quando secundarista, eu vivia numa pensão de estudantes que era o centro da vida política universitária e secundarista. Ali conheci as lideranças

políticas desses dois movimentos e lideranças do movimento operário, gente que trabalhava em vários lugares do estado, mas tinha seu lugar de dormir um pouco ali. Foi ali que eu tive uma relação com o pessoal político desses movimentos. Já, como secundarista, tínhamos acesso ao restaurante universitário que ficava no centro da cidade, então eu tinha convivência com toda a liderança política, assim como com o movimento político e com alguma participação em passeatas, em trabalhos práticos como fazer cartazes e todo tipo de atividades ligadas a essa questão. Bem, dali saí com um grupo e fui para uma outra pensão de estudantes onde fundamos outra república, aí já de liderança política em outro estágio com outro pessoal e alguns que tinham saído de lá.

MDH: Onde ficavam essas repúblicas?

CE: A primeira ficava na rua gal. Bittencourt, ao lado do Instituto de Educação, ali tinha uma república grande e considerada de utilidade pública. A segunda na rua presidente Coutinho, perto da antiga faculdade de economia, agora é um restaurante.

MDH: Já existia uma aproximação maior com o pessoal do DCE?

CE: Tinha um pessoal do DCE que não morava lá, alguns não moravam lá. O presidente do DCE, na época, morava ali, um deles, que morreu, o Roberto Mota, morou conosco ali. Tem o Vladimir Amarante, outros que eram militantes políticos vieram de lá, portanto já eram amigos nossos. Eu já estava na universidade nesse período, já tinha começado a faculdade de economia. E a minha militância na faculdade foi tentar mudar o diretório acadêmico, essa coisa assim. Dentro da sala de aula nos fazíamos algumas discussões interessantes com professores. Tiramos professores da sala de aula, quase que os expulsamos [risos]. Isso tinha relação com a atividade política nossa aí. E nesse período de estudante, eram muitas militâncias nas ruas, porque esse período de 64 a 68 alterou um pouco o quadro político, mas até 68 o movimento estudantil foi muito forte em todo o Brasil e aqui também. Grandes passeatas que fazíamos. As grandes concentrações que fazíamos na frente da catedral, que enchia todo aquele pátio lá na frente, os grandes comícios políticos com liderança de pessoal

jovem universitário, foi uma das coisas mais importantes, mais lindas que fizemos naquela época em 67, 68. De lá em diante, passei um tempo fora por causa dos estudos e tal. Na volta, eu tinha pouca atuação no movimento universitário como professor porque a gente ficava aqui no centro da cidade e o campus já estava lá [na Trindade], a relação era um pouco mais. O movimento universitário também como o movimento docente entre 75 e 78 não teve nenhuma importância, pois o movimento estudantil demolido não se recupera e o movimento docente não existe. Praticamente, todo o período da ditadura militar o movimento docente não tinha expressão. Na verdade, a expressão do movimento docente vai começar em 76,78 na USP. É a USP que vai dar, com um grande movimento que ela fez, ela vai dar para o movimento docente de outras universidades o estímulo para a luta e algumas relações também se estabeleçam entre diretorias e tal e que começa, então, a se organizar o movimento docente. A partir de 78, é que nós vamos começar a ganhar a Apufsc. Mas isso começa onde? Isso começa quando em 75 se dá aqui a chamada Operação Barriga Verde, que vai prender trinta e poucas pessoas no estado, ou um pouco mais. E muitos militantes políticos, amigos nossos que militavam no movimento político, foram presos. Eu já tinha saído da república, já era professor universitário, já estava morando na COHAB com vários desses meus amigos lá em Barreiros [bairro da cidade de São José]. Mas isso é uma coisa particular. O importante é que após essa operação em que nossos amigos ficaram presos se organizou na sociedade um movimento de luta pela libertação desse pessoal. Essa luta teve seus expoentes como o advogado Nelson Vedekin, Remy Fontana, que era presidente ou membro da comissão de direitos humanos, mas com eles muitos outros militantes se associaram e tal, e começou uma ideia de organizar esse pessoal. Aí surgiu a ideia de fundar uma associação, que foi a chamada ACEP que entrou com a ideia de fazer uma associação de estudos e pesquisas e tal, que era o jeito de encobrir o trabalho político.

MDH: Essa associação envolvia professores, estudantes...

CE: Envolveu professores, estudantes e funcionários públicos. Pessoas que eram militantes políticos de vários partidos, que atuavam no

PMDB, que eram do PC; Trotskistas, que eram de várias vertentes. Ali fazíamos algumas reuniões, trabalhos dentro da universidade trazendo gente boa para discutir temas nacionais. A ACEP foi capaz de reunir e de levar a efeito uma série de trabalhos com caráter político importante. E ali então surgiu a ideia de ganhar a Apufsc.

MDH: Como era a Apufsc no momento que vocês decidiram “ganhá-la”?

CE: era uma associação bem recreativa. Era dominada por alguns professores que faziam dali um lugar de encontro para comemorações, jantares, essas coisas todas. Também tinha relações nacionais com outras associações porque era essa finalidade que as associações de professores de várias universidades até então estavam tendo.

MDH: Essas associações não eram organizadas politicamente?

CE: Não, não tinha atuação política de nenhum caráter. Mas tinha uma pessoa, Vera Bazzo, que fazia parte da associação e era militante política de esquerda e ela participou conosco dos primeiros congressos e mais alguns professores, para organizar em reuniões os professores que tinham atuação política, muitos eram de esquerda, outros não eram. Mas as reuniões eram abertas e não eram politicamente muito direcionadas. A intenção era pegar a Apufsc e fazer dela um instrumento de reivindicação dos professores para uma série de problemas de caráter universitário. Então várias pessoas, que depois se tornaram grandes militantes, entraram aí nessas primeiras conversas.

MDH: De que ano estamos falando?

CE: Isso era 77, acho. Com esse movimento universitário da USP e o movimento que vai tomando corpo no meio operário no Brasil, as greves vão se alastrando e a partir de 77, 78 vão ganhando corpo no ABC paulista e em outros estados vão acontecendo também. Isso vai criar na sociedade, no pessoal já organizado, com certo interesse e com militância política, vai criar um estímulo muito grande, daí que esse pessoal vai se organizando vai tendo um interesse cada vez maior e vai aumentando esse grupo, o nosso, que chegou a contar com cem pessoas ou um pouco menos. Então, entramos para ganhar a eleição na Apufsc e daí em diante começa o movimento universitário aqui com força.

MDH: Que ano foi?

CE: Isso foi em 78, a primeira gestão foi em 78, onde já acontecem os primeiros movimentos. Em 79, se participa do movimento de construção da Andes. Ai eu tive um papel interessante, pois o primeiro texto escrito pelo movimento, em 79 para levar para a discussão da construção da Andes, foi feito por mim, com a ajuda de algumas pessoas, por correção e tal. Ali [no texto], além de uma análise da situação do país, da ditadura, da situação econômica e social, tinha já elementos de reivindicação universitária de salário e outras coisas.

MDH: Como que era ser professor naquela época?

CE: No meio universitário, a complicação vinha por vários lados. Dentro das salas de aula normalmente tinham militares, gente do Dops, gente civil e militar passando por estudantes para “marcar” pessoas, para reconhecer, para levar informações. Eram informantes, direta ou indiretamente. Desde o tempo em que eu era estudante tinha militares na sala de aula.

MDH: Matriculavam-se normalmente como alunos?

CE: Sim. Também vinham transferidos de algum estado para cá, como aqui na faculdade de Economia em que tinha oficiais do exército de Curitiba que vieram para cá transferidos. Quando a gente queria na sala de aula, militando já como professor, fazer exposição sobre o problema da greve, sobre as reivindicações da nossa luta, eles estavam nas primeiras filas. Eles não eram militantes. Eram informantes e entraram também como alunos regulares. Agora pelo lado dos professores, o corpo docente sempre foi muito conservador em algumas áreas, em quase todas, até quando o movimento começou a ganhar corpo e daí foi pegando o pessoal liberal e também a luta pela democracia na sociedade, a luta contra a ditadura, foi levando muita gente de roldão e foi incorporando essa massa de professores que passaram a serem militantes, alguns passaram até a serem militantes de esquerda, atuaram muito no PT durante aquele período e tal. Tem muitos professores, que foram meus professores e de outros departamentos da faculdade naquela época, que participaram das denúncias de outros professores, participaram da queima dos livros no centro da cidade.

Nereu do Valle Pereira, por exemplo, meu professor de Sociologia na faculdade de Economia, participou como dedo-duro. Ele e outros(as) professores(as). No departamento de Economia não existia ninguém com voz crítica, com capacidade ou interesse de estabelecer qualquer crítica contra o governo. Eu comecei como militante que atuava mais por fora. Dentro do departamento fazia coisas normais. Dentro das salas de aula sim, aí podia ousar mais, porque lecionei economia brasileira durante um tempo e, na medida em que alguma bibliografia me permitia fazer uma discussão sobre o problema da concentração de renda, problema do capital estrangeiro no Brasil, problema da inflação, problema político da ditadura militar, se bem que colocado muito mais pelo lado da economia do que pelo lado da política. Conseguíamos fazer isso e o estudantado **não reagia contrariamente. Isso aumentou** na medida em que o desastre político da ditadura militar aumentava e a luta social se ampliava, esses espaços aumentaram dentro da sala de aula. Não havia mais a reação de alguns conservadores contra a greve, contra certas posições e análises, se havia eram isoladas. Outra coisa, na medida em que você tem uma atuação não só política, mas uma capacidade de trabalho, de análise e de seriedade no trabalho, essas pessoas que normalmente não eram bons alunos não tinham espaço em relação aos outros. Agora, nas reuniões de departamento estas questões não entravam, inexistiu um chefe de departamento capaz de colocar em pauta para discussão algum tema político ou de crítica à reforma universitária, à falta de recursos da universidade.

MDH: Havia eleição ou os chefes de departamento eram indicados?

CE: eram eleitos pelos seus pares, no sentido efetivo de um grupo corporativo que tava sempre ali repassando o cargo de um para o outro com muita facilidade. Tinha muito. Na Economia, em particular. Mas também na Administração, Contabilidade, Direito e nas engenharias. Penso que também não era diferente na Sociologia [Ciências Sociais] e nas Ciências Humanas. Essa questão da militância e do espaço político dentro do departamento e da sala de aula vai ganhando corpo no final dos anos 1970, em 1978 em diante. Foi a sociedade, e não a universidade que abriu espaço para si mesma, pois é a partir do grande movimento social que estava acontecendo que o debate político foi

sendo mais amplamente introjetado dentro da universidade, isto é, foi entrando para dentro da universidade, é claro que isso ocorreu pela militância que foi crescendo dentro da universidade, mas se a sociedade não tivesse avançado esse debate não teria acontecido dentro da universidade naquele momento. Isso foi bem diferente do que aconteceu no início dos anos 60 e até 68, quando mesmo com a sociedade amordaçada o movimento estudantil continuou a frente. O processo depois foi diferente, quer dizer, a sociedade avança, o movimento operário principalmente e as lutas contra a inflação que aconteceram em São Paulo e as mulheres se organizando também.

MDH: Nesse momento histórico aqui em Florianópolis acontece a Novembrada. A Apufsc chegou a participar da organização desse movimento, como foi o acompanhamento desse fenômeno?

CE: Que eu saiba não houve uma atuação direta da associação dos professores, teve atuação direta de alguns militantes professores, o professorado militante estava lá junto, alguns participando lá na frente, outros no movimento em geral. Nós estávamos todos, todos no sentido de uma grande parte dos militantes. Agora, atuação política mais de enfrentamento foi feita pelos militantes estudantes universitários. Essa militância era muito forte. O movimento estudantil universitário cresceu a partir do movimento universitário docente, daí vai ganhar corpo novamente esse movimento discente.

MDH: A Novembrada teve seus desdobramentos, como, por exemplo, estudantes presos. Vocês chegaram a acompanhar esse momento pós-Novembrada?

CE: Ali foi um episódio, a Novembrada, foi um episódio daqueles que acontecem às vezes em Florianópolis de forma até inesperada, porque foi uma situação de ter vindo a expressão maior da ditadura aqui. Então, que talvez o enfrentamento não fosse tão grande, mas eu acho que teve ali uma provocação que estava guardada por um século que foi a de tentar fazer o descerramento de uma placa em homenagem a Floriano Peixoto na praça XV, isso era uma afronta a alguns setores extremamente conservadores que existiam na sociedade, e ainda estão por aí, de famílias que tinham seus ancestrais aqui e que foram mortos por

Floriano Peixoto. Essa gente foi pra praça também, essa gente fez um movimento local que nunca haveria se não houvesse aquela afronta que era a tentativa de homenagear um cara que tava guardada na garganta das pessoas, então houve um grito contra a matança que houve naquele período, no início da República. Mas isso não esconde e não pode encobrir a expressão que o movimento político universitário estava tendo naquela época. 79 é um período já de grande expansão. Nós fizemos, em 79, uma primeira concentração para discutir as nossas reivindicações dentro do salão da reitoria, naquele salão de artes, e aquilo encheu, foi muito grande, ficou gente de fora e mostrava já a força que o movimento estava tendo, coisa que nunca tinha acontecido.

MDH: A greve da Apufsc em 1980 teve importância no cenário local e nacional... [Inaudível.]

CE: A minha participação no movimento universitário começa na organização a partir da ACEP de um grupo para tentar ganhar a eleição da Apufsc e depois como militante universitário como uma pessoa que tinha alguma condição para escrever para o movimento universitário. O primeiro texto saiu em 79 e era sobre a questão do pai, a questão da universidade, uma crítica à reforma universitária, uma crítica à política de gastos com educação, política salarial contra professores e funcionários públicos e tal. Depois, em 82 foi feito um congresso da Andes aqui e eu fiz um segundo texto, grande também, para apresentar no congresso da Andes. Eu não era da diretoria, eu era um militante. Era, vamos dizer assim, um tipo quase de acessor da diretoria em elaboração de alguns textos para discussão, algumas coisas eu fiz sozinho, outras, isto é, a maioria das coisas eu fiz com a Marli Alves, que era uma militante política importante, uma das mais importantes que nós tivemos. Escrevíamos juntos muitos textos e eram, às vezes, textos curtos em resposta a questão da autonomia universitária, da forma como o governo queria estabelecer algumas coisas, questão do orçamento global, enfim, várias respostas às questões de fragmentação do movimento ou de tentar “colocar a chamada vaca na cozinha dentro de casa branca. Sobre a reforma universitária, por exemplo, nós entramos com uma ideia e o governo veio com a ideia de fazer a reforma pela forma do orçamento global e autonomia de uma maneira bizarra. Essa

coisa toda nos fazia pegar o texto do ministério da educação e fazer uma análise em cima e colocar para o movimento universitário. Nós fizemos outros textos, eu e a Marli, às vezes com a contribuição de uma ou outra pessoa, mas no geral nós dois é que fazíamos esse trabalho. Juntamente com isso o trabalho era muito de militância direta nas salas de aula. O nosso movimento se criou com uma base muito forte nos centros, nos centros que configuravam a forma como estava organizada a universidade, então cada grupo cuidava muito do seu centro de discussão no departamento, nas reuniões do departamento, nas salas de aula. Os grupos concentravam o movimento nas áreas aonde havia muita resistência. O centro socioeconômico, por exemplo, era um centro de muita resistência docente e de grupo de alunos em contraposição ao que acontecia no centro acadêmico. O centro acadêmico de Economia sempre foi um dos mais atuantes em todo esse período de ditadura militar, tinha uma militância muito forte ali. Nós, militantes da Apufsc, do movimento docente, junto com um grupo bom de militantes do centro acadêmico fazíamos esse trabalho de militância de frente. Houve muitas concentrações ali no pátio [da universidade], nós ficávamos lá fazendo as exposições e discutindo. Chegamos a pegar as cadeiras das salas de aula e fazer um muro na passagem para impedir que outros professores ou alunos opositores entrassem. Fazíamos discussões nas salas de aula com professores do Direito, aqueles que a gente tinha até quase medo de chegar dentro da sala, porque os caras eram linha dura e nunca tinham participado de nada até que em certo momento alguns começaram a participar das reuniões. Nós fazíamos reuniões dentro do centro antes das greves, discutíamos a pauta de reivindicações, às vezes discutíamos a necessidade de fazer ou não a greve. Na greve, como tínhamos que fazer reunião de militância, alguns deles estavam junto também. Então, alguns deles começaram a participar um pouco quebrando aquela rigidez que foi sempre a marca deles. Esse era o tipo de trabalho de militância que nós fazíamos até em 89 quando eu saí, pois eu fui para o México e tal e logo voltei então saí em 93 na universidade. Agora para nós, uma coisa especial para a Economia e eu acho que foi uma coisa muito importante, talvez uma das coisas mais importantes que aconteceram e que foi também fruto de um movimento nacional que estava acontecendo que era a tentativa

de reforma do programa curso de Economia. Era um movimento que estava acontecendo e que vinha de dentro da universidade e também da organização dos economistas. Eu fui o presidente dessa comissão e mais uns dois colegas que tinham um posicionamento mais ou menos semelhante com participação de estudantes na comissão, e nós discutíamos na sala de aula com os estudantes, nós discutíamos com os professores esse processo de reforma. Isso ocorreu em 85 e foi muito importante porque o marxismo e até o nome Economia Política eram coisas execráveis e naquele momento nós conseguimos colocar duas disciplinas marxistas na economia com os nomes “Economia Marxista I” e “Economia Marxista II”.

MDH: Por falar em Marxismo, o professor Remy Fontana comentou que à época da ACEP, em 1976-77, existiam apenas três marxistas na UFSC: ele no curso de Ciências Sociais, Valmir Martins na História e o senhor na Economia. Como aconteceu o seu contato com a teoria marxista, no movimento estudantil ou depois na academia?

CE: Foi no movimento estudantil e mais na segunda republica em que morei. Nós tínhamos um grupo de pessoas muito atuantes e alguns eram do Partido Comunista, mas não sabíamos quem era do partido já que a coisa era muito complicada para expor, mesmo para amigos, a que organizações as pessoas pertenciam. De certa forma, permaneci um tempo assim sem muita consciência da dimensão da coisa, mas participei de um movimento que estava ligado com Heitor Bittencourt, que foi presidente do DCE e outros. Mas essa foi uma militância assim como essa organização muito rápida. Enfim, era um movimento que surgia no final da juventude católica.

MDH: Não seria essa organização denominada Ação Popular?

CE: Isso mesmo, Ação Popular. Eu não era nem metido a igreja nem muito a organizações, embora eu nunca fosse um anarquista. Mas a minha convivência era muito mais com o pessoal do Partido Comunista, porque era o pessoal que dormia na mesma casa que eu, que fazia as reuniões lá e eu conhecia eles, eram grandes amigos e sempre foram e também, eu participava muito das reuniões e das discussões com eles, tanto é que quando houve a prisão das pessoas lá no Paraná

e foi feito uma lista a partir de lá para prender as pessoas aqui eu fui preso como pessoa que estava junto do pessoal e que era conhecido, mas não como um cara que estava na lista. Eu e o Jarbas Trememburger, nós dois fomos presos, ficamos algumas horas presos e depois nos liberaram.

MDH: Foram presos aqui?

CE: Aqui. Quando estávamos saindo da faculdade de Economia eles nos prenderam na praça dos bombeiros em uma perua com placas de Curitiba e com gente de Curitiba que diziam ser o pessoal do Dops aqui. Nós estávamos saindo, inclusive para procurar advogado e gente que pudesse ajudar a soltar o pessoal, ingenuidade nossa. Quando fui preso, eles já estavam lá na prisão dentro do exército, numa das casas que tem atrás do quartel do exército. Lá eu fiquei junto com Vladimir Amarantes, [inaudível], e nosso amigo estava apanhando lá, enfim, eu estava ouvindo os gritos dele. Muitos foram torturados aqui.

MDH: Por que o senhor ficou preso só algumas horas?

CE: Porque meu nome não estava na lista. Eles não queriam pessoas fora daquela lista, pois a grande operação deles foi uma operação contra o Partido Comunista. Muitas outras pessoas em outros episódios foram presas e não eram do Partido Comunista, eram de trotskistas, eram de outras organizações, mas o fundamental naquele momento era uma operação contra o Partido Comunista.

MDH: Por falar em trotskismo, existia alguma organização trotskista ou eram militantes isolados?

CE: O trotskismo teve muita importância na militância política dentro da universidade. O PT foi organizado por várias organizações de esquerda que não eram do Partido Comunista e que então foram prestar sua militância via PT. Mas tinham formas paralelas de atuação muito claras e dentro que dentro do movimento universitário foi uma presença muito fluente e muito relevante, principalmente com expressões pessoais, pessoas que tinham a capacidade que tinham a capacidade de fazer seu discurso, de fazer intervenções nas assembleias, nas greves de forma muito incisiva e muito frequente. Vamos poupar nomes aqui,

não sei se precisa, mas tinham umas quatro ou cinco pessoas. A importância deles se dava mais através da capacidade de intervenção de algumas pessoas do que como organização, pois sempre foi pequena. Não só os trotskistas, mas também outras organizações que estavam dentro do PT e que sozinhas não tinham muita expressão política. Depois, aconteceu por algumas coisas que a gente não sabe bem como, mas isso está na história, principalmente nos Estados Unidos e é muito interessante o fato de que os trotskistas desde dos anos 40 nos Estados Unidos foram cooptados ou eles por si só mudaram suas posições e se tornaram grandes intelectuais de acessória ao governo norte americano e principalmente sendo eles “as testas” das grandes organizações e institutos de pesquisa nos Estados Unidos. As teorias sociológicas norte americanas tiveram em 60 grandes caras que foram expressões políticas importantes da esquerda e isso veio ao longo das décadas. No caso do Brasil, aqui a questão da queda do muro de Berlim e essa coisa das crises do Partido Comunista soviético e do socialismo serviu de motivo para muita gente debandar e achar que o marxismo não tinha mais importância, que os movimentos políticos teriam que atuar de outra forma e os trotskistas passaram a ter um outro caminho e alguns até passaram a ter uma atuação não de direita como aconteceu nos Estados Unidos, mas o pessoal passou a ter uma atuação diferente pouco relevante do ponto de vista da esquerda. Muitos debandaram mesmo da militância política e das leituras de orientação mais marxista. Eles eram os mais agressivos e eu achava isso interessante, pois o movimento político precisa do voluntarismo e precisa da militância de enfrentamento, desde a organização ele precisa dessas várias dimensões. E eu acho que os trotskistas tiveram papéis interessantes, embora fossem rechaçados por outros setores da esquerda [risos]. Alguns eram queridos e amigos, mas não pelo posicionamento que eles tinham. A expressão mais importante foi o Lino Perez da Arquitetura, mas existiam mais uns três na Arquitetura, a Maria Odete da Agronomia que depois foi da Apufsc.

MDH: Fale um pouco mais sobre o seu trabalho no movimento universitário.

CE: Em síntese, é importante mencionar que eu não tinha expressão como liderança política, nem voz nas assembleias a não ser quando

algun texto escrito por mim que precisava ser exposto. A minha participação política era mais como ativista na greve e dentro do CSE atuando nas salas de aula, isso aí a gente saiu com um grupo na frente entrando mesmo nas salas de aula e discutindo. Outra participação foi escrever textos para alimentar as discussões e acho que foi isso que fez as pessoas terem conhecimento da minha participação no movimento. Outra coisa importante e que faço questão de falar, pois acho que foi uma das coisas mais importantes que aconteceu na universidade talvez todos os tempos do ponto de vista cultural foi que as greves e os movimentos universitários naquela época passaram a ser muito ricos enquanto expressão cultural e musical principalmente. Claro que isso não só aconteceu por causa do movimento universitário, mas também na própria sociedade em que em todas as grandes concentrações os cantores e os artistas iam e participavam, cantavam e tudo mais. Porém, o que eu quero expressar é que eu e mais três pessoas, entre elas uma aluna da sociologia que era porta-bandeira da Copa Lorde e foi uma militante muito importante também, nós começamos a organizar os músicos, que nos ajudavam e outros também então começamos a fazer uma pesquisa sobre músicos e artistas, levantamento de nomes e organizamos um grande festival, dois dias de apresentações na universidade e ao todo foram quarenta grupos musicais, grupos e artistas solo se apresentando. Fizemos lá no ginásio do centro de esportes e aí houve as apresentações para os estudantes, tinha uma militância que estava sempre presente lá. A gente ia buscar o pessoal ou dava dinheiro para eles chegarem lá. Foi um festival de música no geral.

MDH: Esses artistas e músicos eram estudantes?

CE: Não. Nem estudantes, nem professores. Eram pessoas da sociedade sem espaço para tocar e mostrar seu trabalho e sua arte. O nosso amigo, professor de Sociologia, participou dessa organização, mas agora não recordo o nome dele.

MDH: Em que ano precisamente ocorreu este episódio?

CE: 1983 ou 1984. Foi algo muito legal. Essa ideia ficou um pouco ainda hoje, porque quando eles criaram o centro de convivência nós ocupamos um pouco aquele espaço para, nos intervalos do meio-dia,

logo após o almoço, discutirmos sobre movimento político e também levávamos as pessoas que cantavam e tocavam instrumentos. Ocupamos aquele espaço do centro de convivência durante anos e foi mais dos militantes do que da reitoria. Depois, essa parte cultural ficou de lado.

MDH: O que era o centro de convivência antes de ser ocupado?

CE: O centro de convivência foi feito como uma tentativa de colocar funções privadas dentro da universidade. Pois ali tem banco, tem cabeleireiro, tem uma livraria entre outras coisas. Nós fomos contra essa ideia desde o início, mas aí apareceu uma parte com um auditório, que era também para fazer coisas que iam ao encontro da ideia de criação do centro, porém como nossa militância estudantil universitária era grande, nós é que começamos a usar aquilo lá, o diretório dos estudantes também era lá. A questão do movimento universitário, ele continuou a ter expressão muito grande nas greves, as greves foram sempre longas tanto um pouco pelo até certo momento pelo fôlego que se tinha e em outro momento pelo fôlego que não se tinha, mas que não tinha resposta, então era algo do tipo deixa a coisa andar, pois nem o governo tinha muito interesse, e nunca teve, em conceder aquilo que se reivindicava e nem os reitores não tinham como ter uma atuação repressiva dentro da universidade e o movimento docente embora fosse entrando num certo marasmo, numa certa paralisação política sempre do ponto de vista de reivindicação econômica continuou a ter uma atuação importante. As pessoas mesmo que não fossem a assembleia aceitavam a greve como uma resposta, como uma forma de expressão do descontentamento. Tanto é que a Apufsc foi, desviando muito de sua atuação, para o lado legal. Isso foi muito interessante também, pois uma grande parte do que se perdeu de salários e essas coisas foi conquistada através de ações judiciais. Em meados dos anos noventa em diante a grande expressão para os professores era essa atuação judicial da Apufsc. As conquistas foram importantes e a militância foi se perdendo. A militância vai se perder também, principalmente porque a sociedade vai arrefecer todo o seu movimento com a abertura política, com a democracia, ou seja, volta às eleições mais livres veio a Diretas já. Vai se arrefecendo também o movimento operário, em meados dos anos 80 em diante já vai diminuindo o número das greves, claro que

ainda tinha expressão, mas foi enfraquecendo muito. O fôlego do de um movimento como o universitário não tem como caminhar a frente da sociedade, ainda mais quando o movimento universitário é muito mais um movimento corporativo de professores do que um movimento estudantil que era o que sempre teve mais agressividade e colocava mais diante das questões políticas nacionais. Mas o movimento, de qualquer forma, foi um movimento que teve uma expressão extraordinária em nível nacional, teve uma atuação interessantíssima na participação na sociedade, na organização de outros movimentos, na atuação junto com outros movimentos. As nossas greves eram greves que saíam das portas da universidade e atuavam dentro da sociedade. Quando se fazia uma luta dentro da greve tinha um pessoal que ia para as igrejas e pedia ao padre para dar um papo sobre a greve, muita gente ia fazer isso. Eu não era mais desse ramo. A gente tinha uma atuação no movimento dos funcionários públicos estaduais, no movimento dos professores do ensino público estadual, eu escrevi vários textos para eles sobre as campanhas deles, mas isso é um adendo. A militância política e a diretoria da Apufsc estavam sempre ligadas a esses movimentos. Muitas vezes se fazia concentrações juntos. Depois, tinha a militância com partidos políticos, muita gente que era militante já estava como militante no partido político lá dentro da universidade e passou a ter expressão, de certa forma, fora da universidade. Muitos tentaram ser candidatos, um a senador pelo PT, outro a vereador, outro a deputado e assim por diante pelos seus partidos. Essa coisa do crescimento do PT, eu acho que teve um duplo papel meio contraditório. Por um lado a importância das organizações que se vincularam ao PT foram muito boas e muito importantes lá no movimento pra mais do que o Partido Comunista, embora muitos do Partido Comunista tinham uma atuação relevante, não tanta, mas tinha. Porém a grande concentração era de organizações que estavam ligadas ao PT. A militância também era mais aguerrida, um pessoal mais jovem, pessoal bem atuante. Agora, tem outro lado e outro momento, um paralelo meio complicado, mas que aconteceu com a vitória de Lula para o governo. Lula quando entra no governo acaba o PT, se esfaíalha o PT do ponto de vista da sua expressão política de esquerda. Esse pessoal que saía da militância dentro do movimento e vinha para ser candidato ou

a militar no partido nas eleições em geral, esse pessoal perdia um pouco a ligação com o movimento, então houve certo esvaziamento também do movimento por isso. O desfecho para a queda do movimento, para redução da militância é a crise do socialismo real, soviético e coisa assim. Isso vai dá uma queda de ânimos, de frustração e deixou todo mundo capenga. Muita gente não quis mais nada com nada.

MDH: Qual a sua avaliação do movimento e sua atuação hoje em dia? ainda tem contato com a universidade?

CE: Com a universidade tenho pouco contato. Não tenho ido ao departamento de Economia, inclusive me aposentei por reação a uma turma de conservadores, tanto alunos quanto professores, que queriam acabar com a reforma no curso de Economia e queriam impedir que a gente avançasse na reforma. Eu já não estava aguentando mais aquilo. O espaço dentro da sala de aula já estava complicado porque o pessoal não queria nada com nada. Os conservadores são extraordinários, pois quando a ditadura militar se esgotava e a sociedade avançava em crítica e luta eles ficaram em silêncio. Agora, quando houve a queda do socialismo, da União Soviética, a reação conservadora foi violenta. De lá pra cá a dificuldade dentro de sala de aula para discutir não só marxismo, mas questões críticas do capitalismo e da sociedade se tornaram mais complicadas. É por isso que eu disse a mim mesmo: não vou ficar mais aqui, saí antes do tempo, me aposentei, pois não tinha mais ambiente. **Tenho muitos amigos no departamento e na universidade**, mas vou pouco lá. O que tenho feito é muito trabalho de pesquisa, de lá pra cá eu organizei um grupo de pesquisa do Dieese [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos] e ficamos uns três anos, produzimos três textos grandes, três relatórios de pesquisa grande. Dali eu fui para FURB [Universidade de Blumenau] e fiquei também uns três anos fazendo estudos regionais sobre mercado de trabalho, sobre a questão de demandas educacionais para os trabalhadores, pesquisas sobre as expansões de trabalho e de profissionais nas fábricas. Depois fui convidado por um pessoal conhecido da UFMT em Cuiabá, para fazer um estudo numa comunidade isolada lá no noroeste do Mato Grosso para montar uma fábrica de biodiesel para produzir energia para comunidade e para se tornar um

campus avançado em termos de laboratório da área de Química, porque o pessoal estava ligado a área de Química e do biodiesel. Agora soube que isso parou por um ano e pouco por falta de recursos, embora o Lula tenha dito que aquilo lá era a menina dos olhos dele porque é o único projeto em comunidade isolada de biodiesel no Brasil, então por ele daria resultado apesar da dificuldade de localização. No entanto, os ministérios tiveram uma atuação burocrática que dificultou muito. Fiquei lá menos de um ano. Tentamos elaborar outro projeto para municípios lá do norte do Mato Grosso para exploração de polpa de frutas e também para produção de biodiesel em áreas de reforma agrária, para criar condições para que as famílias que receberam terras terem como sobreviver. Agora o que faço é ajudar um pouco um centro de pesquisa da UFSC chamado CEPED (Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres). É um trabalho de engenharia, mas atua na área de desastres e a partir desse ano e desse grande desastre no Vale do Itajaí fui chamado por um professor para elaborar projetos para formular os planos de risco, os planos de redução de risco, trabalhei aí três ou quatro meses na elaboração do projeto para os municípios. Aquele que encaminha para o ministério da cidade. E aí fiquei recluso. A defesa civil sabia quais eram os locais mais perigosos.

MDH: podes fazer uma avaliação política geral, avaliar a validade e utilidade da teoria marxista?

CE: Tenho lido muito, mais agora do que na universidade, na amplitude e diversidade dos temas e das ciências. Nunca fui um militante que deixou de ver teoria clássica ou neoclássica, Keynesiana ou que usava só a Economia e não a Filosofia, não a Sociologia, não a Política, ao contrário. Sempre tive isso bem claro. Pensava e penso que a sala de aula fecha muito a pessoa porque o professor tem que dar conta de várias questões burocráticas. Já quando você está mais livre, você também está mais solto para ler muito mais coisas, então eu abri mais espaço para leitura. Embora que enquanto de faz apenas a pesquisa ela também limita por causa do foco, ela não permite abrir leitura para outras coisas, e isso me enche o saco, pois eu gosto de ficar mais aberto para ler muita coisa. Eu sempre gostei de fazer essas leituras. Eu tenho uns sites que eu tenho lido bastante, um é anarquista e o outro me pa-

rece que é do Partido Comunista português e são locais em que autores como Wallerstein e outros grandes autores publicam seus artigos, então eu vou lá e leio e guardo na minha pasta. Eu tenho uma pasta enorme com textos sobre todos os tipos de assunto, principalmente sobre as grandes questões mundiais as quais eu acompanho sempre. Eu não escrevi mais e eu também não parei para isso porque eu quero fazer também outras que não só a produção intelectual. Mas no geral, é isso que eu tenho feito mais e também estou voltando a ler muito da filosofia marxista e também muito sobre a questão ambiental.

MDH: E a crise na economia, o senhor está por dentro?

CE: Acompanhei bastante, li muitos textos que saíram sobre os Estados Unidos, Europa, América Latina, e não vejo muito, dentro dos bons textos, algo que fuja do campo da crítica marxista. Eu acho que, com relação a questão do imperialismo, a questão da crise do capitalismo, a questão da teoria da exploração, a questão da relação política e econômica, da questão da guerra como centro do imperialismo, essas questões que foram discutidas muito por Lênin, que foram discutidas por muitos autores marxistas não deixaram de ter importância e presença real no mundo. Agora o que não tem é aquilo que nunca teve, ouseja, achar que terá uma crise que vai acabar com o capitalismo e essa é a última grande crise, alguns caras até escreveram recentemente sobre isso, isto é, se essa é uma crise do imperialismo ou uma crise dos Estados Unidos. Mas isso não significa que uma grande crise do sistema esteja na porta. O capitalismo tem a capacidade, pois, de empurrar para frente os seus limites, jogando para cima da sociedade, principalmente da classe operária, não só da classe operária, mas principalmente da grande massa, do exército de reserva e do exército que não é mais de reserva já é um exército de vagabundos e inúteis, ou seja, os chamados vagabundos lá dos séculos passados que surgiram de acordo com Roberto Castel no livro *Metamorfose Social*, que mostra desde 300 d.C. em diante como a camada da pobreza vem sendo tratada tanto pelos reis quanto pelos governos e como surge a questão do assistencialismo. E como a política vem sendo construída e desconstruída nesse processo pavimentam fazer de conta que alimenta a grande massa. De certa forma, a política do Lula está ligada com

isso. Tem um pouco de política de igreja, política de assistencialismo. Tem importância e tira da morte imediata muita gente que morreria por fome ou coisa assim. Isso no meio rural ou nas pequenas cidades que são locais que o salário é muito pequeno tem muita importância, ou seja, programas de bolsas, cestas básicas e coisas assim. Não é esse o caminho e não deve ser essa a forma adequada de tratar a grande massa do povo. Porque isso, queira ou não queira, é manipulação política. O caminho socialista mesmo que não seja por revolução pode gerar avanços sociais importantes. Agora, não tem como e não se deve fazer, e o Lula está fazendo muito, a manutenção da dívida pública, hoje muito mais interna do que externa. Se gasta cinquenta e poucos milhões de dólares por ano em pagamento de uma dívida, acho que é mais ou menos isso e, simultaneamente, você concede migalhas a uma massa de pobres, muito pobres. Ele poderia não ele sozinho, claro, mas através de pressão e luta social com avanço político das massas, fazer pressão para que esse juros deixassem de serem pagos. Também, não se pode tirar mérito do Lula em várias questões. Mas, por outro lado, o governo Lula acabou com um projeto político. Não ele sozinho, pois esse projeto já vinha degradingolando dentro do PT e dentro dele um conjunto de pessoas, militantes até, participaram de jogo sujo dentro do partido e fora do partido. Tinha o Lorenzetti, por exemplo, Jorge Lorenzetti que era um grande militante político dentro do movimento e que acabou tendo essa participação lá naquela coisa do Mato Grosso e acabou sendo preso junto com outro cara, portando uma mala de dinheiro. Não dá par discutir em pouco tempo e sem uma preparação melhor de roteiro tanto as questões do capitalismo quanto as questões do marxismo e da economia política brasileira. A expressão política de Lula é incontestável, assim como a popularidade dele. Por outro lado, no ponto político, principalmente para os movimentos sociais e políticos mais críticos, a tentativa do governo Lula de fazer da para a sociedade uma democracia real maior foi um desastre, assim como o jogo político que está acontecendo no Congresso, pois Lula e o PT têm participação grande nesse tipo de negociações.

MDH: Talvez o senhor venha acompanhando o processo que está ocorrendo em Honduras, o golpe de Estado, a militarização da Colômbia-

bia, o avanço de Chávez. Como o senhor avalia a repercussão desses fatos no Brasil? O senhor acredita que, como nos países mencionados, com o acirramento da luta de classes, existe o perigo de voltar uma ditadura militar para os países da América do Sul?

CE: Penso que não. Esse é um período de avanços que caminham no sentido de Chávez. Pois, Chávez representa a ponta mais avançada dessa luta social e política, embora, com suas características próprias. Mas com importantes avanços na luta e nas conquistas sociais e que não saem aqui, não saem na imprensa brasileira e que não tem como sair já que a luta dele é contra a *globovision*, que é um meio de comunicação que quem domina é a globo, então fica fácil de entendermos. A imprensa, no geral e no caso brasileiro, se tornou mais conservadora do que a sociedade. Então, esses avanços na Venezuela, no Peru, no Chile, na Argentina, no Uruguai, Paraguai fez com que a reunião da OEA para discutir a questão entre a Colômbia e o Peru e outras questões tivesse em outro patamar. A presença de Lula e de outros governos foram muito importantes. A OEA não tem mais a expressão de ser uma ponta de lança do imperialismo americano dentro da América Latina, isso é muito importante. Essa coisa dos Estados Unidos estarem atuando na Colômbia já vem de muito tempo, a operação condor ser revitalizada na direção de fazer bases no Paraguai e coisas deste tipo faz parte de uma estratégia que não é recente. Quem sabe é uma resposta a alguns avanços políticos que a sociedade Latino Americana conquistou e, inclusive, avanços que estão ligados à fragilidade decorrente da apresentação de uma crise em alguns aspectos reais que o próprio governo dos Estados Unidos enfrenta como expressão destas relações imperialistas. Nessa perda de legitimidade do governo americano, principalmente agora a pouco com Bush, aconteceram algumas mudanças políticas importantes dentro da América Latina. Não digo que não tenha tentativa de golpe, pois isso sempre está presente na América Latina, porém, o quadro não caminha para isso, até porque também o outro lado não tem aquilo que seria a chama, seria aquilo que daria supostamente a legitimidade para eles. Qual é o movimento popular de expressão que tem na América Latina senão movimentos camponeses? Que também estes estão perdendo o fôlego. O caso brasileiro em que também vão se fragmentando dessa forma e, além do

mais, é mais fácil de matar seus integrantes, pois quando não é a polícia que mata, são os jagunços dos fazendeiros. No campo é diferente. No campo a guerra é eternamente, no sentido de que não há refresco. O que matam de gente no sul do Pará, e o que matam de gente no meio rural e no nortão do brasileiro não passa no noticiário. Não rende notícia porque são pessoas que não possuem identidade nacional. Identidade do ponto de vista político e mais abrangente que possa ter expressão. Como diz uma música “a minha dor não sai no jornal”. Assim como a dor da gente não sai no jornal, a morte de muita gente também não sai no jornal. Não me parece que na América Latina tenha espaço para ditadura militar e para invasões, salvo alguns casos específicos que podem acontecer. Queria dizer algo para vocês da Sociologia. Na Sociologia [refere-se ao curso de Ciências Sociais] o movimento teve um espaço muito grande, as discussões, os avanços, as lutas políticas para conquistar espaço no departamento tiveram muita importância. Mas, num certo momento, aquilo que foi conquista se tornou paralisia, isto é, muito da reação contra um movimento maior e mais forte surgiu dali, dentro do corpo docente e de pessoas que eram militantes. A mesma coisa no centro da Educação e no centro de Humanas em geral. Aquilo, então, que foram conquistas passou a ser um trabalho enfadonho, passou a ser uma coisa sem relevância que era ser a chefia do departamento e querer assumir a direção do centro. O que eu vi na área da Sociologia assim como na área da Ciência Política foi uma fragmentação violenta, no campo da pesquisa então eu nunca vi tantos núcleos fundados por dois, três professores. Não vejo um grupo de professores, não tem uma discussão, uma interligação, uma rede de ligação. Isso faz com que o campo político caia muito. Tem só mesmo o pessoal de partido político que faz uma militância mais política. Conversando com minha esposa, pois ela fez Sociologia, eu fiquei apavorado em saber que a ideia de exclusão social que não é uma discussão exclusivamente do campo marxista, mas apenas uma discussão sobre o reverso de exclusão social, que é a integração, a inclusão social na sociedade tal como está. Essa ideia não era permitida, era proibida de ser discutida em sala de aula, e isso entre pessoas que eram da militância política. Eu fiquei apavorado com algumas coisas que não se permitiam e outras coisas muito restritas como literatura e assim por

diante. Outro ponto que vocês tocaram foi à questão do marxismo. Hoje você olha a literatura internacional e em alguns sites você vai ver que existem muitos movimentos de revitalização das leituras e estudos de grupos de intelectuais na França, nos Estados Unidos, no Canadá e em muitos outros países. Têm uns sites, inclusive, interessantes sobre isso. Os grandes caras que ainda contribuem para o entendimento das crises, a questão das guerras, a questão do imperialismo e todas demais questões são pessoas que sendo ou não marxistas escrevem com uma visão nesse campo. São fundamentais se quiser entender esse mundo. Eu estou estudando Lesi. Que é um cara, para mim o melhor da área de questão ambiental. Questão da racionalidade ambiental que estou querendo discutir. Tem questões importantes na discussão dele e de crítica a ciência, da racionalidade instrumental. Na sua crítica ele incorpora algumas coisas do marxismo. Acontece que, apesar de ser bom, não dá conta de discutir a realidade mundial, pois se concentra muito na questão ambiental. Por isso, acho que o marxismo continua sendo tanto na Economia quanto na Sociologia, Filosofia e Política uma fonte extraordinária. Eu não diria nem só Marx, mas os atuais que ainda utilizam ou têm um conhecimento embasado no marxismo. Se vocês querem escrever sobre algo escrevam sobre pessoas úteis naquele momento, todos estiveram ali tiveram alguma utilidade. Mas, ninguém seria útil se não fosse o movimento social amplo e principalmente operário, não quero carregar essa ideia exclusivamente para o operário, mas o operário nos anos 1970 e até meados dos anos 80, até 83 teve uma importância extraordinária.

MDH: Naqueles estados ou em âmbito mais nacional?

CE: Teve também. Veja o seguinte, é que foi meio tardio, pois na feira as coisas acontecem mais tardiamente. A Novembrada teve uma expressão política extraordinária no âmbito nacional. No início ver uma porrada na rua de uma pessoa no momento em que a ditadura ainda estava toda e que a estatua que era a expressão do militarismo foi derrubada e quebrada e o movimento na frente do palácio com aquela agressividade. Isso teve uma importância extraordinária, Não teve uma importância como teve a morte do Herzog na prisão e outros episódios que aconteceram. Depois, já mais tarde em 89 houve uma

greve em Blumenau que depois teve um movimento político importante que até o PT chegou a ganhar a eleição mais tarde lá, vem dali do movimento operário têxtil que teve influências extraordinárias dentro daquela sociedade local e aquela sociedade ali é marcada por nazismo, fascismo ainda hoje fortes. O movimento têxtil lá foi tão grande que, além de obter conquistas reais e salariais, mudou toda a estratégia do empresariado de Blumenau. Elaboramos um relatório aqui no Diário onde usamos entrevistas que continham depoimentos que afirmavam “aqui não é mais lugar onde dá para investir em indústria têxtil, não dá, lugar onde o operário está organizado, onde o salário aumenta. Nós vamos para o nordeste.” Essa coisa da guinada do empresariado em ir para o nordeste não está ligada apenas à guerra fiscal e incentivos fiscais do nordeste. Eles acabaram também com o movimento operário pela ameaça de desemprego, de fechar a fábrica e sair. De qualquer maneira, aconteceram movimentos importantes aqui. Como dizia: as pessoas têm importância, mas dentro da preponderância do que é dominante em nível nacional, em nível dos movimentos sociais. O movimento dos professores só pode ser visto dentro deste quadro. E isto está na História dos movimentos universitários. Não tem como estar a frente do que a sociedade, a não ser no campo da ciência, mas em termos de movimentos sociais e políticos se eles seguem a frente e depois começam a recuar, pois a expressão social e a visão social das pessoas que entram na universidade estão sempre marcadas por uma forte presença da classe média e das elites e quem vai para universidade como eu, que sou filho de pescadores artesanais, ou pessoas de origem operária ou camponesa que entram na universidade têm dificuldade. Eu tinha grande dificuldade em me apresentar como ser político naquele meio em que existiam pessoas com o pescoço mais erguido que o meu. É muito importante esse negócio das relações político sociais dentro da universidade e até mesmo da militância. O conjunto da universidade é sempre a expressão de interesses que já estão mais consolidados dentro da sociedade. Pode haver militâncias com o objetivo de transformação social mais profunda. Mas, no geral não. Em geral há limites muito claros, próximos de uma democracia ou uma democracia avançada, avançada no sentido de obter apenas certas conquistas sociais maiores. Quando as conquistas sociais e econômicas

dos professores, além de outros motivos de acasalamento, os deixou em situação mais confortável do que no início da universidade, isto é, no início da universidade pouca gente tinha suas casas. Quem possuía casa, eram casas pequenas ou apartamentos alugados. Hoje a maioria não é assim. Está bem situada e tem casas na praia e na cidade, bons apartamentos. Mulheres e homens casaram com os próprios professores e professoras, outros casaram bem na sociedade, algo que ocorreu com muita gente. Acho que hoje a situação dos professores em relação ao que fomos na década de 60 até meados de 80, acho que os professores estão relativamente bem economicamente, possuem bons carros, boas casas coisa que não era muito frequente naquela época, pois a maioria ela auxiliar de ensino e muita gente não tinha dedicação exclusiva. Havia também muitos jovens solteiros e não tinham como ter grandes bens materiais. Hoje a maioria casou, tem filhos, constrói casas. Aí vem a situação de acomodação por causa das posses materiais e também porque as questões políticas mudaram muito e assumem uma direção mais de aceitar o estado em que a sociedade e a política se encontram. Desta maneira o espaço para lutas políticas mais profundas estão relativamente bloqueadas. Eu vejo isso tanto no campo estadual quanto nacional. Também vejo um caminho conservador ainda maior nessa próxima aliança política que o Lula vai realizar.

ENTREVISTA 3

Entrevistado: CELSO MARTINS (CM)

Entrevistador: VAGNER BONI

Entrevista concedida ao MDH em agosto de 2009

MDH: Apresente-se, por favor.

CM: Meu nome completo é Celso Martins da Silveira Júnior. Nasci em 23/11/1955 em Laguna, Santa Catarina. Descendente de famílias açorianas por pai e mãe. Portanto, Luso-açoriana, porque o açoriano não é um objeto especial. Ele é português, só que originário dos [arquipélago dos] Açores. Vim para Florianópolis com cerca de três anos por volta de 1958 ou 1959 – minha mãe não tem bem certeza. Moramos os três em Barreiros e depois no Estreito – depois morei na Agrônômica para começar os estudos. Depois me criei na Trindade – ali junto à UFSC. Meu pai era funcionário da Universidade. Outro tio meu, com quem ele tinha morado para poder estudar na Agrônômica, o Antônio Miroski, ele era também funcionário da Universidade Federal. Então eu acabei... Acabei me criando e do que eu me lembro da minha formação foi toda ela na Trindade. E depois eu também estudei no Colégio de Aplicação que era dentro da Universidade. Então eu acabei é... Eu acho que acabei sendo um privilegiado naquele tempo porque os meus pais moravam em Barreiros e eu fui morar com o meu tio Miroski, na Agrônômica – Padrinho e madrinha, eles se

chamavam Albertina e Antônio Miroski – em função do colégio que tinha lá em Barreiros não era muito... O colégio tinha recém-aberto e não tinha bons professores – não estava bem formado. E tinha o [colégio] Padre Anchieta na Agrônômica onde tinha possibilidade de ir eu estudar, eu morava bem na frente, ali na [Rua] Joaquim Costa. E o meu tio que era, vamos dizer assim, de classe média. Ele tinha já aparelho de televisão – coisa rara naquele tempo da década de sessenta. Ele assinava as revistas... A Manchete... Ele assinava o Estadão de São Paulo e o jornal *O Estado*, daqui. Então os meus primeiros... E tinha uma máquina de escrever onde eu comecei a datilografar meus primeiros poemas e coisa tal. Então foi assim, quando eu digo que fui privilegiado foi nesse sentido, em termos de acesso a informação. Eu ia sempre ao cinema com eles, viajávamos pela região. Depois ingressei no Colégio de Aplicação, estava dentro da Universidade. Os professores todos davam aula na Universidade. Havia aquele ambiente de atividades da própria instituição. Então, vamos dizer assim... Bom, essa foi minha formação.

MDH: E o seu contato com o movimento, a militância, e o movimento estudantil daquele tempo?

CM: Em função de ter acesso a todas essas informações e poder todo dia ler o Estadão, pelo menos folhear o Estadão, o Estado e toda a semana a Manchete e acompanhar o noticiário na TV, no rádio – se escutava muito rádio também. É... É eu sempre fui muito... Passei assim desde novinho assim ligado nos acontecimentos tanto internacionais quanto locais. E comecei a fazer poesia e coisa e tal, então tinha aquela sensibilidade, assim vamos dizer. E eu me lembro que um dia em que ele estava almoçando e não sei porque cargas d'águas esse meu tio, o Antônio Miroski – ele nunca foi um cara de esquerda; ele nunca... ele era um cidadão consciente de seus direitos, coisa e tal. Mas não era... Não tinha posicionamentos propriamente. Mas ele me disse um dia que pessoas que eram presas levavam surras com toalha molhada nas costas. Aquilo me impressionou. Aquilo me chocou como se o mundo tivesse se desencantado assim, porque... Sei lá, aquele noticiário que a gente via de coisas que ocorriam fora, distante, e a gente... Eu achava que aquela violência não estava próxima dali. E aí começou a ... Dali

para frente a quilo me despertou. Por uma alma [inaudível] existe uma ação maligna [em tom bem-humorado] aí no meio da sociedade... tem alguma coisa. Este foi assim o despertar. Isto até hoje tenho que foi a partir deste momento que eu comecei a ver as coisas de uma maneira mais crítica, a questionar né! Pô! Não 'tá certo. Essas coisas assim que a gente começa a indagar e começa a raciocinar e a refletir e buscar respostas informações a respeito e enfim vai se inteirando e formar uma opinião, toma uma posição as vezes né!? Depois o fato de eu estar no Colégio Aplicação, é... Ali tinha na época... Bom, a gente descia – eu morava na trindade lá próximo ao supermercado Comper – descia aquela rua que vai para a biblioteca, aquela rua geral – a principal da universidade. A gente tirava o sapato e ia descalço. Na universidade lavava o pé do barro e colocava de novo o sapato porque não era pavimentado. Só tinha o prédio do Básico, o museu da Antropologia... E aí a Reitoria e a Engenharia lá atrás. Era o que tinha. O resto era tudo ou vegetação, floresta ainda remanescente, ou campo, porque ali era um antigo campo agrícola. Eu me lembro que tinha umas capoeiras que já eram – agora a gente fica sabendo que era – uma floresta em regeneração. Mas, enfim, era um descampado assim né?! E depois surgiu ali o HU, aliás... O RU – o RU é bem antiquinho. Depois é que veio aquele ali na frente... O... [silêncio].

MDH: O Centro de Convivência.

CM: Sim. E aí surgiram aqueles blocos modulados que tem ali da Química, da Física e da Matemática, né? Surgiram aqueles ali eu me lembro. Aí depois, aí foi surgindo o CED. Fizeram a prática desportiva lá... As instalações lá... Eu me lembro de que foi nessa época, anos 1970 ainda, final dos anos sessenta, começando anos setenta. Isso era mais ou menos fisicamente a universidade. Em termos de Movimento Estudantil... É, eu sei que depois do Congresso de Ibiúna [Ibiúna, estado de São Paulo. XXX Congresso da UNE, em 1968], com a prisão do pessoal do congresso de ibiuna e coisa e tal, porque na época as principais forças era do Partido Comunista e da AP [Ação Popular] aqui... Houve uma... Algumas pessoas mais ligadas a direita tomaram o movimento estudantil e tocaram a gestão dos diretórios acadêmicos da maneira como acharam. E aí nos... É... Vamos dizer assim... O DCE

estava com eles e coisa e tal. Mas tinha o DACBM. Eu me lembro de muito do DACBM [Diretório do Centro Biomédico] que era Diretório Acadêmico de [do Centro de] Estudos Básicos. DACEB!

MDH: DACEB?

CM: DACEB! Funcionava onde é hoje o Centro de Comunicação e Expressão, aquele prédio novo. Era numas casinhas de madeira, madeira azul na horizontal. Madeirinha trançada na vertical. Tem algum prédio lá ainda? Esses dias eu vi um prédio que disseram ali perto da História com essas madeirinhas, que é igual aquele lá.

MDH: Tem ali e na Arquitetura não é?

CM: Isso mesmo. Me lembro dos revolucionários que tinham ali, do pessoal de esquerda. Nery dos Santos; Daniel Silva, que é professor da Engenharia – o Nery também está na Engenharia – ; Cirineu Martins Cardoso, o falecido poeta e... Economista; Vera Bazzo. Na sequência lembro-me que houve uma coisa muito importante para Florianópolis que foi o chamado Centro Catarinense de Cultura, o CECUCA.

MDH: CECUCA?

CM: É. Foi uma primeira iniciativa do Pessoal da AP, principalmente o Soccas, João Tadeu Soccas, que é professor da Engenharia hoje, junto com a Cleusa de Souza, que é professora de história, trabalha com vídeo e alguma coisa lá na Universidade ela. E ali tinha... Eu me lembro que tinha o Jorge Lorenzetti, o Ronaldo... Ronaldo... Agora não me lembro do sobrenome do Ronaldo. Foi casado com a Vera Linhares.... Depois a Vera Linhares faleceu – Aquela rua que sai do Corrego Grande e vai para o acesso a Lagoa é a rua Vera Linhares. Então, esse centro de cultura a sede era no Colégio Coração de Jesus...

MDH: Coração de Jesus...

CM: Lá no Centro. Realizamos duas feiras de livros na Praça Pereira Oliveira, um Congresso Estadual de Estudantes Secundaristas no próprio colégio. Veio gente do Estado todo. E trouxemos o Sérgio Ricardo para fazer um show aqui. Aquele que ficou famoso não por suas canções, mas por quebrar o violão ao ter sido vaiado em um

festival da canção. Ele fez um show muito com muita gente. Sérgio Ricardo uma pessoa, digamos, politizada, engajada musicalmente. As letras de algumas músicas eram músicas para estimular a militância, animar o pessoal. Foi lá no Auditório da Escola Técnica [Hoje IFSC – Campus Centro].

MDH: [Escola Técnica] Já era lá embaixo na [Avenida] Mauro Ramos?

CM: É lá onde é ainda hoje. No mesmo lugar onde é o auditório.

MDH: Estavas no movimento secundarista ainda?

CM: Eu estava Colégio de Aplicação. Isso. Dentro do Colégio de Aplicação foi criado no primeiro ano em que eu entrei. A gente entrava lá no ginásio... No primeiro ginásio, no primeiro ano do ginásio. E o segundo grau – o ensino médio na época – era quatro anos no ginásio e três anos no científico. Certo!? Então a gente entrava lá. A gente fazia um exame de admissão para poder ingressar. É... Não era por sorteio. Na época era por exame de admissão. Fazia, mas eu acredito que era apenas para filhos dos funcionários da Universidade. Hoje o sorteio acho é geral, acho. Não sei como que é. E aí vim, inclusive fiz um curso preparatório para esse exame de admissão no Colégio Catarinense. Na verdade eu fiz o preparatório para o Colégio Catarinense. E aí fiz o exame de admissão lá e passei. Só que eu passei também no [Colégio de] Aplicação porque é no lado de casa né!? E o Colégio de Aplicação se... Se... Surgindo assim com... Como de ponta assim na área pedagógica, didática. E realmente era. Realmente era. Eu me lembro que as nossas aulas eram todas no laboratório. A gente nunca tinha aula na mesma sala. Era raro. Era raro assim duas... Acho que era quando coincidia matemática – porque matemática a gente fica em sala – e desenho nem sempre a gente saía. Tinha algumas aulas... Coincidia de duas, três vezes, de o dia inteiro a gente ficar na sala. Mas a regra geral era a gente sempre estar uma no laboratório. Porque tinha o laboratório... A sala de artes... De educação artística. Tinha a educação física que a gente ficava fora. Tinha o laboratório de física, de química e de biologia. Que inclusive a gente passou a utilizar os laboratórios do bloco modulado ali dos cursos de química e física e de biologia. A gente passou a utilizar aqueles laboratórios

ali a partir de determinado momento. E tinha outro... Tinha outro... O laboratório de História Oral também, de... De línguas, o laboratório de línguas que a gente aprendia usar aqueles primeiros equipamentos que vinha de projeção de slides, gravador para tu, sabe... Era umas tecnicazinhas mais modernas e coisa e tal. Então dentro do próprio colégio, realmente o colégio aplicação, era fantastico assim...

MDH: Já tinha contato com os estudantes da graduação?

CM: Olha, eu vou te dizer uma coisa... A maior parte dos estudantes lá eram filhos da elite aqui da cidade, né. Então era um pessoal mais sossegado assim... Então lá para fazer... Gente assim que eu fiz grande amizades assim... Sou amigo de muitos até hoje. Só que eles ficavam na deles. Eu tinha contato, muita gente tinha contato. Até outras pessoas, as gurias namoravam com algum aluno ou namoricava lá com algum estudante da universidade e coisa e tal. E a gente ficava tendo... Esse contato era natural porque a gente participava das atividades da própria universidade. Muitas exposições, palestras... Estava sempre junto. O próprio museu, a gente estava sempre presente lá...

MDH: Falávamos sobre o movimento secundarista. Década de 1960, começo de 1970.

CM: Olha! Eu entrei para o Colégio de Aplicação acho que foi em 1967 para 1968 ou por aí. E ali por 1969 a gente já estava fazendo... Pois então aí surgir... Uma das coisas que surgiu ali é o governo comunitário – que hoje é Grêmio Estudantil [do Colégio de Aplicação – GECA]. Mas o nome era governo comunitário. O projeto é que se tivesse um executivo e um legislativo. A experiência do legislativo nunca... Nunca, acabou nunca vingando... Nunca deu certo. Eu não me lembro porque. Eu acho que nunca ninguém se encarnou em ser vereador dentro do colégio.

MDH: Quem propôs isto? Quem estruturou isto?

CM: O professor Neto. Esse homem virou lenda porque a gente lembra dele ali. Ele era professor de história. Ele criou isso. E depois ele desapareceu. Eu não sei quem é, e qual o sobrenome dele. Eu me lembro que esses dias eu tinha uma foto que entreguei lá para o Colégio

de Aplicação e ele aparece numa foto dessas. Cara, aí viro lenda porque uns dizem que ele desapareceu. Outros dizem que prenderam. Que demitiram. Enfim, esse professor desapareceu. O professor Neto.

MDH: Demitiram pela proposta do governo comunitário?

CM: Não sei. Não sei.

MDH: Ou naquela época não tinham ideia... Perseguição?

CM: Não sei qual é... É... Eu não sei quem é esse professor. Eu me lembro o professor Neto, assim. Assim, nessa época eu tinha 10 para 11 anos por aí. 11 para 12 anos... Então eu não tinha assim muita... Estava ligado lá. Participei desse momento de criação do colégio... Do governo comunitário e... Depois virou centro, hoje é gremio, né?! Ou centro acadêmico...

MDH: GECA.

CM: É, grêmio estudantil. Então, isto é interessante porque foi a própria, o próprio colégio que criou isto. Isto nos estimulou a participar. E a gente como tinha contato com o movimento estudantil incipiente ali da universidade que era basicamente o da DACEBN. O DACEB do Básico. A gente acabou tendo essa influência ali. A gente aprendeu, aprendeu ali com eles as técnicas ali de uso de estêncil, tanto o estêncil à máquina quanto estêncil eletrônico que possibilitava gravura de... De contraste, né. Preto e branco. Não se prestava muito bem ao cinza, mas o preto e branco ela transcrevia legal. Era um sistema de fotocélula que sensibilizava. Num rolo ia o original, no outro ia o estêncil e aí girava aqueles doze rolos. E daí havia uma transmissão e era gravado. E também jornal mural. A técnica de jornal mural que a gente não sabia. E as ideias de contestação do regime, de resistência, de luta contra a ditadura. Isso aí, é... Foi isso que marcou o centro ali. E ali... Essa história do Colégio [de] Aplicação é interessante porque de estímulo a participação, né? Porque eu me lembro que naquele período surgiu também a olimpíada com torcida organizada de cada sala. Tem até hoje isso. Tinha, não sei se tem mais as jornadas científicas onde as pessoas preparavam materias nas áreas de química, biologia, de física. Isso era superinteressante porque era

um conhecimento assim fantástico de a gente ter, né!? E... Depois eu acabei dirigindo. Eu fui dirigente ali do governo comunitária mais algum tempo. A gente fazia jornaiszinhos lá na época, né. É... Eu lembro que a gente fez “O Donzelo”, “O Democrata” e outros. E eram todos em estêncil eletrônico. Eu me lembro que era... A ideia de jornal mural era por quê? Porque se as notícias estavam publicadas no jornal ou na revista é que já tinha passado pela censura, então, em princípio, nada impedia que a gente recortasse aquelas matérias citando as fontes. Colasse numa folha de cartolina e fixasse aquela cartolina em algum lugar. Essa era a ideia do jornal mural, né. Exatamente porque se a gente digita, se a gente datilografasse algum texto, elaborasse algum texto e colocasse ali, a gente poderia ser processado por causa daquela porcaria daquele texto.

MDH: Mesmo se fosse um texto publicado no jornal? Não?

CM: É... Por via das dúvidas a gente colocava o próprio jornal, né!? Eu digo assim de a gente mesmo elaborar um texto, e dar uma opinião. A gente acabava dando uma opinião, expressando, tentando mostrar alguma coisa através daqueles vários recortes, entende? Tentava mostrar algum quadro através daqueles vários recortes. A gente não elaborava um texto para dizer olha está acontecendo isto, está acontecendo aquilo. Porque por aquilo a gente poderia ser processado, entende? Poderia ter uma perseguição por ali. Havia um medo muito grande, né. Era um clima de tensão terrível. A gente não tem liberdade para falar das coisas, né? Quando era assunto assim de... Ligados a... a resistência à ditadura era tudo feito em silêncio. Na... Em tom baixo de voz assim. Em local discreto. Não se expressava a opinião publicamente. Era difícil. Isso era terrível.

MDH: Sendo que para as crianças, os jovens e os adultos também, geral?

CM: Tudo. É por exemplo na época teve os alunos ali da universidade. Teve um período em que eles fizeram uma jornada de protestos com relação a alimentação do RU no início dos anos 1970. Eu me lembro que a gente... Que na época foi uma campanha para ter o direito à repetir. Porque antes era uma porção e terminou aquilo... E daí houve

uma campanha grande. A gente ia para a mesa, todo mundo – isso era combinado, que entraria todo mundo – sentava espalhado, certo?! E aí a gente começava, pegava os talheres e começava a bater na mesa: RE PE TÉ CO RE PE TÉ CO. Sabe, e aí aquilo ali pegava o RU inteirinho berrando aquele troço ali. E aí eu fiz um texto para o jornal do governo comunitário. E ele, esses textos, eles eram levados para a direção.

MDH: Passavam antes por?

CM: Passavam pela direção do colégio. Em geral era liberado. Em geral eles liberavam. Mas esse texto aí, ele ia à capa. Ele foi todo... Tinha-se um verniz corretor que utilizava para apagar, né. Para apagar e datilografar em cima de novo de um erro que se fizesse. Ele veio todo coberto... A censura era feita com verniz corretor. Eu não guardei nenhum exemplar desse. Até um tempo atrás ainda tinha. É que houve uma enchente em Joinville e umedeceu tudo e aí grudou um no outro. Fui obrigado a descartar. Não tinha mais como... Se descolasse um levava uma parte do outro, enfim. E se deixasse secar, consolidava uma massa. Mas tinha censura assim, né. O próprio jornal mural a gente encontrava dificuldade. Às vezes sai umas notícias, teve umas notícias ali que dava muito bichicho e aí vinham e teve uma época que... Uma vez a gente teve que tirar. Isso tudo que eu estou falando é até 1973. É um período entre 1967, 1968 a 1973. Porque em 1973 eu saí do colégio. Inclusive, eu saí de casa. Morei em Criciúma, em Porto Alegre. Voltei e fui servir o exército.

MDH: Mas tu não tinhas terminado?

CM: Não terminei. Eu fui terminar minha formação acadêmica... O ensino médio eu fiz supletivo da secretaria da educação. Fiz em várias etapas, inclusive, com diferença de dez anos de uma para a outra, eu acho. Porque a gente – eu não sei se hoje é ainda assim – poderia ir eliminando as disciplinas. E quando eliminar a última pega o diploma. E fui fazer um curso superior em história agora entre 2003 a 2007 na UDESC. Eu fiz história, né. Antes eu não tinha feito. Então esse período, essas coisas todas que eu estou falando: CECUCA, governo comunitário, esse período de aprendizado no Colégio de Aplicação. Agora eu me lembrei do que eu estava falando houve a interrupção.

Quem é que estudava no Colégio de Aplicação? Era pessoas mais ligadas as elites da cidade. Que estudavam no [Colégio] Catarinense, no... [Colégio] Coração de Jesus. E passaram a ir para o [Colégio de] Aplicação porque era uma novidade. Uma vanguarda pedagógica. Uma universidade federal que estava se criando na cidade. Então tinha toda aquela expectativa que correspondeu. Eu particularmente, até hoje, eles tentaram me ensinar bastante lá, coitados. Fizeram um esforço grande, eu posso não ter aprendido, mas eles se esforçaram muito para que eu pudesse... Foi muito legal. Eu gostei bastante. Mas era isso. Aquele período... Ah! Ainda no Colégio de Aplicação é importante destacar. Tinham um professor. Tinha três professoras que eram fantásticas lá. Que era a Tânira, Telma, e Tânia Piacentini. Três irmãs. A tânira, particularmente, era bem mais ligada. A tânira. E um pouco com a Tânia que era na época casada com o Emanuel Medeiros Vieira. Ela também era ligada, ela dava aula para mim, mas não tanto quanto a Tânira. A Tânira era... Ela era não sei o que da nossa sala. Era regente?! Não. Não sei se é regente, acho que é. É, tinha o regente de classe. E ela era nossa regente, a professora acompanhava nossa turma mais de perto. E aí ela tinha amizade muito grande com a gurizada, com todo mundo. E estimulava. Ela dava aula de português. Estimulava. Enfim, estava sempre presente. Ajudava na gincana. Participava muito. Na casa dos pais da Tânira no Estreito. A gente, naquele período em que eu estava no Colégio de Aplicação, acontecia, quase todo final de semana, a roda de samba. É, a música popular. Cantar a música popular brasileira era uma forma de protesto naquele tempo porque música estrangeira dependência do imperialismo e coisa e tal. Tinha também uma série de preconceitos. Eu, por exemplo, até... Não consegui aprender inglês. Não quis aprender inglês por preconceito... Bobagem, né? Fiz sete anos de francês no Colégio de Aplicação – que foi inútil para mim. Até hoje, quando eu fui fazer o exame supletivo, me inscrevi, tinha a opção lá de [RINDO] espanhol, inglês, e não sei o que. E francês. Eu: ‘tá, vou fazer francês. Eu levei pau. Não passei. Por quê? Porque eu não pratiquei aquela língua. Não usei, entende?! Mas eu fui para o francês para fugir do inglês. Bobagem, né? Então, tinha essas coisas. Mas tinha esse outro lado assim de conhecer a música

popular brasileira, de poder estar conversando. A minha conversa já era no meio de adulto. Eu era criança, 14 para 15 anos, 13 [anos]. E já estava sempre no meio dos adultos. Ou lá no DACEB ou no Museu Universiário lá com o professor [Oswaldo] Cabral, o professor Silvio [Coelho] – porque eu sempre gostei de fuçar aquela parte mais antiga, né – ou, então, com a Tanira [Piacentini] no CECUCA ou então com a roda de samba aí que tinha lá nas Piacentini. E outro figura importante, superimportante, foi o Marcos Cardoso Filho. Faleceu em 1983 num acidente lá na Lagoa da Conceição, né?! Ele e mais cinco pessoas da família. Ele era professor de física e foi com quem eu peguei o primeiro número da Voz Operária que era o jornal do Partido Comunista. Foi através dele que eu acabei indo para militância no Partido Comunista. No PCB, Partido Comunista Brasileiro. E o Marcos – eu inclusive fiz amizade. E interessante daquele período uma das coisas boas do [Colégio de] Aplicação que eu falo, por exemplo, o Marcos, as aulas que ele dava [sobre] luz e ótica, a gente aprendeu fotografando. A gente fez um laboratório dentro do governo comunitário para exatamente saber o que era luz, o que era ótica, o que era...

MDH: Praticanto...

CM: Eu, os cálculos não sei fazer. Mas a fotografia... Eu me apaixonei pela fotografia naquele momento em que eu tive – é emocionante tu ver um papel em branco dentro de uma bandeja de revelador surgir aquela imagem ali. É fascinante. Hoje é digital, nem se tem noção disso. Mas a revelação no sistema antigo. E o Marcos mesmo depois... E aí eu saí do... Esse tempo estamos falando da minha formação, né!? Que é esse período até 1973 quando eu saio de casa e vou para Porto Alegre. Em Porto Alegre eu tive contato lá com... Eu fiquei no DCE da universidade federal.

MDH: UFRGS?

CM: É. E... Fiquei um período lá. Fiquei um período na casa do Raul Pont, uma semana. Depois mais uma pensão de estudante. Depois na casa da Antonina Silveira e do Beto. Não me lembro o sobrenome do Beto. O Beto dava aula lá na Unicamp – a última vez que eu soube – de

história. A Antonina é assessora do Raul Pont até hoje. É do gabinete do Raul Pont. E até uma época teve o MPB 4, foi fazer um show lá com o Chico Buarque. E a gente, pelo período da tarde foi feita uma confraternização, um jogo de futebol de salão, porque aí dava certinho o MPB4 mais o Chico dava cinco contra o pessoal da diretoria do DCE e o pessoal da organização do show que eu estava. Eu ajudei na organização do show.

MDH: 1974?

CM: 1973. Já no final de 1973 tive que me apresentar no exército porque eu já estava com 17 anos. Estava na metade do segundo científico. Eu tinha rodado um ano. Senão eu estaria formado

MDH: Serviste o exército?

CM: E daí fui servir o exército aqui no Batalhão... No 63 BI [Batalhão de Infantaria] lá no estreito. Servi um ano ali.

MDH: Como foi essa experiência? Tinha relação com a ideologia?

CM: Não! Eu ficava quietinho, né! Eu passei todo o tempo lá quieto. E não me manifestei assim politicamente até porque era um período assim, ó, é... Eu até cheguei a conversar com o pessoal da AP para ver o que eles achavam de eu permanecer no exército. Eles disseram não precisa – A AP tinha aquela história de luta armada – “na hora que precisar a gente falar para descer gente”. E me descartaram. E foi aquele período ali que eu estava desligado do pessoal da AP. Tive aquela experiência no CECUCA e coisa e tal. Eu não era militante da AP. Trabalhava com eles, mas não era militante da AP. Até também porque eu conversava muito com o Marcos que do Partidão e era do grupo contrário. Então eu também circulava nos dois grupos. Não tinha muita noção dessa divisão até porque isso não era explícito. Ninguém dizia “eu sou da AP”. Ninguém dizia; entende? Não, eles eram do DACEB. Eles eram do CECUCA. Mas não, nunca da AP.

MDH: Celso tinha também a divisão da terceira força?

CM: Não. Só tinha esses dois, amigo. Ah! É. Não, aí é outro... Pessoal mais a direita é anterior, depois do congresso de Ibiúna, né?

MDH: Ah, é?

CM: Aquele período ali. Durante. Um pouco antes. Durante e depois eles pegaram... Foi o Rodolfo [Pinto da Luz], professor Rodolfo.

MDH: Nesse momento com o pessoal da AP e o pessoal do PCB tu chegou a ter contato com a teoria marxista? Ou não, era mais, como que era?

CM: Nos dois casos... Nos dois casos era o marxismo, né!? É, o contato com marxismo meu já foi ali no CECUCA. Foi no CECUCA. É. Na verdade foi nessas rodas de samba na casa de Tânira onde se tocava nesse assunto. Falava-se nisso, se trocava informação, livros, jornais. Enfim, foi ali... E CECUCA porque são coisas mais ou menos contemporâneas, né!? CECUCA, a roda de samba, o meu contato com o Marcos que era meu professor do colégio, enfim, DACEB eram coisas mais ou menos simultâneas. Foi entre 1971 para 1972 que tive esse contato com o marxista.

MDH: E depois do serviço militar como foi?

CM: Bom, aí eu servi. Passei um tempo lá. Foi legal por causa da própria experiência – mais de aventura que propriamente de... Porque a gente acampava, fazia marcha, sabe?! Era uma vida diferente. Era alegre. A gente se divertia para caramba. Pô, Não tinha... Então quando eu sai do partido [?] eu procurei o Marcos, que era meu amigo, professor. Tinha sido meu professor. Eu continuava a amizade com ele e comentei com ele essa história: “Olha, eu antes de entrar para o exército eu falei para o pessoal da AP”.. Ele: “Mas tu devia ter falado com a gente” e um porque eu não sei o que. Tudo bem, já era. Sei que ali eu entro na Juventude do MDB. É... A partir de 1974. Ou antes ainda quando eu estava no exército, mais ou menos, eu me lembro porque... [Pausa] É, eu tinha... Eu participei até de um encontro do MDB em Laguna. Foi bem naquele período que eu ainda estava no exército – ou um pouco antes. Foi ali, de 17 para 18 anos eu entrei na Juventude do MDB. A Juventude do MDB era tudo pessoal do Partido.

MDH: Partido Comunista?

CM: É! Do PCB. A gente entrou, é... Porque assim, ó... Teve o golpe

ali, e o pessoal depois do golpe foi criado do MDB e o pessoal do Partido Comunista desde o começo do PCB, desde o começo ajudou a criar o MDB. Isso aqui em Santa Catarina seguramente. Não sei outros lugares, mas aqui seguramente. E acabou... Eles acabaram criando espaços próprios. Um foi a Juventude do MDB, que a maioria era pessoas do PCB... Ligado por PCB. E o IEPES— Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais. Foi criado e que deu origem ao que hoje é o Instituto Pedroso Horta do PMDB. Hoje nem sei se tem mais esse Instituto Pedroso Horta. Depois foi transformado em Instituto Pedroso Horta. Essa foi uma ideia, foi uma iniciativa do André Foster, o falecido, sociológico de Porte Alegre. Se chama André Foster, trabalhava com o Pedro Simon, tinha muita influência e criou esse instituto lá e depois criou aqui em Florianópolis.

MDH: Tinha alguma sede?

CM: Não. Porque era ali na Assembleia [Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC]. Era ligado ao MDB. Era dentro do MDB, era ligado ao MDB. Ai, ele veio aqui várias vezes. Eu me lembro que estava aqui o Vilson Rosalino [da Silveira], participou diretamente disso. O Alécio Verzola participava diretamente disso, e também Emanuel Medeiros de Vieira, Pedro Porte, Remy Fontana. As pessoas que me lembro são essas. Então passei também a atuar na juventude do MDB.

MDH: Como era e que tipo de atividades eram realizadas?

CM: Participava de campanhas eleitorais. Realizava encontros regionais. Viajava, fazia contatos para organizar, para re-organizar, para estimular, enfim... aquela coisa que sempre se faz, né. Contato permanente assim, né? E a gente publicava... A gente publicava também... Aí teve um período em que eu entrei no partido em meados de 1975. No início de 1975 quando começaram as aulas na universidade federal naquele ano, a gente... Vamos dizer assim... Houve um trabalho de infiltração do PCB na UFSC. Infiltração entre aspas porque eu me criei ali dentro daquela porcaria. O Marcos era professor lá. Mas enfim, foi criado. Tinha uma base de agitação e propaganda do Partido Comunista que tocava esse trabalho na Juventude do MDB através

uma publicação que tinha lá. Não me lembro do nome. De um jornal lá, não me lembro o nome qual era agora. E aí a gente foi para dentro da universidade. A gente criou uns cadernos. O nome era Cadernos. Só Cadernos, só. Cadernos 1, cadernos 2. E... Tivemos o apoio dessa base do PCB na universidade federal... Teve o apoio do DA... Diretório de Acadêmico [do Centro] de Educação [Daced]. Na época quem presidia era o Evaristo Viera. Não sei se ele era o presidente, mas ele estava na direção, de qualquer forma. O Evaristo a gente já conhecia. Ele é irmão do... Do... Da família Vieira da Lagoa. E... [PAUSA] deixa eu ver... E também era jornalista, o Evaristo. Então ele deu espaço lá para a gente começar a trabalhar. E foi a partir daí que o PCB desenvolve um grande trabalho até... Ao longo de cinco anos, né!?

MDH: Até na década de 1980?

CM: Até o início dos anos 1980 ali o PCB tinha a hegemonia do movimento estudantil na UFSC.

MDH: Como foi o processo da Operação Barriga Verde, e sua repercussão na UFSC e dentro do próprio MDB? Como vocês trabalharam?

CM: O MDB meio que quis assumir. Sempre foi muito dubio, sabe? Enquanto alguns parlamentares ajudaram efetivamente. até o Valmir Wagner e o Silvio Silvo é que proporcionaram a fuga ao Valmir Alves e ao Vilson Rosalino. Senão eles seriam presos também. É... [pausa] Outros ficavam assim naquela... No burocrático, só. E teve outros que se afastaram e nem queriam nem saber. Mas eu destacaria ali além do Silvio Silvo, o Valmir, o Milo Silderete, que sempre deu muita força, falecido já. Silverete de Joinville. Djandir Depascoali, que era o presidente – esse era moderado, era tranquilo assim, mais ponderado e coisa e tal, mas nunca nos deixou na mão. E o Murilo Canto. O deputado Murilo Canto. Esse, inclusive nos dias das prisões ali, ele foi treze ou quatorze vezes à sessão, coisas de dois dias, à tribuna, para denunciar a prisão deste, para denunciar não sei daquilo, sabe? Ele foi...

MDH: Ele era do Partidão?

CM: Não, não. Tinha o apoio. Como ele o Walmor de Luca. Naquela

época esse trabalho que a gente fazia ali dentro pelo MDB era articulado pelo Walmor de Luca, com o Murilo Canto, e com o... Delfim de Pádua Peixoto Filho. A gente era articulado politicamente com esse grupo. Aí também tinha a articulação em Joinville com o pedro Ivo. Aqui com o Piazza, Aloízio Piazza, e com o Saulo Vieira. Em Criciúma eu não sei. Mas em Criciúma praticamente eles mandavam no MDB lá. O PCB tinha uma presença muito forte lá no MDB de Criciúma. Tudo por causa do movimento dos mineiros, né? E isso na assembleia. A assembleia e a universidade na verdade eram os dois grandes dos espaços de atuação política. Possíveis de atuação política.

MDH: Aqui em Florianópolis?

CM: É. O da universidade mesmo. Era claro que a gente era acompanhado, vigiado, fotografado, tudo. Mas não havia repressão propriamente. A! Mais não pode fazer isso e vai lá e bate em ti. Não tinha né? E assembleia era onde a gente conseguia realizar seminários, encontros, fóruns de debates, muitas reuniões periódicas. Então eram os dois espaços de atuação política, né? E foi nesses dois espaços que se acabou... [pausa] É, a grande tarefa dentro do, por incrível que pareça, o grande trabalho que o Partido Comunista fez dentro do MDB era... O grande trabalho que se fazia era para que os integrantes do MDB, os parlamentares do MDB defendessem seu próprio programa. Sabe? Que era a anistia, constituinte, eleição direta, fim do [decreto] 447, fim do AI-5, fim da censura, direito de greve. Era esse o programa do MDB e era o mesmo do PCB. Só que dizia e hoje é fácil dizer isso parece tranquilo. Mas na época para um deputado ir na tribuna e denunciar aque tinha censura dava o bicho, podia ser caçado, sabe? É esse clima, esse ambiente que é difícil às vezes a gente transmitir para as novas gerações, para quem não viveu aquele período ali. Sabe, por que hoje parece uma coisa ingênua, como pedir direito de... Liberdade de expressão, fim da censura. Que é uma coisa, que se acontece algum ato de censura aqui ou ali hoje todo mundo berra, contesta. Lá não tinha isso, sabe? Então o grande esforço é fazer com que os parlamentares do MDB, os que são do MDB assumissem seu programa. E denunciassem: olha tem censura, não pode fazer greve, 477 restringe a movimentação dos estudantes, a liberdade de atuação

dos estudantes... Isso, esse era o grande discurso que a gente fez. Na medida, numa certa medida o MDB aos poucos foi assumindo isto. Entende? Então o tipo de trabalho que a gente fazia de formiguinha, na interna, aquilo nunca apareceu. Muita gente foi procurar os passos do Partido Comunista aqui em Santa Catarina no período da ditadura e não acha. Mas não vai achar mesmo. Só se entrar no MDB. Aí sim, fizeram sindicatos dos mineiros. Mas sobretudo se ele entrar no MDB. É dentro do MDB que, vamos dizer assim, o PCB teve sua grande atuação. Não foi no meio operário. Não foi no meio rural. Sabe? Foi dentro do MDB institucionalmente forçando a suas direções, os seus parlamentares a assumir o próprio programa. Esse era, foi o grande esforço. E era isso que fazia o MDB.

MDH: Eu fiquei curioso agora. Como funcionava, como que eram essas reuniões do partido, do PCB, para articular política e para levar essa política para dentro do MDB? Tinha espaço orgânico dentro do MDB, do PCB? Como era isso?

CM: Sim. Nesse período eu não era dirigente. Era de base, da base de agitação e propaganda. As reuniões aconteciam na casa do Sérgio Grando. Na época, apelido de Bode. Que ele morava lá no morro do Céu. Quem participou... É ali na Agrônômica atrás do... No final da [avenida] Mauro Ramos... Perto do shopping ali. Aquele morro para cima lá. Quem sobe para o Morro da Cruz ali. Só que a direita, né!? De quem está subindo o Morro da Cruz é o morro que fica do lado direito. O... O que eu estava falando mesmo?! Do... Ah! Das reuniões que a gente fazia na casa do Grando. Eu me lembro que dessas reuniões participavam: Doroti Martins, professora da universidade [hoje]; o Nabor de Sousa [filho], trabalhava com teatro e hoje... Sempre trabalhou com animação cultural, sempre; o Valdir Alves, o Marcos Cardoso Filho; Eu e quem nos assistia, e tínhamos assistência direta em função de ser uma base importante – agitação e propaganda – porque atuava em várias frentes. Tinha a assistência direta do Teodoro Ghercov que era o homem do Comitê Central aqui. [Pausa, para beber o café] E aí tinha as reuniões do comitê Estadual, eu não integrava. Aí eram realizadas em vários pontos: em acampamentos principalmente na Pinheira, no Pântano do Sul; na casa do [Roberto] Motta, na [Rua]

Angelo Laport – quando o Motta morou ali; Dentro de carro – pequenas reuniões eram feitas assim dentro de carro. Carro circulando inclusive. Criciúma se fez muito isso.

MDH: Eu entrevistei, lá em Criciúma, o Amadeu e ele trouxe um elemento importante sobre o sigilo da organização. Tinha muito sigilo? Como vocês conheciam as outras pessoas que faziam parte da organização Era mais restrito, tinha infiltração de gente?

CM: Tinha. Tinha, tinha infiltração. Tinha e era assim, ó. Eu não sei o que é que acontece mas nós... Nunca foi muito ligado. Tinha assim como referencial essas medidas de segurança, né? Mas não eram muito observadas. Predominava mais era a amizade. Então, por exemplo, a regra de segurança dizia que tu não podia ser visto em publico com ninguém da direção. Evitar ser visto em público. Se reunir ali e cada um ia para sua casa, cada um cumpria sua tarefa e deu. Mas o que que acontecia? Terminada as reuniões, eles iam para algum bar ou restaurante, entende? Tudo junto. Então tinha... A regra se a gente for ver, cara, não permite quase nada. Mas se tinha sim algumas... Aqui ninguém tinha codinome – a não ser alguém de fora. O Teodoro Chercov eu fui saber o nome dele depois que ele foi preso. A gente conhecia por Raul ou Velho. Aí dizem que tinhas outros nomes por aí, Rui, Nardo, não sei aonde, também – outros codinomes assim. O Liu Tucano [inaudível] eu nunca cheguei a conhecer, esse também era do Comitê Central, e vim pra cá. Mas o restante todo mundo a gente conhecia de nome, porque a cidade era pequena, todo mundo antes se conhecia. Sabe, esse troço aí funciona numa cidade grande onde não tem esse vínculo provinciano, né. Todo mundo sabia da vida de todo mundo. Aqui era assim, todo mundo sabia da vida de todo mundo. Levou tempo, isso começou a acabar a pouco tempo atrás porque cresceu a cidade. Mas então não tinha, por mais que se quisesse seguir as normas, como é que tu vai seguir com um cara que é teu amigo, as vezes é teu parente ou é teu vizinho ou trabalha contigo. Sabe, mas sobretudo é teu amigo, pô! E essas amizades acabavam recaindo entre os integrantes do Partido, porque era onde tinha conversa comum, onde tinha conhecimento comum, onde havia uma identidade de interesse e coisa e tal, e acabava ficando nesse circulo aí. Um ou outro que vinha

de fora. Aí ele vinha com codinome e coisa e tal. Se reunia e a gente fazia tudo que tinha que fazer e dia embora e tu não ficava sabendo. Teve vários destes que apareceram aí que eu não tenho como dizer porque se eu não quem é, né? Não tenho a mínima referencia. Agora não era, nem tinha muito ambiente para ser observada essa segurança. Teoricamente havia preocupação. Mas na prática se fazia de conta.

MDH: Colocastes a relação com o companheiro do teatro. Naquele momento chegou a ter algum movimento de arte, algum movimento que fazia articulação de arte com resistência?

CM: Sim, cara, na década de 1970 teve um movimento aqui, que é pouco estudado, pouco conhecido. Houve ali na segunda metade dos anos 1970, sobretudo na segunda metade, um movimento da poesia mimeografada, da arte gráfica, da arte postal, da poesia engajada, de contestação. Isso era muito forte. Ali em Brusque tinha o cogumelo atômico que fez um sucesso fantástico. O Celso Luiz Teixeira que tocava isso – ele realizou várias feiras nacionais de arte de rua. Ele nunca foi do Partido, mas ele era provocador, sempre colocou lá: “Pavilhão Cultural de Brusque – PCB”. Fez de provocação, mas ele não era do Partido. Mas fazia de provocação. Era mais anarquista, assim. E aqui teve o “Cooperativando”, uma publicação que expressou um movimento literário aqui. Participava o Cirineu, o Carlos Damião, o Emanuel Medeiros Vieira, o Carlos de Freitas, o Lindolf Bell estava sempre integrando o movimento. E a gente integrou o movimento pela anistia, em “happing”, a gente realizou vários “happing” pela cidade, com esquetes.

MDH: *Happing?*

CM: Um agito cultural de fim de tarde, sabe?! De vários tipos... Teatro, o outro cantava, outro lia um poema e coisa tal. Tinha os bares da cidade, a gente percorria os bares da cidade vendendo poemas mimeografados e declamando poemas, subindo nas cadeiras, ocupando o microfone dos músicos... Isso foi muito intenso, ali. 1970... Na segunda metade de 1977 para 1979. Foi mais ou menos junto com a luta pela anistia aqui. Foi mais ou menos junto com a anistia. É esse movimento teve, inclusive eu tenho um material guardado até hoje. E

material grande, cara. Com cartas, com textos, poucas imagens, mas... E é pouco conhecido, ninguém dessa. Eu estava até pensando em abrir um blog específico disso para descarregar esse material.

MDH: Tem um pessoal lá na memorial que esta fazendo uma pesquisa nessa área.

CM: Ah é!? Dá um toque, dá um toque. Eles vão vir aí, e vão se divertir. Acho que tem um material razoável aí. Bom, poucos no Brasil devem ter o material que eu tenho aqui. O Luis perdeu o material que ele tinha na enchente, inclusive, as fotos, eu não tenho as fotos hoje, porque elas se perderam lá, na enchente em Brusque de 1984. Então, de modo que o pouco que tem aí, que sobrou... Pode ser que alguém fora de Santa Catarina tenha, mas aqui em Santa Catarina ninguém tem. O Nicolas Berger em Brasília é capaz de ter, um poeta lá.

MDH: Ele estava aqui naquela época?

CM: Não, não. A gente se correspondia. Esse movimento de arte postal de poesia mimeografada ele se caracterizava por isso, pela intervenção local e pela troca.

MDH: Articulação nacional?

CM: Nacional, pelo correio, via correio. Se trocava. O que um publicava mandava 20-30. O outro publicava mandava para 20-30, então havia um regime. Havia um circulava pelo correio, via correio essas edições, né? Circulava com muita intensidade.

MDH: Arte postal?

CM: É isso, a arte postal e a poesia mimeografada, também.

MDH: E a anistia? Que tu tocou aí na tua última fala... Como que foi esse processo. Eu sei que tinha a ACEP, né! Aqui no estado, não sei se tu tens informação?

CM: O que é isso?

MDH: Era Associação Catarinense de Estudo e Pesquisa. Ou associação de cultura. O Remy que colocou isso que era uma organizada pelos

professores. Tu chegaste a participar ou nem chegou a conhecer?

CM: Não. Campanha pela anistia que eu me lembro... Bom, assim que o pessoal foi preso, a gente já começou com campanha de denúncia na Assembleia [Alesc], dentro da Universidade. Eu me lembro que já no mesmo dia vários diretórios acadêmicos denunciaram. Emitiram uma nota denunciando. Depois a gente acompanhou os principais momentos, o período da greve de fome deles. E eu me lembro que uma época a gente foi – eu e a Margaret [Grando], a Margaret estudante, era do Diretório Acadêmico da Medicina [DACBM], da Saúde, na época era tudo... Era Diretório Acadêmico e era por centro. A diferença era essa. E começou a haver C.A. [Centro Acadêmico] por curso como é hoje.

MDH: Os C.A.s começaram em 1970?!

CM: No final de 1980. No início da década de 1980. Houve uma explosão de C.A.s, inclusive. Foi uma coisa grande no movimento estudantil porque ampliou a participação.

MDH: Chegastes a acompanhar esses processos?

CM: Não. Foi depois. Porque aí eu já estava morando em Joinville. Já não acompanhava mais. Já não tinha mais essa tarefa de militante, de estar acompanhando ali o movimento estudantil. Porque eu acompanhei como militante da base de agitação e propaganda do Partido, né?

MDH: Isso até 1978?

CM: Até 77 porque, até 1979 ou 1980. Porque mesmo o pessoal estando preso eu segui no que era, na missão que eu estava destinado que era agitação e propaganda. Mesmo sem os parceiros anteriores porque o pessoal dispersou e outros foram presos. Mas daí apareceu gente nova, enfim. Acabou. Sempre foi minha área né!. Em 1976 eu já comecei a trabalhar em jornal. Naquela época não exigia diploma de formação. Só a partir de 1979 que isso exige-se, né? E quem tinha o exercício profissional configurado em carteira regularmente e coisa e tal, teve direito ao registro profissional, o que equivale a uma graduação. Foi meu caso. E enfim, eu já estava nessa base de agitação e propaganda. Essa parte aí lida com jornal, lida com

cartaz, de agitação e propaganda, né? Então, da anistia a Margaret Grande, ela... Eu me lembro de que a gente foi a São Paulo uma época. Eu fui para trazer para cá o jornal “Movimento”. E ela falou com a Terezinha Zerbini para trazer o movimento feminino pela anistia para cá. Ela fez essa ponte. Participou, ativamente. Mas quem encabeçou até por questões... Além de proximidades foi a Maria Rita, mulher do Motta, e a Mariah Mana, que era professora... Esposa do Marcos. Então elas acabaram assumindo até por que... Por que a Margaret ia assumir o Movimento Feminino pela Anistia, né? A Maria Rita não, “O meu marido está preso”. A Marise: “Meu marido está preso”. Então havia sim um... Como justificar perante a repressão esse engajamento, sabe!? Diferente de eu assumir. Vou assumir por quê? Porra, esse cara é militante, fica aquela, sabe? Então havia essa preocupação. E o Movimento Feminino pela Anistia foi.... Envolveu muito o movimento estudantil na universidade, a Juventude do MDB, o MDB. Eu me lembro a primeira vez que a gente foi distribuir panfletos pela cidade, imagina, era uma vergonha distribuir panfleto e medo que acontecesse alguma coisa e poderia ser preso. Tu distribuindo um panfleto pedindo a anistia estavas denunciando que havia preso político. Que tem preso político e coisa e tal. Tudo isso né. Então ali na boca da [Rua] Felipe Schimidt, eu me lembro, foi um sufoco fazer esse trabalho ali. Panfletar a favor da anistia. Mas eu sei que aquilo ali nos resultou, deu resultado. Esse fato de a gente distribuir o jornal “Movimento” ajudou a gente muito aqui, porque era um jornal com uma leitura crítica. Um jornal sério, uma leitura crítica de política nacional, internacional. Então, esse foi uma coisa que ajudou bastante e funcionou. Circulou aqui por cinco anos o “Movimento”. E depois passou a ser distribuído por banca normalmente assim, né. Mas antes ele era, tipo um jornal para militante, ele era mais distribuído do que vendido. Raramente a gente prestava contas com São Paulo. Que era feito lá em São Paulo. Depois na década de 1970 aqui no período da anistia também surgiu o jornal “Contestado”. Saiu 4 ou 5 números. Esse era do partido. Jornal criado pelo partido, aqui em Florianópolis. Circulou por Santa Catarina. O nome do jornal ‘Contestado’. Lembro que quem estava a frente era o [Nelson] Wedekin, Sérgio Uliano, o Valdir Alves, o

Luis Claudio Cancellier, era mais ou menos... O Cirineu [Cardoso], o Alécio [Verzola], estavam nesse jornal. Também foi um momento importante ali. E o que tem da anistia é isso. Basicamente alimentado pela presença, pela existência de presos políticos aqui. Tinha aqui e tinha em vários lugares. Talvez se não tivesse preso político aqui talvez eu tivesse me envolvido de forma mais tímida, né!? Porque não havia, assim, um apelo direto, era muito distante.

MDH: Eram os presos da Operação Barriga Verde?

CM: Os presos da Operação Barriga Verde. Eles só foram liberados com a anistia em 1979. Então, eles vinham e saiam. E tinha audiência. E aí isto tudo era noticiado. Fizeram greve de fome pedindo agilidade no processo porque eles estavam preso sem julgamento e já tinha passado o prazo, enfim, fizeram greve de fome, uma coisa de grande repercussão, aqui.

MDH: E como era a sensibilidade da população para esse movimento? Vocês sentiam a participação ou uma preocupação massiva? Como era?

CM: Pois é, mudou muito. Mudou muito desde esse momento ali de 1960... 1976. Final de 1976 que a gente começou com a campanha pela anistia, 1977 até 1979 foi uma mudança muito brutal. Porque nesse primeiro momento as pessoas não tinham medo de receber esse panfleto. E a gente tinha medo de estar entregando porque a gente podia ser preso. Tinha vergonha de estar ali fazendo aquilo até porque, pô, distribuir panfleto. Era uma coisa que não estava no nosso dia a dia, né! De fazer isso. De repente virou rotina, pois tu vê a Novembrada, ela é uma expressão dessa movimentação toda que teve aqui. É... Quem organizou aquele protesto ali foram os Diretórios Acadêmicos, o DCE – que na época estava com o PCB – o Adolfo liderava a chapa Unidade que era a chapa do partido. Já tinha ido embora o Adolfo não fosse do Partido, mas a Margaret [Grando] era, a Lúcia era, a Marise era, o Getúlio era, o Geraldo era, vários... Daqueles sete estudantes que foram presos, tu tira ali o Mosquito, e tinha a Laine, os outros cinco, e o Adolfo, quatro eram do Partido. A Lele não era. O Mosquito não sei qual é a ligação dele. E o Adolfo ele era, ele transitava ali com a gente. Ele era amigo da gente, ele apoiava aquela luta ali, né?

MDH: O mosquito, qual era dele?

CM: Amilton Alexandre.

MDH: E a Lele?

CM: Rosângela de Sousa. É advogada.

MDH: Tinham outras organizações? Como que era o movimento aqui?

Organizações políticas assim... Tinha a AP, existia naquele momento

CM: Olha, o pessoal da AP sempre teve por aqui, né? Sempre teve assim desde o final da década da 60 a AP é muito forte assim, quer dizer forte assim... A AP esta presente, depois ela diminui um pouco. Depois ela mesmo se dissolve, né. Se fundo com o Pcdob... E aí acaba. É... Tinha umas forças políticas ali junto, apesar do Partido ter a hegemonia, não era a única força. Tinha o grupo Sapiens que na época a gente chamava de que era um grupo de direita. Mas não era. É que a gente tinha aquela mania de quem não era ligado ao partidão era de direita, né? Ou então era trotskista, né. Extrema-esquerda, né. Mas esse grupo aí, esse Sapiens, fizeram um movimento importante sobretudo ali no [CSE – Centro] Socio-Econômico. O Vilson Varela, o Ronaldo Benedetti – [hoje] secretário de segurança [do Estado de SC], e o ... Aquele desembagador, o Lédio Rosa de Andrade. Inclusive, o Lédio, nesse momento, ele está liderando, coordenando uma produção de um livro e um documentação sobre essa experiência ali, especificamente, é. Eram esses três. O Vilson Varela que é advogado, o Ronaldo Benedetti, é... Tinha mais gente, mas esses eram os três ali que tinham... Depois tinha o pessoal da Liberdade e Luta [Libelu], né?

MDH: A Libelu? Eram trotskistas?

CM: É, a Libelu. Depois já começa a surgiu ali o MEP, Movimento de Emancipação do Proletariado.

MDH: Isto tudo na UFSC?

CM: Isso. É na UFSC. Quando fala em movimento estudantil em Florianópolis é UFSC. A UDESC, tinha que ser lembrado que na década de 1970 a direção do Centro Acadêmico, do Diretório Acadêmico da FAED [Faculdade de Educação] na UDESC teve na presidência o

Sérgio Uliano, que era ligado ao Partido, e o Airton Martins Cardoso, que era comissário da polícia civil, irmão do Cirineu Martins Cardoso, que era do Partido também. Eles dirigiram lá durante um tempo a entidade e também respaldaram a campanha pela anistia, né. Então o pouco que houve dentro da UDESC de agitação, de campanha que foi através ali da FAED. Foi uma coisa que pouca gente também... Desse período, essa experiência ali, né?

MDH: E a tua experiência lá em Joinville depois na década de 1980?

CM: Morei em Joinville de 1980 a 1987. Foi o período que eu mais estive ligado, assim, ao MDB. E foi o período em que houve a campanha pela legalidade do Partido também. Quando eu cheguei em Joinville no final de 1980, o pessoal recém tinha saído das prisões. E estavam tentando, retornando as suas atividades profissionais, pessoais, enfim, retomando o trabalho do dia a dia. E junto, quando eu fui para lá, o Marcos me deu uma força grande e a gente reestabeleceu o contato com, sobretudo o Julio Cerpa, né. E através dele o Irineu, o Edgar, enfim, a gente foi reorganizando aqueles remanescentes do Partido. Alguns já não se incorporaram, mas esses aí, eles retornaram e a gente reorganizou o Partido ali. Foi a partir dali que eu começo a ter uma participação na direção estadual do Partido ali. Só a partir dali. Até então nem tinha, o Partido ficou meio acéfalo, assim. Tinha gente fazendo trabalho no MDB, na Universidade, outros ali. Mas estava disperso. O Partido só a partir dos início dos anos 1980 ali, 1981, é que ele começa a se reorganizar. E começa a se reorganizar dentro do MDB, do PMDB, em Florianópolis foi muito intenso. O período que o [Roberto] Motta e o [Nelson] Wedekin praticamente dominavam aqui o PMDB. Nesse período houve essa mudança, né? Eles tinham, eles tinham a maioria aqui no diretório. Tinham uma força, tinha uma presença muito grande dentro do MDB, aqui em Florianópolis. O Grande também já se elegeu vereador.

MDH: Então, nesse momento ainda os comunistas estão dentro do PMDB?

CM: Ficou até o final. Até a legalidade. A gente ficou até o final. Até o final do... [Pausa]. Em Joinville a gente fez, eu participei ativamente

da campanha da legalidade. Uma campanha intensa, assim, de visitar lideranças locais, veículos de comunicação, realizar reuniões, abaixo-assinado, distribuição intensa da Voz Operária, da Voz Operária... Voz da Unidade. Voz da Unidade que vem a ser o substituto do Voz Operária. O Voz Operária continuou com o grupo do [Luis Carlos] Prestes. O Prestes saiu do Partido em 1980. E ele continuou com a Voz da Unidade e a gente cria, ele continuou com a Voz Operária e a gente cria a Voz da Unidade. Então a gente tinha uma distribuição muito grande deste jornal. Com assinatura, venda e distribuição. No período que a gente também reorganiza no estado. Teve a eleição de 1982 que foi também um momento muito marcante. Demos apoio ao Jairo Barreto, candidato a governador e o Pedro Ivo para senado. Foi um momento muito rico de intensa atuação no estado todo. E não deu para ganhar daquela vez. Joinville, o MDB de Joinville sempre foi dividido lá, tinha o grupo do Pedro [Ivo] e o Luis Henrique [da Silveira] criou o grupo dele. Eu sempre fui ligado ao grupo do Pedro Ivo. Até porque o Partido era historicamente ligado ao Pedro Ivo e não ao Luis Henrique. Luis Henrique sempre foi hostil ao PCB e o Pedro não. Muita gente critica o Pedro porque era conservador, não sei e coisa e tal. O Luis Henrique era mais progressista. “Do que me adianta ter um amigo deste tipo?” Como se diz na gíria. Então era mais tranquilo a gente ter uma, vamos dizer assim, um diálogo com o Pedro, mesmo que fosse limitado, do que um diálogo amplo com o Luiz Henrique, que não ia render em nada.

MDH: Então o Luiz Henrique não era do Partido Comunista?

CM: Não! Nunca foi. O Luiz Henrique é o Luiz Henrique. Ele montou o que montou. Está aí. É o homem da moeda... “Moeda Verde”. É o homem do Código Ambiental. É o homem das CDRs aí, um cabide de empregos. É isso que está aí. O que a gente está vendo. Esse é o homem.

MDH: E naquele momento? Era 1982, 1983?

CM: 1982. Depois teve aquele episódio do Luiz Henrique, que a gente estava articulando o Luiz Sinderete para ser o candidato a prefeito, sucessão dele. E ele não aceitou em momento algum e lá pelas tantas

com o Viter Freitag. Empresário Diter Freitag, tinha sido da Arena, e ele leva para o MDB e o coloca como candidato e ficou, como ele tentou fazer com o Mauro Mariani agora lá em Joinville. Só que com o Mauro Mariani não deu certo. Mas com o Friegter deu certo. Deu certo porque o Frietag é uma pessoa, foi uma pessoa – valecido né, – uma pessoa especial até, em termos de... É uma pessoa muito, muito... Ele era um cara muito educado, muito respeitoso. Ele ouvia. Ele falava com qualquer pessoa e ouvia com atenção, sobretudo, ouvia. E era franco no expressar a opinião dele. Enfim, tanto é que no segundo momento foi o Friegter e o Luiz Henrique para o segundo turno em Joinville e o Frietag ganhou. E nessa aí eu votei no Frietag. Eu nunca votei no Luiz Henrique. Nunca. E votei Freitag que era conservador e coisa e tal, mas estava no MDB, né. Por quê? Porque é aquela mesma história. É um cara conservador? É conservador. Mas se ele conversa contigo e se compromete com dois, ele cumpri dois e é capaz de cumprir três. Outro vai prometer dez e não vai cumprir nada. Então é melhor falar com este que aceita dois do que ir com um garganta frouxa que não vai cumprir nada, né. Então era esse, tinha esse embate dentro do MDB. E a gente do Partido, lá, sempre se alinhou com o Pedro Ivo. A gente nunca nem teve abertura com o Luiz Henrique para a gente conversar, entende? Ele nunca quis nem saber.

MDH: Tinham muitas forças políticas de esquerda aqui que estavam dentro do MDB durante esse tempo?

CM: De esquerda não. Existiam as forças regionais, mas não havia nenhum outro partido dentro. Nós éramos o único partido dentro do MDB. Claro que eu a gente respeitava lá a hierarquia. Mas sempre estava fazendo aquele trabalho que eu te disse, fazer com que o Partido assumisse o seu programa, que já era um programa combativo, né? Então era vereador e estadual, entende? O cara pedindo para tampar buraco de rua, fazer estrada, estender a energia elétrica. Esta, É importante claro, tem feito. Mas em termos de posicionamento político institucional era difícil um parlamentar ir para a tribuna e fazer lá, entende? Ele ia reinvidicar alguma coisa específica para a comunidade dele. Acho legal, tranquilo, tem que ser feito, faz parte. Mas se resumia a isso e a gente queria que não ficasse, que passasse um

pouco disso, que houvesse um posicionamento político institucional, essa era a briga que tinha.

MDH: Nesse momento lá em Joinville, o processo é mais para reorganizar o Partido? O Partido chegou a realizar uma atuação mais com o movimento operário?

CM: É, não. Em Joinville tinha, tinha sim. Tinha, apesar que sempre foi muito tímido em Joinville. Tinha presença em algum sindicato e coisa e tal. Mas era muito difícil. A gente se organizou no ENCLAT. Que teve o Encontro Estadual da Classe Trabalhadora. Foi organizado. Teve em Joinville, teve em Que era preparatório para o CONCLAT, que era nacional. Então, teve em Criciúma, teve em Joinville, teve aqui. Mas é... Com exceção de Criciúma onde o Partido realmente tinha uma inserção muito grande com os mineiros, né. Ele presidiu durante muito tempo lá o sindicato, e era respeitado, era ouvido. Tomava iniciativa nas coisas. E com exceção de Criciúma, o restante era, vamos dizer assim, a penetração mais na classe média, mais entre os estudantes e professores, profissionais liberais, assim. Não tinha uma presença dentro de fábrica. Não era um partido de operários, vamos dizer. Inclusive tinha aquela história de quando tinha um operário às vezes ele era o único. Aí era tratado na palma da mão, porque era o operário do Partido. Tinha esse, apesar de que... Tentaram se habilitar como sendo o partido da classe operária. Não é, aqui não. Em Santa Catarina, não. Porque em outros Estados, sim. Mas em Criciúma, para dizer que tenha sido mesmo, né. No restante eram tentativas. Tentava-se se aproximar do movimento estudantil, mas havia um distanciamento muito grande de discurso também, né? Então tinha uma série de dificuldades. Nunca...

MDH: E o PT surge neste momento?

CM: O PT surge no momento em que o Partido Comunista estava preso. Todo preso no Brasil todo. O Partido Comunista surge neste momento. Surge a partir do final dos anos 1970 esse movimento. Que era os egressos, o pessoal dos antigos grupos que tinha indo para a luta armada e que quando retornaram, na medida, em que foram retornando e coisa e tal, eles eram adptos do voto nulo. Eles – inclusive

nos criticavam por estar dentro do MDB fazendo campanha pelo MDB – e nunca se enganaram propriamente. Eles foram se articular, se enganar politicamente fazendo o PT. E aqui em Santa Catarina por exemplo eles nunca aceitaram fazer acordo com quem quer que seja. Hostilizaram todas as forças políticas, sempre, sempre. Hoje a Ideli que é a grande expressão do PT, hoje. Isso é, eu estou falando em Santa Catarina. Eu não tenho a mínima experiência do PT em outros estados. Mas aqui em Santa Catarina... A nível nacional o PT surge quando, depois daquele período ali de 1974-1975, houve uma operação contra o Partido Comunista no Brasil inteiro. Aqui foi a Operação Barriga Verde. Essa operação foi no Brasil inteiro. Entre 13 ou 14 membros do Comitê Central foram mortos; muitos até hoje estão desaparecidos. Os que não foram mortos estavam presos, no mínimo até 1979; ou seja, fora de qualquer atuação social. É nesse período, nesse vácuo que entra o PT. Ocupando esse espaço que o Partido tinha e que se torna hegemônico até porque vem com outro discurso. Ele não tem aquele discurso marxista-leninista. Não tem aquela veiculação estratégica com a União Soviética [URSS], o Partido Comunista da União Soviética [PCUS]. Ele até certo ponto ele se abriu para novas práticas, para novos movimentos: mulheres, índios, negros, homossexuais, movimento ambiental, questão indígena, enfim, coisas que... imagina o Partidão se abrir para isso, não tinha, não tinha espaço para isso. E eles não; privilegiaram esses [porque] era a força viva que tinha, né. Quem, quem eram os setores vivos na sociedade naquele período ali? Era o movimento operário e esses outros setores. E o PT soube chegar ali. E sem aquele discurso rançoso do marxismo-leninismo. Ou seja, o quê que é o ranço do marxismo-leninismo que eu digo? É o determinismo dele. Se o marxismo-leninismo pelo que está ali não vamos chegar no comunismo nem se a gente faça mais nada. Porque a sociedade avança, evoluiu – evolução confundida com progresso, e não é. Evolução na biologia é uma coisa, na sociedade é outra. Nem sempre é progresso. Adotando um novo modelo industrial capitalista, isto é, exploração da riqueza, das riquezas naturais sem preocupação com o meio ambiente. Um modelo, um modelo de sociedade do marxismo-leninismo é o mesmo do capitalismo, não muda. Não muda paradigma de fonte energética, sabe? De uso de recursos naturais, de poluição com dados

de meio ambiente, é a mesma coisa. Não tem diferença. E segundo o marxismo-leninismo, e estou falando do marxismo-leninismo, não estou falando do marxismo, né. O marxismo tem também um pouco, seria uma outra abordagem, mas no marxismo-leninismo temos que uma sociedade evolui do comunismo primitivo, escravagismo, feudalismo, capitalismo e vai para o socialismo-comunismo. Ou seja, não precisa fazer mais nada. E isso na elaboração teórica, no processo de busca do conhecimento, anula pô. Anula, porque anula o senso crítico, eu preciso procurar o quê? Se já está dado, se já está posto? É difícil, é complicado. Então são duas questões assim que eu acho que isso, dessa veiculação com a União Soviética, que era aquilo. União Soviética de uma lado, Estados Unidos [da América – EUA] do outro. Cada um respeitava suas áreas. América Latina não poderia ter movimento armado, aí Cuba estimulou os movimentos armados e rompeu com a União Soviética. A União Soviética rompeu em termos ideológicos, políticos. Teve aquela relação econômica porque interessava para eles. Porque Cuba era deles no cenário internacional. Enfim, por causa dessas deficiências todas da própria elaboração teórica o Partido foi se... Se extinguiu, né.

MDH: Você falou do marxismo-leninismo, nesse momento o Partido [Comunista] reivindicava o Lênin, o Stálin, como que era? Existia algum comitê? Como era a elaboração teórica nesse momento?

CM: Não cara, na verdade já vinha... Manuais de marxismo que tinha aí de marxismo-leninismo aí era Martha Harnecker e outro aí, francês. Na verdade era uma elaboração do Partido Comunista da União Soviética e que era basicamente isto que chegava aqui. Isto que era a formação. Os jornais né. Por exemplo, o jornal do Partido Comunista – os jornais, revistas do Partido Comunista – todos eles, vamos dizer assim, os artigos a respeito da política internacional já vinham prontos da Rússia. E eram publicados aqui já...

MDH: Vinha em português de lá para cá?

CM: Já. Já vinha traduzido e tudo. Só tinha que publicar. Então ao que isto no levava? Nos levava a ver o mundo do ponto de vista da ótica da União Soviética. E isto nos colocava distante da realidade aqui porque

a gente falava uma linguagem estranha, pô. “O que é isto?” “Esses caras estão falando do quê?”. Então isto também nos ajudava a nos distanciar aí da massa, vamos dizer assim. Tinha essa dificuldade. A gente na época não sentia. A gente sabia que tinha uma dificuldade, mas não entendia, propriamente. Eu também não cheguei a fazer uma elaboração profunda disso para ter elementos assim mais sólidos para fazer esse comentário, né? Estou colocando mais como um indicativo, um elemento importante de se estudar que é essa questão da visão do mundo que se tinha, a realidade que se tinha na frente e a maneira que como a gente se inseria nisso, né?

MDH: O período mais pra o final: a transição democrática, o processo de Diretas Já... Como?

CM: A gente participou intensamente nesse... Tanto das Diretas, né? Depois quando a Emenda Dante Oliveira não foi aprovada surgiu a alternativa do colégio eleitoral. E colégio eleitoral para eleger o Tancredo Neves e nesse ponto também a gente enfrentou oposição, nesse período a gente estava em Joinville, foi um dos motivos do embate ali porque o grupo do Pedro Ivo de cara entendeu que se podia ir para o colégio eleitoral e o Luiz Henrique era ligado aquele grupo “Só Diretas!” Que não queria de jeito nenhum ir para o colégio eleitoral. Tem um de Minas [Gerais] que eu não me lembro bem quem era, tinham uns três ou quatro no Brasil que eram desse grupo “Só Diretas!” que não aceitavam de jeito nenhum. Depois que o [José] Sarney assumiu o governo, Luiz Henrique foi ministro das comunicações dele, né. Essas coisinhas assim que a gente vai guardando do Luiz Henrique. Eu me lembro que, não sei, não é muito correto isso. Mas a gente apoiou ali o Tancredo [Neves]. Na sequência já veio a legalidade, 1984-1985. 1984? Sei que em 1985 a gente foi e participou do Congresso Internacional da Juventude dos Estudantes em Moscou, foi uma delegação daqui.

MDH: Como foi ir para Moscou? Como estava a realidade lá em fins da década de 1980?

CM: Pois é. Lá, aí que está! Então, o Gorbachev recém tinha assumido né. Inclusive, né, a abertura do evento no Estádio Lênin. O mes-

mo que teve a Olimpíadas, em que o ursinho chorou aquele famoso [Misha]. O Gorbachev estava presente lá no estádio. Era um estádio de Futebol para 100 mil pessoas, 80 mil pessoas, sei lá. Soube que ele estava lá, mas nem via. Mas enfim, a gente chegou lá sob a gestão dele. Interessante que essa minha, é... Eu começo a me afastar do Partido Comunista, começo a questionar, a fazer esses questionamentos todos assim, lá. Porque pela maneira que a gente era tratado assim. O controle que tinha em cima da gente era fantástico. Desde a chegada ao aeroporto, até a entrada no hotel. Entrada e saída do hotel era tudo vigiado o tempo inteiro, controlado, a gente saía de onibus e ia dois na frente e dois atrás armado, KGB. Tudo da KGB de certo ou ligado. Enfim, eu conversei lá com um, até demorei muitos anos para comentar isso aí. Eu conversei lá com um estudante que era de Porto Alegre. Era do Partido, que foi para lá para estudar na Universidade [de Amizade aos Povos] Patrício Lumumba, e lá se ligou a grupos anarquistas. E aí um dia ele me chamou e queria conversar comigo. No hotel a cada quatro ou cinco andares tinha um café. Entramos num café daqueles. Ele começou a me contar que tinha muita repressão e não sei o que. Umas coisas assim me chamaram a atenção. Por exemplo, ele dizia, todos os funcionários, todos os caras que são do Partido eles estavam lá porque ser do Partido era uma forma de ascensão social e são todos corruptos. Se tu vai para uma boate, o cara que está na porta é do Partido e esta controlando se pode ou não pode entrar. Se tu casar uma massa aí tu entra, se tu não pagar ele diz que esta lotado e não deixa tu entrar, sabe?! Enfim, eu notei que tinha alguma coisa errada ali porque não estavam mais entrando para o Partido por um ideal, mas estava entrando para o Partido para se dar bem. Isso foi uma coisa que me chocou muito. E ele falou várias outras coisas. Várias outras coisas. Mais importante do que ele disse era como ele se expressava; Ele falava, é como a gente aqui, ele falava baixinho ou olhava para os lados para ver se não tinha ninguém escutando; se alguém passasse por trás ele mudava de assunto, sabe?! Isto me deixou impressionado. Não foi o que ele disse mas a maneira como ele falava que era o mesmo jeito que a gente falava, era o mesmo medo que a gente tinha aqui de se expressar publicamente e deixar que a nossa conversa fosse ouvida por estranhos; ele estava do mesmo jeito lá. Aquilo ali para mim foi

impactante, sabe?! Porque ele disse isso, disse aquilo e coisa e tal, mas dez anos depois o Gorbachev lança o livro Perestroika e conta aquilo que ele estava me dizendo e muito mais, mas naquele momento o comportamento do guri me deixou chocado. Eu vi que era sincero ou pelo menos ele estava querendo expressar uma posição que tinha medo que fosse ouvida. A mesma coisa que tinha aqui, né! Então quando eu voltei da União Soviética, eu voltei e já voltei me afastando do Partido. A partir de 1985, 1986, eu já me afasto do Partido. Não me afastei totalmente por é aquilo que eu falei para ti, é questão da amizade que a gente tem ao longo dos anos. Então é difícil tu romper, tu rompe politicamente com uma pessoa, mas as vezes não rompe o vínculo de amizade. Cirineu e o Alécio, saíram do Partido em 1980, seguiram o Prestes, deixaram o PCB, mas continuam meus amigos até hoje. O Cirineu faleceu, mas continuaram meus amigos. O Alécio [faleceu em 2010] mora aqui, vira e mexe, é meu vizinho, vira e mexe a gente está conversando. A gente é amigo, continuamos amigo, independente. As vezes a gente quase, quase nem conversa de política ou, vamos dizer assim, de posição política. Uma conversa de política de modo geral, dos acontecimentos e coisa e tal, mas acaba não debatendo esse tipo de coisa. Então é por isso que eu acabei demorando um pouco para me afastar. Eu acho que sou filiado ao PPS, hoje, porque eu recebo pela internet uns comunicados me chamando para as coisas. Eu acho que devo ser filiado lá porque eu não me desfiliei.

MDH: Você pode...

CM: Quando mudou, né! Eu era filiado ao PCB. Aí quando mudou eu não pedi para não ir. Aí eu acho que fui incorporado junto. Talvez eu esteja lá. Eu acho que sim. Pelo tipo de correspondência que chega pelo e-mail assim, é coisa de filiado. Mas eu não tenho mais nenhuma ligação. É, isso foi um momento, essa da União Soviética; outro momento que interessante, e eu não vou revelar nomes porque o que interessa é o fato. Eu tinha recém ido morar em Joinville. Já estava morando em Joinville há algum tempo. E... ô... Não sei o que houve que o Piazza assumiu a prefeitura. O Aloísio Piazza, pelo MDB, e aí depois teve eleição e coisa e tal e o Aloísio ganhou. Em 1985. Acho que foi em 1985. Aí, nesse momento que o Piazza assumiu ou um

pouco antes, acho que 1984, aí não me lembro direito, me chamaram em Joinville que tinha que ir na Trindade, minha base era na Trindade, ali assim, de trabalho mais direto. Até porque depois... Depois da Novembro ali, eu nunca mais... Enquanto estava na Novembro estava também fazendo trabalho no bairro. Ali na universidade deixei de lado, mas continuei ligado na questão do bairro. Aí eu estava em Joinville e me chamaram que tinha uma discussão, que tinha um problema, não sei o que. Eu, nesse período estava na democratização, foi por ali 1984-1985, o Brasil estava na redemocratização e coisa e tal, e aí me chamaram aqui porque tinha um problema e eu tinha que resolver e não sei o que. Eu achei que era uma discussão política-ideológica, um debate, coisa e tal. Aí eu vim aqui e não, era briga porque tinha um cargo de secretária não sei aonde e aí estava o pessoal da trindade todo disputando aquele cargo.

MDH: Pediram-te para votar? Tu vieste para votar? Chamaram-te para votar?

CM: Ah? Chamaram-me para tentar contornar essa divergência que tinha aqui. Eu achei que era uma divergência, mas não me esclareceram o que era, e eu achei que era uma divergência de natureza dos rumos que a natureza que o Piazza devia tomar, entende?! De política que ele devesse estabelecer, providências que ele tivesse que adotar na prefeitura. Eu achei que era uma coisa nesse e aí eu chego aqui, não, é uma briga para ver quem indicava uma vaga de secretário não sei aonde na prefeitura. Eu cara, sempre estive na militância por altruísmo, por convicção, porque eu achava que estava defendendo uma coisa justa. Sempre achei isto. Nunca me passou pela cabeça que aquela minha militância pudesse me colocar num alto cargo, pudesse me levar ao parlamento, eu nunca pensei nisto. E aí quando acontece esse troço em Florianópolis, assim como na União Soviética eu me toquei na maneira como o rapaz falava as coisas, aqui eu me toquei também que era essa gente não estava preocupada com os rumos que as políticas, eles queriam arrumar uma boquinha. Era a mesma coisa que antes. Isto também me chocou muito. Claro que é um processo. As pessoas não estavam acostumadas e coisa e tal. Mas eu acabei não ficando para trabalhar nisso. A partir ali da vitória do Pedro Ivo... E ah! Eu devo

dizer também que em todo esse período eu comecei a trabalhar também em 1976 em jornal, durante dez anos eu só pude cobrir esporte e polícia. Não deixavam eu cobrir geral, porque afetava a prefeitura, e muito menos política.

MDH: Dentro do jornal? Eles sabiam o quê?

CM: Eles sabiam que eu era de esquerda. Mas não era uma coisa assim: “‘tá proibido”. Não, até porque eu estava começando, era novo, então eu ficava mais restrito ali. Mas eu sei que quando o Pedro Ivo ganha a eleição em 1986 o único jornalista na ativa ligado ao MDB que tinha fonte era eu. Não tinha mais ninguém. Os outros eram ligados à Arena. Só tinham o Valdir Alves e Cau Cancellier, mas eles não estavam na época em nenhum jornal. E eu estava no jornal “O Estado”. Então eu acabei cobrindo a campanha em Joinville. Cobri. Depois que o Pedro Ivo ganhou me chamaram para voltar para cá para eu cobrir a formação do governo, a transição, posse do... Depois continuei cobrindo o palácio, as assembleias, é quando eu passo a cobrir, a ser repórter de política. E naquele momento eu tive que fazer uma opção. É, porque... Quando tu é um repórter tu tem que te relacionar com todas as forças políticas porque tu tem que ter esse quadro. Então se tu toma uma posição a favor deste ou daquele tu te queimas com aquele ou com outro, então tu perde fontes. Então tu tem que ficar, parar, mais ou menos assim, tem que manter uma equidistância, um certo equilíbrio. Isto não quer dizer que tu não tenha posições, que tu não faça denúncias, mas tudo com fundamento, dentro da boa técnica jornalística. E se tu é de um partido tu vê o mundo da ótica daquele partido, certo?! Senão tu sai fora, vai formar outro partido, sai do partido. E para jornalista isto é terrível porque tu vê o mundo de uma ótica só. E tu tem que tentar ver como: que o mundo é constituído por várias óticas, por várias forças, por várias interpretações diferentes do mesmo processo. Então essa diversidade, essa complexidade é enorme, e para tu tentar apreender, se aproximar disso tem que ter uma equidistância, não pode estar envolvido lá. Senão tu vai estar vendo tu, defendendo tua farda. Tu não vai cuidar da sardinha que está na brasa, tu vai cuidar do conjunto que está em volta para tentar se alimentar. Tu tem que acompanhar é o grupo, não o cara que está fazendo a sardinha. E

por aí acabou, por eu me dedicar ao jornalismo, a militância político-partidária. A militância político-partidária não é militância política. Militância política eu acredito que tenho até hoje, mas eu abandonei de vez a militância político-partidária naquele momento ali, 1986 para 1987. A partir dali eu não tive mais essa vinculação político-partidária, pelo menos não o engajamento. É claro que eu tenho minhas simpatias, mas não é porque o partido diz que é que esteja certo. Porque quando a gente é do partido a gente tem que mesmo quando não acha certo defender aquilo. Porque a maioria.

MDH: Acho que eu vou fazer a última pergunta. tu falastes do Cirineu e do Prestes. E essas pessoas que rompem com o Partido na década de 1980, mantivestes contato, como que era?

CM: Sim, todos eles. Ali foi uma perda grande, porque na época toda a base estudantil foi com o Prestes, né! A gente perdeu toda a base estudantil que a gente tinha.

MDH: É o pessoal que participou da reorganização da UNE, da UCE?

CM: É. Em Joinville, aqui em Florianópolis. Só para ter uma ideia, o Geraldo Barbosa que era um dos principais daqui tinha sido preso. E era um dos principais das manifestações do partido, ele foi para a corrente prestista, “Corrente [Comunista] Luiz Carlos Prestes”. Em Joinville também. Em Joinville nós perdemos toda a base. Aqui em Florianópolis não foi toda. Mas em Joinville foi inteirinha. E aqui foi... Quem não seguiu o Prestes se formou ou saiu fora. Sei que o Partido como tal deixa de ter presença a partir dos anos 1980. Não tem presença nenhuma na universidade. Aí são outras forças que se aglutinam ali, se articulam e o Partidão lá, a partir dali, pode ver, não teve mais. A partir dali, logo depois o partido acaba, né! Vira PPS.

MDH: Mas tinha professores nessa época, década de 1980, na Universidade?

CM: Tinham. E alguns estão nesse PCB antigo, né. O Idaletto [Malvezzi Aued], tinha um outro professor lá dá... O Milton, da biologia – não me lembro do sobrenome dele.

MDH: Gostaria de comentar algo que não foi explorado ou comentado que tenha faltado?

CM: Olha. Não, cara. Eu acho voltando mais para hoje a esquerda perdeu um pouco da indignação que tinha; da solidariedade internacional que havia, que era muito acentuada. Isso perdeu. Perdeu muito. Eu vi nesse momento o que aconteceu em Honduras, e quem não ignora, ridiculariza, o que não ridiculariza, hostiliza, o que não hostiliza... Enfim, ninguém quer saber disso. É tanto ver a maneira fria como o [Manuel] Zelaya foi recebido aqui. Não foi nem recebido em palácio. Foi recebido na Associação Cultural do Banco do Brasil. O Lula foi lá e conversou com uma hora, uma hora e pouco. Disse que ia fazer mais pressão junto aos Estados Unidos para o restabelecimento dele, mas isso não é nada. Aí foi visitar o [José] Sarney. Não avisaram para ele que o Sarney está nessa berlinda toda. E aí estava o PSOL e o PSTU do lado de fora pedindo a cabeça do Sarney e o Zelaya em audiência com ele. Entende?! Quer dizer, nem os partidos de esquerda se antenaram. No Chile não. No Chile tinha trezentas ou quatrocentas pessoas recebendo ele, esperando ele chegar na... Para ser recebido no [Palácio] La Moneda pela [Michele] Bachellet. E aqui não. Então, eu senti agora nesse movimento todo você não consegue sensibilizar o PT. Só consegue sensibilizar os partidos, o pessoal, mais à esquerda: o MST, o PCB. Esse pessoal ainda meio que se aproximou né. Alguns mais independentes ali como o pessoal IELA [Instituto de Estudos Latinos Americanos – UFSC], Elaine [Tavares] que está dando uma força, o próprio Nildo [Ouriques]. Mas é muito restrito, e isto me chocou assim. Porque a gente está no poder, né. A gente? O PT. A esquerda está no poder, um setor da esquerda, importante, está no poder. E essa solidariedade se perdeu. Antes tinha essa preocupação. Eu mesmo para discutir política internacional, eu sempre, como falei ali, desde a época em que morava lá com o meu tio e tinha acesso, eu me lembro, a eleição do Lindon Jonhson. Eu sei que tinha o meu tio e um outro senhor que estava visitando lá. ‘Ó, mas quem é que ganhou a eleição lá?’ Eu já respondi ‘o Lindon Jonhson’. Aí me olharam assim estranho dizendo ‘ué, como esse guri sabe’. É porque eu sempre fui ligado, desde aquele período ao mundo todo, as questões envolvendo o mundo todo. E hoje não tem, quer dizer, o pouco que eu trabalhei depois do fim da

União Soviética. No tempo em que eu trabalhei nas redações do “O Estado” e da “A Notícia” não tinha ninguém com quem discutir política internacional. É raro eu encontrar hoje uma pessoa com quem possa discutir o que está acontecendo na China, no Iraque, no Afeganistão, na Colômbia, na Venezuela, enfim, tentar discutir essas coisas. Não, parece que está todo mundo olhando para seu próprio umbigo, entende? Isso me preocupa porque as coisas são cada vez mais planetárias, mais globalizadas, e nós olhando para nosso umbigo com a cabeça enterrada na areia e o corpo todo de fora, é essa imagem que eu faço. E isso me preocupa porque é... Eu acho que um pouco daquele humanismo, daquela formação humanista, da questão da solidariedade – sabe? – da fraternidade, isso se perdeu mesmo. Talvez tenha se perdido, talvez possa ser retomado? Essas coisas a gente nunca. É igual dizer “É fase superada”. Não existe fase superada, existem momentos que oscilam para um lado e para outro, uma coisinha aperfeiçoa ali, aqui, mas é; basta ver o que está acontecendo em Honduras. Todo aquele pessoal ali, os terroristas de direita dos anos setenta estão no poder hoje de novo. E não querem saber da opinião do mundo. O mundo inteiro contra eles e eles não querem saber e estão massacrando a população lá. Alguém liga? Ninguém liga para isso, pô. O Nildão, eu estava conversando com o Nildão, esses dias, sobre isso e aí o Nildão parou um pouco, ficou pensando. Daqui a pouco ele assim: “O Celso, aqui em Florianópolis só tu que te preocupa com isso!”. Eu fiquei assustado e tentei juntar um grupo aí, tem, consegui, foi possível juntar um grupo. Mas parou ali, não avança. Esse grupo é com quem eu estava trabalhando nesse movimento “Honduras é logo ali”.

MDH: Tem um blog, certo?

CM: Sim. É essa parte aí que eu sinto falta, sabe? Acho que no momento que a gente deveria estar antenado com as coisas que acontece no mundo a gente está voltado para... A gente chegou numa situação complexa, por exemplo, o PT, não faz muita coisa com relação a corrupção, com relação a ao coronelismo, com relação ao patrimonialismo, porque é assim que ele vai se manter no poder. Ele respalda o Sarney porque espera no Sarney um apoio para eleição. Ou seja, todo o potencial de conhecimento, de experiência política, de luta, de

militância, está resumida a uma perspectiva até 2010. Não tem para depois. Aí, depois de 2010 é 2014. Para se manter no poder, não é para realizar transformações. Não transforma porque pode perder apoio e aí vai perder a eleição. Então mantém assim tudo como está. Claro que existem alguns avanços. Isso a gente não pode negar né. A questão da distribuição da renda melhorou um pouco. A questão da miséria também diminuiu e também, a miséria é uma coisa dolorosa, porque estraga a vida inteira, potenciais que poderiam estar atuando na produção, na cultura, enfim, em tudo. E pronto, ficou nisso. Não mudou mais do que... O agronegócio domina, tem força, e mata e explora, e subverte a legislação ambiental. Que é uma boa legislação, mas que está sendo desmontada, e a gente tem que ter essa preocupação ambiental. É fundamental. Não é uma coisa de delírio. Não é uma coisa de desocupado. Hoje a gente sabe que os recursos naturais são limitados, que existe problemas de intervenção do homem na estrutura natural da terra e que isto pode alterar, pode levar a consequências graves na própria sobrevivência da humanidade. É uma coisa muito séria, não é um delírio. Os partidos de esquerda não adotaram ou adotam o discurso ambientalista só por discurso para ganhar voto. Na verdade não compreendem o que está acontecendo e não estão preocupados em mudar os paradigmas, enfim, então aí eu acho que, como diz o outro, eu sempre quando entrevista os comunistas antigos, eles sempre dizendo que nunca perdiam a esperança. Eu achava que era bobagem, mas realmente, hoje eu sou um comunista quase velhinho né, mas é eu alimento a esperança. Por que eu alimento a esperança? Aquele período de 2003-2007 que eu estudei história na UDESC, ali na FAED, na FAED é que surgiu o movimento passe livre que levou aquelas quatro ou cinco jornadas de protestos na cidade. De onde surgiu essa gente aí? É tudo gente de fora de partido político. São todos, é toda aquela movimentação, o PSTU foi vaiado. Aquele rapaz que sempre é candidato a governador, funcionário da Casan [Gilmar Salgado], estava com a camiseta do PSTU, foi discursar e vaiaram porque estava com a camiseta do PSTU. Ele saiu, deu a volta, tomou uma camisa emprestada e botou por cima, fechou, e tapou. E eu vi na frente da câmara, uma menina, quinze, dezesseis anos, dezessete anos dizendo para a outra: “nós não podemos aceitar porque eles são políticos”. Aí grupos anarquistas, de várias... Vários

grupos anarquistas. Coisas assim que eu, da onde é que surgiu isso? E controlaram a cidade aí. Seguraram o preço da passagem de ônibus e realizaram um trabalho político fantástico com essa gurizada aí. E a gente achava né. Não vai mais acontecer, não vai ter mais essa indignação, os burocratas que estão encrustados nos cargos é que ficaram e hoje eles não querem que haja este tipo de movimento porquê incomoda, né. Tu achas que o Lula hoje quer uma greve geral? Num quer. Mas no tempo em que ele estava fora, ele queria. Ele tentou várias vezes. Nunca deu certo. Mas ele tentou várias vezes fazer greve geral no Brasil. Mas depois que está lá, ele quer manter a ordem, ele não quer nada que possa alterar o controle que ele tem. O domínio que ele tem das coisas ali. Então isso é frustrante porque aquele partido que poderia promover as transformações hoje em dia está mais preocupado em se manter lá. Tivemos aí denúncias seríssimas de malversação de recursos públicos! Corrupção envolvendo gente do PT e estão sendo inocentados aqui e ali, mas enfim, estavam envolvidos em numa coisa grande, escandalosa, por mais que diga que era legal, legal nada. Legal é não se meter nesse tipo de coisa. Mas não é por isso eu acho que até o PT esgotou. O papel dele é esse mesmo. E vai surgir, a sociedade cria suas alternativas né, assim como a gente viu aqui em Florianópolis, esses protestos pelo planeta contra a globalização. Onde se viu, de onde vem e vive aquela gente toda, mas ele estão lá... Vem quinze, vinte mil, dirigentes internacionais desses países, enfim. Movimento pacifista parou um pouco. A gente vê agressões em diversos países, ameaça atômica sendo retomada, corrida armamentista na América latina a partir desse convênio da Colômbia com os EUA vai ter, né. Enfim, são novos embates pela frente. E eu estou aqui, nem que seja só em solidariedade pela rede. Mas na medida do possível sempre vou contribuir e apoiar quando perceber que seja algo justo e espontâneo. Penso que é justo e espontâneo o levante do povo hondurenho e o retorno do Zelaya é simbólico. Ele se transformou numa bandeira. O retorno dele é uma bandeira, mas é esse processo muito rico que vai avançar e vai mudar completamente a sociedade hondurenha e isto é um assunto que interessa para jornalista, para cientista social, para historiador, sabe. E eu vejo pouco interesse. É riquíssimo o processo que está acontecendo lá. Eu sei porque por uma circunstância de eu estar em casa trancado

escrevendo um livro, tudo apurado, as entrevistas feitas, eu só estou redigindo o livro, eu fico aqui no computador redigindo e escutando as rádios, a rádio globo que é uma das únicas que está na resistência lá, e os sites e blogs. Contato direto com a resistência hondurenha, a quantidade de e-mail que eu recebo é impressionante, vindo direto do pessoal da resistência. Então eu me engajei. Não sou bolivariano. Por uma circunstância específica, bem clara, eu acompanhei pelo rádio ao longo de dez ou quinze dias depoimentos desesperados de pessoas simples indignadas com o que estava acontecendo lá e na rua lutando e é isto que me sensibilizou. Não estou envolvido porque eu apoio o [Hugo] Chávez. Acho a experiência do Chávez interessante, tem que olhar. Tem uma série de problemas lá, mas tem que olhar com atenção, compreender. Ficar condenando igual papagaio, ah porque... não tem que... agora mesmo ele está se metendo com a educação e os estudantes estão contra. Estão fazendo manifestação. Tem problemas com a liberdade de expressão. Uma série de problemas lá. Certo? Mas agora ele está realizando transformações internas. Ele está tirando das antigas elites e redistribuindo mais para a população. E isso é interessante. E a população forma os grupos de Chávez, cerram milícias e vão atacar a globo de lá. Não pode. Não é por isso que eu vou apoiar porque é tudo chavista, o que é isso? Tem colegas nossos aí que estão dizendo isto. Isto é terrível. Falta de informação. Gente com capacidade intelectual, com passado de esquerda militante está dizendo bobagem a torto e a direito tem gente inclusive escrevendo em blog. Tudo isso me preocupa, mas é o dado real. Daqui a dez anos voltamos a falar nesse assunto para ver o que houve. Para ver se eu estava raciocinando corretamente ou não.

ENTREVISTA 4

Entrevistada: DERLEI CATARINA DE LUCCA (DDL)

Entrevistador: ALEXANDRO ANTUNES

Entrevista concedida ao MDH em 5/6/2008

MDH: Um pouco sobre a senhora.

DDL: Meu nome é Derlei Catarina de Lucca. Nasci em Içara, pequeno município do sul de Santa Catarina localizazado em uma região carbonífera. À época, foi constatado que a região carbonífera era até 64 a segunda região mais combativa do Brasil. Só perdia para a região portuária de Santos. Na época, não existia sindicato no ABC nem nada disso. Na década de 60 quem brigava no Brasil eram, os portuários de Santos e os mineiros da região carbonífera.

MDH: Como começou seu envolvimento político?

DDL: Desde pequenina sempre acompanhei os mineiros brigando, fazendo greve. Meu pai não era mineiro, mas tinha uma fábrica de café e ia muito aos bairros operários, fornecia café para a venda. E nós íamos juntos. Meu pai era um homem muito avançado para a época. Por exemplo, em sua juventude havia separação nos salões de baile. Uma corda separava os negros dos brancos, e meu pai invariavelmente pulava a corda para que se misturassem negros e brancos. A gente se criou assim. Lá em casa se falava normalmente em revolução cubana,

em Fidel Castro. Se ouvia a rádio Havana. E eu tinha muito medo da guerra nuclear por exemplo. Em 62, quando da crise dos mísseis em Cuba, que os Estados Unidos ameaçavam bombardear Cuba, ficávamos todos na calçada, fazendo vigília, esperando para ver o que ia acontecer. Isso em 62, então, falar em luta armada era uma coisa mais ou menos comum na minha casa.

MDH: Tinha alguma organização que envolvia esse pessoal?

DDL: Não! Meu pai era anarquista.

MDH: Ele se dizia anarquista?

DDL: Não se dizia anarquista, não tinha nenhuma fundamentação teórica. Era anarquista no comportamento. Ele não aceitava a autoridade com facilidade.

MDH: Você lembra-se de como era estar no colégio nesse período?

DDL: Estudei da quinta série até o segundo grau em um colégio de freiras. Lembro-me de uma Copa do Mundo, talvez 1962. A irmã de religião falava: “Por que vocês precisam fazer um sacrifício! Vocês preferem o quê? Que o Brasil ganhe a Copa do Mundo e se torne comunista?” (estávamos no governo João Goulart). E a turma respondia que preferia ganhar mesmo que se tornasse comunista. E a freira queria que o Brasil perdesse a Copa e continuasse cristão. Lá sempre se discutia política, na escola ou em casa.

MDH: Então no movimento secundarista você não chegou a militar?

DDL: Não, nosso envolvimento era mais no assistencialismo, alfabetização de adultos, por exemplo. Porque tinha o movimento da JEC, Juventude Estudantil Católica. A gente ia aos bairros mais pobres, fazer alfabetização. Meu pai tinha, atrás da casa dele, uma casa de alvenaria com vários quartos. E todos que não tinham onde dormir, meu pai levava pra dormir ali. A minha mãe odiava. E ali fizemos a sala de aula para quem não sabia ler.

MDH: E você estava organizada na JEC?

DDL: Sim, mas não tinha nada de política, era assim um humanismo.

Era assim: ser boa, vai pro céu, o papo era assim. Líamos muito os livros de Michel Boarte, um famoso padre francês que orientava a juventude, na época nós éramos fanáticas.

MDH: E quando você se envolveu politicamente?

DDL: Bom, eu ia direto aos bairros operários. No começo com alfabetização. Eu comecei a dar aula muito cedo, eu estava no segundo ano do segundo grau quando eu comecei a dar aula num bairro operário. E como os operários me pediam pra levar umas coisas pra lá outras pra cá, eu acabei conhecendo uma pessoa chamada Divo Ghizoni, que mora aqui na Trindade, em Florianópolis. Ele era militante de AP nascido em Braço do Norte. E ele andava lá pelas minas com uma pessoa chamada Paulo Stuart Wright. Então, um operário que estava sendo alfabetizado chamado Donato era militante de AP. Foi ele quem apresentou Divo a mim e comecei a conhecer essas pessoas. Eu não sabia nada de Ação Popular. E em 1966 eu vim pra universidade. Comecei a levar recado, jornal. As pessoas começavam a levar recado de Florianópolis pra Içara. Içara e Criciúma tinham 22 militantes de AP nas minas de carvão, era muita coisa. E o partidão também tinha um monte de militante. Existiam apenas essas duas organizações. Aí um dia o Divo Guizoni, foi lá pra casa, pra casa da minha mãe, começamos a conversar. Eu conhecia a atual esposa dele, à época namorada. Penso que ele estava me testando. A conversa evoluiu até que ele abriu a história da AP.

MDH: E você já participava das greves e movimentações?

DDL: Eu ajudava né? Em 64, quando teve o golpe. Nós organizamos toda solidariedade aos presos políticos, A gente ia às casas dos presos, nas famílias, levava rancho e roupas pras famílias dos presos políticos. Mas eu não era militante, nem sabia dessa história de militância.

MDH: Como foi a situação dos presos no golpe? Houve muitos presos na região carbonífera?

DDL: Em 1966 eu venho para a universidade. É quando eu ingresso na Ação Popular. O ingresso foi mais ou menos natural, eu já conhecia as pessoas, já fazia o que elas pediam, já concordava com o que elas diziam.

MDH: Você entrou em pedagogia, não é?

DDL: Sim. Aí a gente começou a ter reuniões periódicas, a estudar. A AP tinha muitos documentos voltados à formação dos jovens.

MDH: O que vocês liam?

DDL: A AP na época não era marxista ainda. Ela se chamava uma organização humanista. Então, eram todos documentos elaborados pelo Paulo Stuart Wright, que era pastor presbiteriano. Tinha também textos do Eduardo Pacheco. Esse pessoal não era marxista ainda, pelo menos não tinham se declarado. A AP só vai se definir como marxista em 1969.

MDH: E como era a militância na UFSC?

DDL: Na UFSC, a primeira coisa que gente organizou foi a abertura dos diretórios acadêmicos. Por que na época tava tudo fechado, não existia movimento estudantil. Eu na Filosofia Ciências e Letras, junto com o Antoninho Versuqui, que depois se tornou genro do ex-governador Jorge Lacerda. O Moacir Tomazi, que depois se tornou dono do jornal NA, e o Gil Brás Lima, que já morreu, na engenharia.

DDL: Essas pessoas não eram de AP?

MDH: Quem não era militante era área próxima. O Gil era militante. O Heitorzinho Bitencourt era militante na medicina, depois foi pra economia. O Valmir Martins na Odonto, na época. Tinha o Marquian Kalinovski que tentava abrir o diretório do direito. A AP já tinha vários militantes. O Partido Comunista quase não tinha ninguém. Na UFSC, o PC foi formado por pessoas saídas da AP.

MDH: Como eram as análises de conjuntura com essa visão humanista da AP?

DDL: As famosas análises de conjuntura! A gente apanhava, apanhava e sempre achando que a luta tava avançando, sempre! Ó meu Deus! Bem, o que era a visão humanista? O Homem estava no centro de tudo. E nós achávamos que a felicidade humana estava em viver no coletivo. Eu acho que isso era muita influência da igreja. Então nós tínhamos que trabalhar pela coletividade. Até hoje, pode ver, ex-militante da AP está sempre brigando pelo coletivo.

MDH: E o regime militar?

DDL: Assim, derrubada do regime, luta armada, pichação. Pegar em arma era lícito e era correto.

MDH: E o pessoal andava armado?

DDL: Não aqui em Santa Catarina. Do pessoal estudantil, ninguém andava armado. Apenas o pessoal que ia para o campo. Esses andavam armados, mas já depois de 68.

MDH: E as questões da universidade?

DDL: A tese da AP era por universidade democrática. Na época existia uma coisa que não existe hoje, que era a chamada cátedra vitalícia. O professor fazia concurso e ele era catedrático, mesmo que nunca entrasse em sala de aula, e tinha um monte de assistente e ele era o dono da cátedra. Ninguém podia contestar. Ninguém podia tirar. Por que era vitalício, era como o papa. Essa foi uma luta muito importante não só na UFSC, mas no Brasil todo, por que foi pela UNE. E nisso nós tínhamos apoio dos outros professores, que sofriam muito na mão dos catedráticos.

MDH: E o monitoramento do ME. Pela repressão?

DDL: Tinha! Nas assembleias sempre aparecia a mesma pessoa, e nós sabíamos que ele era da polícia. Tinha um delegado do Dops que ia até nos bailecos que a gente fazia. Aí 67, foi um ano assim de preparação teórica. A gente estudava, estudava. Todos os documentos da AP e os clássicos. Começando pela História da Riqueza do Homem do Leu Huberman. Depois. Como que era? As três partes integrantes do marxismo, do Lênin. Aí já tinha textos do Stálin. Líamos muito Ho Chi Mim. A gente ia pro interior da ilha e passava o sábado e domingo estudando. Aprendia mais do que na sala de aula. Foi em 67 que nós preparamos 68. Aí a gente já ia pra São Paulo e Rio para reuniões. Nós estudávamos o marxismo, mas não nos considerávamos marxistas. Isso aconteceu em Novembro de 68 e a definição foi em Janeiro de 69 e todo mundo teve que optar.

MDH: E como se dá essa transição para o marxismo?

DDL: Nunca deixei de ser cristã. Nunca me considerei não cristã.

Em janeiro de 69, veio uma orientação da direção nacional que os militantes tinham que se definir pelo marxismo. Eu estava nessa época em Curitiba. E a gente tinha que discutir se aceitava que a gente era marxista. Eu nem sabia o que era marxismo, na verdade. Eu já tinha lido o Mao, já tinha lido Lênin, já tinha estudado Stálin, mas materialismo, materialismo histórico, eu não me considerava materialista. Caia mal essa palavra. A gente vinha de uma educação humanista e aí tu cai pra uma palavra materialista, caia mal né? Aí lembro-me que eu escrevi que eu não sabia o que era marxismo, mas me dispunha a estudar. E aí não aconteceu nada. Na verdade não aconteceu nada com ninguém, mas muita gente que era cristã disse assim: “a partir de hoje eu me desligo da AP. Isso aconteceu com várias pessoas, que disseram que se negavam a se definir pelo marxismo.” Nós não sabíamos o que era, nem se era bom ou ruim. Depois eu aprendi. Na verdade fui aprender em Cuba. Por que tinha tempo de estudar, de analisar. Na época da militância não tínhamos muito tempo. Éramos muito ativistas.

MDH: E 68 como que começa?

DDL: Fizemos um levantamento de todos os problemas mais sentidos e com quais alunos e professores podíamos contar. Exemplo: não tinha comida aos fins de semana, professores que ninguém gostava, alunos excedentes. Era assim. Cada curso tinha 50 vagas, mas a pessoa fazia o vestibular, e tinha uma média pra passar, que era 5, e aí passava assim, 83 alunos passavam, mas só tinha 50 vagas. Então 33 alunos ficavam de fora. Eram os famosos excedentes. Daí, juntamente com a UNE, nós íamos a todo Brasil levantar a bandeira dos excedentes. Por isso fico indignada quando falam que 68 no Brasil começou por causa da França. Já nos mobilizávamos desde fevereiro. Em março, aconteceram três passeatas em Florianópolis. Fizemos um acampamento na reitoria, o dia inteiro, por volta de três mil estudantes, não entrava nem saia ninguém da reitoria até que eles aceitassem nossas reivindicações. E, entre os motivos da tomada da reitoria, estava a solidariedade ao povo do Vietnã.

MDH: Foi em 1968 a ida de pessoas de AP vão para o PCB?

DDL: Sim, foram Roberto Mota, Rute Cardoso e Vladimir Amarante. Eles chegaram em uma reunião e disseram que iam para outro grupo.

Continuaram participando do movimento, mas não participavam de todas as reuniões do DCE.

MDH: Como foram as pichações de rua?

DDL: Nos reuníamos em torno de 50 alunos no DCE e elaborávamos a lista. Fulano e fulano em tal rua. Em duplas, um pichava e outro fazia a segurança. Em todos os locais. Havia lugares que não eram para pichar, o palácio Cruz e Souza por exemplo. Por que era muito difícil controlar os secundaristas. Eles eram muito doidos. O Cascaes, o Bonzom, o Humberto Sodik.

MDH: E o que era escrito?

DDL: Abaixo a ditadura! O povo na luta derruba a ditadura e expulsa o imperialismo. Olha que cumprido para escrever! E não foi apenas em Florianópolis. A gente mandava dois secundaristas pra Criciúma, dois pra não sei onde. Uma vez dois secundaristas foram presos no norte do Estado, e depois fomos conseguir advogado para soltar. Aqui foram presos o Cascaes e o Gil, por exemplo.

MDH: Como foi a ida ao congresso da UNE, em Ibiúna?

DDL: Para escolher a pessoa para participar era necessário realizar assembleia nas faculdades. O secretário de segurança pública daqui e o delegado do Dops não nos amedrontavam. O secretário de Segurança Pública se chamava general Vieira da Rosa. Por que ele não nos dava medo? Porque uma vez ele me encontrou no correio e disse que no tempo dele também tinha sido preso e que nós ainda íamos ver dias melhores. Tínhamos medo de um agente do SNI chamado Pinheiro, que escrevia os relatórios, e trabalhava com o general Veiga Lima, então chefe do SNI na ilha. Desses caras a gente tinha medo. Mas a bem da verdade, quando discutíamos sobre ser preso, penso que imaginávamos uma glória ser preso. Para o grupo da AP, se a morte viesse seria algo natural. Não pensávamos em carreira, arrumar emprego, possuir apartamento. Ninguém pensava nessas coisas. Foram feitas reuniões nas escolas, apareceram vários candidatos. E cada um foi da forma que conseguisse até São Paulo. Não podia ir mais de dois. O pessoal de Santa Catarina tinha que ir para uma cidade chamada

São Roque. Chegava lá e ficava em frente a uma igreja. Havia uma senha e alguém esperando, a pessoa se identificava e nos levava. Em Florianópolis, o general Vieira da Rosa, havia dito no jornal que os estudantes estavam preparando um congresso, mas que daqui não iria ninguém. Eu saí em um carro do professor Edmundo de sociologia. Teve gente que foi de barco porque não tinha como sair normal pela ponte. De São Roque fomos para Ibiúna de caminhão. Os padres dominicanos ajudavam na organização. Ao chegar, havia uns três grandes barracões. Choveu muito durante três dias. Três dias de frio e fome. E começaram as discussões das teses. O pessoal do PCB se juntou com a ALN, eles queriam propor um diálogo com o Governo, por que o ministro tinha proposto isso. Nós éramos contra. Até a queda do congresso de Ibiúna tínhamos a hegemonia com essa opinião, nós queríamos a luta armada.

MDH: E como a AP age depois do AI-5?

DDL: após a queda do congresso, vem o AI-5. A AP decide que todos os militantes da pequena burguesia devem ingressar na produção, então nós abandonamos o movimento estudantil. Houve quem não aceitasse. Foi e depois voltou para a faculdade. Por que dentro da tese marxista diz que a classe operária é a dirigente da revolução. O Mao Tsé Tung diz que a classe operária é a dirigente e o campesinato é o motor da revolução, por que é o pessoal que mais briga. Se queríamos fazer a revolução tínhamos que ir com a classe que ia dirigir a revolução. A AP reuniu todos os seus militantes e decidiu quem ia pro campo e quem ia pra fábrica. Fui deslocada para a fábrica em Curitiba. Pegamos documentos de Mato Grosso, eu tinha outra certidão de nascimento, nem sei se a Leila Campos, meu novo nome, existia ou não. O mais importante na época era a carteira de trabalho. O Valmir Martins foi e voltou para a universidade. Só foi quem quis. Eles não obrigavam. O Sergio Motta, aquele que foi ministro das telecomunicações do governo FHC, era engenheiro e disse: “Não vou ser operário. Continuo sendo engenheiro e organizo um grupo de simpatizantes que dê dinheiro.” E fez isso, organizou uma empresa que empregava muitos que saíam da cadeia. O cara mais solidário que podia existir. Ajudava pessoas de todas as organizações e não somente da AP.

MDH: Neste momento você sai de Santa Catarina?

DDL: Sim. Fui para a fábrica e de lá para o trabalho interno da organização. Fui presa. Quando voltei para Santa Catarina, depois da prisão, fiquei no Colégio Coração de Jesus. Todos militantes iam me ver. Mas o Valmir e o Heitor, responsáveis pela segurança, não permitiam que todos fossem. Quem também foi da segurança da AP era o Jorge Lorenzetti, que depois ficou conhecido como o churrasqueiro do Lula, do mensalão. Ele era estudante de enfermagem. As pessoas tinham que passar por eles para me ver. O Paulo Alves esbravejava por entender que o Valmir queria ser meu dono. Os guris tinham vontade de ir lá me ver, mas o Valmir controlava porque era perigoso. Depois vou militar na Bahia, onde casei, tive um filho e por muito pouco não fui presa novamente. Voltei novamente para Santa Catarina em janeiro de 1973 para ver meu filho. Havia deixado o menino recém nascido em um hospital de Londrina. Eu estava sendo perseguida, já tinham prendido meu marido para tentar me pegar. O menino passou por “n” caminhos para chegar até aqui. E eu estava muito doente. E até assim, o médico falou que eu só ia sobreviver. Eu tinha uma necessidade física e psíquica de ver a criança. Eu não parava de sangrar. É um problema meu até hoje. O médico tinha dito que eu tinha que ver por que assim, eu tinha feito assim, eu tinha transformado, em psiquiatria eles chamam isso de... Conversão! Toda a dor e angústia de ter abandonado meu guri eu tinha transformado em um problema físico. Aí eu sangrava, sangrava. Aí, novamente Valmir Martins, Jorge Lorenzetti e o Joãozinho Soccas alugaram uma casa na praia da Pinheira e um casal da engenharia, um casal de franceses progressistas, emprestou o nome para alugar e o Valmir organizou com meus familiares levar a criança para lá. Solicitaram ajuda ao deputado Murilo Sampaio Canto, que levou minha mãe com a criança. Na estrada havia um carro da polícia parado, e o deputado estava superpreocupado, mas o carro da polícia integrava o esquema de segurança do Valmir, pois alguns na polícia militar ajudavam. Daí eu encontrei a minha mãe e o meu menino. Ele já tinha um ano, já andava e eu tinha deixado um neném recém nascido. É, como vou dizer, até hoje é confuso na minha cabeça, porque na minha cabeça o neném não tinha crescido entendeu? E Eu queria um neném de três meses que eu tinha deixado. E aí chegou um

menino ali andando, falando, não era o neném que eu tinha deixado. Depois fui encontrar meu filho no Chile, por três quatro dias, nem isso, e depois só em Cuba.

MDH: Quando você volta ao Brasil? volta também a militar?

DDL: Retornei em 1979, com a anistia. Eu e meu filho, que minha irmã já havia levado para Cuba em 1974. Não tenho mais militância partidária. Recebo convites, mas não faço questão. Meu compromisso e de algumas companheiras e companheiros, é com os companheiros mortos e desaparecidos. Pensamos que, desde 1979, precisamos contar a história de quem morreu e desapareceu. Por que nós sobrevivemos e tivemos a oportunidade de voltar. Mas, e os que morreram? Os que morreram não tiveram anistia. Eles terão anistia apenas se contarmos a história deles. E quem que vai contar a história deles? Nós que sobrevivemos podemos contar. E não temos que misturar com os partidos políticos de agora. Por que não são eles que têm que contar essas histórias. Em 1979, organizamos uma missa enorme na catedral de Florianópolis. Foi a primeira missa. Veio gente de Minas, São Paulo e Rio. Foi matéria de capa. A missa dos mortos e desaparecidos da ditadura. Aí organizamos aqui um pequeno grupo de ex-presos, familiares. Algo como um comitê pró-memória. E começou a trabalhar essa história. Aí, lá em Belo Horizonte, uma vereadora bem democrática, que nunca tinha sido presa, mas era uma pessoa maravilhosa, ela inventou que tinha que organizar um grupo chamado “tortura nunca mais”. Foi a dona Helena Greco. Aí se organizou em Minas, Pernambuco. Rio Grande do Norte, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Depois ajudei a fundar lá no Paraná. Aqui continuamos com o comitê pró-memória, mas junto com o “tortura nunca mais” e assim funciona até hoje. Conseguimos identificar algumas ossadas, aprovar a lei 9140 que reconhecia como mortos os desaparecidos, o acesso aos arquivos do Dops do Paraná e São Paulo e reunir muita documentação, trabalhar o tema em escolas e colocá-lo na imprensa, realizamos exposições e palestras em mais de 50 municípios de Santa Catarina. Fizemos o que pudemos. Porque negar a memória e o conhecimento é a pior tortura.

ENTREVISTA 5

Entrevistado: JERÔNIMO VANDERLEI MACHADO (JVM)

Entrevistadores: JOÃO GABRIEL SANTOS
VAGNER BONI

Entrevista concedida ao MDH em setembro de 2008

MDH: O senhor pode se apresentar, por favor?

JVM: Me chamo Jerônimo Vanderlei Machado, filho de um casal de gente simples de Paulo Lopes. Meus avôs tinham terras ali, meus pais são herdeiros dessas terras, e eu e meus irmãos somos todos proletarizados, evidentemente, porque todos nós tivemos que nos preparar para viver do nosso próprio trabalho. É como eu digo, meus pais são herdeiros, meus avós proprietários e eu e meus irmãos proletários, essa é uma tendência social, me parece uma tendência da vida. Como meus pais eram pessoas simples, mas minha mãe, como sempre boa mãe, força muito o meu pai no sentido de que nós precisaríamos estudar para viver, pois ela não acreditava que as terras herdadas por eles pudessem garantir meio de vida para nós. Então logo cedo meu irmão veio estudar no Colégio Catarinense com bolsa. Minha mãe estava preocupada, e eu fazendo muita pressão também, eu quero ir também. Aí compraram uma casinha aqui em São José e viemos todos morar pra cá.

MDH: Então entrou para o mesmo colégio de seu irmão?

JVM: Não. Entrei para o Instituto Estadual de Educação. Fiz o exame ginásial de admissão numa escola publica. Salvo engano em 1958. Passei no exame de admissão e entrei no colégio. Minha mãe tinha me levado a fazer algumas aulas particulares para que eu me apresentasse melhor, então eu entrei no Instituto Estadual de Educação, famoso Colégio Dias Velho. Logo, logo, no primeiro e segundo ano comecei a militar no grêmio estudantil. Comecei as minhas batalhas no grêmio estudantil. Tinha muita amizade lá, eu sempre gostei da vida coletiva. Em seguida, eu vou para a UFE [União Florianopolitana de Estudantes] com meu querido amigo Jaraguá; Franconi; Ariel Montávio Filho, meu querido amigo jornalista que recém-faleceu; Adir Vieira Filho; Salomão Ribas Jr, que hoje está no Tribunal de Contas, enfim, aqui em Florianópolis eu entrei na vida política por esse caminho. Instituto Estadual de Educação, UFE, UCES [União Catarinense de Estudantes Secundários], UBES [União Brasileira de Estudantes Secundaristas]. Antes disso, eu havia feito algumas viagens a Brasília, Ceará, Rio de Janeiro, enfim, sempre atento aos interesses estudantis da época. Então eu concluo minha formação básica e vem a Ditadura de 1964, e isso aí criou dificuldades, alguns problemas pra nós aqui, até pra gente como estudante, que era do ramo dos colegas presos, muita gente, Jaraguá, Mastela; outro sumiu, não sabiam onde que estava. E a gente assustado, porque eu era amigo dessa turma toda, embora eu não tivesse nenhuma liderança mais destacada, eu estava começando, mas era amigo dessa turma toda, desse pessoal todo. Mas depois da ditadura militar a gente consegue superar isso. Acompanha de algum modo, com muito cuidado, da legalidade do Brizola em 1961, no Rio Grande do Sul, quando já um primeiro ensaio de golpe do pessoal que vai fazer a ditadura em 1964, pois em 1961, com a renúncia do Jânio, tenta impedir, impede, aliás, a pose do Jango e aí foi um artifício do parlamentarismo, e Brizola cria a Campanha da Legalidade. E eu, muito atento pelo rádio e tal, acompanhei tudo. Aí vem a Ditadura, o golpe de 1964 e me assustou muito, fiquei com medo de circular. Eu morava em São José com meus pais, em Barreiros. Eu tinha medo de passar na frente da Marinha, na frente do quartel, no Estreito. Na polícia também, qualquer coisa de polícia, quinto distrito me assustava.

A cidade estava sob repressão, mas isso em 64 e daí pra frente. Aí o tempo passa, e eu estava desempregado nesse período. Fiquei até 1966 e, nesse ano, eu fiz um concurso e passei para o BDE [Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina], me chamaram bem no dia do meu aniversário. Daí, terminei os estudos, no Instituto, também nesse ano, 1966. Vou fazer o vestibular no começo de 1967. Fiz para direito e passei muito bem, tirei em terceiro lugar no concurso geral da Faculdade de Direito. Então eu banquei o folgado, férias, então pensei vou fazer o vestibular de economia que era outra faculdade. Passei também no vestibular de economia. Então estudei, continuei, e começo aí também a militar. Encontro os meus amigos do movimento estudantil mais a esquerda. Aí em 1966, eu entro nessa faixa etária e nós já éramos lideranças universitárias e começamos a participar do centro acadêmico da faculdade de Direito. E como a Ditadura liquida os partidos em 1965 pelos atos ditatoriais.

MDH: Ato Institucional nº 2.

JVM: Isso. Foi este ato que eliminou os partidos. Aí criaram o MDB. E aí eu, eu sou um dos primeiros ou o primeiro jovem a filiar-se formalmente ao partido MDB de oposição aqui em Florianópolis. Isso está no famoso livro preto do MDB, que ainda está hoje, se eu não me engano, nas mãos do atual candidato a vereador que é o Piazza. Na época ele era vereador, não sei direito qual é a história dele, mas é mais ou menos isso, sei que ele era secretário e o meu nome tá lá no famoso livro preto.

MDH: E quanto às outras organizações que havia aqui?

JVM: Na Universidade se explicita claramente as duas tendências que já existiam no movimento secundarista: AP e a esquerda histórica formada pelo Partido Comunista. Aí na Faculdade eu me encontro com os comunistas e então eu me agrego à militância comunista. Então havia grandes lutas e batalhas de diferenças de análise, de percepção, de concepção, de métodos de luta, de estratégia entre o Partido Comunista e a turma da AP. E essas batalhas ficam muito claras dentro da Universidade. A primeira foi em 1967, se eu não me engano, quando o Heitorzinho Bitencourt, que era da medicina, estava no DCE e nós, os comunistas, nos agregamos ao Heitorzinho e conseguimos formar

uma chapa para sucessão, só que fizemos uma chapa em composição com a AP. Porque outras forças então não haviam aqui, éramos nós, os jovens comunistas, e as forças ligadas à AP, que eram de origem católica evidentemente. E nós tínhamos, entre aspas, os nossos guias, as nossas referências, inspirações como Che Guevara, Marx, Fidel Castro, enfim, essas coisas todas que eram motivações e regulações diferenciadas dentro dessas duas grandes correntes no movimento estudantil, que era, no caso da Universidade, fundada pelo PC e outra fundada pela AP. Evidentemente éramos ilegais, pois o PC era ilegal desde 1948. Então nós começamos a participar do DCE, como Heitorzinho, assumimos a direção. Nesse período vem a preparação para o Congresso de Ibiúna, aquela história toda. Então não havia partido, não havia operário organizado, não havia nada. Quem fazia a militância política e social como o combate à Ditadura era a esquerda estudantil universitária, basicamente no Brasil inteiro. Por isso essa comemoração que se faz de 1968 é tão importante, porque na verdade era a juventude estudantil universitária que fez o grande movimento político ideológico no combate à Ditadura e pela Democracia.

MDH: O senhor falou que a juventude era a grande força política. E como era a relação dos professores com a instituição, porque a Universidade vai sofrer modificações em 1968, como agiam os professores, tinha movimentação, existia organização deles?

JVM: Os professores, na verdade, não tinham praticamente nessa época organicidade nenhuma. Eu me lembro de um evento aqui importante no Instituto de educação, tinham algumas professoras importantes, que eram professoras que davam apoio e acompanharam nós, que eram as professoras Eglê Malheiros e Irene, esqueci o sobrenome, que fizeram algumas manifestações lá no Instituto de Educação. Mas, na verdade o professorado não tinha nenhuma organicidade nítida na época. É tanto que aqui na Universidade Federal só em 1975 ocorreu a criação da Apufsc, e a criação da Apufsc foi uma organização de caráter social, festivo. Ela na verdade só começa a ter um papel político, sindical de combate mais avançado só em 1978, no bojo do movimento operário em São Paulo, Lula surgindo etc. Isso já depois da operação Barriga Verde dos partidos comunistas aqui de Santa Catarina, em

Florianópolis, quando foram presos todos os comunistas que a polícia teve acesso. Eu não fui preso porque tinha saído do Brasil, eu estava em Paris. E é nesse bojo que os estudantes retomam um pouco o movimento estudantil aqui na UFSC. Um monte de gente retoma e dão força ao movimento estudantil e começam a aparecer lideranças novas na Universidade. E isso começa a ter uma repercussão aqui sobre a UFSC. Eu estava estudando em Paris e já havia sido caçado aqui pela ditadura, colocado pra fora do meu emprego pela segunda vez. Em 1976 do BDE. Aliás, em 1972 já havia sido demitido da UFSC, quando eu entrei pela primeira via no primeiro concurso da UFSC, pra professor de economia, aí em 1972 me demitiram. Em 1973 fiz o concurso público, o concurso com duas vagas, eu tirei em primeiro lugar, mas nunca me chamaram porque a portaria do edital do concurso dizia que o nomeado independeria da posição de classificação no concurso. Chamaram o segundo, terceiro, quarto e eu nunca. Fui demitido em 72, em 73 ocorre esse fato do concurso, em 75 acontece a Operação Barriga Verde. Então nesse período todo ocorre muita coisa aqui, sobretudo na área estudantil que, como eu estava em Paris, não acompanhei bem. Eu tinha acompanhado que meus amigos comunistas estavam presos na Operação Barriga Verde, que estavam sendo processados. Soube do encontro do movimento estudantil para participar do processo de defesa dos presos que estavam sendo torturados e violentados. Então o pessoal se levanta no bojo do movimento do ABC, as tensões e dos assassinatos em São Paulo. E este movimento daqui estava levantando. Tanto é que quando eu volto no começo de 1979 a gente pega esse bojo aí e vai tocando. Eu, profissionalmente, faço um novo concurso na Universidade, o primeiro concurso de 1979, começo a trabalhar, a Universidade não me paga o salário e chega ao final do semestre e manda me demitir. Aí eu vou falar com o reitor, vou até a sala do reitor. Subi coincidentemente ainda com ele no elevador, perguntei o que houve e ele perguntou se eu era o professor do sócio econômico. Cheguei ao gabinete dele, me sentei num sofá de couro marrom, e então o reitor disse: “O senhor pode passar na contabilidade e acertar as suas contas que eu vou contratar o cara que tirou em segundo lugar.” Eu olhei pra ele e perguntei se ele tinha certeza que era isso que ele ia fazer. Ele respondeu: “Pode passar na tesouraria e acertar as suas

contas.” Então eu olhei pra ele e disse, o senhor vai ouvir falar de mim ainda, o senhor não vai esquecer de mim, o senhor pode ter certeza. Aí eu já tinha tabulado uma entrevista com o jornalista Peixoto, Eloy Gallotti Peixoto, que tinha uma página no jornal O Estado na época. Aí eu combinei com o Gallotti, disse que só dava a entrevista para ele colocar esse assunto na pauta se, e somente se tu me garantir que hoje tu coloca essa minha entrevista, amanhã tu vai entrevistar o reitor, seja lá qual for a repercussão que a entrevista tenha. Depois de amanhã tu vai entrevistar o diretor do centro sócio econômico, depois, entrevistar o presidente da banca do concurso. Depois entrevistar o presidente do DCE e o presidente da associação dos professores, etc. Se tu concordar com isso eu dou a entrevista, se não, não dou a entrevista. O Eloy era um cara bem avançado, desses jornalistas muito mais críticos, de esquerda, vamos dizer assim, assumiu o compromisso comigo. Dei a entrevista, no dia seguinte tava lá meia página de entrevista com minha fotografia e tal. Quando eu chego no sócio -econômico já me perguntam: “Como é que tu faz isso?” Eu, claro, tô trabalhando, não me pagam meu salário, vou ter que viver às custas dos meus pais a esta altura da vida? Depois de vim da França com doutorado e mais isso e mais aquilo. E ainda o reitor me diz que vai contratar o cara que tirou em segundo lugar e manda eu passar na tesouraria para acertar minhas contas, o que vocês acham que eu devia fazer? Aí a repercussão disso é uma longa história que eu tenho até uma parte aqui [mostra um boletim da Apufsc de 1979 que aborda, em três páginas, a questão do controle ideológico dentro da Universidade]. Isso aconteceu não por razões obscuras, é claro que era perseguição da ditadura. Foi a terceira vez que sofri abertamente perseguição política ideológica. Só que nesse período eu passei três meses azucrinando com o apoio da minha turma do MDB e do PC, o senador Jairo Barreto no Senado, o deputado De Luca na Câmara Federal, e aí a campanha da anistia, a luta do MDB, então nesse bojo todo eu acho que eu tenho um papel importante com essa minha situação aqui. Também porque eu soube ar condução e proveito a isso aliado com meus companheiros de esquerda, de MDB, do Partido Comunista e tal. A repercussão que isso teve na universidade, na imprensa toda, isso no jornal de junho a outubro rendeu muito. Acho que foi uma campanha de grande

desgaste que essa minha situação gerou para reitoria e para o reitor Estener, tanto que em seguida, no ano de 1983, quando o reitor Estener termina o mandato, aqui o professorado já consegui sua eleição direta, uma primeira sondagem direta à comunidade universitária, professor, estudantes e funcionários. E foram eleitos seis para a lista sêxtupla, nos seis estava um que, se eu não me engano, era vice do reitor Estener, que ficou em quarto lugar. E o nomeado foi o terceiro da lista que não foi o candidato do reitor. A Apufsc emplacou dois nomes nessa lista. Isso já é 1983, é importante. Com certeza, acho que meu movimento de 1979 foi importante, porque desgastou muito o grupo do Estener, que era um grupo linha dura e tal.

MDH: Fale um pouco sobre o seu papel na Novembrada.

JVM: Eu participei junto com o processo de acompanhamento dos presos, da meninada, da juventude, indo nas delegacias. Eu me lembro de um caso muito concreto, um dos delegados do Dops da repressão era um ex-colega meu da faculdade de Direito, o delegado Eloy, o famoso Eloy, que dizem que era especialista em perseguir drogados e traficantes. Em uma das defesas que eu fui fazer, o delegado inquiridor era o Eloy, aí eu tava lá com o menino. Eu tinha sido demitido da Universidade, tava desempregado, não tinha cargo, nada, mas era advogado. Daí eu tive que acompanhar o menino, um dos meninos do processo, lá na delegacia, que ficava perto de onde era Ford antigamente, depois passou a ser o Tribunal de Justiça do Estado e hoje só tem um prédio lá. Aí eu fui lá. O garoto era de família conhecida da Mauro Ramos, aí acabando, era o último, isso já era tarde da noite, era o dia 30 de novembro. Aí o Eloy disse que eu tinha que, como advogado, acompanhar o menino até na casa dele. Então eu respondi é claro Eloy eu o levo, só tenho que ter um carro, tu me dá um carro ou tu mesmo me leva. Então eu acabei saindo com o menino e com o delegado Eloy. Então deixamos o menino em casa. Essa é uma das minhas curiosidades sobre a Novembrada.

MDH: E sobre a ACEP, aquela associação de estudos e pesquisas?

JVM: A ACEP foi importante, era uma organização criada pelos camaradas comunistas, isso foi um processo de aglutinação de forças,

porque tudo era ilegal, organizações estudantis eram ilegais, partido era ilegal, tudo era ilegal, não podia ter nada. Então a ACEP foi criada nesse bojo de luta contra a Ditadura, de luta pela Anistia, pela Constituinte. Todas as grandes ideias defendidas pelo PC e assumidas pelo MDB. Eu acredito que a AP tinha formulações semelhantes evidentemente. Mas o que eu sei claramente que a ACEP e essas ideias eram defesa do PC embutidas pelos comunistas do MDB e que a nossa juventude na época que era do movimento político ideológico e social defendia essas ideias. Então criada pelos companheiros comunistas, a ACEP surge dentro desse espírito, só que no período em que eu estou fora do Brasil. Quando eu retorno em 1979, encontro com meus amigos, todos eles estão na ACEP. Inclusive eu recebia em Paris um jornalzinho que o pessoal editava, Bom Dia Santa Catarina, O Contestado, que eram dois jornalzinhos criados pela turma da ACEP. Então a ACEP tem esse caráter e essa história. E eu já volto na minha situação na Universidade retomando as lutas. E na rua tudo está em movimento, a luta das mulheres pela anistia, etc. Até que ocorre a lei da Anistia em 28 de Agosto. Tanto é que quando me demitem de novo da Universidade, então sai a Lei da Anistia e em novembro, o meu amigo Motinha e o meu amigo ex-presidente da Apufsc o professor Maciel entregam o meu processo de solicitação de Anistia ao ministro da educação, que na época era o Portela, Eduardo Portela, era aquele que dizia que “eu estou ministro, não sou ministro”. Meu processo é apresentado lá e, dos anistiados de Santa Catarina, aqui da Universidade Federal, havia cinco nomes para serem anistiados. A Derley [De Luca] pediu como estudante. Acho que era essa a situação dela. Dentre os cinco nomes que pediram Anistia daqui foram o Rosalino que era da engenharia na época; o professor, pai do Paulo Afonso Vieira, que era professor da economia; o professor, ex-prefeito de Florianópolis, que era professor demitido da economia, Osmar Cunha; e eu também. Depois a reitoria botou o meu processo fora e eu só consegui minha Anistia como professor dezesseis anos depois, em 1996, no governo do Fernando Henrique, portanto dezesseis anos depois, porque até essa data foram criadas as maiores dificuldades em relação a esse processo. Então o governo Fernando Henrique com o ministro Paulo Renato é que aceitou a recomposição do meu processo e a comissão de Anistia

me concedeu o direito de anistia em 96. Só que, eu já havia ganhado minha vaga por concurso público, de novo, em 1983, de modo que a minha Anistia só valeu pra contar meu tempo de serviço de 72 a 83, quando fiz meu último concurso na Universidade e aí não tiveram mais como não me admitirem e aí admitiram. Então esse período todo é entrecortado por essas situações. De modo que em 1979 os meus companheiros da ACEP, já estavam concluindo o período de atuação da ACEP, o pessoal já estava se dispersando, saindo de suas atividades. A Ditadura liquida os partidos de novo, isso no fim de 79 para 80. Entre esses partidos está o PT, por isso nós dizemos que a criação do PT foi um acordo da Ditadura com a Igreja, a questão era deixar os comunistas de fora. Então o PC e o PCB ficaram de fora e só voltam em 1985. Aí detonaram o PTB do Brizola, que entregaram a um aliado da Ditadura, a Ivete Vargas. Então o Brizola cria o PDT. Por isso, ficaram aí cinco partidos legais. PDS, PDT, do Brizola PT, PTB da Ivete Vargas e PMDB. Então a velha AP é que vira o PT junto com mais alguns trotskistas e outros maoístas etc.

MDH: O senhor citou os Trotskistas, então nesse período aqui no estado, de 1964 a 1985, eles acabam tendo alguma organização, ou é só mais no final?

JVM: Não, é só mais no final. No nosso tempo de universidade, havia um cearense aqui que era da Polop, nós o chamávamos de “Ceará”. Eu lembro que em 1967, numa greve aqui na universidade, o “Ceará” fazia assembleias, fazia discurso, botava cadeira na rua e subia em cima. Acho que era o único representante da Polop aqui na Universidade e em Santa Catarina. Eu acho que às varias tendências não tiveram uma vida muito significativa aqui. Eu falo desse caso do “Ceará”, mas na verdade só tínhamos duas grandes correntes a AP e a que se ligava ao PC. Inclusive não se conhecia também nenhum que fosse do PC do B. Sabíamos que tinham trotskistas ideológicos e comprometidos em várias organizações provavelmente. Na verdade o PC do B só surge por aqui após a aliança democrática quando superamos a Ditadura, só em 1985 é que aparece o PC do B por aqui, porque até aí nem se ouvia falar em PC do B nem na Universidade nem em Florianópolis. É como o sindicalismo, o único sindicalismo que tinha aqui era a

Apufsc. Porque o sindicato dos bancários foi dominado por um agente formado pela CIA, ele era daqui, mas formado pela CIA, era do BESC. Então o sindicato dos bancários era uma panela patronal. Eu quando estive no México, aliás, eu escrevi algumas reflexões que eu fiz sobre isso, desse agenciamento de representações da Ditadura e da CIA aqui no sindicato dos bancários de Santa Catarina. Na verdade aqui em Florianópolis não tinha força sindical.

MDH: Só aqui em Florianópolis?

JVM: Se não tinha em Florianópolis não tinha mais em lugar algum do Estado. Pois se não tinha em Florianópolis no Estado era zero. Tudo que havia estava em Florianópolis, se saísse daqui o que ia encontrar em Blumenau? Nada. Criciúma é que no tempo do PC criou alguma coisa com os mineiros.

MDH: Isso em 1950, 1960?

JVM: Em 50, década de 50 e 60, depois de 1964 eles se retiram, os comunistas, de Criciúma. O Motinha, que era meu companheiro que aparece aqui na Universidade, era de Criciúma. Por isso que eu digo, ele era filho de operário e conhecia a coisa lá. Então, eu me aproximo do PC com o Motinha aqui em Florianópolis. Porque é o Motinha que trás isso pra cá. Antes disso tinham os comunistas, eles militavam, mas a gente não se conhecia e também eles não estavam mais na ativa. O grande ato que eu me lembro de ter me encontrado com comunistas históricos aqui de Florianópolis e de Santa Catarina, foi neste ato, na reunião do dia 31 de Março, na sede da UCE, na Rua Álvaro de Carvalho, em que estavam sendo preparadas manifestações contra o golpe do primeiro de Abril. A partir daí é ato I, ato II, ato III, e o ato V em 1968 que é o grande golpe em 13 de dezembro por isso termina tudo. Em 1969 eu fui candidato a presidente do DCE e fui barrado pela Ditadura. Casaram a minha chapa, a eleição era direta para o DCE comandada pelo reitor, era o reitor que tinha que comandar a eleição direta lá no salão junto com os delegados, cinco de cada centro acadêmico. Como nós estávamos saindo do DCE eu e o Mota e os comunistas com a AP, nós fizemos uma chapa em composição, eu querendo ser o presidente. A Ditadura manda casar nós pelo Decreto 228.477, logo nos impede

de sermos candidatos. Daí o reitor, que na verdade era o vice -reitor nomeado pelo reitor para ir dirigir a assembleia de eleição do DCE. Aí chegou a hora da portaria. E o reitor: “Portaria da reitoria sobre a eleição, considerando a, b, c, d... os alunos estão cassados e por isso não podem ser candidatos nem muito menos serem eleitos nessa chapa. Os acadêmicos Geronimo Vanderley Machado, da Economia; Celso Vigas, da Economia; Marcos Cardoso Filho, da Engenharia, e Sergio Bonson, da Filosofia. Portanto, por essas razões, está cancelada a inscrição dessa chapa. Então a outra chapa que estava escrita, ficou sendo chapa única e era presidida por meu querido amigo, colega da minha turma de Direito Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. Está escrito isso na Portaria.

MDH: Nessa época passou a existir então só o DCE, pois ele é instituído pela Ditadura, não vai haver movimentos estudantis em outras regiões.

JVM: É, isso mesmo, instituído pela ditadura, exatamente. Na reforma de 1968, dada a apreensão dos estudantes, eles criam o DCE, e nós queríamos as nossas organizações que eram as uniões Florianopolitana, municipais, digamos assim. As uniões estaduais, como UCEs E UCE, UCEs para os secundaristas e UCE para os universitários e a UNE, para também os universitários e a UBES para os secundaristas. A Ditadura extingue isso tudo, evidentemente, e cria os DCEs, e aí é o reitor que vem presidir a eleição direta. Nós não concordávamos com isso, claro, mas concorremos porque tínhamos força no movimento, mas como nossa chapa é casada eles elegem a chapa do candidato da reitoria, o meu amigo, colega que eu respeito muito, uma pessoa que eu tenho admiração, brilhante colega, estudante de Direito conservador, um social democrata, digamos assim, mas era uma pessoa decente e correta que era filho de um coronel do exército, ou general, não sei bem. Então ele tinha as costas largas, eu é que não tinha nada [risos]. E aí na verdade, se dá a extinção definitiva do movimento estudantil aqui de Santa Catarina. Daí isso só retoma a partir de 1976, com a prisão dos meus camaradas comunistas, e após a Operação Barriga Verde é que o movimento estudantil começa a ressurgir. Aí nesse período já com Adolfo Dias, o Vitor lá da Engenharia, e um monte

de gente. Nesse período, como eu tava fora do país, tava exilado, praticamente, em Paris. Pois se eu voltasse ia ser preso e tal, sendo processado também na quinta delegacia da polícia militar. Então pô movimento estudantil ressurge aí, vai tomando espaço, o movimento operário se levantando em São Paulo em 1978, nesse bojo também ressurge a Apufsc, com outra orientação política e ideologia. Aquela velha orientação dos fundadores festiva e cultural dá lugar a uma nova liderança que surge aqui, meu querido amigo Remy Fontana, querido amigo também Célio Espíndola e mais um monte de gente. Portanto a Apufsc ganha um novo caráter e esse é o grande movimento político e ideológico e social. O sindicalismo só começa depois, até funcionários da UFSC só começam depois. Na verdade, tudo que ocorria era a turma do DCE fazendo barulho. Depois de 1976, 1977, a turma do DCE sempre tentava fazer alguma coisa.

MDH: O DCE era livre?

JVM: Não, não era. Mas a moçada brigava por DCE livre. Lá na economia criaram um centro acadêmico livre, o que foi muito importante. Mas isso ocorreu porque na Economia, junto com os meus ancestrais e meus amigos, nós criamos um grupo de estudos Marxistas que foi muito importante. Tanto é que quando nós fizemos a reforma curricular em 1985, 1986, nós introduzimos formalmente duas cadeiras de Marx. Uma cadeira de Marxismo I, dedicada ao estudo do livro do Capital, livro I e uma cadeira de Marxismo II dedicada ao estudo do Capital, livro II e livro III. Então tínhamos uma formação muito boa, pois acentuados à corrente marxista estudávamos o marxismo, mas estudávamos também a corrente liberal e neoclássica e a corrente clássica e keynesiana, isso tudo com muita rigidez. Nós da esquerda não tínhamos jogo escondido com a estudantada, nem com a ciência, nem com a cultura, nem com o conhecimento e nem com a militância. Nós sempre víamos as coisas abarcando todos esses aspectos, pois acreditávamos que a universidade não era o lugar de se esconder nada, pelo contrário, a universidade é o lugar de se debater o universo, de pesquisar o universo, de se estudar tudo. Tem que se ter abertura para tudo. A universidade deve abrir para tudo e sintetizar em todas as direções. A universidade não pode ser um aparelho ideológico

especifico, ela tem que dar conta de todo o universo do conhecimento, esta é a minha percepção.

MDH: E como a Apufsc se comporta no processo de transição, em 1985/86?

JVM: Aí ela teve muita importância. Eu acho que o movimento dos professores, é claro que eu estou falando mais precisamente dos universitários, mas é preciso também que se coloque na pauta aqui de Santa Catarina o movimento dos professores estaduais. Tinham vários nomes importantes aí, inclusive mais tarde surge a senadora Ideli, ela vem daí, da corrente do movimento estudantil, do movimento dos professores. Ela vem dessa corrente como um monte de sindicalistas do movimento dos professores municipais e estaduais e também poucos, muito poucos de algumas escolas particulares e convencionais. Já no movimento universitário, este foi uma força nacional em todos os estados, em todas as universidades e concretamente na Universidade Federal de Santa Catarina, evidentemente. Aqui a Apufsc foi fundada em 1975, em 1978 ela assume um novo caráter, com novas lideranças, com uma visão de mundo e com uma prática totalmente diferenciada, com as várias ramificações e tendências de esquerda, leninistas, maoístas, trotskistas, etc. etc. todas as correntes estão presentes no movimento. Isso, aliado ao movimento sindicalista de 1978 dos operários do ABC, vai crescendo, os partidos vão se abrindo, o movimento dos bancários se retoma. As diretas já, na minha percepção, é algo da trajetória do PC e do MDB. Mas são várias outras forças de esquerda que vão contribuir inclusive as dos movimentos católicos, como a velha AP. Todos participam desse movimento evidentemente. Mas dentro da Universidade, o professorado aqui da Apufsc, muitos dos que estão aí que passaram por aí, que fazem parte disso, que conduzem tudo isso. Diria que a Andes aqui de Florianópolis, a Andes é uma criação daqui. E tem também os encontros da classe trabalhadora brasileira, locais, municipais, estaduais e nacionais. Então é todo um bojo que engloba todos esses aspectos, e o movimento dos professores daqui está presente. Então isso se espelha na vitória enorme que nós tivemos sobre a ditadura em Santa Catarina, particularmente em Florianópolis, no ano de 82. É um momento crucial. Quando em 1976 já havia sido a

grande eleição do MDB nacional. A grande eleição do Dr. Ulysses como presidente da Academia Brasileira de imprensa. Já estamos falando de 1988, da Constituinte, quando ela está se gerando. E acontece que tudo isso não cai do céu, isso é uma obra sindical, universitária, é uma grande vitória política, ideológica, partidária, geral contra uma coisa que nos vivemos 21 anos de grande amargura, que foi a Ditadura Militar. Então a nossa transição de 1985, as Diretas, foi um processo de p... perdemos a eleição, p... não conseguimos. Aí vem a Aliança Democrática. O trabalho social todo escangalha a Arena, sucedida pelo PDS com Maluf e tal e gera dissidências que até o Bornhausen veio se juntar para o nosso lado. Nós fazíamos campanha na rua em 83, 84, 85. Gritávamos RBS é PDS, RBS é Arena. Porque nosso pessoal não tinha espaço para nada. E nós denunciávamos isso, nós fazíamos escarcel na hora da apuração da eleição contra essa imprensa fascista que era da Ditadura e tal. Me lembro de uma ocasião, foi numa eleição, foi em 82, eu acho, o juiz não deixava a gente se aproximar para ver a fiscalização da apuração. Quer dizer, roubavam os votos. Pois eram todos da Arena, do AI-5, do PDS e tal. Era uma grande dificuldade, era dificuldade você se adaptar. Então quando nós vimos essas vitórias, a Aliança Democrática, então pensamos não vamos perder essa eleição, vamos ter que ir com o Tancredo, daí os mais radicais, os trotskistas bateram o pé, não, não ninguém vai p... nenhuma. Mas acompanhamos, pois a nossa estratégia era superar a Ditadura. Superando a Ditadura vamos nos organizar e prosseguir. Superando a Ditadura e os militares ditadores, vamos conseguir nos livrar desse Estado Fascista do nosso caminho. E depois disso temos que nos acertar e tocar a vida. É aí que entra a democratização, em seguida a eleição do Tancredo, mas aí Tancredo morre. O Diretas Já não deu, o só Diretas também não dá certo, pois até o Amin entrou no Só Diretas. Nós íamos entrar com essa gente? Claro que não, esculhambação não. O Bornhausen já veio por adesão, a globo veio por adesão, quem quisesse vinha, mas a gente se ligar a oportunistas que tinham por aí não, nada disso. Então quando o Tancredo morre, assume o Sarney e quem incomodava era o MDB. Em relação à eleição de 1985 aqui em Santa Catarina, eu tava no PC, eu fiz o processo de legalização do partido aqui em Florianópolis. Eu era o secretário-geral, eu que fiz o comando de todo

esse processo de 1983. Pois em 1979, depois que me botaram para rua da Universidade, eu sem emprego, sem nada, tive que me exilar de novo. A minha mulher estava em Recife, então eu fui também pra Recife e fiquei lá de 1980 ao final de 1982. Então voltei, fiz o concurso em 1983, passei no concurso e não tiveram mais como impedir a minha entrada na Universidade. E nesse bojo todo eu na luta política atuando clandestinamente junto com o partido e exercendo o cargo de secretário-geral de forma clandestina também. Então em 1985, depois de muitas pressões, conseguimos a autorização para a criação e legalização do nosso partido. Aí entra o PC do B além do próprio PT, que foi criado em 1980, que foi justamente criado em 1980 para impedir a continuidade do PCB. Já que o surgimento do PT foi uma aliança da Direita militar com a conivência da Igreja Católica, isso ocorreu para que o PCB ficasse de fora, para que os comunistas ficassem de fora, isso em função de todo o velho preconceito. Mas, em 1985, não tiveram mais como impedir a legalização do nosso partido. Daí conseguimos a adesão do Grandio que era vereador, foi eleito em 1982 com a nossa total ajuda, isso elo MDB.

MDH: No final da década de 1970 e início da década de 1980, Luis Carlos Prestes e o PCB rompem. Como o senhor vê esse fato?

JVM: A situação do camarada Luis Carlos Prestes foi muito complicada e difícil dentro do PCB. Ele estava exilado no exterior, mas aí com a Anistia ele volta, e volta muita gente, mas nesse momento devido a grandes dificuldades e grandes divergências dentro do partido acontece, infelizmente, o afastamento do camarada Luis Carlos Prestes. Então, com o afastamento do Prestes, o partido passa a ser dirigido por uma nova composição. Surgiram muitos problemas aí, pois ocorreram muitos afastamentos de outras pessoas também, principalmente, nomes importantes que tinham no partido aqui em Florianópolis e em Santa Catarina. Contudo, apesar desse racha continuamos tocando com o PCB. Para o partido foi uma perda enorme, pois uma liderança como Prestes é fundamental, é uma liderança reconhecida internacionalmente. Depois disso, aqui em Florianópolis, conseguimos a legalização do partido e conseguimos também acontecer eleições para prefeito de Florianópolis.

MDH: Como o senhor avalia a dominância de forças conservadoras

em Santa Catarina, ou o senhor discorda, acha que não é verdade que ocorra um forte predomínio dessas correntes por aqui?

JVM: Isso existe, acho que a presença dessa velha luta entre conservadores e comunistas, isso não ocorre só aqui, acontece no mundo todo, é histórica, sempre existiu e sempre vai existir no mundo. É claro, que no nosso Estado todo, aqui na nossa cidade tem, tem muito. Mas eu diria que isso é um fenômeno social da natureza humana, da existência humana. Aqui não é diferente de nenhum outro lugar. Essa luta de forças opostas sempre existiu, a questão é que em momentos ela se expressa de forma altamente violenta. O que são as guerras, se não a expressão máxima dessas disputas. Temos inúmeros exemplos disso pelo mundo todo. Acontece que na minha época de estudante andar com algum livro de Marx embaixo do braço era crime, era motivo para ser encapuzado, sequestrado, preso, torturado e morto. Hoje, com a civilização, com a ampliação das coisas, com a liberdade de imprensa, liberdade democrática etc. essas coisas não são mais possíveis. Então a questão é que hoje não me prendem por eu ser comunista, agora há vinte anos atrás me prendiam, torturavam e matavam. O mundo se transformou, hoje o direito de se expressar pelo que se acha que é justo existe, é possível. Com a modernização a sociedade melhorou, é claro que temos muitos pontos frágeis ainda, alguns locais avançaram, outros nem tanto.

MDH: Gostaríamos de saber como era a atuação das mulheres nessa época, elas atuavam em grande número tanto nos movimentos estudantil, organizados como não organizados?

JVM: Sempre teve de tudo. Mas, sem dúvida que sempre houve uma militância, um combate mais forte e mais visível por parte do sexo masculino. As mulheres, apesar de terem muitas e de forte atuação, sempre foram minoria. O que hoje eu vejo que é diferente, pois a composição do quadro político é mais igual. Quanto mais atrás nós voltarmos mais nós veremos atuações bem menores por parte das mulheres, mas aqui eu estou me referindo a linha de frente. Pois as mulheres sempre exerceram papéis de bastidores, e papéis esses de extrema importância. Desde as Cruzadas. Mas eu vejo isso como uma contingência social, não é culpa das mulheres, isso é um processo

das relações sociais, das hegemonias. As mulheres sofreram muitas discriminações e preconceitos no decorrer da História. Hoje elas estão em todas as áreas. Mas ainda precisam melhorar muito, pois é só ver nas eleições, vejam quantas mulheres são candidatas e quantas se elegem. É uma conquista que elas ainda devem fazer. Quando eu me formei em Economia, por exemplo, eram trinta guris na turma e apenas três gurias. Hoje, na Economia existe o contrário, cinquenta e seis por cento da turma são mulheres e o restante homens. O Direito que era um curso prioritariamente masculino, hoje as mulheres estão em maior proporção ali também. Mas no PC e nas outras organizações de luta do período em questão sempre houve presença de mulheres, mas uma presença fraca, muito fraca.

MDH: Qual a sua visão/avaliação sobre a politização das pessoas, participação em movimentos (sindical, estudantil)? E em relação às teorias marxistas, entendes que elas continuam válidas?

JVM: Que questão complicada, hein... [risos]. Existe uma categoria que eu gosto muito, que é a categoria de transformação. Então a compreensão do mundo, da vida, da sociedade no geral eu diria que é um destaque ideológico e metodológico de Marx que é fundamental. Portanto, eu gosto muito e uso muito essa categoria. Pois não acredito que se possa explicar o mundo e que se possa compreendê-lo se não for pela via da transformação, o que foi o passado, o que é o hoje e o que poderá ser o amanhã. Isso vai implicar em outro ponto essencial da teoria marxista que é a ideia do movimento. Sem movimento você não explica nada. Porque quando se fala em transformação, deve-se necessariamente falar em movimento. Seja movimento social, movimento de esquerda, movimento da natureza, movimento político, movimento da vida. Então tudo é dialética, são as transformações da dialética. Essas coisas que temos hoje, coisas incoerentes, fragmentos, pedaços dispersos, como as que eu estou contando aqui, se isso for tudo sistematizado, se for bem sistematizado é a tentativa de dar conta do processo, do processo social, da minha participação nesse movimento de transformação. Eu tive minha contribuição com os meus desejos e meus pontos de vista dentro desse movimento. Eu estive na luta, to ainda e continuarei. Eu digo sempre para os meus alunos e para

juventude de hoje que a diferença entre o meu papel e o deles que são jovens, por exemplo, é que eu passei boa parte da minha vida tendo um inimigo objetivo, claro e concreto, um inimigo que eu conhecia muito bem e sabia seu endereço, era a Ditadura Militar. Esse foi o nosso grande inimigo, o grande inimigo da sociedade, da civilização. Então lutamos contra esse inimigo com as nossas armas e com os nossos métodos. A diferença hoje para juventude é se perguntar quais são seus inimigos, quais as suas inspirações e lideranças, eu, por exemplo, tinha Marx, Che Guevara, Ho chi Minh. Vocês hoje têm o quê? Têm quem, qual é o seu inimigo, quais são suas fontes inspiradoras, quais os seu métodos de luta que vocês usam para derrotar o inimigo? Eu acho que essa é a maior diferença entre a minha geração e a de vocês. A minha geração tinha um inimigo certo e lutávamos contra ele. A geração atual colhe os frutos e o legado do que eu ajudei a construir que é a Democracia, o Estado de Direito, a justiça funcionando mais ou menos, a polícia também. Isso tudo é parte das nossas conquistas. Hoje a juventude olha pra tudo isso e fala que estas coisas não estão com nada. Nós corríamos risco de vida permanentemente. Hoje não se corre esse risco. Hoje se corre outros tipos de risco, agora o Estado não oferece risco, o Estado repressivo e autoritário. O Estado que era mantido pelos trabalhadores matava os mesmos. Hoje isso não ocorre. Então essas diferenças são muito importantes. Isso tudo faz parte de uma grande conquista, mas uma grande conquista que ainda não nos permitiu nem aprender, nem participar e nem fazer uma forma democrática, uma participação democrática que seja, digamos, a mais moderna, a mais avançada, a mais saudável e que seja melhor para todo mundo. Ainda existem muitos problemas. Por isso, me parece que o problema central da geração atual é que e vocês não estão conseguindo ver com clareza quem é o inimigo, onde ele está e como lutar contra ele. Nós sabíamos o que nós queríamos. A geração de agora não sabe como prosseguir com a luta, não sabe o que e como reivindicar claramente. Então, nesse sentido as grandes contradições, os grandes problemas continuam, e é isso que faz a atualidade das teorias marxistas. Pois a percepção da vida será eterna, deve haver sempre teorias que tentem entender a vida e a sociedade, os problemas desta, e a juventude sempre terá que usar isto. Eu ainda costumo dizer

que quando a gente é jovem a gente se acha imortal, a gente acha que nada vai nos acontecer, nada vai nos atingir, não temos medo de nada. Mas depois com o casamento, os filhos, a perda de pai e de mãe, tudo isso nos faz mudar. São as transformações, as categorias dialéticas atuando e se impondo em nossas vidas. É preciso ter essa noção dialética das coisas, das metamorfoses pelas quais o mundo e a vida passam por todos os dias. Essa é a essência da minha visão de Marx, mundo, de movimentos políticos sociais, e dessa luta entre esses antagonismos que existiram, existem e existirão. Então nossa luta dentro desse processo é continuar lutando pelo um mundo mais justo, mais democrático e melhor.

ENTREVISTA 6

Entrevistado: LUIZ CARLOS PINHEIRO MACHADO (LCPM)

Entrevistadores: ALEXANDRO ANTUNES

KELEM GHELLERE ROSSO

VAGNER BONI

Entrevista concedida ao MDH em 8/5/2008

MDH: Apresente-se, por favor.

LCPM: Luiz Carlos Pinheiro Machado. Minha formação é de engenheiro agrônomo. Formei-me em 1950, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que na época se chamava Universidade do Rio Grande do Sul (URGS). E na minha evolução, eu fiz magistério, em 1958, eu fiz docência e cátedra, depois concurso. Entrei na universidade, como professor, no Rio Grande do Sul, em 1952, e lá fiquei até 1964 quando fui agraciado pela redentora. Depois voltei no Rio Grande do Sul em 1980. Acho que 1980, 1981, quando saiu aquela pseudoanistia. E, realmente, foi um período muito duro porque o pessoal que ficou, como professor, recebeu uma belíssima lavagem cerebral. Eles todos fizeram doutorado nos Estados Unidos e havia uma forte preparação política, então, na verdade não tive muito ambiente de trabalho, e como eu tinha tempo de serviço me aposentei. Em 1981, eu fiz concurso aqui para UFSC na área de

comportamento animal, e nós tivemos aqui a primeira disciplina de comportamento animal da América Latina, que foi feito através dessa minha participação. E em 1998, me aposentaram compulsoriamente, aí como professor titular, pois eu também tinha feito concurso para professor titular aqui e também passei. Aqui eu passei com grau dez. E depois que eu me aposentei, participei ainda alguns anos do curso de pós-graduação de agroecossistema daqui da universidade. Então no [laboratório]. E estou aqui ajudando, trabalhando, do jeito que dá... Essa, digamos é minha... Ah não, espera um pouquinho, essa é minha atividade no Brasil. Em 1964 quando eu fui estudar, eu recebi convites de vários países, inclusive a primeira notícia do meu expurgo eu estava na Alemanha a convite do governo alemão e foi um convite muito interessante porque o convite foi assim: “que eu ficasse lá o tempo que eu quisesse fazendo o que eu quisesse”. E eu me interessei, ainda não tinha... Não estava expurgado. Interessei-me em estudar a graduação acadêmica na Alemanha para poder trazer algo para cá, inclusive, um dos resultados que essa visita, essa estada lá, foi que eu vindo aqui introduzi os seminários. A origem dos seminários foi exatamente assim. Como eu disse, tive vários convites e inclusive para sair do Brasil, mas eu achava que e a minha obrigação não era sair do Brasil, dar uma de bacana, não. Professor daqui e dali não. Fui professor, sim, na Universidade de Buenos Aires e na Universidade Católica Argentina em Buenos Aires, fui professor titular, como professor convidado na Universidade de Buenos Aires, e titular na Católica. Isso deve ter sido por 1966, 1967 até 1970. E no expurgo, eu desenvolvi muitas atividades didáticas, promovia cursos principalmente para o pessoal do nordeste que era um pessoal com muita dificuldade em acesso à literatura etc. muito rapidamente foi essa minha passagem, no expurgo fiz também um curso na França e tive que dorminar uma cultura e aí muitas e muitas atividades que, que vai ter muito tempo pra detalhar... E aí o que mais vocês querem saber?

MDH: E a militância tua, foi de alguma organização?

LCPM: Quer dizer que vocês querem completar minha ficha no Dops [risos] Ah! pois não...

MDH: Por que deve ter um motivo para o expurgo?

LCPM: É aí que está, o motivo último do expurgo, que eu acho hoje avaliando o quadro, foram dois motivos, um motivo muito forte foi que meus colegas da escola ficaram com uma inveja doentia porque eu tinha recebido aquele convite da Alemanha. A ponto de um professor, Edgar Stracher, veterinário, descendente de alemães, um dia ele chegou pra mim e disse “eu não entendo isso aí, vivo puxando o saco dos alemães e tudo que eu consigo é uma passagem na classe econômica, e tu recebe um convite desses”. Eu quis responder pra ele, pois é, é que eu sou um cara gostoso. A origem disso, a origem desse convite é que no início da década de 1960, o curso, na época, era Escola de Agronomia e Veterinária, o curso era comum. E o curso de veterinária era um curso muito superado, eram professores razoavelmente velhos que tinham formação francesa muito fora digamos dos avanços da veterinária naquele momento. E que apresentou lá, através desses convênios de cooperação, um professor de Hanover, professor Hans Neketi, para poder ser professor da nossa escola, teve que revalidar o diploma. E na revalidação do diploma tinha a cadeira de zootecnia que eu era catedrático então eu fui o presidente da banca que o examinou e eu percebi que ele era um homem culto, muito culto, muito atualizado, e que ele podia dar uma enorme contribuição para o curso de veterinária. O assunto foi pra congregação e os veterinários foram contra. E eu sentei o pé. Disse não, ele tem que vir pra cá, porque um homem que tem essas e essas características e por isso e aquilo. Então, ele acabou vindo para o curso e isso determinou uma mudança completa nos cursos de veterinária no Brasil e mudou muito, pois hoje a veterinária brasileira está no nível das melhores do mundo. Então, tudo começou com o Neketi que entrou na universidade pela minha insistência, e os alemães ficaram muito gratos com esse fato, então, veio aquele meu convite. E esse fato causou muita inveja, então uma razão do meu expurgo foi a inveja. E a outra razão, a principal, foi minha participação nos movimentos sociais na universidade e que eu era um professor muito ligado aos estudantes, tanto que a primeira acusação que eu tinha, eu tinha umas vinte acusações, e a primeira era que eu tinha muita influência com os alunos. Então a minha resposta foi “muito obrigado”. Para vocês terem uma ideia da imbecilidade.

Na verdade, havia três professores, o Edgar Gref Calisto, Bernardo Ribeiro e eu. Nós três estávamos na lista dos ralados. Então, fizeram uma farsa, que foi o tal processo, com acusações absolutamente falsas, idiotas, por exemplo, uma delas é que eu tinha participado com uma reunião de subversão com os estudantes no dia tal, e casualmente no dia tal eu estava no Rio de Janeiro, e casualmente eu tinha dado uma entrevista para um jornal de lá então havia uma prova absoluta que aquilo era, não podia ser, não é. Houve algumas situações que, hoje, quando eu lembro tenho vontade de rir, por exemplo, tinha um professor de arquitetura que fazia parte da comissão de expurgo, o Rocha Freitas, que começou com uma série de acusações, e eu respondi que tinham umas situações e exposições impossíveis. Aí ele disse: “Não, essas acusações vieram do 3º Exército, consequentemente não pode ter dúvida”. Na hora eu disse ah é, e se o 3º Exército disser que a sua mulher anda trepando aí na rua como é que fica? Ele me olhou assim espantado e disse: “Pois é, não é, aí...” Isso aconteceu, foi verdade, para vocês terem ideia do nível da coisa. Foi uma ação comandada diretamente pela CIA, que eles mapearam todos os professores que tinham uma posição independente, uma posição crítica. E aí, eu acho muito importante que é uma situação que eu não tenho visto o registro é que a universidade brasileira passava por um momento de enorme criatividade. Era uma beleza a universidade. A gente tinha prazer de estar na escola, eu chamo a faculdade de escola porque acho que é um nome melhor, porque entre os professores e os estudantes havia uma interação, uma discussão permanente sobre os grandes problemas do Brasil, entendeu? Sem nenhum tipo e a corrupção subversão, digamos que corrupção subversão foram os motes, os vários argumentos que a CIA usou para poder, através da ditadura militar, implantar o Brasil na ditadura, não tenho a menor dúvida, cujo objetivo maior foi o objetivo de mercado, foi de criar e desenvolver no Brasil na área agrícola a famosa Revolução Verde que foi o princípio dessa calamidade que esta hoje e que vocês estão vivendo, com enchentes, terremotos. É que houve a implantação e implementação da Revolução Verde que tinha por objetivo, de um lado, altos financiamentos do Governo Norte-Americano, e do outro lado “n” financiamentos para comprar produtos norte-americanos, basicamente em fertilizantes e em agrotóxicos.

Então, isso aí modificou completamente a estrutura agrária brasileira, e, portanto, essa foi a finalidade, foi criar o capitalismo no campo, então, as relações, eram relações mais atrasadas, de um certo ponto de vista, mas um pouco mais humanas que as de hoje. Outra questão importante e que eu acho que tem que se frisar é que o general Castelo Branco foi um traidor, este é um adjetivo que o pessoal não tem usado, mas deveria usar. Por quê? Porque o Castelo Branco era o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. E o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas era o braço direito de segurança do presidente da República, que ao assumir fazia um juramento, não é, de defesa da Constituição. E isso tudo ele rompeu, e deu golpe no presidente da República isso aí não é traição? Mas também tem outro nome não é, contudo, repito é traidor. E imediatamente se organizaram então, se modificou na área interna do golpe, os famosos atos institucionais, que foi o que determinou a mudança de toda a organização interna do Brasil e que prevalece até hoje, entre outros. Isso é uma, um dado que também não tem sido melhor explorado, e talvez fosse uma das tarefas de vocês, entendeu? Ver como que era a organização institucional do Brasil na ditadura e como que é hoje? E vocês vão ver que é exatamente a mesma. Não houve nenhuma mudança. Hoje temos uma ditadura civil fantasiada de democracia, o que é uma farsa. Aí eu entrei, quer dizer, eu saí da universidade através do decreto do Castelo Branco, e fui pra rua da amargura. As portas todas se fecharam e se fecharam de uma maneira muito sutil.

MDH: Quando ocorreu esse episódio?

LCPM: Em abril, eu estava na Alemanha quando eu recebi a informação de que eu estava sendo chamado pela Comissão de Inquérito, e o ato de meu expurgo foi em setembro, em setembro de 1964. Porque em 68 foi uma outra situação, foi um pouco diferente, pois a ditadura militar percebeu de que havia muito movimento estudantil, haviam professores que estavam engajados, razoavelmente, muito discretamente a bem da verdade, mas estavam. Então, em 1968, eu falo pelas clandestinidades do Rio Grande do Sul, o critério adotado foi o seguinte: professor inteligente não pode ficar. Esse foi o critério. Então, imagina, não é? Foi uma limpa. E o resultado é que nossa universidade do Rio Grande do Sul, em 1964, era

seguramente a universidade mais progressiva do Brasil, era uma beleza o ambiente, um ambiente assim extraordinário, e hoje possivelmente é a mais reacionária. Foi produto de uma capação direta.

MDH: O senhor falou por cima, e eu gostaria de pegar a questão da autonomia da universidade e a questão da reforma universitária, os acordos MEC/Usaid.

LCPM: Sim. O contato é o seguinte, se discutia, sim, a autonomia da universidade, e, mais que a discussão, se exercia a autonomia da universidade. A universidade, no período do Juscelino [Kubitschek], o Juscelino que tem, eu acho, historicamente dois erros muito graves, que foram Brasília e a opção rodoviária, mas ele, sem dúvida, deu um enorme impulso à universidade pública, não só criando várias universidades, mas também federalizando e dando recursos massivos para as universidades, mas recursos de verdade, em quantidade, e não essas merrecas que tem hoje. Então, isso tudo fazia parte daquele ambiente, daquela efervescência porque se tinha a necessidade de um prédio, não tinha problema, construía-se o prédio e assim por diante, podia usar materiais, tinham materiais, fazia-se discussão sobre recursos. Enfim, a universidade funcionava com uma eficiência muito grande, apesar dos problemas que havia obviamente, de diretor que não concordava, que era reacionário, isso nós levávamos por diante, isso não chegava a ser um problema. Quanto ao acordo MEC/Usaid. Isso vocês precisam ter nesse memorial, que é o texto do acordo, pois, é por aí que entram os americanos, legalmente, e eles entraram assim, pela área agrícola e todas as universidades que tinham escolas de agronomia fortes, e a nossa de Porto Alegre teve uma participação muito forte, de professores americanos que vieram para modificar a qualidade do ensino, lá na nossa universidade quem coordenava todo o trabalho era o suposto professor Murdoch, especialista em solos, que desenvolveu uma conduta tecnológica para usar os produtos de origem industrial. Para vocês terem uma ideia, em algum momento eles chegaram a recomendar 70 toneladas por hectare de calcário. Isso aí representa 7 quilos por metro quadrado. É uma coisa que não precisa ser agrônomo para saber que é um... então numa reunião eles decidiram por voto reduzir para a metade. Então, na verdade,

eles utilizaram esses mecanismos que eles conheciam perfeitamente para criar a dependência e para fazer a famosa, como é que eles chamaram? Modernização conservadora, quer dizer, o moderno não pode ser conservador, não é? Então fizeram a modernização, e aí mudaram completamente o perfil da agricultura no Rio Grande do Sul, e no Brasil. Para vocês terem uma ideia, esse Murdoch, que é um patife, um ordinário, e eu sempre queria discutir com ele, e ele muito sabidamente botava pra discutir comigo os agrônomos brasileiros, que tinham sido meus alunos, e maioria deles meus afilhados, porque fui paraninfo muitas vezes. E eu dizia não, eu não quero, não vou discutir com ex-aluno meu, dar uma porrada, não. Eu quero é ele. E ele nunca apareceu. Há coisa de uns dez anos atrás quando de um congresso de solos em Porto Alegre ele veio para fazer uma conferência. Bom, agora nós vamos nos encontrar. Falei: “Agora nós vamos nos encontrar”. Pois bem, a conferência dele... Vamos supor... A participação dele foi na década de 1960, vamos botar assim, em 1965, que para arrendodar a data, este congresso, digamos, foi em 1995. De 95 para 65 são trinta anos. Bom, vou lá e ele faz uma palestra... entendeu? Exatamente como eu faria. Negando tudo aquilo como se ele não tivesse nada que ver com nada daquilo que aconteceu, “não”, “pois é”, “nesse caso, se usa matéria orgânica”. Ai eu tive vontade, se eu der uma porrada nesse desgraçado ninguém vai entender. Pois a geração que estava ali, entendeu? Era de trinta anos, tinha o quê? Dois ou três de trinta anos! Eu tive que calar a boca. Ai, um dos que estava vivo, disse assim: “Professor Murdoch? Mas o senhor recomendava doses massivas de cálcario e agora o senhor diz que não tem que usar cálcario e sim matéria orgânica”. “Não, pois é, mas, é preciso ver que a natureza precisa ser protegida”. É um patife mesmo, isso é o que ele é, um grande patife. Como o Borlaug [Norman Ernest Borlaug] que tem prêmio Nobel da paz e é um ordinário, um assassino mundial. Então, o MEC/Usaid fez isso, eles botaram professores americanos aqui.

MDH: Esse professor mencionado é estadunidense também? Ele vem em 1964 depois do golpe?

LCPM: Sim. Ele vem em 1964, antes do golpe que eles prepararam. O acordo MEC/Usaid é anterior ao golpe. Ele veio nesse acordo. Eles,

os americanos tinham uma sala que nós professores não tínhamos, e a sala tinha secretária bilíngue que, inclusive, o débil mental do diretor da época lá de Porto Alegre, que era o Tublinio Correa, que foi um dos dedos duros, não dizia bilíngue, dizia “bilingal”, *bilingal*. Os americanos também dispunham de um salário americano que era no mínimo umas cinco vezes maior que os nossos salários. Então, vejo só, a gente numa indignação, e chegava um cara com tudo isso já causava um efeito psicológico, compreendeu, que a maioria dos professores não se davam conta. Eu digo não, tudo bem, eu aceito o cara vir trabalhar aqui, mas eu quero as mesmas condições. O cara não vai chegar aqui de “belere”. O “belere” era um carro da época que hoje seria o mercedes, como eu disse, não vai chegar aqui de mercedes e eu descendo de ônibus, sem graça. No meio dos alunos, no meio de todos ficava uma situação de discriminação muito forte. Então, o acordo MEC/Usaid foi o que deu estruturação legal para entrada dos americanos na universidade brasileira, especialmente na área agrícola porque eles queriam fazer a famosa modernização conservadora, que foi a revolução verde, e que, que é responsável básica pela criminalidade que tem hoje, pela, como é que chama aí? A marginalidade urbana. Isso tudo é fruto da revolução verde.

MDH: Pegando esse gancho, mas voltando um pouco, não a relação dos docentes com o movimento estudantil. Mas, como era a relação entre os próprios docentes?

LCPM: Não havia organização, não havia nada, não havia sindicato, não havia Andes, não havia coisa nenhuma, não havia associações de professores, nada. Existia sim, uma muito forte organização estudantil através da UNE, na época era a UNE de verdade, não era essa palhaçada que tem hoje, e um dos trabalhos que eles fizeram foi exatamente de criar um ambiente entre os estudantes para fazer a divisão, e que se vê ainda hoje que vocês ainda hoje estão divididos pela “revolução”, pela ditadura militar e não se apercebem. Por exemplo, numa reunião que hoje que se reúnem estudantes, “ah! Aquele ali é do PTB, aquele ali é PT, aquele ali é do PMDB”. Todo mundo tem na testa, isso é fascismo e vocês exercem o fascismo sem se aperceber, essa identificação. Isso é fascismo. Não tem porque

fazer uma reunião de estudantes. Quem tem objetivo comum? Porque isso aí divide, é óbvio, é uma forma muito, muito eficiente de dividir, e dividindo dá no que deu não é! Entendeu? Vocês fizeram aqueles eventos [Semana Ciência, Tecnologia e Sociedade organizada pelo Diretório Central dos Estudantes Luiz Travassos e pelos Centros Acadêmicos] de ontem, de hoje, que contém assuntos extremamente importantes, e vai o quê? Trinta pessoas! Quando devia estar três mil, aquilo ali era pra dar três mil pessoas, pela importância que têm as discussões desses assuntos. Nós estamos no centro de uma convulsão ambiental e ninguém se percebe disso, ninguém dá conta, ninguém se dá conta que as enchentes, os terremotos, tudo isso é consequência da revolução verde. Ninguém se dá conta disso.

MDH: O evento que o senhor está se referindo é o intitulado Semana de Ciência, Tecnologia e Sociedade, organizado pelo Diretório Central dos Estudantes Luiz Travassos e pelos Centros Acadêmicos?

LCPM: É, de ontem. É isso, aquele do DCE. E como eu dizia, eu acho que essas mudanças são muito ruins e elas ficaram. Eles foram muito hábeis porque foram implementadas de tal maneira que hoje as pessoas exercem o fascismo sem se darem conta, nem sabem o que é fascismo. E é fascismo. E, é claro, isso ocasiona a desarticulação do movimento docente e desarticulação do movimento estudantil, não tem nada.

MDH: Diante dos expurgos dessa época não ocorreu manifestação por parte dos docentes?

LCPM: Não. Houve alguma mobilização por parte dos estudantes, mas eles usaram uma técnica muito inteligente. Eles disseminaram entre os estudantes que qualquer atitude de protesto resultaria numa reação maior da ditadura, violência, prisões, torturas etc. Então, o pessoal ficou naquela, e acabou que o que poderia ter sido feito não foi. Já entre os professores não, houve apenas algumas manifestações individuais, mas não houve nenhuma manifestação coletiva, porque não tinha organização. As associações de docentes surgiram depois, no final da ditadura, na década de setenta, em 1978, 1979, por aí. Eu acho que a Andes é de 1981 e eu fui delegado da fundação da Andes. Desta forma, existia organização entre os estudantes, entre os docentes não. E aí?

MDH: O senhor disse que estava na Alemanha quando ocorreu o golpe aqui, no Brasil?

LCPM: Não, no golpe eu estava aqui no Brasil.

MDH: o senhor falou que estava lá e teve que voltar.

LCPM: Não, então vamos botar a cronologia. Em primeiro lugar, o golpe não foi em 31 de março. Foi em primeiro de abril, essa é a primeira recomposição histórica. E quando eu recebi o convite para ir para a Alemanha e como já havia esse negócio de Comissão de Inquéritos nas universidades. Eu fui conversar com o reitor José Carlos Milan, que segundo as más línguas, um corno homérico. Pois, tem que botar nessa gente sim, porque, porque a atitude dele é uma atitude que tem haver com a vida pessoal dele. Porque quem é corno manso se presta a qualquer coisa, vocês me desculpem, é discriminação? É. Então sou um discriminador, discriminatório, sei lá qual nome. Então fui conversar com ele, digo, olha José assim e assim, eu não quero sair do Brasil com esse problema aí, e se tiveres alguma coisa comigo... Ele respondeu: “Não, Pinheiro vai, de jeito nenhum, vai, usa esse direito, que beleza, qué qué qué...” Mas ele já sabia desse negócio de expurgo, porque ele disse numa mesa de jogo o seguinte, “da universidade, três vão sair: o Pinheiro, o Gref e o Bernardo. Estava marcado, não é. Então, eu fui em abril, o golpe foi em primeiro de abril, eu devo ter ido lá falar com ele, sei lá, dez, quinze de abril, a minha viagem para Alemanha foi ao final de abril, quando ocorreu esse fato, então todo mundo sabia onde eu estava, porque eu comuniquei para o reitor, comuniquei para o diretor da escola, não tinha crime. aí, eles me chamaram por edital porque eu estava em lugar ignorado e não sabido. Aí a minha ex-mulher me passou um telegrama dizendo venha imediatamente e tal. E aí eu estava na Alemanha, na Baviera. eu fiz o seguinte, eu passei um telegrama dizendo que todos os vãos estavam lotados e eu só podia ir dali quinze dias, daí fui para paris, fiz, fiz uns contatos lá com meus amigos na França e depois fui pra Inglaterra, a mesma coisa, e daí eu fui pra lá para ser degolado, pois, já sabia, que o meu erro histórico foi ter aceitado o inquérito. Ter respondido as perguntas, Devia ter dito isso aí é tudo mentira e eu não respondo, façam o que quiserem, mas eu não vou respondo. Ao invés de ter feito isso, eu fiz um documento, até

eu nem sei se eu consigo recuperar uma cópia disto, em que eu mostrava o linha por linha que tudo aquilo ali era mentira, que era farsa, que não tinha sentido. Começa que a primeira acusação era grave, apontava que eu tinha muita influência entre os estudantes, minha resposta foi muito obrigado, o que eu ia dizer? O que um professor quer além de ter influência entre os estudantes? Então, essa foi a sequência de caminhos.

MDH: Então, o senhor pegou o AI-5 aqui?

LCPM: Sim, sim!

MDH: Pegou aqui? Mas o senhor falou que estava na Argentina em 1968.

LCPM: A minha docência na Argentina foi muito particular, eu ia, eu passava lá quinze dias. Fazia cursos intensivos das materias, e depois voltava, e depois ia de novo, quer dizer, eu não fiquei lá, assim no dia a dia, no rame-rame da universidade, na verdade, a minha vida sempre foi aqui, eu não abdiquei de ter a minha vida aqui, porque aqui era onde eu achava que devia ficar e não fora.

MDH: O senhor pegou todo aquele clima?

LCPM: Sim, claro, isso eu vivi toda a época. Sem dúvida nenhuma.

MDH: Sobre a Argentina, dentro desses quinze dias, gostaria de saber se o senhor tinha contato com com a estrutura universitária e como era naquele momento.

LCPM: O contato era o seguinte, quando eu me formei, havia dois empregadores para agrônomo; a secretaria da agricultura e o ministério da agricultura. O ministério da agricultura a cada cinco anos fazia um concurso e tinha saído concurso a pouco tempo naquele período, então, tinha a secretária. Eu fui para o chefe de gabinete do secretário, veterinário e colega de turma do meu irmão, e que eu imaginava “oras... colega do meu irmão, vai ser fácil entrar na secretária”. Por isso, fui falar com ele, disse me formei e tal, e estou procurando emprego. Ele respondeu: “Pinheiro, pra ti não tem emprego”. Como não tinha emprego pra mim, eu tinha que viver, então o, meu pai era agrônomo zootecnista, foi meu professor, o meu

irmão era veterinário, já professor também, eu cheguei para os dois e disse eu tenho que trabalhar o que vocês me sugerem? Então, das oportunidades existentes eles me sugeriram trabalhar com suínos e gado leiteiro. E eu comecei a estudar suínos, e vi que no Brasil ninguém conhecia os suínos, assim, eu comecei a me aprofundar. E, nesse meu processo de sobrevivência, eu comecei a ver que a Argentina tinha um nível melhor que o nosso e comecei a ter contato com os argentinos. E num determinado momento, obviamente, eu tinha contatos aqui também, e tanto que eu treinei 600 profissionais no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná para transformar o porco bom em porco caro. Fiz um trabalho grande. E, eu tinha então vinculações com os produtores. E dessa vinculação eu fiz uma importação de mil porcos da Argentina pra cá, que eles tinham uma qualidade de suínos melhor do que a nossa. Dessa forma, quem importa mil porcos, acaba sendo conhecido, então eu fui convidado para ser jurado na exposição de Palermo, que era e é a exposição mais importante da América Latina. Ai, é que eu fiquei conhecido, e fiquei conhecido com o trabalho na Argentina, como jurado, eles viram que era trabalho de qualidade, então, a partir daí é que eles me convidaram, simultaneamente, para UBA e para a Católica [universidades argentinas]. Essa foi a maneira como eu cheguei lá. Depois, eu fui duas vezes jurado em Palermo, e agora recentemente, eu sou jurado de gado Charolês. Esse ano serei jurado pela quarta vez sucessiva. Parece que eles gostaram.

MDH: Na época da ditadura e perseguições aqui no Brasil não influenciou na relação?

LCPM: Não, não influenciou. A gente pode dizer que são os famosos males que vem pra bem, quero dizer, isso foi antes da ditadura, cuidado, pois isso não tem nada que ver com a ditadura, pois quando o Helio Bento disse não pra mim, foi em 50. Não tinha nem ditadura nem nada. Não há uma conotação, uma relação entre a minha atividade na Argentina e a Ditadura. Não tem nada a ver.

MDH: Lá na Argentina foi um período de pré-golpe também?

LCPM: Sim, uma época de pré-golpe, é verdade!

MDH: É possível fazer comparações semelhantes do período na Argentina e no Brasil?

LCPM: Foi exatamente o mesmo, quero ver se me lembro exatamente o nome das pessoas, mas eu posso dar uns dados pra vocês assim, eu morava em porto alegre e por uma conjunção familiar, em maio, abril, foi dado o golpe na Argentina, que eu acho que foi em 1968, uma pessoa, por razões familiares, de grande projeção econômica no mundo, estava em minha casa, conversando com ele, ele disse assim: “olha Luiz Carlos no dia 16 de junho vai acontecer um golpe na Argentina e o general fulano de tal vai ser o presidente” O nome do general me escapa agora. Isso, ele disse em abril. Ai, eu tinha trabalhado em um jornal que havia em Porto Alegre, *Diario de Notícias*. Eu era responsável pelo suplemento rural. E aí um dia caminhando na rua principal de POA, que é a rua da praia, que é a Felipe Schmidt de lá, eu encontrei o secretário de redação do diário e disse a ele. Olha, vou te dar uma informação, no dia 16 de junho vai acontecer um golpe na Argentina e o general fulano de tal vai ser presidente. Ele disse: “Vá, vá”. Assim, no dia 16 deu o golpe e o general foi presidente (o nome daqui a pouco eu me lembro!). Uma semana depois, ele passa por mim e pergunta: “E aí, não tem nenhuma notícia pra mim?” Eu respondi que não [risos]. Vejam, que este fato, eu acho que é um fato relevante porque na comunidade dominante, das classes dominantes, isso tudo era sabido, circulava, para eles poderem tomar as medidas etc. Porque a tal pessoa, como eu disse, é, seria hoje, é hoje, é, pois ainda é vivo, é hoje, sei lá, um dos homens mais ricos do mundo, isto é, é gente que tinha esse tipo de informação, quer dizer, eles sabiam disso tudo, então, isso prova uma articulação entre a repressão e as classes dominantes que fizeram isso tudo por razões, finalmente, por razões econômicas. Para ter, para faturar mais, para ter mais resultado nos seus balanços.

MDH: A estrutura da universidade qual que o senhor acredita ser, qual foi o momento chave?

LCPM: Claro, porque como era estrutura da universidade? Foi aí que destruíram a universidade. A estrutura da universidade era assim, existiam as cátedras, eu era professor catedrático, então a cátedra

formava um grupo. Eu tinha, trabalhava na minha cátedra, na minha matéria, na minha cadeira como se chamava, trabalhava quatro ou cinco assistentes, então eu trabalhava com quatro ou cinco, era um equipe de trabalho, de pesquisa e tudo. Mas, com o acordo MEC/Usaid eles quebraram, não tinha mais cátedra, criaram os departamentos e as disciplinas, quer dizer, o esquema de departamentos mínimo era o esquema norte-americano, só que o departamento que vocês estão vendo aqui de zootecnia, é essa pobreza, vocês estão vendo não tem nada, agora mesmo estávamos aqui discutindo o trabalho de dissertação, de um aluno da universidade e a nossa, a nossa condição material, ela é dolorosamente precária, não tem nada, não tem nada, nada, nada. Um departamento equivalente a qualquer universidade americana tem todos os recursos, tem aparelho experimental, tem secretária para atendo os professores; tem professor com tempo para fazer pesquisa, tem isso, quer dizer, não tem nada a ver. Colocar essa ideia em um ambiente como o nosso naquela época que não tinha nada resultou no esfacelamento. Quebraram completamente. Todas as equipes se desfizeram, cada um ficou lá no seu cantinho com a sua disciplina, fracionaram tudo, trabalharam com as partes em vez de trabalhar com o todo. Foi um assassinato que fizeram com a universidade, não, assassinato não, mas foi uma mutilação, a universidade ficou mutilada, a universidade brasileira ficou mutilada com o golpe militar. E agora, é o presidente Lula esta completando o trabalho, criando os bacharelados não sei o que, interdisciplinares. Na agronomia vai ter o bacharel e o licenciado, então o licenciado é um cursinho pra qualquer coisa, que é onde todo mundo vai entrar, óbvio não é, porque todo mundo precisa sair pra trabalhar, então, vai baixar a qualidade do profissional violentamente, ele está completando o trabalho.

MDH: Como o senhor interpreta o período da ditadura, como foi sua participação política?

LCPM: Eu tive atuação política acho que desde nasci. Evidentemente que nossa participação, era a participação que podia, de enfim, o que era possível a gente fazer, a gente fazia. Agora, houve um período da ditadura que foi um período muito duro, e a gente tinha que tomar precauções para não ficar ali na mão deles, pois o negócio era pesado.

Tortura mesmo, tortura de verdade, não é turturina não, é de pau de arara pra cima, então, atividade não havia assim, não havia, com exceção dos grupos revolucionários, que já é outra perspectiva do problema. Não havia um trabalho organizado assim como são hoje as associações de docentes, por exemplo, ou bem ou mal houve uma organização, mas claro, não tinha antes.

MDH: O seu trabalho é na área do campo, você não via nenhum movimento camponês?

LCPM: Não era bem um movimento camponês. Porque mesmo o movimento camponês era muito limitado. Mais perto do golpe tiveram as ligas camponesas do Julião, em Pernambuco. Entretanto, eram lutas esporádicas e não tinham uma articulação. Havia luta sim, havia resistência sim, mas eram pontuais, não havia nenhuma articulação. Graças ao que eles puderam dar o golpe, pois, por exemplo, dizia-se que a orla, como se chamava, que eram os estivadores marítimos, estariam completamente organizados e completamente capacitados de resistir a um golpe contra o presidente João Goulart. Contra o golpe não houve nenhuma reação. Nada! Por quê? Porque já havia paralelamente, uma enorme infiltração nas organizações sindicais, de tal maneira que neutralizaram completamente a reação. Foi muito bem preparado. Está certo que foi muito bem preparado. Como foi bem preparado o regime que resistiu ao nazismo, que venceu o nazismo; que botou o primeiro homem no espaço, e por aí vai... A mesma coisa, houve anteriormente, de guerrilha e nós todos, não teve, não houve, houve anteriormente a mesma coisa, não teve. Hoje, de domínio público.

MDH: O professor diz que foi o ano de 1964 que o ano de combate maior?

LCPM: Não, foi a partir de 1964, não de 1965, não houve, assim, 1968 ficou marcante por quê? Porque houve as manifestações de Paris, até ficou marcante. Os hippies que fizeram um trabalho muito pior que 1968 se ninguém lembra em que ano foi. Só lembra imagem do hippie. Outro aspecto que eu acho, muito importante. Que eu valorizo muito o trabalho de vocês. É que a história está sendo apagada. Entendeu? Hoje vocês não sabem nada do que aconteceu. Isto aconteceu ontem,

não são 500 anos, não foi ontem! Enfim, coisas que vocês não têm a menor ideia. Fala-se em revolução verde, sabe o que é mesmo o golpe militar. A ideia que vocês têm do golpe é uma ideia falsa. Eu digo isso porque eu vivi esse momento, então, eu tenho condições de opinar sobre a... Muita gente fala sobre as coisas e não sabe. Não sabe o que é, vai chega numa sala de aula. Fazem perguntas. Ninguém sabe o que... Por que será? Há uma, há uma intensão, há uma intensão programada, entendeu, para apagar a história. Isso aí é recente. É uma história muito suja. E atinge todo mundo, não pense que nada aconteceu. Não viu ontem, anteontem, essa barbaridade das fundações, estava envolvido o reitor da universidade federal da Bahia? É o chefe da quadrilha, ante conduta, é um cara comprometido com corrupção, entendeu? É assim. E aí? O que mais vocês querem saber além? Eu imagino pela maneira como vocês chegaram, e pela maneira como vocês colocaram a questão, que vocês imaginavam que tinha uma rede de subversão que eu participava, isso aí é uma fantasia. Agora é uma fantasia plantada, cuidado, é algo que interessa para o golpe. Por quê? Por que o golpe foi desfeito? Não foi assim.

MDH: Se justifica a gente não perder a visão, né?

LCPM: E também tem outra conotação, tem que entender bem, tem outra conotação. Isso, isso é, o cara que foi chefe do FBI, ele mostra como foi e como é. É assim e assim, e vocês são as vítimas, porque ficam mal informados. Isso é muito ruim. E eu acho que esse trabalho do Professor Fernando Ponte de Sousa é um trabalho interessante. Eu vejo claro isso aí. Claro que eu também estou a disposição sem problemas, eu vou tirar um xerox lá do processo da UFRGS, vou mandar a capa do jornal do Brasil. Vocês precisavam xerocar e ter com vocês. O negócio começou. A história começou assim quer ver? Começou? Porque essa gente trabalha em longo prazo. E antes de eu contar o episódio que eu vou contar, eu vou contar o episódio que eu tive como presidente da Embrapa. O meu chefe de gabinete era um japonês, Nakaishi, modelo em todos os sentidos. Ele vinha insistindo para eu fazer uma reunião com um grupo de japoneses que tinham uma posição também progressista e tal. E o negócio da Embrapa era um negócio assim que quando já falava em reunião eu já tinha o pé atrás.

Mas ele insistiu até que um dia eu disse “ok.” E eles me contaram qual é a estratégia do Japão no Brasil. Qual é o prazo que vocês imaginam que tenha o programa do Japão no Brasil? Eles têm um programa de atividade econômica e de trabalho em relação ao Brasil. Isso tem um plano, depois eu vou dizer qual é o plano. Mas qual é o tempo que vocês acham que eles estipularam para programa? O programa dos Japoneses é de 150 anos. Quando eles disseram isso. Eu disse: “150 anos? Ah, eu quero saber tudo” Então a jogada deles era, entre outras coisas, vou falar só de uma, desenvolver grandes navios que levam minério na parte do porão e levam grãos na parte superficial, eles tinham grande investimento no cerrado e por aí vai. Mas por que eu falei isso? Porque estava na Embrapa e me ocorreu o negócio do Japão, mesmo?

MDH: O senhor ia contar outra da Embrapa.

LCPM: Lembro-me que quando eu estava de presidente, chegaram três ou quatro pesquisadores da Embrapa que tinham feito doutorado nos Estados Unidos na área de informática, em 1975, no governo Sarney. Fui o primeiro presidente depois do golpe. E essa gente de informática, não sei se vocês são de informática, tem que ser meio doida senão não dá certo. Eles me abordaram e me contaram toda a história: “senhor presidente, hoje, com o que nós pirateamos lá, temos capacidade de fazer qualquer hardware, que os americanos fazem.” Eu disse: “o que é que vocês precisam?” Eles responderam que precisavam de um centro para trabalhar no assunto e que a gente possa processar as medidas. Aí eu criei o centro de informática em Campinas. Um dia, chegou lá o presidente da IBM e disse: “Presidente Luiz Carlos, eu vim aqui saber qual é a intenção da Embrapa criando esse centro de informática e qual é a intenção da Embrapa nessa Área?” Bom, aí pensei: “tenho três coisas pra fazer: dar um soco na cara desse ordinário, mandar ele embora violentamente, ou sair pela lateral.” Aí eu me contive e pensei é mais importante eu permanecer na Embrapa do que eu criar um caso, pois, se eu desse um soco eu não ficaria nenhum minuto mais. Eu respondi, então, não se preocupe, é só uma meninada que anda brincando de computador. Não vai acontecer nada. Foi assim, ele chegou diretamente e perguntou “o que a Embrapa

quer com informática”. Antes de eu sair da Embrapa, eu recebi dois avisos. Um foi da Ana Becker jornalista lá de POA. Numa conversa ela me disse: “Olha Pinheiro, ou tu te ajusta com os procedimentos da corte ou tu não fica.” Eu disse muito obrigado. Outro aviso eu recebi numa festa... Que insistiram muito que eu fosse, eu fui, não gostava também, muito cansativo. Uma moça muito bonita, começamos a conversar e tal, aí ela disse explicitamente o seguinte: “olha ou você muda a conduta ou você vai dançar.” É o jogo e como eu não mudei a conduta, tô aqui hoje dando entrevista pra vocês para recompor a história. Ajudou a recompor.

MDH: como o senhor vê a possibilidade de transformação social nos dias de hoje e a universidade?

LCPM: As transformações sociais, como eu respondi antes, elas são inesperadas, elas não tem data fixa e elas podem surgir forma mais estranha que você pode imaginar. Hoje no Brasil as condições objetivas são favoráveis para uma mudança social no país. O que são as condições objetivas? São vocês, somos nós todos, que veem à realidade, a necessidade de mudar, essa rejeição à conformidade e impunidade, essa rejeição a essa bagunça total que existe, então isso são as condições que nós sentimos. Entre os trabalhadores, ou entre o povo, digamos assim, existe um aguçamento da crise econômica cada vez é pior, cada vez a pessoa come menos, isso aí, não tem como negar. Então, existem essas condições de trabalho. E existe as condições subjetivas que são as pessoas terem a ideia de que tem que mudar essa situação. Só que enquanto elas não existirem não vai mudar coisa nenhuma. E o imperialismo, o capitalismo, o capital financeiro, que hoje, sem dúvida, quem domina é o capital financeiro, é dono de tudo. Então qual é a jogada deles na mídia, é fazer com que não emerga as condições subjetivas. vocês vejam, por exemplo, a novela, a novela é independentemente da emissora tem um eixo. Qual é o eixo? O eixo é demonstrar que uma pessoa pobre pode se tornar rica. Esse é o eixo, a televisão cria subjetivamente uma ilusão no povo. Qualquer pessoa que compra um bilhete da mega-sena, o cara às vezes deixa de comprar comida para comprar um bilhete da mega-sena, pois acha que vai ser milionário da semana que vem. Qual que é o outro eixo? É

a pornografia deslavada. Que é um negócio que atinge a organização familiar diretamente. Isso é muito ruim, pois, quando se desagrega a formação familiar as pessoas ficam sem referência, ficam sem eixo nenhum. Essa agressão à organização... Veja bem, não é cuidado, pois aí cai numa organização pior do que não ter família. Estou falando da organização familiar, da estrutura familiar, Da comemoração juntos, da confraternização entre os membros. É o pai e a mãe conduzindo bem as crianças. Impondo limites. Pois, hoje as crianças estão sem limites. Isso é uma coisa muito grave, a criança não tem limites. Faz o que quer. Em Porto Alegre, por exemplo, tem professoras que não vão mais dar aula porque são ameaçadas por alunos, são ameaçadas com revolver. Não é o aluno chegar na escola e dizer “Professora, sai daí sua filha da puta”. Não é isso. É o aluno chegar com um revólver e dizer que mata, e mata mesmo, e mata! Não é algo que acontece só aqui. Vejam nos Estados Unidos, lá também tem uma barbaridade desses casos, um guri pega um arma e mata dez. É óbvio que não é um sistema monolítico. É um sistema que tem grande contradições, e essas contradições a gente tem que aproveitar enquanto a gente pode, e tem condições favoráveis para nós, é muito difícil de crer, mas agora sim tem que haver uma modificação social muito profunda, muito profunda. É aquela mensagem que eu gostaria de deixar para vocês, é de que olha isso tem que acabar, onde nós vamos parar? Não existe mais respeito, coisa nenhuma. Esses dias, estava minha colega aqui do lado, professora Maria, uma bela professora, estudiosa, competente, estava dando uma aula sobre comportamento animal, aí um merda de um guri levanta acintosamente, vira e diz assim: “Eu vou embora porque esse negócio não dá dinheiro”. Não é concebível um negócio desses, deu pra entender? Está todo mundo transtornado, todo mundo quer dinheiro, dinheiro pra quê? Para comprar tóxico? Sei lá.

MDH: Já que o senhor tem bagagem, o senhor que já teve problemas com multinacionais, como que o senhor vê essa transição do regime militar?

LCPM: Primeiro, não houve transição. Houve uma modificação, um acordo de cavalheiros, aquilo que eu já comentei várias vezes. A parte institucional que é a que faz o país andar tem um famoso decreto 2020, que regula o uso do dinheiro público, que continua exatamente

como foi criado, ninguém mexeu em nada. O que aconteceu foi o seguinte: o processo ditatorial chegou ao ponto que tinha produzido um fenômeno muito importante que foi a aglutinação de todos através do MDB, movimento democrático brasileiro, aí juntou todo mundo que era contra a ditadura e saiu o movimento das “Diretas Já”. Isso tudo, com reais condições subjetivas, se transformou num movimento nacional que tinha as “Diretas Já”. Como é que a ditadura trabalhou esse assunto? “Diretas já” nós não damos, mas nós aceitamos um governo civil eleito pelo congresso. Então esse congresso elegeu numa composição o Tancredo e o Sarney como vice. Tivemos, assim, aquela história de que todos os gatos são pardos, pois as lideranças do MDB, na essência não diferiam muito das lideranças da Arena. Era Arena e MDB. Arena era o pessoal do governo. Elegeram Tancredo e Sarney na composição. O Tancredo, antes foi ministro, foi um homem muito habilidoso. Seguramente, se ele tivesse vida teria dado outro rumo para o Brasil, pois, ele não era só habilidoso, como era muito inteligente. Aí, de acordo com a Constituição, quem deveria assumir era o Ulysses Guimarães, mas o Guimarães se cagou todo e deu o fora. Então, o Sarney entrou. E o Sarney entrou dentro de uma composição de forças no país extremamente favorável a democracia, que era o resto do MDB, que era todo o MDB que estava entrando. Essa composição de forças foi a que permitiu também que eu fosse presidente da Embrapa indicado praticamente por toda área agrônômica e noventa por cento dos deputados, senadores. Aí começa o governo com o Sarney dando sinais evidentes que aceitava uma posição democrática, e aí o que acontece? A coisa estava muito boa e o PT levanta-se com os dois pés. Primeiro vamos ver nossas divergências, para depois vermos o que fazemos. Aí partiu todo mundo. E aí veio as “Diretas” e as classes dominantes tomaram conta e o Sarney perdeu fogo. Quer dizer, um presidente que tinha seguramente condições de ser um presidente muito interessante para o Brasil ficou, como apoio do MDB, viu que houve aquela fragilidade. O movimento pelas “Diretas” se fracionou completamente, e quando ele se fracionou a direita tomou conta direto, não sobrou nada. O quadro de hoje não é diferente do daquela época. Alguns personagens mudaram e talvez em 1987, 1988, que foi o tempo do Governo do Sarney havia um pouco mais de pudor. Hoje, o pessoal

perdeu complemento o pudor. É o filho não obedecendo ao pai. É o amigo não dando atenção para os companheiros. Então foi assim que aconteceu, foi assim que eu entendo.

MDH: Você acha que tem alguma coisa que ficou de fora?

LCPM: Eu tenho muita coisa. Esse negócio de anistia. Que anistia? Não tem anistia. Eu pego, mato tua irmã e te peço desculpas. Peço desculpas por ter matado tua irmã. Que é isso? É uma cínica debochada!

MDH: Naquele momento histórico, a universidade tinha a potencialidade de trabalhar com os movimentos sociais e hoje? Hoje essa dificuldade tem uma relação?

LCPM: Hoje há uma dificuldade muito forte porque, exatamente o poder econômico, o capitalismo, enfim as classes dominantes, são donas, tomaram conta, então qual foi a estratégia? A estratégia foi esvaziar as universidades públicas, prestigiar as universidades particulares, desviar recursos para as universidades particulares. Hoje, setenta por cento do dinheiro vai para as particulares, e é gerar, gerar para a ausência total de motivação. Professores desmotivados, alunos desmotivados, enfim todo mundo está desmotivado porque a universidade devia ser uma força permanente de discussão, de debate, não que ela vá fazer a revolução, quem faz a revolução é o povo, mas a universidade discute e gera os líderes, compreendeu? Uma das questões, um dos objetivos explícitos do golpe militar foi a eliminação das lideranças. Quem é que havia e qual é o líder que surgiu hoje? Não tem! São líderes de papel, Ciro Gomes é líder? Lula é líder? O Lula, aliás, tem prestígio, mas lamentavelmente está nesta posição, estão aí os seus princípios. Serra é líder? O último líder foi Brizola. Mas agora, é essa “fascistização” que comentei que todo mundo tem na testa, elimina o líder político, por que um que está surgindo como líder é imediatamente bombardeado por todos os lados e vice-versa, então é um salve-se quem puder. Tem havido alguns fatos novos que nos animam, por exemplo, na área do campo, do MST. Mas é muito limitado. E depois camponês não faz a revolução, camponês se associa à revolução. A revolução é da classe operária, classe trabalhadora. Inventaram uma moda que hoje não existe mais a mais-valia. Besteira.

Pois, nunca existiu uma mais-valia mais perversa que existe agora. Por exemplo, quando entro na fila para tirar dinheiro do banco no caixa eletrônico estão me roubando, tão tirando minha mais-valia. Estou perdendo meu tempo. O banco está deixando de pagar um trabalhador para nos atender e assim por diante. Nunca houve uma mais-valia tão violenta como agora, mas isso tudo eles controlam. Meios de divulgação e não sei o que. E é hegemônico. Não tem conversa!

MDH: Tem mais alguma coisa?

LCPM: Tem muitas coisas importantes, mas dentro dos objetivos de vocês eu não sei. Principalmente isto, vocês vieram com uma ideia e se decepcionaram. Acharam que eu ia dar as táticas usadas na ditadura para vocês.

MDH: Por esta falta de memória a gente até acaba construindo um imaginário falso.

LCPM: Sim, um imaginário falso. Por isso acho importante e é o quarto ou quinto depoimento nesta linha que eu dou nesse ano.

MDH: Pode ser o fato de quarenta anos de 1968?

LCPM: É, pode ser que seja de fato. Inclusive, vieram de Porto Alegre seis estudantes de história, da pós-graduação, do mestrado, e os seis não sabem nada de história, o que vocês sabem? Nada, o que calcularam, ah não sei, ah não sei. Eu quero relatar algo sobre o perigo de modificar a história e apagar os grandes acontecimentos. Vejam bem, eu devia ter quatorze quinze anos por aí, quando na guerra, houve um grande avanço das tropas nazistas sobre a união soviética, e os nazistas queriam e tinham um motivo ideológico que era a vontade evidentemente de eliminar o socialismo. Esse era o objetivo ideológico dos alemães, e junto com isso talvez mais forte que isso os alemães precisavam chegar às reservas de petróleo de Baku, até que chegaram em Stalingrado, e aí aconteceu o seguinte fato que eu acompanhei pelo rádio. Repórter Esso. O exército nazista chegou à beira de Stalingrado, aí o Stálin fez a seguinte proclamação que eu ouvi a tradução: “Camaradas, o exército nazista não pode passar de Stalingrado, se passar de Stalingrado cai a URSS. Então lutaremos rua

por rua, casa por casa, cômodo por cômodo, canto por canto para não deixar passar o exército nazista, camaradas, eu estou aqui comandando as ações”. Eu era assinante do clube do livro americano, e parece no catálogo, um livro escrito por dois doutores de Oxford com o seguinte título: “Segunda Guerra Mundial”, comprei aquilo e fui ler como os doutores de Oxford relatam a batalha de Stalingrado. Houve uma discussão entre os generais nazistas e enquanto não havia uma decisão isso fraquejou a frente nazista que permitiu aos soviéticos barrarem o ataque. Tá lá. Tá escrito assim. Vocês vão estudar história, pegam o livro de dois doutores de Oxford, falando merda sobre a batalha de Stalingrado. É assim, eles forjam a história do jeito que querem e vem os títulos de doutor daqui e dali, para afirmar mentiras.

MDH: Retomando, o senhor falou da parte acadêmica e da parte política da universidade. E quanto a questão das organizações estudantis. Havia bastante organizações?

LCPM: Tinha a UNE, os centros acadêmicos e estamos conversados. Mas era assim, nos centros acadêmicos, base das organizações estudantis, todo mundo participava, e ninguém dizia, eu sou comunista, eu sou UDN, eu sou não sei o quê. Nas conversas ficávamos sabendo o que fulano era e mexia e brincava com tal pessoa. Era uma coisa seu isso, seu aquilo, mas era muito fraterno tudo, e não existia essa divisão que existe hoje. Hoje é uma barbaridade... pego o jornal e a facção do PC não sei do que perdeu para a facção não sei o que, que é isso? tá todo mundo esfacelado.

MDH: Muito obrigado.

LCPM: É como eu digo sempre, não agradeça, pague.

ENTREVISTA 7

Entrevistado: MARCÍLIO CESAR RAMOS KRIEGER (MK)

Entrevistador: VAGNER BONI

Entrevista concedida ao MDH em agosto de 2009

MDH: Um pouco sobre o senhor.

MK: Eu sou Marcílio César Ramos Krieger. Eu fui presidente da UCE [União Catarinense dos Estudantes] no período de 1961-1962, quando o restaurante universitário começou a funcionar, pois ele começou a funcionar na minha gestão, em maio de 1961. Era acadêmico de Direito e fui um dos fundadores de um movimento, naquela década, no final de 1959 e começo de 1960, chamado Terceira Força, este movimento elegeu o primeiro presidente da UCE que não era do partidão, Domingos Augusto Gaio. Naquela época havia em Florianópolis, que era a única cidade do estado com universidade, universos estudantis, universos com ao redor de 900 pessoas. Faculdade de Filosofia, com as várias cadeiras, Direito, Economia, Odontologia, estavam se instalando Medicina e Engenharia, já havia Farmácia e Serviço Social também.

MDH: E o movimento estudantil nesse período, como estava configurado?

MK: O movimento estudantil, para localizá-lo naquele quadro da

década de 1960, era liderado por um movimento que era o braço estudantil do Partido Comunista, que eu não me lembro o nome. Havia uma força assumidamente de direita chamada Aliança Universitária. Era um momento de efervescência dentro da realidade mundial e especialmente dentro da realidade brasileira, no final da década de 1950 e começo da década de 1960. Na área da juventude, em especial, havia uma grande movimentação da juventude universitária católica. A “JUC” começa a criar toda uma visão de uma Igreja engajada, de uma Igreja lutando pelos direitos populares, etc. Isso tem ligação com o que vem a seguir em Santa Catarina que é denominado o movimento Terceira Força. Terceira Força porque exatamente não era nem o Partido Comunista, na verdade se chamava Partido da Renovação Acadêmica, que era o braço estudantil do PC. Também não era a Aliança Universitária, que era o que havia de mais reacionário em Santa Catarina e que fazia uma oposição burocrática e infeliz à Renovação. Nós então que não éramos nenhuma força de esquerda ligada ao PC e nem de direita ligada à Aliança Universitária, criamos, via JUC, esse movimento chamado Terceira Força, que elege, naquele ano de 1960, o Domingos Augusto Gaio como presidente da UCE. A meta do Gaio era uma única. Dizia ele o seguinte em toda campanha que ele fez nas várias faculdades: “Vou acabar de construir o restaurante universitário, no último dia de gestão eu entrego o restaurante universitário funcionando.” O restaurante universitário era uma promessa da Renovação há mais de quinze anos. O prédio da rua Álvaro de Carvalho, nº 38, e que era uma casa onde se realizava bingo, não tinha nada de restaurante, acabaram não conseguindo. Então o Gaio se elegeu efetivamente com uma vitória esmagadora contra o candidato de oposição, ou seja, o candidato da Renovação, ligada ao PC, que era o Comelli, e que veio a ser depois o dono do jornal “O Estado”, José Matusalém Comelli, este era então o vice-presidente da UNE. O Comelli era um candidato praticamente imbatível até o surgimento desse movimento Terceira Força que imediatamente adquiriu raízes em todas as faculdades dentro da universidade. Assim, a Terceira Força, não compromissada com o PC nem com a direita, saiu a campo e conseguimos derrotar pela primeira vez na história de Santa Catarina a Renovação. Um detalhe, não havia praticamente

nenhuma luta social em Florianópolis, as lutas que existiam que inclusive começaram na gestão do Gaio, que foram as lutas contra o aumento das passagens de ônibus eram lideradas pelos estudantes. Porque de fato não tinha movimento operário, não tinha operário! Na verdade tinha a fábrica de rendas Hoepcke, o Universo Feminino, e havia a grande mão de obra trabalhadora propriamente dita, que não o funcionário público, que era o pessoal da secretária de transportes e obras, o pessoal de obras propriamente dita e não os burocratas. Então é neste quadro que Gaio se elege em 1960 com uma única meta: construir e entregar o restaurante universitário.

MDH: E conseguiu a alcançar a meta?

MK: Dia 25 de maio de 1961, dia de eleição na UCE, o Gaio entrega o restaurante funcionando, e a eleição se fez exatamente, isto é, as urnas receptoras estavam exatamente no restaurante universitário na Álvaro de Carvalho. E nesse dia, eu fui eleito pela Terceira Força contra o candidato da Renovação o qual eu me esqueço o nome agora. Eu fui eleito e assumi dia 25 de maio e daí 30 de maio já tinha que pagar as contas feitas, pagar o pessoal que já estava trabalhando há mais de um mês. A minha meta era manter o restaurante e até pouco depois do golpe, em 1964, o restaurante funcionou sem parar nenhum dia, sempre com a participação muito grande dos vários estudantes e a participação também, muitas vezes, de deputados federais que conseguiam liberar as verbas. Aqui eu quero chamar a atenção para o fato de que apesar de ser de direita e apesar de ter sido uma pessoa que nunca enganou a sua origem político-ideológica, o deputado Konder Reis que, como deputado federal, sempre deu cobertura aos pleitos estudantis de liberação de verbas federais para o restaurante. É importante que se faça essa ressalva para nós não acharmos que o mundo é dividido apenas entre bons e maus. Não, entre os da direita também tem muita gente boa, gente honesta e competente e entre as pessoas da esquerda também existem alguns “salafrás” e alguns pilantras, ou seja, a coisa não é tão céu e mar.

MDH: O senhor pode destacar mais um pouco o quadro político-ideológico da década de 1960?

MK: Havia o despertar do Brasil como um todo, o Brasil desperta no governo de Juscelino [Kubitschek] para a sua realidade. Pois o Brasil era até então um país burocrático, mas essencialmente agrícola, mais de 60% da economia e da população brasileira viviam no campo, estamos falando de meados da década de 1950. Basicamente, essa população vivia da monocultura exportadora, que era o café e, eventualmente, alguns outros produtos, mas quem mandava na economia, apesar de estarem um pouco alijados desde 1930, eram os barões do café aliados à política do café-com-leite, Minas Gerais e São Paulo que mandavam no Brasil. Com Juscelino, se rompe essa ligação feudal, rural, melhor dizendo, e começa a surgir toda uma indústria brasileira, fruto da construção da própria Brasília, porque a construção de Brasília exigiu investimento de todas as ordens e a criação de indústrias, deixamos de lado, num primeiro momento, toda a discussão moralista sobre a corrupção, isso naquele momento! Havia corrupção e as provas são evidentes, só que o fato é que o capitalismo vive disso, não há capitalismo sem corrupção, a questão não é corrupção em si, o problema é se o dinheiro da corrupção é reinvestido para criar novas obras, assim é menos mal. O verdadeiro problema existe quando a corrupção é feita para enriquecimento único e o dinheiro é tirado do país. O problema do Brasil hoje é esse, as grandes fortunas não estão no Brasil, estão fora do Brasil. O povo brasileiro trabalha para enriquecer uns quantos que usufruem lá fora. Na época do Juscelino não, se usufruía aqui dentro. Então a máquina, apesar da inflação atingir níveis altíssimos, possibilitava o florescimento da indústria brasileira, o florescimento da cultura. É quando surge o Teatro Novo, com Boal, o CTC da UNE, surge o Cinema Novo, surge a Bossa Nova, ou seja, surge uma explosão da manifestação cultural em seus vários aspectos da pequena burguesia urbana que até então estava abafada, que não tinha forma de expressão. A partir do governo do Juscelino e especialmente no começo da década de 1960, começa haver então essa explosão de criatividade, que se alia a um fenômeno mundial que havia sido a eleição do Papa João XXIII, que cria toda uma nova política e que, de certa forma, abre a discussão da Guerra Fria entre EUA e Rússia e cria uma nova opção, a Terceira Força.

MDH: O senhor pode explicar melhor o porquê desse nome, Terceira Força?

MK: Nós éramos uma Terceira Força, nós não éramos de direita, mas acreditávamos em alguns preceitos combatidos pelo comunismo. Nós não éramos marxistas, mas aceitávamos princípios que setores opostos ao marxismo negavam. Nós tínhamos então uma posição política diferenciada, ou seja, nem marxistas, nem reacionários. Tínhamos uma nova proposta de transformação, de uma nova sociedade. Essa era a forma, na época, que a juventude em Santa Catarina, basicamente em Florianópolis, especialmente a universitária tinha. É importante um parênteses aqui, Santa Catarina naquela época era mais de 50 % rural, a economia catarinense era basicamente rural. Apenas Joinville, Brusque e Blumenau com indústrias têxteis, indústrias operárias e o sul, Criciúma, com minas, mas em Criciúma ocorria um trabalho escravo, aquilo era trabalho escravo. Embora ocorressem nessa época, década 1960, algumas lutas dos mineiros, em Criciúma, realizando algumas greves, e rompendo com a ligação feudalista que até então presidia a relação na fábrica da produção do carvão no sul do estado. Mas, fora desses pólos, Santa Catarina era basicamente produtora de pinhão, de gado, de produtos agrícolas. Em Florianópolis não existia nenhuma indústria, a não ser a fábrica de bordados e o pessoal da Secretaria de Transportes e Obras que fazia a mão de obra para construção de rodovias no estado. Então de repente surge o movimento estudantil, que começa a canalizar a perspectiva de um rompimento da relação de mentalidade agrícola que dominava a pauta política catarinense. O governador era o Celso Ramos, de uma família tradicional de Lages, uma família de criadores de gado. Antes dele, era o pai do Jorge Bornhausen, Irineu Bornhausen, cujo epíteto era o “velho colono”. Isto é, caracterizava-se como colono, o governador Bornhausen, porque era a marca cultural e econômica do estado, era um símbolo de avanço o *cara* se dizer “o velho colono”. Ele mesmo dizia: “o velho colono está de volta”, Na grande campanha de 1960 que opôs exatamente o “velho colono”, Irineu Bornhausen, contra Celso Ramos, que tinha por trás dele o grande ideólogo da revolução cultural e empresarial catarinense, que foi Assis de Abreu, que, não por acaso, havia estudado na Sorbonne e que montou, pela

primeira vez, um plano de metas do governo. Então, toda a campanha do Celso Ramos era uma campanha progressista. Portanto, quem está estudando hoje começa a ver que aquilo foi um período brilhante na formação ideológica dos universitários, porque era a luta exatamente do velho, Irineu Bornhausen, com o novo, Celso Ramos, que era representado por Assis de Abreu, que era um grande ideólogo, não da direita como alguns chamam, não, era um grande ideólogo do que hoje seria o neoliberalismo, uma força avançada em relação ao atraso que havia. O Assis de Abreu realmente foi o responsável pela concepção de governo que foi implantada com a eleição do Celso. Ele, o Celso, criou empreendimentos que transformaram Santa Catarina como, por exemplo, a Udesc [Universidade do Estado de Santa Catarina], o Besc [Banco do Estado de Santa Catarina]. Todas as grandes empresas catarinenses que hoje existem foram criadas naquele período, numa concepção neoliberal, se assim quisermos chamar, mas uma concepção de transformação gradual do eixo econômico e ideológico do Estado. Então, neste quadro daqueles que vieram a compor a Terceira Força, que vieram nos anos seguintes a compor os quadros de direção do Estado, formaram como alunos na prática do Assis de Abreu, desta mentalidade nova que ele representava aqui em Santa Catarina como fazendo parte de um movimento maior implantado por Juscelino.

MDH: Grande Mudança na época então?

MK: Houve toda uma revolução nesse período, pois a juventude brasileira explode em criatividade. Os grandes nomes de hoje, seja na televisão, cinema, música, teatro, a cultura em geral surgiram naquele momento. Principalmente em Santa Catarina, Florianópolis, que, como já disse, era a única cidade do estado com universidade. Esse universo estudantil que compunha a Terceira Força desemboca, em 1963, na AP [Ação Popular]. Que era formada basicamente pelo pessoal da área do Direito, aglutinava poucos da área de Medicina e de engenharia, que naquele momento estavam sendo formados, isto é, as Faculdades de Medicina e Engenharia estavam sendo criadas naquele período, em 1962, 1963. Havia também uma grande quantidade de pessoas ligadas à Odontologia e Economia e menos Farmácia e menos Filosofia. Neste quadro, voltando um pouco a 1961, eu saio como

candidato à presidência da UCE, pela Terceira Força e novamente ganhamos da Renovação Acadêmica e colocamos em funcionamento o restaurante universitário. A partir daí, surgiu uma nova referência geográfica para o movimento estudantil, que passou a ser o salão da UCE, a UCE ficava no local do refeitório, na parte de cima, que nós concluímos, então passou a ser o local de assembleias e bailes, salão de assembleias, de reuniões e bailes, praticamente todos os sábados havia bailes, encontros estudantis, enfim, passou a ser o local que congregava estudantes.

MDH: O senhor, nesse período, era anticomunista?

MK: Não, apesar de haver derrotado a Renovação que era o braço estudantil do PC, eu não era anticomunista. Era católico e militava junto, mas não era o anticomunista de cruz na testa e água benta contra os comunistas. Tinha um bom relacionamento com eles, assisti a algumas reuniões da célula estudantil deles, já como presidente da UCE. Mantínhamos um bom relacionamento e o PC continuava comandando o centro acadêmico da faculdade de Direito. Então, tínhamos um bom relacionamento pessoal. Em seguida, surge a renúncia do Jânio. Agora me lembro de coisas interessantes sobre esse episódio [risos].

MDH: Pode comentar algo sobre o que o senhor chama de interessante?

MK: Nós tínhamos programado uma semana de debates para Agosto, nós da UCE com a participação do centro acadêmico de da faculdade de Direito. Então surge a notícia da renúncia do Jânio. Nós instalamos um serviço de alto-falantes na sede da UCE com dois alto-falantes, um voltado para o mar, não te esqueças que naquele momento não havia o aterro [da Baía Sul] e tu via navios ancorados próximos do costão, e o outro falante ficou voltado em direção a praça XV de novembro. Então é claro que começamos a fazer a defesa da legalidade. No momento que soubemos da renúncia, nós estávamos no aeroporto numa comissão ampla da qual fazia parte também o Salim Miguel, no momento já um afamado escritor e dono de uma livraria, a livraria Anita Garibaldi que ficava ali no centro da cidade, perto da praça XV. Agora eu me lembrei de uma história que eu não resisto [risos].

MDH: Pode contar a história?

MK: Aproveita-se a história ou não, mas acontece que o fato é que eu havia comprado nesta livraria, do Salim Miguel, uma coleção do Capital de Karl Marx, só que na lombada do livro estava apenas escrito “O Capital”. Havia comprado também um livro de um autor chamado Paul Sweezy cujo título era “Socialismo”. E o engraçado é que quando do golpe de 64, a polícia invadiu o quarto na pensão onde eu morava e levou o livro do Paul Sweezy. Levaram o livro chamado Socialismo de Paul Sweezy porque era subversivo, e o Capital, como não tinha o nome de Marx podia, não podia era o socialismo. Estava no Rio nessa época. Mas nunca me esqueço disso, realmente os *caras* tinham um nível cultural muito bom.

MDH: E a história do aeroporto?

MK: Voltando ao período da renúncia do Jânio, nos estávamos no aeroporto com uma comissão que era composta por Ernani Bayer, que era presidente do centro acadêmico [da faculdade de Direito], depois ele veio a ser chefe da assessoria do reitor e mais tarde reitor da UFSC, parece que atualmente está em Brasília. Tinha também outras lideranças ali juntamente com o Salim Miguel. Nós fomos recepcionar um deputado federal, Max da Costa Santos [PTB/RJ] que vinha fazer uma palestra aqui no [teatro] Álvaro de Carvalho. Estávamos no aeroporto quando veio a notícia dada por um soldado da aeronáutica, que veio dizer que o Jânio havia renunciado e que era pra nós aguardarmos que o comandante da base aérea estava ali para falar conosco. Nós não podíamos sair porque estávamos esperando o deputado. Então ele desceu do avião já sabendo da notícia, então nós discutimos e decidimos que a melhor coisa era ele pegar o avião e ir até Porto Alegre, porque o avião ia até Porto Alegre, e nós iríamos para o centro para tentar armar a resistência e saber o que estava acontecendo. E aí esperamos o avião levantar voo, fomos para o centro, instalamos um serviço de alto-falantes e conseguimos um aparelho de som ligados na [rádio] Guaíba, de Porto Alegre, que comandava a rede da legalidade, que foi imediatamente instituída pelo Brizola, à época governador do RS. Transmitíamos então ora o programa da rádio Guaíba, ora programas nossos. Pois, organizávamos comícios, discursos e manifestações

na [rua] Álvaro de Carvalho, etc. Esse foi um período muito fértil, pois conseguimos mobilizar a sociedade catarinense contra o golpe. Inclusive, por consequência dessa mobilização, o governador Celso Ramos nos chamou para uma conversa. Mas, o que o assessor dele nos pediu de fato foi o seguinte: “Pelo amor de deus, virem os alto-falantes para o outro lado (lado oposto ao palácio do governo, visto que os mesmos se encontravam virado para esse), porque o som vem todo para cá e não conseguimos trabalhar.” Foi algo, na verdade, assim de como quem diz, pô, eu estou com vocês também, mas vamos aguentar as pontas um pouquinho. Realmente, eu posso dizer que não sofremos por parte do governo do Estado nenhuma ação repressiva ou repressora. Embora, o secretário de segurança era um tipo mais a direita que o cara que inventou a direita, tentou infiltrar várias pessoas no movimento, e o comandante do quinto distrito naval nos chamou e ordenou que tirássemos os alto-falantes. Mas dissemos que não, que não tiraríamos nada. Foi um período difícil, pois soubemos em uma tarde de um dia dessa semana que o comando do quinto distrito naval havia decidido tomar e se fosse necessário bombardear a ponte Hercílio Luz. Esse é um episódio que vocês devem explorar com mais pessoas que na participaram na época.

MDH: Isso foi em 1961 ou 1962?

MK: Isso foi em 1961. Agosto de 1961, na renúncia do Jânio. Nesse momento, o arcebispo titular de Florianópolis era Dom Joaquim, que era português e não se misturava com o povo. E era arcebispo auxiliar Dom Felício da Cunha Vasconcelos, que era muito acessível. Tinha-se muito fácil acesso a ele. Então, uma comissão foi conversar com ele para expor o assunto, perguntar o que fazer visto que estávamos desesperados. Ele se prontificou em ir paramentado como arcebispo, sentar no meio da ponte para ajudar na vigilância. A notícia se espalhou porque nós anunciamos. No fim, ele não chegou a ir, nem nós. Só que esta foi uma grande vitória porque imediatamente o quinto distrito naval desmentiu e alegou que não iam fazer nada. O fato concreto foi que a notícia correu. E que eles eram capazes de fazer, eram! Nunca tivemos dúvida quanto a isso. O movimento estudantil teve uma importância grande, então, porque esse serviço de alto-falantes

funcionava, eu não digo vinte e quatro horas mas, quase o dia inteiro. De manhã a noite divulgando informações. Ligado à rede da legalidade, com discursos. Fizemos várias manifestações utilizando esse serviço, inclusive uma manifestação com a participação de parlamentares, como o deputado [Evilásio] Caon. Enfim, todo o pessoal de esquerda vinha se solidarizar conosco no restaurante universitário, que era o grande ponto de atração e congregação de quem estava contra a junta militar que havia assumido o poder naquele vazio com a renúncia do Jânio. Aí, um belo dia resolvemos fazer uma passeata, anunciávamos a passeata pelos alto-falantes quando, de repente, na confluência da rua Tenente Silveira com a Álvaro de Carvalho foi postada uma unidade do batalhão de infantaria do exército do estreito. Porque quem visualiza a parte de cima da Álvaro de Carvalho vê que a parte de cima dela é entrecortada pela Rua Tenente Silveira e a parte de baixo pela Felipe Schmidt. E, em baixo, na confluência da Álvaro de Carvalho com a Felipe Schmidt foi colocado um batalhão de marinheiros da escola de aprendiz de marinheiros. Havia uma diferença entre as duas unidades que era a seguinte, na parte de cima tinha soldados que já estavam há um ano de exercícios militares e com comandantes, sargento e capitão, que sabiam o que estavam fazendo, então tu olhava pra eles e sentia, não digo medo, também não segurança, mas havia uma tranquilidade em relação ao que eles podiam fazer. Já na parte de baixo, era uma unidade de recém incorporados a Marinha, com metralhadoras que os *caras* não sabiam nem segurar direito e apontando pra gente. Dizíamos então: “P... virem esta m..., pois pode disparar.” O comandante desta unidade era um capitão de fragata ou corveta, enfim, um capitão da Marinha, e o *cara* estava visivelmente exaltado, dizendo que nós não poderíamos sair e fazia ameaças. Nós estávamos prontos pára fazer uma passeata dizendo que íamos até o palácio do governo. Aí fomos recorrer ao capitão que comandava a unidade do exército, e até então ele não havia aparecido, quando ele aparece então descobrimos que, por acaso, ele era um acadêmico de Direito.

MDH: Alguém sabia que tinha um acadêmico de Direito no exército?

MK: Não, ninguém sabia que ele era do exército. Ele era civil e não tinha motivos para ficar dizendo que era do exército. Então nesse

momento, ele aparece fardado. Então falamos com ele e ele disse: “Eu to cumprindo ordens.” Nós respondemos a ele: “Tudo bem, mas conversa com o *cara* lá embaixo que o *cara* ta doido”. Eu nunca me esqueço do fato, pois ele desceu a Álvaro de Carvalho e foi falar com o capitão [da Marinha], e o capitão disse: “Se eles derem mais um passo eu dou um tiro.” E ele de imediato: “E tu levas o segundo!” Então o *cara* parou, olhou, e ele continuou: “Deixa os meninos saírem que eu me responsabilizo, não vai acontecer nada.” Aí o *cara* da Marinha percebeu que realmente não ia levar a melhor, então os marinheiros se afastaram e nós Fizemos a manifestação. Fomos até o palácio, demos a volta pela praça XV. Realmente não aconteceu nada de extremo, a não ser pelo fato de termos perturbado o trânsito, os motoristas não devem ter gostado... [risos]. Mas, eu nunca me esqueço mesmo foi do diálogo: “Dás o primeiro e levas o segundo”. Com aquela certeza, isso nos deu a segurança de que o *cara* estava realmente certo de que a coisa não ia ficar *estranha*, não que ele estivesse do nosso lado, só que ele percebeu que era um absurdo dá um tiro porque estávamos fazendo uma manifestação a favor da constitucionalidade da posse do Jango, esse era o mote, pois a posse do Jango era constitucional e o golpe era inconstitucional. Demorei-me nesse fato para marcar que neste período houve várias manifestações, inclusive da esquerda, pois a Terceira Força não era da esquerda, o PC era da esquerda, na época de eleição cada um tinha seu candidato, mas nunca, que eu me lembre, nós nos ofendemos, a não ser por aquelas piadinhas: “ah, os comunistas comem criancinhas”. Eles brincavam: “você são beatos, tomam água benta”. Éramos todos amigos e não sabíamos, não tínhamos a dimensão histórica de que nós estávamos construindo algo realmente muito importante, que foi a própria, talvez muita gente se espante, a própria consolidação da universidade federal na área da Trindade. Pouca gente sabe que isso foi graças a nossa luta em comum, porque aquele movimento de algumas cabeças pensantes era fazer uma universidade aqui no centro, inclusive onde hoje é o quarto batalhão na Bocaiúva, que foi sede da reitoria por algum tempo, se chamava Chácara da Avó Lenda, era pra ser lá a sede da universidade e a universidade ser espalhada pelos vários prédios que já tinham aqui na cidade. E nós conseguimos fazer com que a universidade fosse

implantada na Trindade contra toda a oposição, inclusive do reitor, que era o [João David] Ferreira Lima, ele não queria. Inclusive, ele chegou a dizer em uma ocasião na faculdade de Direito que os pais do interior não deixariam suas filhas virem estudar num ermo daquele. [risos]. Quando ele disse isso, todo mundo caiu na gargalhada, pois ninguém imaginava um argumento desses. Tudo bem que a Trindade era uma birro distante naquela época, tinha dia que havia condução de manhã somente, no outro a tarde. Mas ninguém esperava esse argumento [risos]. Bom, mas todo esse quadro que eu pintei é só pra expressar as lutas estudantis da década de 1960. Tinha a luta por um terço, isto é, que os estudantes deveriam ter um terço de representação nas decisões, a luta contra a reforma universitária que foi imposta, que foi a grande joça da ditadura na área cultural acabando com toda a evolução da cultura do brasileiro, um atraso de duzentos anos. Somente agora, agora que eu digo há uns cinco anos e não mais que isso. Agora é que se começa a recuperar toda a criatividade que havia no meio universitário antes da maldita reforma universitária e da imposição da ditadura no meio universitário, inclusive com a supressão dos movimentos estudantis. Os centros acadêmicos foram fechados e, com isso, impostas restrições de cima pra baixo. O restaurante universitário da Álvaro de Carvalho foi fechado nessa época, exatamente porque o restaurante universitário era o centro em que pelo menos ma vez por dia, na hora do almoço, os estudantes universitários e secundaristas se encontravam e então havia todo um centro democrático de troca de ideias, de expansão e etc. etc. Isto em termos de movimento estudantil.

MDH: Entrando mais em 1964...

MK: Com a própria chegada ao poder pelos militares em 64, se extingue toda a participação política, adulta e estudantil, e a AP, começa a surgir e a JUC [Juventude Universitária Católica] começa a desaparecer, não é bem que ela desaparece, o que ocorre é que a grande parte dos *jucistas* e *jecistas*, estes do JEC [Juventude Estudantil Católica] que era composto por secundaristas, se forma e não tinha mais como continuar organizado, pois a JUC era, queira-se ou não, uma forma de organização, tinha reuniões periódicas, tinha um coordenador, tinha um local de reuniões, tinha tema para debate. Claro, era um movimento

católico sim, mas não necessariamente debatia só questões católicas, pelo contrário, era muito mais a missão do cristão na sociedade, como participar e etc. Acontece então que esse pessoal ia se formando e iam para outros lados, e aí que a própria hierarquia da Igreja começa a se sentir ameaçada e ultrapassada, pois não tinha mais comando sobre os integrantes do movimento, é claro, pois o movimento já era suficientemente grande e maduro para não aceitar imposições políticas. Surge então, ainda por falta de opção na esquerda, já que havia o PC, que era a força expressiva nacional e, em alguns estados, mas com pouca penetração pelo Brasil, o PCdoB que tinha expressão em Minas, São Paulo e Rio, e a partir daí eram uns “gatos pingados” aqui e acolá. Havia alguns movimentos trotskistas. O movimento trotskista sempre teve uma qualidade, os vários grupos eram basicamente intelectuais, a grande virtude do movimento Trotskista foi gerar a participação de pessoas com um bom nível cultural, bom nível de formação e que estudavam muito, se aprofundavam etc. Mas por alguma razão, que eu não sei explicar agora, era gente de pouca prática de dia a dia, era mais gente de se dedicar a formação teórica e não da prática do dia a dia como acontecia com o pessoal do PC e com o movimento estudantil em geral, além da turma do PCdoB. Então, por necessidade de ter no local um grupo, outra organização além dessas é que começa a surgir a AP [Ação Popular], surge em Minas, em São Paulo, no Rio. E aqui eu fui um dos criadores da AP que era da Terceira Força, mas nem todos que eram da Terceira Força passaram para a Ação Popular.

MDH: Em que ano a AP surge precisamente aqui?

MK: Surge em 1963. Ela surge no Brasil entre 1962 e 1963, mas ela se firma aqui mesmo em 1963. Ela demora um pouco para se firmar aqui porque o grande problema, se é que se pode chamar de problema, era que Florianópolis continuava a ser uma cidade composta basicamente pelo funcionalismo público. E funcionário público aqui [em Florianópolis] como em Lages, na Conchichina, no Japão, na Suécia, na Suíça, em Marte tem a mesma mentalidade, é estereótipo e acabou a história. Entra ali, tem aquela visão de que já sabe que vai morrer dali a trinta anos naquela função, então ele não tem muita ambição. Porque quando tem muita ambição o *cara* deixa de ser funcionário público

e vai ser outra coisa na vida. Então como a cidade era basicamente de funcionalismo público, o movimento estudantil formava-se e não tinha, conforme a área, não tinha mais o que fazer aqui, tinha que sair. Por exemplo, o movimento secundarista [JEC], era um movimento forte com nomes como os de Políbio Braga, Hecher eram pessoas de alta combatividade no movimento secundarista, vão para o movimento universitário, mas se formam e vão fazer o quê? Voltam para suas bases, um vai ser advogado, outro vai ser médico, jornalista. Todos muito bons na sua área de atuação só que vão perdendo a ligação até com o movimento em si. Então estamos em 1962 quando a AP vai se instituindo nacionalmente, mas o pessoal daqui ainda concentrando com predominância os usos e costumes da Terceira Força. Era mais fácil dizer que se era de Terceira Força, que já era um movimento conhecido no meio acadêmico, do que dizer que sou da AP. “Mas que Diabos é AP”, muitos perguntariam. Aí iam ter que começar a explicar do começo, então era mais fácil dizer que se era da Terceira Força, até porque a AP já tinha exigido uma disciplina interna, a AP já tinha toda uma estrutura, já buscava uma organização que um pouco depois veio se consolidar como sendo um movimento de ação do tipo leninista. Eu explico isso, existiam dois tipos de organização política, basicamente dois tipos, existe a organização leninista, essa organização se funda em movimento de células, grupos de no máximo sete pessoas, em geral é cinco, mas até sete pessoas de uma mesma área de interesse, por exemplo, metalúrgicos, professores, acadêmicos, enfim, escritores de uma mesma área de preferência até para poder aprofundar o interesse da sua área na linha geral. Cada número de determinado de células varia conforme o local, conforme a estrutura, mas digamos no mínimo três células formam uma unidade de comando de uma determinada área, por exemplo, em termos universitários é possível que haja uma célula universitária do pessoal da área do Direito, uma da área de Filosofia, uma da área de Economia, uma da área de Odontologia e o conjunto disso seja a célula dirigente da universidade ou da área de humanas, ou de outras áreas enfim. Vai sempre crescendo uma pirâmide. Vamos supor que na universidade federal existam dez comandos de células nas várias áreas da universidade, mas essas células não estão isoladas, elas estão ligadas a universidade de Itajaí, a

universidade de Blumenau, ou seja, há um comando que supervisiona a área acadêmica digamos, até chegar então em cima, na organização que reúne representantes das várias células, dos vários grupos nos quais se dividem entidades. A diferença é a seguinte, quando você participa de uma organização do tipo leninista, você sabe que participam com você da organização aquelas cinco ou sete pessoas que estão com você naquela célula, você não conhece mais ninguém, não sabe se o vizinho do lado, ou se o *cara* da outra sala, ou se o vizinho de porta do seu apartamento pertence a sua organização ou não. Somente no caso da universidade, por razões óbvias você acaba sabendo, pois estuda com eles. Mas fora dali você só conhece pelo nome de guerra e somente uma pessoa da célula conhece o dirigente acima e só uma pessoa, às vezes é a mesma, conhece uma pessoa da célula abaixo ou do lado de tal forma que se o Pedro [nome fictício] da faculdade xis vier a ser preso, o máximo que ele pode fazer sob tortura é dizer que conhece o João, o Manuel e a Maria. Agente não sabe quem está lá em cima e quem está lá embaixo. É por isso que as organizações leninistas no mundo inteiro e especialmente no Brasil, PC, PCdoB e AP, não foram extintas pela repressão. Enquanto as organizações do tipo foquistas foram extintas, todas foram extintas. Por quê? Porque elas são abertas, eram abertas. Um exemplo, quem conhece essa história vai saber a quem eu me refiro, quando uma determinada pessoa foi presa e torturada sabia onde, a que horas e como o Marighela ia estar. A repressão torturou essa pessoa e essa pessoa abriu o jogo. O Marighela era o chefe da organização e ele foi morto por causa disso. Na AP jamais aconteceu isso, no PC do B jamais aconteceu isso, a mesma coisa no PC. Houve, sim, erros de segurança no PC assim como no PCdoB, de forma que numa reunião do PCdoB em São Paulo, por traição de uma pessoa que estava no grupo a polícia foi até lá e prendeu todo o grupo, ou seja, toda a direção do PCdoB foi presa, Aldo Arantes foi preso, mas foi por causa de traição de um *cara* que estava dentro do grupo, não de alguém de fora do grupo, isto é, era um que estava no comando. Nas organizações foquistas, em todas elas todo mundo conhecia todo mundo e as ações não tinham a rigidez de segurança que tinham as organizações do tipo leninista.

MDH: O senhor pode detalhar um pouco melhor isso em Santa Catarina?

MK: No caso de AP, voltando mais a Santa Catarina naquele período, a Terceira Força era aberta, todos conheciam os integrantes desse movimento, já a AP era fechada, embora as mesmas pessoas da Terceira força estivessem ali também. Mas os *caras* da Terceira Força não sabiam quem era da AP. Sabiam que eu era, porque eu era um dos *caras* nacionais, bem conhecido, porque era de Santa Catarina, um dos poucos de Santa Catarina que tinham circulação nacional, tinha sido presidente da UCE, tinha passado em vários movimentos, contudo as pessoas não sabiam que fulano, sicrano e beltrano eram de AP. Como essas pessoas hoje em dia não reconhecem ter sido, eu não vou citar o nome delas para não fazer propaganda de graça, mas acontece que tinha algumas pessoas que participavam do núcleo da AP daqui e as outras pessoas as conheciam como sendo da Terceira Força apenas. Nós não dizíamos quem eram por uma questão exatamente de segurança.

MDH: Esse período da AP está ligado com Paulo Stuart Wright?

MK: Eu me referi a 1963, ano em que a AP estava se consolidando em Santa Catarina, e o Paulo Wright era um dos integrantes da AP. Hoje em dia até o José Serra diz que foi ele que levou o Paulo para a AP. Aliás, tem uma piadinha do Quino, que é um dos grandes humoristas universais. O Quino é o criador do personagem de quadrinhos Mafalda, e tem uma tirinha de quadrinho da Mafalda que tem um personagem que está meio desintonizado do mundo e a Mafalda então explica a ele que o mundo já existia antes dele nascer e ele que tem o cabelo como uma folha de alface, ele olha para a Mafalda e responde: E pra quê? Pra mim, isso representa exatamente a trajetória do Serra na vida política brasileira, pra quê que o mundo existia antes dele aparecer? [ironia]. Tudo gira em torno dele, ele que levou o Paulo para a AP. Ele fez não sei o quê. Não, não é verdade, é mentira. O Paulo já era de AP. O Paulo era de um grupo de cristãos ligado a uma determinada igreja de São Paulo, do núcleo de jovens cristãos desta igreja e veio para Santa Catarina para ser pastor em Joaçaba. Então em Joaçaba mesmo, devido a sua atuação, ele entrou na vida política,

foi eleito deputado e veio para Florianópolis. Quem deu apoio a ele, e isso é algo muito interessante, quem deu o apoio institucional a ele quando ele assumiu como deputado aqui foi o PC através da Eliane Marinho, que era funcionária da Assembleia [Legislativa] e que foi trabalhar com ele [Wright]. Eliane Marinho foi uma das grandes figuras da época que estiveram junto ao Paulo. Em pouco tempo entramos em contato e ficamos amigos, pessoalmente eu dele, e fizemos alguns trabalhos. E ele criou um movimento chamado Fecopesca, que é a Federação das cooperativas de pescadores, pois até então só havia as pequenas organizações de pescadores que era um movimento institucionalizado, um movimento do poder público, do governo. Então os pescadores mesmo dentro dessas organizações necessitavam de apoio para poder desenvolver suas atividades. Ele [Wright] então começa a criar, ao longo do litoral catarinense, vários núcleos de cooperativas, porque com a organização via cooperativa eles poderiam obter recursos públicos para poder investir, para poder comprar barcos, porque eles trabalhavam na pesca de uma forma não de escravidão, mas como servos, poderíamos chamá-los de ‘servos da canoa’, pois eles não tinham dinheiro para comprar redes ou qualquer outro dos instrumentos necessários para pesca ou até mesmo não possuíam, muitas vezes, dinheiro para colocar motor na canoa. Então existia um atravessador que vinha e bancava o que eles precisassem e todo o produto da pesca dos pescadores era vendido pelo atravessador e os *caras* ganhavam uma mixaria, uma verdadeira ninharia. Mas, com a organização das cooperativas eles conseguiram então se estruturar de forma a obter financiamentos para poder adquirir os equipamentos etc. esse foi realmente um movimento muito bom, que cresceu bastante e o Paulo, na qualidade de deputado conseguiu uma banca no mercado público, era a banca da Fecopesca. Então os pescadores que já haviam organizado a sua cooperativa poderiam enviar de vários pontos do litoral, o produto pra cá [Florianópolis] para a banca do mercado, que ia ser comercializado também pescadores daqui com uma margem de ganho muito maior do que eles ganhavam antes. Então, entre outros trabalhos como deputado, ele desenvolve esse trabalho de criação de cooperativas ao longo do litoral.

MDH: Avançando um pouco a 1964...

MK: Agora vamos dar um pequeno salto no tempo. Eu passei o segundo semestre de 1963 em Goiás, fazendo um trabalho político junto ao sindicato rural. Então eu voltei para fazer os exames finais da faculdade de Direito e, em janeiro de 1964, nos encontramos: Paulo Wright, eu e o padre Alívio, que era um português ligado a AP que veio para Florianópolis ao encontro do Paulo para viajarmos pelo litoral catarinense, começando do norte e indo até o sul, para conhecermos o trabalho junto às cooperativas e tomar o pulso de como é que estava a situação no estado. Naquela época o Brasil estava muito tumultuado, tanto as esquerdas, de uma maneira geral, como as diretas, também de uma maneira geral, estavam fervilhando, uma tentando derrubar a outra e a conspiração comia solta. Por isso, a ideia era fazer uma viagem para tomar o pulso e saber o que estava acontecendo no litoral de Santa Catarina, essa viagem seria feita na qualidade de AP, pois nós três éramos de AP. Para encurtar a história, não levamos um mês, pois começamos três ou quatro de janeiro e fomos até o final do mesmo mês. Percorremos do norte do litoral catarinense, da fronteira com o Paraná até a fronteira com o Rio Grande do Sul, todas as colônias de pescadores, onde havia uma colônia de pescadores nós fizemos uma parada e palestramos. Mas não conseguimos realizar em paz uma atividade! Pois em todas elas haviam salões cheios, como cinemas, teatros ou praças públicas repletas de gente e de repente provocações e ameaça de os *caras* partirem para cima de nós. Eu me lembro de algo que foi recorrente em três lugares, estávamos no meio de uma sessão quando deu um tumulto de algumas pessoas querendo nos agredir e então levanta o Paulo de um lado segurando uma 45, do outro lado o Alívio segurando uma 45 também e eu no meio caminhando, o Alívio com a mão firme segurando a arma disse: O primeiro que der um passo leva tiro.” Depois da terceira vez que aconteceu isso nós voltamos a Florianópolis e fizemos uma reunião no salão de cima da UCE e o levantamento feito na reunião foi quer ia ter golpe no Brasil. Foi o que aconteceu logo. Essa informação nós íamos informar ao comando nacional de AP, naquela época chamava-se assim. Chegamos a essa conclusão através das informações que recebemos, principalmente do pessoal que havia estado no oeste de Santa Catarina. Também

estava tudo fervilhando e a direita, os reacionários estavam muito bem organizados, já a esquerda fazia discursos adoidados, praticamente sem organização nenhuma e achava que estava no poder. Um pouco depois disso, em Março, há aquele famoso comício das lavadeiras, comício de 13 de março em que só havia tanques e trouxas na rua. Tinha os tanques do exército e também os trouxas que foram lá aplaudir o Jango fazer discurso sobre as reformas de base. No auge do comício o Luiz Carlos Prestes surge e fala: “ Já estamos no poder, agora vamos consolidar o poder.” Luiz Carlos Prestes é outra figura [ironia]. No meio desses acontecimentos os dois [Paulo e Alívio] viajaram para o Rio para finalizar a Ação Popular, para começar a tomar providências em relação ao golpe que vinha, pois estava um golpe latente e o golpe teria o apoio popular. Eu fiquei aqui em Florianópolis e fui chamado pela AP para ir para o Rio só em fevereiro, porque nesse momento se reunia em São Luis do Maranhão um congresso internacional de estudantes com várias entidades internacionais e quem estava organizando o congresso era a UNE. A diretoria da UNE era um misto de AP, PC e PCdoB, era uma frente única. Acontece é que havia um problema, é que a diretoria toda iria para o Congresso e era necessário ficar alguém no Rio para informar à diretoria o que estava acontecendo no resto do Brasil. Então a diretoria chegou ao acordo de que a única hipótese de haver sossego entre as três forças seria cada uma indicar um representante. O PC indicou um *cara* do Rio, Souza, O PCdoB indicou um cara de São Paulo e a AP me indicou. Mandaram um fulano vim me avisar que eu deveria ir para o Rio imediatamente, eu questionei como assim, pois eu havia acabado de chegar de viagem. Ele respondeu que era palavra de ordem. Em organização de esquerda, principalmente organização leninista se existe uma coisa que não se discute é palavra de ordem. Palavra de ordem se cumpre, embora possa se discordar dela, ela deve ser cumprida. Eu fui para o Rio, por isso que no dia do golpe eu não estava em Florianópolis, eu estava no Rio na sede da UNE. Éramos cinco pessoas e ficamos até o final, saímos às cinco da tarde por uma saída secreta. A sede da UNE havia sido, no período um pouco anterior a guerra, a sede da embaixada alemã, por isso havia saídas secretas, já em 63, naquele período conturbado, já se sabia da existência dessas passagens que dariam numa rua

afastada dali. Foi exatamente esse esquema que nós usamos, apesar das pessoas dos edifícios ficarem jogando garrafas, nossa sorte é que eles tinham péssima pontaria. Saímos da sede só quando começaram a tocar fogo nela. Saímos daquele local e fomos para a casa de um pessoal. Eu achava graça quando a TV noticiava que foram achadas muitas garrafas de coquetel molotov na sede da UNE. Eu ria, pois era uma grande mentira, não tinha nada. Uns quinze dias anteriores ao golpe de primeiro de Abril ficou claro que aquilo que havíamos percebido em Santa Catarina estava ocorrendo no Brasil inteiro, só que a esquerda, de uma maneira geral, ficou igual a avestruz quando vê perigo, a avestruz quando vê o perigo enterra a cabeça na areia. A esquerda enterrou o pescoço e serve a fala do Brizola: “Se é direita mostrar a sua cabeça que nós a cortaremos!” Mostrou cabeça, corpo membro, tomou o poder e acabou a brincadeira. A esquerda acreditava muito em fantasia, em chapeuzinho vermelho, e não estava preparada. Na verdade, a direita também como um todo não estava preparada, mas alguns setores de direita estavam preparados, tanto é que deram o golpe e de uma forma vergonhosa, pois botaram para correr todo o primeiro exército com uma tropa de recrutas recém incorporados. Claro que é aquela história de quantos homens se dispõe, lógico que quem tem mais ganha, foi assim que o Mourão Filho tomou o Rio de Janeiro, pois tinha mais soldados que as forças que eram despachadas para contê-lo.

MDH: Neste momento o Paulo Wright voltou a Santa Catarina?

MK: O Paulo Wright continuou em Santa Catarina até o momento em que ficou impossível para o pessoal que estava aqui oferecer segurança a ele. Então o Paulo sai daqui [Florianópolis] e entra na clandestinidade. Daí, junto com Eduardo Pacheco, Jair Rosa e com o Betinho, começa a reorganizar a AP para enfrentar o golpe militar. Até então a organização estava um pouco diluída. Nesse momento, reorganizaram a estrutura e, a partir de um comando nacional, tornaram a AP necessariamente um movimento de esquerda.

MDH: E o senhor continuava no Rio?

MK: Sim, com o golpe de abril eu não podia voltar, pois sabia que

se voltasse para Florianópolis seria preso, como vários amigos meus. Por isso, eu continuei no Rio de Janeiro e no final do ano, no final de 1964, comecei a advogar no Rio. Inclusive ajudei a fazer trabalhos em favelas cariocas, ajudei a formar a associação de favelas, posteriormente a confederação de associações de favelas. Mais tarde um pouco, em 1966, eu me mudo para Volta Redonda para fazer um trabalho de AP. Trabalho esse que é desbaratado pela polícia em 1968, várias pessoas foram presas e eu entrei na clandestinidade. Fiquei mais um tempo no Rio e depois fui para São Paulo, continuei na clandestinidade e comecei a trabalhar vendendo queijo, comprava queijo e outros produtos no mercado e vendia na vizinhança. Pois antes desse momento eu fui preso em São Paulo mesmo, estamos falando de 68, fui preso e torturado pelo Dop, mas como ainda não havia uma articulação entre as polícias, não havia a OBAN, e eu consegui sair da prisão antes disso, pois portava toda uma estrutura de documentos “frios”. Aí vem 1969, e a polícia, esse sistema repressor, tinha feito uma política de ataque as varias organizações de esquerda e começou atacando exatamente as chamadas organizações de ação, que eram várias como, por exemplo, VPR, grupo de Lamarca, grupo do Ferreira Filho. Feita “a limpa”, como eles diziam, dos grupos que faziam o enfretamento militar, partiram pra cima das organizações tipo PC, PCdoB, AP cuja linha, salvo a maluquice do PCdoB no Araguaia, não era de enfrentamento imediato, era de preparação de quadros pára um enfrentamento futuro, ou seja, a diferença básica da linha de ação de AP da linha de ação dos grupos foquistas era que as organizações do tipo foquistas achavam que bastava se armar e sair por aí dando tiros contra a polícia que o povo inteiro tomava consciência, juntava-se a eles e eles derrubavam o poder numa visão deturpada, errada, equivocada e cretina do que fora a Revolução Cubana e do que fora o caso do Vietnã. Isso tudo por causa da influencia de um gajo pequeno burguês chamado Regis Debret que fez um giro pela América Latina bateu um papo de duas horas com Fidel Castro e escreveu um livro chamado Foquismo, que é uma das maiores cretinices e o pior é que teve gente que seguiu, a ideia básica do foco é exatamente isso, você pega um grupo de lutadores para lutar pela liberdade e sai dando tiros e aí o povo te segue, uma coisa que não aconteceu em lugar nenhum,

lugar nenhum do mundo. Enquanto isso, a AP partiu do princípio de que seria uma luta longa, uma luta prolongada, uma luta difícil, uma luta de gerações, e a única forma de enfrentar a direita era você ir preparando os quadros paulatinamente, ir ampliando o raio de ação até o dia de poder aí sim utilizar uma tática de guerrilha. Quando você contasse com dez quadros e o seu inimigo menos aí você enfrentaria, mas se você estivesse com dez quadros e o seu inimigo contasse com vinte ou trinta, aí você não enfrentava, a menos que o seu poder de fogo fosse maior, ou seja, você só enfrentaria para ganhar. Foi isso que se fazia no Vietnã. Estou simplificando, mas a linha era essa. Logo as forças foquistas sendo atacadas e dizimadas pela repressão, restava PC, PCdoB e AP. É quando prendem, então, figuras do PC e do PCdoB, pois como já disse antes, era mais difícil prender pessoas desses grupos devido a estrutura leninista da organização, a menos que alguém traísse, e traísse vergonhosamente a organização. No caso de AP, descobriram que havia alguns nomes “frios” ligados a nomes “quentes”, a nomes reais, e o meu era um deles. Porque como eu era conhecido antes da fundação da AP, eu era conhecido como Marcílio, era conhecido em Santa Catarina e depois vem a AP e eu passo a ser conhecido como Maurício, algumas pessoas que tinham essa ligação foram presas e fizeram para a polícia essa ligação, então a polícia sabia que tinha um *cara* chamado Marcílio, que era de AP, mas eles só sabiam disso, não sabiam mais nada, nem onde eu estava não tinha mais pista nenhuma. Por isso fizeram comigo um artifício que fizeram com muitas outras pessoas, que no meu caso foi me colocar como se eu tivesse sequestrado um avião. Na época esse era o crime mais grave e que valia a pena de morte. Eu estava em São Paulo, quando escuto na rádio que a polícia havia desvendado o primeiro sequestro de avião, era um avião da Varig que havia sido sequestrado de Montevideu para Cuba, passou um ano viajando porque o *cara* tinha autonomia de duas horas de voo e o *cara* que era o comandante da operação do sequestro era eu.

MDH: Desconfiou então que estava com risco de vida?

MK: Eu sabia que isso significava que eles iam me matar. Liguei para o escritório do meu advogado no Rio, que era o Sobral Filho, e o Sobral me disse que realmente já havia recebido a informação e que a polícia

ainda já havia feito a proposta de que se ele me entregasse preso eles garantiriam que não ia acontecer nada comigo. E conforme o que eu dissesse eles me soltariam. Isso foi começo de dezembro de 69, eu me e minha esposa juntamos tudo o que nós tínhamos de dinheiro e fomos para o Chile. Entretanto, agora vou relatar algo que é a primeira vez que eu conto publicamente, em 65 eu havia estado no Chile como advogado, participando de uma série de reuniões sobre organizações de sindicato, organizações dos trabalhadores, etc, portanto já havia tirado o passaporte. Em 68 a AP precisava de passaporte, pois havia várias viagens de quadros de AP que precisavam viajar, mas, no entanto, não podiam porque estavam sendo perseguidos pela polícia. Então o esquema era sair do Brasil e ir para Buenos Aires ou Montevideu e dali pegava um voo para a Europa, então eu cedi meu passaporte para a AP. Quando eu chego ao Chile, dias depois de estar no Chile [em 1969] entro em contato com o pessoal de AP, no Chile mesmo, me identifico, dou a senha, pois havia todo um esquema de senha e contrassenha. O cara, a quem eu procurei, olhava-me meio estranho, na dúvida e tal, sorte que, por acaso, era um sábado, chovia, Santiago estava cheia, os hotéis cheios, pois era véspera de um jogo do final do campeonato chileno, jogava Colo-Colo contra Universidad do Chile, ou seja, Flamengo e Corinthians. A cidade cheia, muita chuva e o cara me olhando, de repente alguém fala: “Porra essa voz é do Marcílio!”. Era o Kinjo um jornalista, que trabalhou na UNE, esteve em Florianópolis, ajudando a fazer jornais, movimento cultural, etc. Ele me reconheceu pela voz e pelo menos naquela noite eu tive onde dormir sem problema nenhum. Tempos depois, meses depois, esse rapaz com quem eu tive o primeiro contato [no Chile] chega e me diz: “Tu não estranhasse aquele dia, o jeito que eu te tratei?” Eu respondi que nunca tinha tocado no assunto porque havia ficado irritado e ia brigar, mas sabia que não adiantava brigar, pois estava chegando. Ele, então, começou a rir e disse: “ta aqui a razão.” Deu-me um envelope, quando ele entregou este envelope, alguém disse cuidado, pois isso é uma bomba só. Eu abri e vi que era um passaporte, abri o passaporte e notei que era o meu passaporte com a foto do Paulo Wright. Foi aí que eu fiz a ligação de porquê que a polícia, apesar de muitos terem falado que Marcílio era Maurício, estava fazendo aquelas acusações a mim. No passaporte, a

partir de Montevideu, onde eram fotografados todos os passaportes brasileiros que iam para a Europa, aparecia que o Paulo havia ido para Paris, e depois de Paris para a Tchecoslováquia e de lá para China, e da China para Praga, de Praga para Paris e, finalmente, de Paris para Montevideu. Quando eu vi os vários carimbos no passaporte eu disse que tinha percebido o motivo pelo qual os *caras* diziam que eu havia sequestrado um avião. Eles sabiam que eu não tinha sequestrado o avião, pois o Sobral Filho havia me dito: “Eles sabem que você não sequestrou o avião, só que eles precisam mostrar serviço.” Eu respondi a ele que mesmo assim eu ia sair do país e ele me apoiou, dizendo que era a melhor coisa que eu fazia. Posteriormente, com a Lei da Anistia, o Sobral defendeu a minha liberação no Supremo Tribunal Federal e... veja como acontecem coisas engraçadas na História, graças ao voto de anistia ser dado a mim, é que o Brizola conseguiu também pelo mesmo motivo, não foi eu que consegui por causa do Brizola, foi ele que conseguiu por minha causa.

MDH: Conte-nos um pouco mais sobre o seu período no Chile.

MK: O povo chileno é um povo maravilhoso, um povo que apresenta uma grande capacidade de estender a mão, de ajudar. Algo interessante é que o chileno não tem medo de concorrência, o chileno não tem medo de que tu te dê bem na vida. Eu cheguei ao Chile e comecei a trabalhar na televisão, por exemplo, e as pessoas me davam ajuda efetiva. Eu estava disputando um cargo que vários chilenos estavam disputando, que era o cargo de chefe da área de produção, havia trinta candidatos para cinco cargos. Então um dia eu comentei com um deles que eu não entendia como eles continuavam a me ajudar se eu também estava concorrendo com eles. Então ele me respondeu assim: “nós partimos do seguinte, se tu estás subindo e nós não, com a nossa ajuda, quando tu chegar lá em cima pode ajudar nós a subir também. Não adianta te puxar para baixo”. Então, comecei a me lembrar que esse era o grande mal de vários setores brasileiros, de pessoas mal formadas ou de mal com a vida. No Chile não acontece isso, podem até dizer que essa é uma visão oportunista, porém eles te ajudam efetivamente e eu posso afirmar que eu fui ajudado de maneira efetiva. Sobre isso ainda vale contar que o vizinho da casa ao lado onde eu morava, e

também o dono da casa, era de direita e sabia que eu era brasileiro, óbvio, sabia que eu era refugiado, que tinha sido condenado, que eu tinha sido preso, enfim, conhecia a minha história. E eu, que tinha conseguido, com a ajuda da Cruz Vermelha, um voo para sair do Chile num sábado de manhã... Chamei então o dono da casa em que eu morava, pois eu pagava o aluguel um mês na frente, dia primeiro eu pagava o mês que ia vencer, eu precisava do dinheiro, eu precisava de pelo menos o depósito porque os golpistas tinham roubado meu dinheiro, os golpistas tinham ficado com meu dinheiro que eu tinha no banco. Como disse, chamei o dono da casa e disse a ele, olha eu vou sair amanhã às nove horas, por favor, chegue à casa no máximo às oito. Então sete e pouco da manhã chega o *cara* [dono da casa], ele olha a casa toda, tinham vários móveis que eu tinha feito, pois minha mulher é arquiteta, ela desenhava e eu fazia os móveis. Ele então enumerou: “os móveis valem tanto, a geladeira tanto, o fogão vale tanto etc. Não adianta eu te dar dinheiro chileno porque não vai servir pra ti, tá aqui oh.” Ele me deu algo como uns três mil dólares. Confesso que foi uma das poucas vezes na minha vida em que as lágrimas vieram assim de uma forma. Se ele esperasse mais dez minutos eu tinha saído e deixado tudo pra ele de graça, geladeira, móveis, fogão, livros, discos, tudo mesmo, pois não tinha como eu levar aquelas coisas. Esse fato mostra que essa história de que de direita é tudo safado e de esquerda é tudo gente fina não é bem assim. Não é, pois depende das pessoas. Desculpe a comparação, mas é como nos filmes de banguê-banguê italiano e os filmes do tipo “aconteceu no oeste”, não existem apenas bandido e mocinho, existem pessoas que agem bem ou agem mal. Esta é a realidade que eu comecei a ver que realmente era verdade. O *cara* não estava se identificando, não era alguém de esquerda que estava se solidarizando com um cara de esquerda, com a bandeira vermelha, o chamado socorro vermelho, não, nada disso. Ele não precisava ter ido lá a casa, ele sabia que eu não ia tocar fogo na casa, pois havia morado lá por três anos. Ele, portanto sabia que a casa ia ficar lá, mas ele foi solidário. Depois, inclusive, eu o encontrei em Portugal e em outros lugares. Por isso, a minha experiência de exílio foi riquíssima, graças a deus eu aprendi, sobrevivi e voltei com a Lei da Anistia. Preferi ficar aqui em Florianópolis porque me agradava mais que outros

lugares. Apreendi, nessa experiência toda, exatamente isso que eu disse a pouco, que a posição das pessoas depende da própria formação, da visão de mundo. Não existe essa de que de esquerda é bom e de direita é mau. Não mesmo, depende da formação, como já falei, e do comprometimento da pessoa com a causa geral da humanidade. Se é de esquerda porque presumivelmente na esquerda estão as ideias de transformação do mundo para uma vida melhor para as pessoas e, também presumivelmente, a direita concentra um conjunto de ideias que consolidam o poder de dominação que prejudicam o conjunto das pessoas. Agora isso não significa que na direita não tenha gente boa e honesta, que procura fazer o melhor possível e na esquerda não tenha safado. Se fosse assim, o Brasil hoje não estaria hoje como nunca esteve na sua história.

MDH: Quando o senhor voltou do exílio, o senhor se envolveu novamente com alguma organização, ou sindicato e também aproveitou e peço para que o senhor faça uma avaliação pessoal de como se encontra hoje o cenário político.

MK: Para falar a verdade, eu tentei. Tentei participar de alguns movimentos quando retornei, mas, com a experiência que eu voltei, experiência de vida, com outras pessoas e por causa da mudança de emprego muito grande que eu tive em vários momentos e que me obrigou a conviver com os mais variados tipos de pessoas, eu me tornei muito crítico em relação a certas coisas. Resgatando hoje na memória, afirmo que houve vários movimentos de oposição ao regime militar em que o pessoal pousou de para-quedas. Por exemplo, o movimento tortura nunca mais é fundamental, tortura não pode existir, tudo bem eu concordo, contudo, algumas ilustres cabeças desse movimento apoiam que não se deve isentar os torturadores da culpa pelos crimes de tortura, eles afirmam que a Lei de Anistia não deve valer para absolver os torturadores de uma pena, pois estes devem pagar pelo que fizeram. Isto vai contra uma visão de mundo que eu tenho, veja bem, não que eu ache que os torturadores devam ser perdoados e devemos esquecer isso. Mas o instrumento utilizado para isso não deve ser esse. Fala-se que se deve fazer algo porque fazem na Argentina, Espanha. Tudo bem, mas na Argentina e na Espanha o instrumento utilizado

para punir torturadores e repressores do povo não foi uma lei aprovada que dava anistia, pelo contrário, foi toda uma forma jurídica de encarar o processo baseada no princípio de que tortura é um crime contra a humanidade e não prescreve. Aí é que está a história, pois se você for levantar a bandeira de que os crimes de tortura não prescreveram por serem crimes contra a humanidade e é em função disso que nós vamos lutar aí sim está correto e eu concordo. Aparentemente é a mesma coisa, tanto faz que o gato seja branco, negro ou pintado, o importante é que ele cace o rato. Eu digo que não! Há uma importância sim de saber qual é a origem do instrumento a ser utilizado. Um instrumento jurídico que vai analisar que os crimes de tortura são crimes contra a humanidade e crimes contra a humanidade não prescrevem. Então eu tenho toda uma política que inclusive envolve gente que estava do lado da margem de cá do rio. Por isso que eu falava antes do banguê-banguê italiano, pois do lado de cá do rio também tem os caras que pegaram soldados do exército e mataram sem nenhum julgamento, só porque o *cara* estava com a farda do exército eles mataram. Esse cara não é torturador? Ah, não, esse cara é de esquerda, espera aí! Aí é que está a gravidade da história, é um crime contra a humanidade. Guerra é guerra, mas há limites na guerra, o prisioneiro tem que ser preservado, não pode ser tratado como inexistente, não importa se é de direita ou de esquerda. Porque se aceito que o prisioneiro é de direita, reacionário e foi preso, e posso torturá-lo, ele vai poder fazer o mesmo, pois está na outra margem do mesmo rio. Cusei a perceber que as pessoas que compõem os vários movimentos perderam um pouco o referencial. Hoje, inclusive, a esquerda está no poder, embora digam que o Lula disse nunca ter sido de esquerda, mas isso é outro papo, o que importa é que o grupo que o apoiava está no poder. Por que os documentos da ditadura nunca foram liberados, por que os vários grupos de esquerda as quais estão ligados essas pessoas não lutam para liberar todos os documentos da ditadura? Até hoje discutem se liberam ou não. Quantos documentos já foram destruídos? Ah não, mas tem que haver uma lei. Que lei? Estamos no poder ou não estamos? Em minha opinião, a esquerda do Brasil não evoluiu além dos reclames de que as Casas Bahia vendem mais barato que o Ponto Frio e de que este tem os melhores preços que as lojas Mariza. Ou seja, não saiu ainda desse

rame rame de que a loja da mãe do Elias vende mais barato porque está vendendo artigo de quinta categoria e não artigo de primeira linha. Se você compra na casa do lado você vai pagar mais caro, mas é artigo de primeira linha, é artigo realmente confeccionado segundo as regras do mercado. A esquerda ainda funciona um pouco daquele jeito “ahh é de esquerda, então é meu”. Não, nós temos que passar por essa peneira, que é a peneira ideológica, e perguntar efetivamente qual é o ideal nosso. Nós queremos realmente um país livre das repressões, livre das corrupções. Então vamos começar a denunciar a corrupção que está no governo hoje. Porque essa história de ficar denunciando a corrupção só no governo FHC, Pedro Álvares Cabral, tudo bem, vamos combater, mas vamos também denunciar hoje. “Ah..., mas é difícil, aí eu posso perder meu cargo.” Por isso tenho evitado engajar nesse movimento, pois nas poucas vezes e reuniões que participei me decepcionei exatamente por isso, tentei colocar algumas coisas, mas as pessoas estão com uma visão diferente e eu respeito o direito que elas têm, mas quero também que respeitem o direito que tenho de participar de uma festa, embora nessa festa eu não me sinta devidamente vestido e preparado. Não sei se a tua indagação foi respondida. É claro que você também pode me questionar por causa da omissão, porém, se tem alguém se afogando com ondas de três, quatro metros, não adianta eu me jogar no mar porque não vou salvar. Primeiro, porque não sei nadar para enfrentar ondas de três metros, segundo, porque não tenho aptidão para enfrentar ondas menores e tentar salvar alguém, pois não tenho essa formação. Eu posso me arriscar, provavelmente morrerei e o problema **não se resolve**. Prefiro ficar na praia e chamar socorro do que me arriscar numa aventura. Essa é minha visão, e, é claro, há quem discorde. Em geral, quem discorda está na arquibancada com a boa desculpa de que não dá tempo para descer. Mas isso é outro papo.

ENTREVISTA 8

Entrevistada: MARLENE SOCCAS (MS)

Entrevistadores: ALEXANDRO ANTUNES

VAGNER BONI

Entrevista concedida ao MDH em 16/6/2008

MDH: Para começar, conte-nos o seu nome, origem familiar e formação escolar.

MS: Meu nome de nascimento é Marlene de Souza Soccas, praticamente o nome do meu pai, Lugero de Souza Soccas. Minha mãe é Amélia Cunha de Souza Soccas, eu não fiquei com o Cunha da minha mãe. Fui casada duas vezes, o primeiro em Joinville, em 1957 ou 58, com Vitor Rodrigues Starrun, durou somente um ano e meio, porque ele era violento, me batia, e eu não estava disposta a ter uma vida daquele jeito porque no lar onde eu vivi desde criança, não existia esse desrespeito para com o outro, era um ambiente democrático em casa, era um ambiente de muito respeito e carinho, ninguém dizia palavrão lá na minha família, ninguém nos irmãos e os primos não se batiam. No máximo briga de crianças, muito momentânea. Portanto, não estava acostumada com esse tipo de tratamento, e me vi frente a frente com ele nessa situação. Para mim o casamento terminou ali. Casei a segunda vez em 1980, com Dorival Szam, adotei uma menina que hoje é mãe da minha neta Maria Eduarda. E incorporei o nome Szam.

MDH: E a formação escolar?

MS: Posso dizer que recebi boa formação escolar e cultural. Nasci em Laguna, Santa Catarina, que foi considerada uma cidade economicamente atrasada, mas historicamente importante. A história da Anita Garibaldi, da revolução farroupilha que se estendeu até lá, e dizem até que o povoamento do Estado do Rio Grande do Sul foi a partir dessa região. Culturalmente também é uma cidade de bom nível. Com 8 anos aprendi a tocar piano em uma residência particular, nessa fase também aprendi tricô, crochê, bordado, corte e costura. Mais tarde estudei pintura. Entrei em um curso de admissão do ginásio, de matemática. Aprendi até taquigrafia, profissão que desapareceu com a invenção desses aparelhinhos de gravação. Aos 14 anos solicitei transferência do ginásio de Laguna para o ginásio de Florianópolis, que era o Colégio Coração de Jesus. Concluído o ginásio, ingressei no científico até completar o terceiro ano, aos 18 anos, em 1952. Foi quando entrei na Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado de Santa Catarina, à época não era federal. Concluí o curso em 1955, aos 21 anos. Odontóloga formada, surge a questão: trabalhar, onde? Como? Por não ter recursos para montar um consultório, fui procurar emprego e comecei a trabalhar como dentista no Sesi em Joinville. Assim foi que mudei para Joinville. Além do emprego de dentista trabalhava nos Correios, pois havia sido aprovada em um concurso de postalista, mantive apenas este emprego quando, após minha separação, retornei para Laguna, pois não havia Sesi lá.

MDH: E como Criciúma aparece em seu caminho?

MS: Aparece quando falece repentinamente em um acidente de automóvel o marido de uma prima, ambos dentistas residentes em Criciúma com consultório montado, e esta minha prima pediu que eu fosse ajudá-la. Depois minha mãe e meus irmãos também foram morar em Criciúma. Foi trabalhando no consultório que conheci o Paulo Stuart Wright, em uma viagem que fiz de Laguna para Florianópolis, porque era o trecho que eu fazia, Criciúma-Laguna-Florianópolis. Ao embarcar no ônibus fui apresentada a ele por um amigo comum, com a intenção de que o Paulo me ganhasse para a causa da política revolucionária. Política da qual eu nada sabia até então.

MDH: Nesse momento é o primeiro contato?

MS: Primeiro contato com alguém que militava, com atividade político-social. Falamos de piano, de música, de Bach, de pintura, de vários pintores, penso que ele percebeu que eu não entendia nada de política. Ele foi muito gentil, aliás era do Paulo Wright ser um homem extremamente educado, com uma cultura muito vasta e extremamente delicado, sabia o que conversar com aquela pessoa naquele momento. Havia também um grupo de estudantes com quem ele discutiu muito antes de vir falar comigo, pois era uma época de efervescência, governo de João Goulart.

MDH: Pré-golpe?

MS: Sim. Se discutia muito e havia aquela esperança de encaminhar um bom trabalho e o Paulo, estava fazendo aquele trabalho da Fecopesca, formando uma cooperativa de pescadores no litoral catarinense. Eu cheguei a ter um livrinho e jornais clandestinos, Libertação era o nome, que ele me entregava sempre e eu lia com avidez e carinho e foi quando comecei a me interessar pelos assuntos políticos. A partir do meu contato com o Paulo.

MDH: Em Criciúma chegou a ter algum contato? Como foi?

MS: Sim. Ele me visitou no consultório e convidou para um comício, muito comum naquela época. Onde alguns políticos faziam o discurso, e a população escutava não se tinha muito debate, porque o comício é muito personalista né, as pessoas ficam lá com o microfone e faz o discurso, e as pessoas aplaudem ou vão, não tem muita opção, ou jogam pedra ou tomate, ou aplaudem. Acabei não indo. E aí por que eu comecei a ter contato com ele? Ainda antes do golpe, um cunhado disse assim, ah tu conhece esse cara, ele é deputado estadual, porque eu relatei pra família quem era a figura, aí encontrei assim, fui cumprimentar e tal, porque tu não faz o seguinte, tu é postalista no correio, por que tu não escreve uma carta para ele para tu seres passada para a profissão de dentista, deixar de ser postalista e passar a ser dentista, eu acho que é uma promoção, seria uma promoção, eu ganharia mais, trabalharia menos porque dentista trabalha menos tempo no correio. Assim eu fiz, escrevi uma carta para ele pedindo para ele me ajudar pra eu ser, ficar

como dentista do correio. E eu acho que em função dessa carta, porque neste momento veio o golpe, ele, por toda a história dele, ou ele saia do país, ou corria um sério risco de vida.

MDH: Como?

MS: Ah! Não terminei, mas, é, é porque a história de um padrinho, dum, que ajuda, que orienta, que certamente ou fala com alguém, e que caminhos, naquela época isso era muito comum, a gente pedia ajuda para um, para outro, quando eu fui pedir o emprego para o SESI, aliás, qualquer emprego, eu fui numa repartição publica, e me apresentei como filha de Ludgero Soccas porque a minha família, o meu pai, meus tios, eles eram muito amigos da família do Aderbal ramos da silva, então eu procurei, procurei por essa, por algumas pessoas desse lado, me apresentei como filha do Ludgero Soccas, meu pai já tinha morrido então as pessoas ficavam meio pesarosas, ah, ela é órfã do Ludgero e tal, um cara tão bom, tanto que eu consegui o meu emprego com muita facilidade, bastou uma vez só eu pedir, bater naquela porta, também naquela época, era bem melhor do que hoje, não havia essa pressão por emprego, por trabalho, era fácil as pessoas serem colocadas, as universidades não estavam tão cheias, não havia tanto jovens no mercado de trabalho, que conseguia absorver quem saia das faculdades, então por isso que foi fácil também.

MDH: Você falou na carta, 1960, 1964...

MS: Aí veio o golpe, ele foi para o estrangeiro. Depois de um tempo eu estava em Criciúma e recebe uma carta da Suíça assinada por um Paulo, era uma letra que eu não conhecia, e eu fiquei me perguntando quem é essa pessoa, eu não conheço ninguém na Suíça, não tem nenhum amigo, nenhum contato, nada, nada, e quem será, quem será, fiquei pensando, levei algum tempo bastante grande, talvez um mês ou mais para de repente cair a ficha. Ah, eu já sei, o Paulo, aquele deputado que eu pedi pra ele, porque na carta dizia assim: desculpe por eu não poder te atender, não foi possível por isto e por aquilo, espero que de certo a tua pretensão, mas eu não pude, assim ele se desculpando por não ter podido me ajudar, e falou onde estava, deu o endereço para uma correspondência, e quando eu saquei, fiquei

sabendo da história do golpe, achei muito bacana os militares terem tomado a direção do país, agora sim os militares vão botar ordem, porque havia denúncia de corrupção, denúncia daquilo, denúncia de uma politicagem assim muito esquisita, com muito apadrinhamento, muita além da corrupção, como é? Tipo coronelismo, curral eleitoral...

MDH: Clientelismo.

MS: Clientelismo. Eles faziam os discursos, deles, que eu ouvia no rádio, era um discurso assim falando mal, metendo pau em fulano, e tê-te-te té-te-te, aí o outro vinha o outro e também tinha o mesmo comportamento, mas eu achava é tão ruim isso aí gente, a gente fica só ouvindo falar mal um do outro, a gente não sabia, não podia julgar porque não tinha conhecimento pra julgar se estava certo ou errado, a gente ficava perdida no meio daquela enxurrada de, de informações negativas de fulano de beltrano, eu achava aquilo muito ruim, uma política que eu não apreciava de jeito nenhum, eu queria distancia daquilo ali. Aí então com o Paulo, perdão, com o golpe, que vieram os militares, agora eles vão botar ordem no galinheiro, e também nas eleições, eu não me lembro que ano, que eu votei para o Jânio quadros, 1960, né? 1960 não foi isso? Eu votei não no Jânio quadros, aquela criatura horrível, aquele espantalho, eu não votei pra ele, que eu não simpatizei absolutamente. Eu votei no general Henrique Teixeira Lott e o vice dele era o João Goulart. O outros eram Jânio quadros e Milton campos. Eu não gostava da figura do Jânio Quadros. Já nos comícios do Goulart e até ia e gostava, do doutel de Andrade também ia, gostava, mas eu era garota estava com 17, 16, 18. e eu não tinha muita noção dessas coisas né, e tinha que cuidar da minha vida e aquilo ali era um departamento que eu ficava de longe olhando... como eu votei em um general, e sem saber, o general Lott era diferente dessa turma que estava por vir. Que o Lott era uma linha nacionalista do exército, e uma linha assim de princípios, tanto que ele nunca deu o golpe, nunca se aproveitou por estar em posições de chefia e comando, sempre, ele parece que deu um golpe branco para evitar um golpe, um golpe preventivo para evitar que houvesse um golpe contra o Juscelino Kubitschek. Eu não estou bem a par dessa história. Então ele era outra linha das forças armadas, e essa que estava golpeando o país em 1964

era na linha da sourbounne, capacho dos estados unidos, traidores da pátria além de se transformarem depois em assassinos e ocultadores de cadáveres, torturadores também, além de bagunçarem toda a nossa política brasileira, deixar o país nisso que a gente está hoje, porque isso é um reflexo daquela ditadura, acho que a luta contra a ditadura ainda está de pé, não só, não só, não só pra cobrar os nossos mortos e desaparecidos, e as torturas, mas também para cobrar a questão da remessa de lucros que está aí... Em nenhum governo ditatorial e em nenhum dos governos civis que vieram depois, Sarney, Collor, Fernando Henrique, Lula, nenhum deles mexeu na questão da remessa dos lucros, e isso aí foi um dos motivos do golpe de 1964, porque o João Goulart assinou uma lei regulamentando a remessa de lucro. E um pouco ia para o estrangeiro, os lucros gerados pelas multinacionais, mais um pouco ficaria aqui para ser reinvestido no nosso parque industrial, com o desenvolvimento da nação, mas o capital estrangeiro não permitia nenhum cerceamento de sua liberdade de lucrar, de superlucrar e levar o montante lá pra sua matriz no estrangeiro. Não abriu mão disso aí e um dos motivos do golpe foi esse, e até agora, e a primeira lei que acho que o Castelo Branco assinou revogando essa lei das remessas de lucro, que o João Goulart tinha assinado. Então isso aí é um, uma das sangrias do... da nossa nação. É um sangria de capitais que vai todo os dias através dos bancos estrangeiros, nosso capital que é formado aqui, que é gerado aqui, vai pra lá e isso até hoje. E o pessoal da luta contra a ditadura está esquecendo de falar nisso. Esquecem, isso aí é um ponto importantíssimo, né, então pra mim a luta contra a ditadura se mantém de pé em função disso aí. A questão da reforma agrária, que é outra questão, porque que o João foi golpeado, porque ele ia fazer uma reforma agrária tímida e bem burguesa, não tinha nada de socialista, nem de comunista, nada. Era ao longo das rodovias que quem quisesse trabalhar nas terras trabalharia. E ao longo das rodovias para escoar o seu produto. Só uma coisa pequena, mas eles não quiseram que fosse feito, inclusive, não foi e até agora o estatuto da terra do Castelo Branco parece que é um pouquinho melhor do que veio depois da ditadura, até hoje nada disso foi, tanto que o MST está até hoje nessa batalha e está ainda esse conflito com o MST, tantos conflitos, que há mortes, que houve com a Dorothy Sting lá, e na

Amazônia o monte de sindicalista que morreram na luta pela terra, né, isso é o fim da picada, então está de pé outra bandeira contra a ditadura – a questão da reforma agrária. A terceira bandeira, que é outro motivo pelo qual o João Goulart foi golpeado é questão do petróleo, é a estatização do petróleo, ele queria estatizar mais algumas refinarias como manguinhos e caçapava que estava nas mãos de particulares, e um desses particulares era capital estrangeiro, e ia nacionalizar ou já estava nacionalizando, ia nacionalizar, umas coisas assim. E mais algumas coisas miúdas, como uma regulamentação daqueles, da, das leis do inquilinato, como que favoreceria os inquilinos; e a questão dos estudantes também, do ensino, tinha coisas favoráveis na época do João Goulart e que desgostavam profundamente quem? O imperialismo que queria um povo burro, desinformado, técnico, mão de obra barata desqualificada, ignorante e obediente, e serviu. E o Darcy Ribeiro e outros, outros, Josué de Castro, outros grandes pensadores, Paulo freire, a nossa educação ia desabrochar, íamos dar largos passos nessa direção, esse sonho foi truncado pelos ditadores, melhorou um pouquinho, depois os Paulo Freire retornou, Josué de Castro morreu lá em Paris, não conseguiu retornar, a nossa educação melhorou, mas com muita dificuldade, a ditadura trancou, truncou muito, a lei 477, a Lei Suplicy de Lacerda e tantas outras, Lei Falcão aquela lei de censura, foi uma coisa horrorosa, atrasou muito. Muita gente poderia ter, fazer agora, uma coisa, pelo menos uma reviravolta no ensino brasileiro, a gente vê que o ensino brasileiro está muito capenga, a gente vê que as pessoas terem que apelar para bolsas de estudo, as pessoas terem que trabalhar de dia para estudar a noite, pra mim isso é completamente inviável, é absurdo, coisa do passado, eu acho isso um desajuste tremendo. Então, faz parte da luta contra a ditadura? Faz!

MDH: Como começa o processo da ditadura em 1964?

MS: Aí quando eu estava conversando com o Paulo.

MDH: Foi em 1966?

MS: Tudo isso que eu te falei do Paulo, aliás que eu estava aqui dormindo em berço expandido, em Criciúma, embora eu simpatizasse

com os militares, 'por causa do Lott que eu havia votado para presidente. Mas eu comecei a pensar: os militares perseguiram o Paulo, uma pessoa tão bacana, um cara tão legal, conheci, conversei, eu sabia que ele estava levando uma política de ajuda as pessoas pobres que são os pescadores, eu tinha assim uma noção, não um conhecimento né, mas tinha uma noção da atividades dele e eu simpatizava bastante, porque batia bem comigo, porque eu sou de origem pobre, humilde, minha família toda tem uma origem muito humilde, eu seria uma dessas, eu também fui muito ajudada, não pelo governo, mas por outras pessoas que viviam em volta de mim, mas, sem essa ajuda talvez eu não tivesse me formado, não tivesse estudado piano, não tivesse aprendido pintura e tantas outras coisas né. Meu nível cultural já seria outro, então eu simpatizava muito, fazia parte da minha realidade, então eu comecei a gostar muito do Paulo, a ver no Paulo uma figura importantíssima, para o pas, para nossa realidade estadual e federal. Então comecei a desconfiar que esses militares não fossem boa gente, e quanto mais eu fui conhecendo, mais aquilo ali foi se confirmando. Comecei a me corresponder com ele porque achei que um brasileiro longe da pátria forçado ao exílio, deveria ter saudades da pátria, então, mandei pra ele muitas fotografias, revistas, coisas bonitas para ele olhar. Eu não sabia o que mandar né. E eu mandei, mandei, mandei, mandei, mas não recebi nada de volta, e aí eu acabei esquecendo, não escrevi mais, fui me descuidando, me descuidando, mas um tempo e eu recebo um livro que era uma biografia do Rembrandt do Chile e de novo, Chile? Paulo? Mandando um livro sobre Rembrandt, eu disse, bem, quem é? Quem é essa pessoa? E de novo eu tinha me desligado do Paulo, tinha me desligado da Suíça, daquela carta. Não me lembrei daquilo rapidamente, e fiquei um tempo remoendo aquilo, até que um dia deu um estalo e ah! É o Paulo, ah! Então o Paulo esta no Chile. Para mim tanto fazia o Paulo esta lá na Suíça ou não, no chile. Sei lá, são as voltas que o mundo dá, e as voltas que ele deu na vida dele, e comecei a responder, a escrever para o endereço e nesse meio tempo, como por conta do meu casamento fracassado com o Vitor e aquela história toda, eu disse quem sabe eu vou pra São Paulo e vou fazer um estudo mais em odontologia. Minha faculdade aqui foi, eu senti que era fraquinha, queria melhorar,

aprofundar meus estudos mais na área da odonto. Pensando quem sabe eu vou pra São Paulo, é, eu acho que eu vou pra São Paulo, e comecei a tratar de uma transferência para o correio, porque o correio me sustentava, né, que me sustentava financeiramente. Tinha feito o concurso, meu salário era bom, então eu me mudei para São Paulo. Assim que eu cheguei em São Paulo, cuidei do meu trabalho, e já comecei a entrar em contato com a odontologia, aí fui pra universidade da São Paulo [USP], era uma faculdade ali na três rios, não tinha nada dessas modernidades de campus universitário, nem existia isso. Era assim, tudo em prédio velho aqui, em prédio velho lá e aí eu fui pra lá e comecei a fazer curso de pós-graduação e encontrei catarinenses daqui que estavam estudando odonto lá. Comecei a formar aquele grupinho. E comecei a ter a minha vidinha, trabalhando no correio, aquela vidinha deitada em berço esplendido, uma vidinha bem burguesa, bem alienada, sem saber das coisas. Um belo dia, 1966, ainda nós estamos em 1966, eu nunca me esqueço porque eu já contei essa história e me lembro bem da data. Um dia vieram em dizer no correio, Marlene, tem uma pessoa te procurando lá fora, e aí eu fui, ajeitei tudo o que eu estava fazendo e fui atender essa pessoa, quando eu chego lá é o Paulo [Paulo Stuart Wright]. Era outra figura, ele já não era mais aquele jovem que eu conheci aqui, estava com vários cabelos brancos, não estava com aquela roupa que eu conheci aqui de um deputado, de um cara mais ou menos arrumado, ele nunca foi um cara de luxos, mas ele estava muito pior, estava com um terno bem surrado, bem lustroso, bem puído assim, e magro, abatido, eu olhei pra ele assim, olha só como você está, que diferença, mas é claro eu não falei nada, e começamos a conversar, ele também não me disse o que estava fazendo. Eu também não perguntei, porque sabia que deveria haver segredos por trás que ele não iria me revelar, se eu perguntasse, ou ele iria me dar uma resposta banal qualquer, ou seria sincero e me diria eu não posso te responder isto. Não iria dizer a verdade de maneira nenhuma. Eu tinha uma noção disso aí. Tudo uma noção, sabe, assim, a gente tem um tipo de um intuito de, assim de perceber as coisas, né, então eu nunca perguntei pro Paulo, de onde ele vinha, onde ele estava, o que fazia, o que deixava de fazer, porque isso porque aquilo, nunca. Só escutava o que ele tinha pra me dizer e respondia o que ele me

perguntava, porque ele podia me perguntar de tudo. Ele sim podia me perguntar tudo, como estava a minha vida, eu não fazia perguntas o que ele me disse estava dito, tudo bem registrado. E aí passamos a nos ver seguidamente, nos encontrar seguidamente, ele vinha, esse seguidamente era de quinze em quinze dias. Uma vez uma semana, as vezes dois três dias seguidos conforme estaria em São Paulo (SP). Ou então passava um tempão, um mês que eu não via esse Paulo, depois quando ele voltava ele trazia um livrinho, trazia um artigo, e aí ele começou a me apresentar o Paul Suisse, que eram os socialistas norte-americanos, marxistas norte-americanos, Paul Berenger, Paul Suisse, me deu alguns textos deles da importância do revolucionário, do intelectual numa revolução, num processo revolucionário. E começou a me perguntar da história catarinense, se eu lembrava, se eu já tinha estudado a guerra do contestado, pois é, foi lá, em Santa Catarina, tu não te lembras, nunca estudastes isto na escola? Ele tinha um jeito muito doce de questionar as coisas, baita homem grandalhão e tudo, mas ele tinha um jeito muito meigo de falar. Ele não impunha nada, nunca impôs qualquer coisa, pra mim né, e nunca vi ele impor nada pra ninguém... Mas que guerra é essa, é uma guerra camponesa, durou quatro anos, em Lages, Curitibaanos, naquela região e eu passei por lá, quando pequeninha eu morei em Lages e passei por curitibanos, todo aquele planalto quando era garotinha, fui pra lá morar com meus pais, Lages foi um período de minha vida antes de meu pai falecer. Então aquela região ali era uma região querida, saudosa, né, e a história, aquela história ali, caiu fundo dentro do meu coração, e eu comecei a me preocupar. “Mas então é assim?” “É!” “Era um povo que num, que por causa da questão de terra, as terras as pessoas viviam ali, e, os madeireiros interessados, né, nas madeiras tomaram a terra dessas pessoas. A estrada de ferro, dos ingleses que trazia a madeira para o porto de São Francisco, me parece. Que ao longo dessa ferrovia, não sei se era três quilômetros ou trinta metros, ao longo da ferrovia não podia ter moradia de ninguém. Os camponeses por onde aquela estrada passou foram todos desalojados. E aí começou o conflito de terra. “Ah! Então foi assim”. E comecei a me interessar por essa questão das pessoas desvalidas que não tem nem eira nem beira e que na nossa terra começa a correr de uma lado para o outro e que em muitas vezes

se desemboca nesse conflito com a guerra do contestado. E que eu não sabia, que tinha sido em 1912 e 1916 e que estávamos em 1966, então fazia só 50 anos, é uma coisa recente, e eu tinha alguma ideia de ter ouvido falar que uma daquelas lideranças teria sido presa e que teriam deixado ele sair. E que depois mataram e depois disseram que ele tentou a fuga e por isso que teriam assassinado. Parece que é relação com essa guerra do contestado, mas é alguma coisa muito confusa na minha cabeça e eu não tinha muito certeza, mas eu achava uma injustiça muito grande, uma sacanagem muito grande que fizeram com o padre. E aí o Paulo foi me ganhando, então foi assim que foi nascendo essa marlene que hoje vocês estão conhecendo, uma mulher contestadora, militante, e que quer, que pretendeu um dia fazer uma revolução aqui no Brasil, nós não conseguimos, mas de modo algum a luta foi em vão. E eu acho que valeu muito a pena, tudo que eu passei, apesar da tortura, eu achei que valeu a pena, que foi muito legal, eu paguei um preso, mas eu acho que paguei com gosto, eu cresci muito nas torturas, na prisão, e mais, a minha certeza se aprofundou. Assim nasceu essa nova Marlene aos pouquinhos.

MDH: E a literatura?

MS: Isso foi por conta do Paulo. Ele começou a me trazer, inclusive a guerra do contestado, foi realmente a minha primeira literatura sobre questões sociais. Primeiro ele me deu um que eu acho que foi de um autor catarinense. Não sei se era Cabral? Oswaldo Cabral? Como que era? Era uma coisa assim! Um que não era grande coisa assim, mas depois eu comprei o Mauricio Vinhas de Queiroz, messianismo e conflito sociais, não sei se conheces. É um livro extraordinário, muito bom, que eu devorei aquele livro página por página, mastiguei e risquei e consumi. E lia e lia andava com aquele livro até ficar bem ensebado. Eu achei um espetáculo aquilo ali, que eu nunca tinha vislumbrado. E a partir dali para o resto do mundo foi um pulinho, foi né um sopro assim. Aí ele começou a me trazer, acho que a partir desse conhecimento da guerra do conquistado, a partir desse menino que me tirou o pão com manteiga, a partir da minha própria realidade, porque é claro, a gente vinha de, de uma família humilde, a gente sabia que nós tínhamos os limites impostos pela sociedade. Que as minhas

amiguinhas que tinham outro poder aquisitivo iam muito mais longe do que eu, roupas mais bonitas, tinham viagens, tinham casas melhores. Tudo, coisas que eu absolutamente não tinha. Eu não sofria por causa daquilo, eu nunca dei muita pelota para esse negócio de casa, roupa bonita, não. Mas era uma diferença, era uma diferença. E a gente sentia que elas podiam, e eu não podia, as outras podiam ter o que queriam. Provavelmente junta tudo isso. Tinha essa predisposição. Aí foi, eu comecei a conversar mais com o Paulo, ele sempre me trazia uma novidade, me cobrava muito da leitura dos jornais, “lesse o jornal?” “jornal? O Estado de São Paulo? ‘tá louco se eu vou ler jornal” “mas o Marlene tens que saber, daqui a pouco a revolução passa em tua porta e tu não sabe, não sabe o que esta acontecendo”. E aí eu disse, mas eu não gosto de ler o jornal, eles colocam a notícia do dia, eu não sei do antes, não sei o que aconteceu antes. Coitado, ele me passou a explicar o antes de tudo que era notícia que era importante no jornal, né. Imagina o estadão, um jornal imenso que é aquele. O Estado de São Paulo. E aí ele começou a fazer... não, aí tinha a guerra do Vietnã, mas tinha assunto assim pra dar e vender, como a gente tinha coisa pra conversar, a gente conversava, conversava. E ele começou a me trazer o jornalzinho a libertação, e começou a me trazer os livros de Marx, de Engels, começou, e eu também comecei a comprar, estava proibido na época da ditadura, estava no index, é proibido, não pode quem for preso com isso aí na mão, quem for pego será preso e terá tantos meses de cadeia e a tortura é por conta e a gente não sabia. Mas então o que a gente fazia? Andava sempre com os livros com capa trocada, né. Então era um livro de Marx, mas a capa era de outra coisa, história, geografia ou qualquer coisa assim. E eu deixa assim, algumas coisas que eu lia, deixa na, no banco do ônibus, na esperança que alguém pegasse e lesse também. Aí eu já tenho, começa a nascer em mim aquele desejo de expandir, assim como eu sempre gostei de receber conhecimentos, eu também gostava de expandir os conhecimentos, eu achava, tem tanta gente que precisa saber disso e não sabe. A gente precisa fazer alguma coisa nessa direção. Era aquilo que eu via naquele momento e tinha que fazer. E eu sempre fazia isso. Mas eu estava ainda muito presa as minhas questões pessoais. A minha vida, eu ainda tinha aquele sonho de casar novamente. De formar a minha vida familiar.

De ter a minha família, marido, filhos que eu já estava com trinta anos e não tinha, eu queria resolver isto tudo. E o Paulo não podia casar de jeito nenhum porque ele já estava casado com a revolução. Tava casado com a luta revolucionária. Nunca chegamos a discutir isso. Porque esse ponto nunca bailou assim... mas eu sabia, era uma coisa assim que intuitivamente eu sabia, ou eu segui o Paulo naquela luta ou eu ia em outro caminho diferente. Aí tinha os meus cursos na universidade que eu ia fazendo. Concomitante com as visitas do Paulo, com as minhas leituras. Aí eu instalei o meu consultório na Lapa, na Vila Leopoldina, bairro lá de São Paulo. O bairro da Lapa é imenso lá em São Paulo, a Vila Leopoldina é uma vila grande dentro do bairro enorme que é a Lapa. Dentro de uma cidade maior ainda. E eu peguei esse hábito de conversar, como eu estava entusiasmada com a ideia de uma possível revolução, com uma reorganização social que colocasse as coisas em seus lugares, eu comecei achar aquilo sensacional, então eu comecei a falar, para uns e outros, não abertamente, porque eu sabia que era proibido, que era perigoso, mas de vez em quando eu falava, principalmente com quem era mais pobre e justamente um garçonzinho num bar onde eu ia fazer lanche, tomar as vezes um café da manhã, um café da tarde ou um almoço. Eu conversava com aquele garçom, e fui falando das minhas preocupações assim e aí ele começou a me ouvir e daí que ele começou a falar também, e aí ele já tava pertencendo a um outro grupo. Grupo de luta armada, militarista, que era, que futuramente desembocou na VPR, vanguarda popular revolucionária, aquela do Carlos Lamarca, não era bem do Carlos, mas a gente diz que era porque ele era um dos personagens que entraram para história. Então ele começou a ir lá em casa, então ele me apresentou um amiguinho dele de nome Mário que depois eu fui saber se chamava Joelson crispim, ele era filho do crispim, como que era o primeiro nome dele? Era um militante do PCB, do partidão. Que estava foragido na Argélia, que eu fiquei sabendo bem depois dessa história, e aí eu conheci esses meninos e eles iam sempre lá em casa esses dois. E aí começaram a me levar outras literaturas também. Aí eu falei pro Paulo que estava conhecendo aquelas pessoas que também gostavam do mesmo assunto, o Paulo ficou meio receoso, queria saber quem eram. Aí eu dizia, eu não sabia dizer porque, “eu

não sei” “mas quem são?” “vê o que eles fazem?” “eles conversam sobre Che Guevara” Eles me deram um livro do de Bret, revolução na revolução, para eu ler, aí eu disse pro Paulo “não estou entendendo” aí ele disse “mas esse livro não é pra entender” mais ou menos cúmplice ele concordou comigo, né, ele quis dizer que não era um bom livro, que não era o livro adequado ou coisa assim. Ele quis dizer isso pra mim, e me dei conta, o Paulo era meu ponto de referencia, porque ele sabia tudo. E eu não sabia nada, então eu me esclarecia com ele. Como eu não entendi aquele livro e fiquei muito preocupada onde aquele cara queria chegar e ele disse que não é bom, como quem diz que não vale a pena procurar entender, é um livro que não da pra entender muito bem, e aí eu deixei de lado o livro de Régis Debray. A gente conversou sobre a questão do foco guerrilheiro que se apresentava naquele livro, era a institucionalização do foco guerrilheiro a partir da experiência da revolução cubana, e que depois o Che Guevara vai colocar em prática na Bolívia, foi feito prisioneiro e morto. E esse foco guerrilheiro, era a proposta de algumas das organizações armadas de lá de, que apareciam no Brasil.

MDH: Isso em 1966, 1968?

MS: Em 1966, 1967, na morte do Che.

MDH: Esse contato se restringiu ao Paulo [Stuart Wright] ou chegou a conhecer mais alguém da AP [Ação Popular]?

MS: Sim, conheci várias meninas que até foram morar comigo. Elas estavam na semi-clandestinidade e precisavam de um lugar para morar, e, assim, me ajudavam a pagar aluguel. Mas elas foram horríveis, muito presunçosas, e não nos afinamos de jeito algum, diferente do Paulo. Mesmo assim valeu, era para a gente fazer algumas discussões políticas, mas elas coitadas, não sabiam, sabiam tanto quanto eu, menos ainda, então nossos estudos não evoluíam, não tinha ninguém ali que nos orientasse, então não avançamos muito. Mas eu tive uma convivência com elas sim, mas agora esse outro grupo, dos foquistas, eu evolui mais porque ele tinha uma proposta de luta já, mais imediata, e como a gente era pequena burguesa, a nossa visão era essa, a pressa, a presa de fazer as coisas, por que tem que fazer e te te té e te te te. É

dever de todo revolucionário fazer a revolução, era uma das propostas e não sei se era do Che ou do Régis Debray que também foi preso na Bolívia e depois é deportado pra França.

MDH: E depois dessa experiência de 1968?

MS: Eu queria falar sobre esse maio. Primeiro de Maio de 1968. Eu achei que foi algo maravilhoso. O Paulo chegou com essa novidade que o Primeiro de Maio seria na Praça da Sé. O governador Abreu Sodré estaria lá, era uma festa da pelegada. Era uma festa da ditadura, e a gente ia lá com o objetivo de bagunçar aquela festa, tirar das mãos da ditadura, e passar para as mãos dos trabalhadores, então né, o combinado era assim, a gente ia lá pra praça, levava uns forro aqui assim nos seios, porque se a polícia batesse, ela batia nos seios, nos rins. Então a gente colocava forro aqui embaixo da roupa e levamos gorro para colocar coisa na cabeça, para que se apanha-se da polícia na cabeça, enfim fomos preparados para apanhar, e levamos como arma de luta... bolinhas de gude. Nossa arma contra a cavalaria, olha só que coisa mais romântica. Lá fomos nós para a Praça da Sé. E a intensão era assim, chegando lá, o povo iria tecendo uma espécie de cordão em volta do palanque, quando os pelegos dos sindicatos comessem a falar a gente iria vaiar vaiar vaiar. Qualquer autoridade que viesse ali a gente iria vaiar e a gente iria expulsar do palanque, e ia tomar o palanque e aí os representantes dos trabalhadores e dos estudantes iriam ocupar e fazer seus discursos. Mas nunca deu tão certo rapaz! Que coisa mais bem planejada, mas que coisa mais bem feita, e assim a praça se encheu de gente, vinham aqueles operários do abc com suas faixas, vinham os operários de Osasco com suas faixas, e a gente aplaudia, aplaudia, e eles vinha em formação, uns se colocavam aqui, outros lá, e a polícia de longe nos olhando e nós ali, mas esses meninos foquistas, os debreístas, que futuramente vieram dar na Vanguarda, VPR, também estavam ali, estavam ali, vamos, vamos todo mundo. E aí a praça começou a encher, a encher, estava lotada aquela Praça da Sé, e aí começou, os caras dos sindicatos, os pelegos, olham, foram distribuindo panfletinhos lá do sindicato, mas numa vestimenta, numa beca, num terno muito bem talhado, muito chique, da moda, calçados com uns sapatos finos, a gente vê que era sapato caro, bom e tudo,

os caras ali muito bem trajados, de longe a gente não notava traços de trabalhador naqueles pelegos sindicais, não existia, não existia qualquer similaridade com qualquer trabalhador, com a origem deles, sei lá, eles tinham, eram novos burgueses, e a gente só ficava olhando, só olhando, e lá pra cima do palanque começaram a discursar e a vaia pegou. “Uuuuhhhh Uhrr fora pelego, fora pelego! Capacho da ditadura e pá e pá” a praça inteira era uma garganta só. E eles com os microfones, olha a gritada era tanta, gritaria nossa era tanta que com todo o som que eles tinham, microfones, autofalantes e tudo, eles não se escutavam e ninguém escutava nada. Ah, e veio um outro e disse deixa, trocou, e veio outro tentar discursar, aquele outro desistiu, veio um outro que começou a falar e nós “Uuuuhhhh Uhrr fora fora fora” lá o cara desistia e ia embora, e assim passaram seis, quatro, tentando falar e a gente não deixava, e palavra de ordem era ir apertando, aquela massa inteira ir apertando o palanque, apertando o palanque e aí fomos indo, fomos indo empurrando com o palanque, “fora! Fora!”. Eles lá ficaram apavorados, né. E os mais decididos começaram a balançar o palanque, e eles em cima. Ah, não, e aí chegou o momento em que o governador abreu Sodré disse deixa que eu falo com os trabalhadores, eu me entendo porque eu sei falar a linguagem dos trabalhadores, eu falo com eles, começou a falar, o abreu Sodré, o governador do estado de São Paulo. A vaia foi igual, e fora capacho da ditadura, fora isso, fora ditadura, e tã tã ta e tã tatã ... ah, ih, e começamos a gritar palavras de ordem, todo mundo em uníssono ali né, porque quando um gritava, todo mundo já sabia de cor, estava todo mundo mais ou menos e num instantinho aprendia aquelas que não haviam sido ensaiadas. Todo mundo gritando assim numa garganta só. E o pessoal começou a jogar pelota de papel e eu vi voar pelota de papel, eu nunca vi tanto, ficou coalhado de pelota de papel, mas daqui a pouco dentro da pelota de papel já havia pedra, e eles acertaram na testa do governador abreu Sodré e começou a sangrar. Correu um filetezinho de sangue. E aí aquela turma de puxa saco foi lá e, né, oferecer solidariedade, ele largou o microfone, levarem ele lá pra dentro da Praça da Sé, esvaziaram o palanque. Aí tomaram o palanque, a população, o povo, ali os trabalhadores, as lideranças que já estavam esperando por esse momento. Aí tomaram e fizeram o seu primeiro de maio, e ah.

Começou o discurso, mas aí o aplauso né, todo mundo aplaudindo. E aí cada um que falava, a praça virava um silêncio. O contraste contra aquela algazarra para jogar aquela pelegada para fora. A praça ficava em silêncio, todo mundo querendo ouvir o discurso daquelas lideranças operárias, lideranças estudantis, mulheres e tudo foi muito bom e a gente aplaudia e a gente afinava com eles. Foi muito bonito.

MDH: Lembra-se dos discursos?

MS: Não, só me lembro do Travassos [Luiz Travassos], que era da AP e líder estudantil, tinha várias lideranças da AP ali. Só me lembro do movimento, da eletricidade que pairava no ar. E até terminar tudo em paz, a polícia não nos interrompeu, terminando dali viemos em volta... a palavra de ordem era agora vamos para a praça da republica em passeata pela avenida são João e é, íamos pelo viaduto do mapin, depois pegava a avenida são João para ir até a praça da republica. O trajeto mais ou menos assim, não lembro se a gente passou pelo viaduto ou não, sei que pegamos a avenida São João e fomos até lá em cima e de lá quebramos para ir para a Praça da Republica, e fizemos um outro primeiro de maio lá. Mais um outro espetáculo enorme, ate assim parece, o pessoal ali tinha um fome tão grande de, de falar, de se expressar publicamente, que eles queriam era falar, ocupar aquele espaço e tabular uma comunicação com a população que era tudo muito difícil. Pois uma panfletagem, se fosse pego alguém panfletando dava seis meses de prisão, né, fora a tortura... vejam só como era difícil. E ali a gente se dispersou e fomos embora. E a polícia longe com um monte de cachorro, cada um policial segurando seu baita cão pastor treinado para trucidar a gente, né. E tinha gente que ainda mexia com eles. Inticava, calma, calma não faz assim, não provoca os caras, não provoca as duas feras o homem e o cachorro, duas feras prontas para, doidinhas para vir pra cima da gente e assim foi, então esse foi o primeiro de maio que eu gostaria de relatar.

MDH: Em 1970?

MS: 1970 foi o ano da minha prisão depois de quase dois anos de militância em São Paulo. Saí em 1972 e tentei ficar em São Paulo para continuar minha vida lá, mas a ditadura estava me perseguindo com

dois carros, com três policiais em cada carro, então era seis agentes de segurança atrás de mim onde eu ia e ia aquele séquito, eu ia numa loja fazer compra eles iam atrás de mim, ia num mercado eles iam atraso de mim, eu ia pra lá, eles iam atrás de mim. A gente até já tava brincando de gato e rato com eles. Eu e a moça que me levava no carro dela, ela que percebeu e disse: “Marlene, a gente está sendo seguida.”

MDH: Quem era essa moça?

MS: Era base de apoio, e eu estava na casa dela.

MDH: Neste momento perdes o contato com o Paulo Wright? E começa contato com outra pessoa?

MS: Não, é porque fui presa e perdi completamente o contato.

MDH: Em 1968?

MS: É. Em 1969 ele vai pra China, e eu, eu tive um envolvimento com os meninos da VPR, só que aquela proposta da luta armada começa se mostrar errada. Porque eles caíram num círculo vicioso, eles assaltavam bancos para ter dinheiro para sustentar a nossa luta. Porque a gente precisa ter onde morar o que comer e o que vestir, ninguém trabalhava. Não podia trabalhar porque era todo mundo, era um exército clandestino. E saía muito caro, dava muita despeça, todo mundo economizava ao máximo, andava com roupa usada, passada de um para outro, e todo mundo comendo só o necessário. Não havia luxo em hipótese alguma, a gente prezava aquele dinheiro conseguido com muito sacrifício. Que era o dinheiro das expropriações. Sabia que era um risco muito grande que os companheiros corriam e podiam perder a vida, então aquele dinheiro era um dinheiro sagrado, não se podia jogar fora. Mas precisava ser feito para gente sobreviver.

MDH: Perdeu o contato com o pessoal da AP?

MS: Sim. De vez em quando encontrava o Paulo de longe, mas ele estava muito preocupado que eu poderia levar problemas, porque nesse momento começa a cair o pessoal da luta armada. Aí tem as primeiras ações armadas, assaltos a bancos, as panfletagens armadas, aquele evento da ALN, não sei se é quando sequestra o embaixador, é, acho

que sim. Quando eles exigem, exigem que a ditadura, leia na televisão um documento que eles escreveram, e eles leram, aquele documento foi lido. Não sei quantas vezes uma declaração ao povo brasileiro, ai, a gente nossa estava vibrando, eu estava ainda na rua, não havia sido presa ainda. Mas o Paulo estava achando que aquilo ali ia levar de trambolhão toda a outra luta organizada em outros moldes que era a luta da AP, que era uma luta que se preparava para a luta armada mas não priorizava a luta armada, já. Ah, é partir para a luta armada, é pegar uma arma e sair, né, assaltando, fazendo isso, aquilo. AP não era outra linha, era mais da linha chinesa, organizar o poder popular, organizar as bases, organizar a luta no campo e na cidade. Todas as categorias sociais empenhadas na luta contra a ditadura. Visando o socialismo. Ao ponto de se a luta armada viesse era a burguesia que iria desencadear uma luta armada para tentar se defender. Não seríamos nós que iríamos desencadear a luta armada para atacar, nós, nós daríamos uma resposta para a burguesia, mas quem desencadeasse a luta armada seria a burguesia, não nós, era uma outra visão.

MDH: Como a VPR se organizava interiormente? Por células, grupos?

MS: Não me lembro bem. Mas era um aparelho, naquele aparelho morava alguém. Tentando aparentar gente normal. Só que a minha origem era com o Paulo Wright e eu tinha muito da revolução chinesa, mais do que a revolução cubana, eu entrava em conflito com eles. “Mas não, a gente tem que ganhar a classe operária” nosso objetivo é travar uma luta política nas fabricas. Não, eu quero ir para a fábrica, a companheira que ira para a fábrica, quer, quer, quero trabalhar na fábrica, quero ser operaria e conversar com os operários, organizar os operários a partir de algum trabalho, daí fui para a fábrica, consegui. Me chamavam de obreirista. Falsifiquei documentos e fui trabalhar, eu fui para fila pedir emprego, foi uma experiência excelente.

MDH: Dentro da VPR não aprovavam?

MS: Não aprovavam, mas não desaprovavam também. Acharam estranho aquela mulher querer fazer aquilo ali, mas concordavam. tudo bem, quer ir vai. Aí outro menino, aquele tal que era o garçom daquele bar que me levou para o pessoal da VPR, também morou

no aparelho comigo, e nós formos trabalhar na fábrica, ele na parte dos homens eu na parte das mulheres, tentando fazer qualquer coisa ali, mas como a VPR não era um partido dirigido para as massas, era um partido de vanguarda, e mais de ações armadas, eles não sabiam nem que orientação dar para nós dois, então a gente ia na base do empirismo, da nossa cabeça. Então fomos lá com uma proposta de greve, aí planejam, vamos fazer assim, assado. Tu faz nos homens eu faço nas mulheres. Aí eu fiz a minha parte nas mulheres, até, foi tudo meio na intuição. Deu tudo certo, mas podia ter dado uma mancada danada. Quando fui preencher os documentos na fábrica, modifiquei minha letra, fiz uma letra redondinha de quem mal sabe escrever. Na fábrica não tinha realidade de greve, mas eu queria fazer alguma coisa e pichei nos banheiros “a greve é a arma do trabalhador” com pincel atômico e coloquei coloquei no cesto de papel higiênico usado. Foi a minha salvação. Fizeram uma revista, deu um fuzuê naquela fábrica, e o meu amigo, do outro lado lá na ala masculina não fez nada. Deu tudo errado para ele e não conseguiu fazer nada. Os patrões foram pegos de surpresa, mas tiveram uma resposta tão severa e violenta que eu mesma fiquei admirada, eles revistaram todas as mulheres, cada uma que tivesse o cabelo amarrado, no sutiã, nas calcinhas, eram mulheres nos revistando para achar esse bendito pincel atômico. Nos mandaram escrever em uma folha de papel o nome de não sei o que para comparar com a letra que estava escrita nos azulejos. Eu escrevi rápido, com minha letra normal. Ainda bem que na entrada eu modifiquei.

ENTREVISTA 9

Entrevistado: REMY FONTANA (RF)

Entrevistadores: ALEXANDRO ANTUNES

KELEM GHELLERE ROSSO

VAGNER BONI

Entrevista concedida ao MDH em 6/6/2008

MDH: Sabemos que o senhor sempre foi engajado politicamente dentro da academia. Como o senhor viu o golpe na época de adolescente?

RF: Eu era... não digo alienado, politicamente talvez sim, embora tivesse algumas inquietações culturais e intelectuais, mas quando se deu o golpe eu fui a favor do golpe. Eu tinha de quinze para dezesseis anos. E eles vendiam a imagem de que o Jango era corrupto, bandalheira, subversivo e, para mim, isso era verdade. Cheguei a fazer um artigo no jornalzinho do colégio que estudava. O meu grande artigo reacionário, primeiro e único! Estou falando em “off.”, não gravem, não publiquem [risos]. Em 1966 vim para Florianópolis para prestar vestibular. Depois, quando entrei na universidade fiquei meio assim no limbo. Uma coisa importante que me fez muito a cabeça foram os textos que circulavam. Por que tínhamos poucos textos críticos, a nossa biblioteca era risível. Eu tenho a impressão que eu passei a graduação inteira sem ter o Manifesto Comunista na mão. Fui conhecer o manifesto na USP,

no mestrado. Ninguém editava. Quem tinha jogava fora. Muitos textos eram mimeografados, nós nos politizávamos muito com esses textos reproduzidos no mimeógrafo. Um dos textos mais importantes dessa época foi o da Maria Conceição Tavares, que discutia o capitalismo financeiro e suas exportações. Foi aí que eu mudei de lado. Eu sempre fui independente, dialogava com vários grupos de esquerda, mas nunca fui...como se diz... um quadro mesmo. Eu só me aproximei mesmo do Partidão no final da minha graduação e logo fui para São Paulo. Isso foi 1973/74, esse fato salvou minha pele da prisão e torturas. Em 1975, eu ia e voltava, e foi em 1975 que a Operação Barriga Verde caiu em cima do partidão. E eram todos meus amigos, se eu estivesse aqui estaria junto. Voltei em 1976 lecionando. Entrei rachando com o marxismo. Éramos três com bases marxistas na Universidade. Eu aqui, nas ciências humanas, o Valmir Martins, que depois fundou o PT, que era da História e o Célio Espíndola, da Economia. Eu, como vim da USP, que era um curso mais estruturado, conheci alguns marxistas muito interessantes, tive uma base bastante boa lá. Eu comecei a atuar, praticamente aqui dentro da universidade, dando aulas e seminários. Mas, de 1976 a 1982 que eu dei aula da universidade, sempre achei que o que se fazia fora da universidade era mais importante. Primeiro por causa da conjuntura política contra a ditadura e da solidariedade entre os grupos, que era muito grande. Até por que a luta aqui dentro era muito incipiente. Mesmo no nosso departamento metade dos nossos professores ou até um pouco mais eram muito reacionários, não como hoje, uma formação teórica, antimarxista, mas gente com uma formação de casa, que foram aderindo ao regime. O próprio Nereu, que era chefe do departamento daqui, foi um dos incendiários da livraria que era ligada ao Partido Comunista e gente de esquerda. Então tinha gente do regime mesmo. E as minhas atividades eram estar sempre com os movimentos de esquerda, contra a ditadura escrevendo documentos manifestos e essas coisas. Eu fiz três cursos de graduação, e os três cursos juntos não me acrescentaram nada, nada de nada, sabe o que é isso? O que eu aprendi na vida foi sozinho, lendo livro. Eu, embora tenha me aproximado do partidão, nunca tive problema de trabalhar com ninguém da esquerda, de qualquer linha. Na prática você fica meio estigmatizado, “há você é do partidão, você é daqui

ou dali”. E tem gente que disputa cada linha, cada interpretação, eu sempre transitei bem pra lá e pra cá. Em 77, 78, 79, Valmir, Célio, eu e umas dez pessoas fizemos uma entidade chamada Acep (Associação de Cultura e Estudos de Pesquisa). Basicamente era um pretexto, digamos assim, para juntar um braço intelectual na luta política. Fazíamos intervenções, seminários e conseguíamos “nuclear” umas 40 a 50 pessoas. Fazíamos algumas análises da política econômica do governo, produzimos algumas coisinhas. A Acep durou uns três anos.

MDH: Como o senhor compara o marxismo dessa época com o marxismo de hoje?

RF: Bom, acho que fui o primeiro marxista aqui. Mesmo alguns liberais, que nem eram ligados ao regime, me denunciaram comentando no departamento que no meu programa de ensino tinha muito marxismo e isso era uma coisa que não podia, não cabia e tal. Mas, na verdade, nunca senti constrangimento em sala de aula. O que tínhamos aqui era uma incipiência. E, na verdade, a nível nacional e internacional o marxismo estava muito forte ainda. Nos anos 70 tínhamos vários teóricos italianos, muito criativos e fortes. E especialmente, também, o marxismo chamado estruturalista do Althusser. Era um momento auge. Eram teorias muito refinadas e muito sustentáveis teoricamente. E eu vinha muito fresco, formado com essa linha estruturalista Althusseriana com o Luís Pereira lá em São Paulo. E era uma coisa assim meio pesada, acho que o pessoal tinha até medo de chegar perto por que era uma teoria muito consistente, muito autorizada, muito forte na academia no Brasil daquela época. Isso não quer dizer que a atmosfera geral fosse tranquila, porque, para entrar aqui, você tinha que conseguir um atestado do Dops. Quer dizer, tu faz concurso e tem que conseguir um atestado no Dops. E eu não consegui o atestado, não me deram. Então, como lá em São Paulo eu era desconhecido, consegui um atestado do Dops lá. Na minha ficha no Dops tinha os artigos de jornais que eu escrevi e um ou outro trabalho. Sempre se tinha aquela paranoia de ter algum informante em sala de aula e como eu não recebi o atestado do Dops aqui, sempre que prendiam alguém me diziam, “bom, agora é a tua vez”. Os caras vinham me avisar... “olha, lá na assembleia o pessoal falou que vai te pegar”. E uma vez eu fiquei tão

intimidado que saí da cidade. E deixei até um bilhetezinho, disse: “olha, tô saindo nessas condições”. Quer dizer, tinha intimidação. E isso em 1976/77, ou seja, já estava um pouco mais fraco. Bom, dos anos noventa pra cá, por todas as razões históricas, políticas, teóricas e ideológicas, que vocês conhecem, há até uma dispersão teórica. Não surgiu mais um grande teórico marxista. E todo esse avanço neoliberal deixou o marxismo em descrédito e perdeu posições dentro de gabinete. De forma que hoje quando se fala em marxismo parece algo anacrônico. Acabamos chegando ao ponto em que se você se diz marxista é como se você estivesse perdido no tempo. Eu cheguei na Inglaterra em 1990. E bem ou mal, os estudantes ou parte deles sempre vão ter espaços de resistência de crítica e vão ter um contato de uma forma ou de outra com essa teoria. Não precisa exatamente de professores e de currículo para isso. Eu, a minha experiência e claro, não é só singularmente minha. Tem muita gente, vários colegas, da minha época e acho que também da época de vocês que aprendem em discussões,. No movimento, grupos de estudo, paralelos. Quando eu disse que essa foi a minha universidade é isso. Este aqui, “O Movimento” ele foi um jornal de grandes reportagens e ensaios teóricos. Todos eles com as melhores cabeças do país. Só de esquerda. Tanto do “O Movimento” quanto do “Opinião”. E foi no pior momento, estava tudo fechado. E esses jornais, apesar da censura que prejudicava, era o nosso movimento teórico e ideológico. E esse pessoal meio social democrata de hoje em dia, que já foi marxista um dia, escrevia. O Serra nunca foi bem um marxista, mas era uma pessoa bem crítica, o Fernando Henrique teve uma formação marxista, até o Malan escrevia ali. Era um economista de oposição ao regime para vocês terem uma ideia. E todo o pessoal mais da esquerda clássica escrevia nesses jornais. Tenho todos os números, isso foi a minha sorte. Sou uma pessoa meio organizada no cotidiano assim. Eu comprava nas bancas, assinava. Em todos os anos eu não perdi um jornal. O “Pasquim” era o escracho contra a ditadura. E era muito importante, por que era humor. Uma linguagem fácil de assimilar. Claro que nas camadas médias, estudantes, nas camadas mais ilustradas. Mas o “Pasquim” foi muito importante. Por várias razões culturais, políticas de inquietação. Agora o “Opinião” e o “Movimento” eram muito

estudo de fôlego mesmo e ainda hoje é um grande material. Outra coisa importante cultural e de resistência era essa coleção “Associação Brasileira”. Era o Enio Silveira basicamente que também era um pouco ligado ao Partido e tal. Mas assim, a melhor produção crítica e de esquerda, nacionalista, foi essa revista de alta qualidade. Ela teve dois momentos, um momento mais nos anos 60, não sei quanto tempo durou, mas editou uns 30, 40 números. E depois que o regime fechou eles ficaram uns 2, 3 anos sem editar. E depois relançaram em 1976/77, e conseguiram durar mais alguns anos com o nome de “Encontros com a Civilização Brasileira”. Tem até um artigo meu no número 12 salvo engano. Fizemos juntos eu e o Luis Carlos antropologia. O Luis Carlos também era uma figura interessante. Ele nunca foi do Partido Comunista, não era marxista, mas sempre foi muito de esquerda. E a vida dele foi o Vietnã, e o AI-5 também. Ele pegou 2, 3 focos e fazia muitas críticas. Ele tinha muitas vezes a paixão por essas problemáticas. Ma foi um cara assim, no plano cultural foi muito importante. Então na antropologia tinha a Ana Beker que era bem politizada, de esquerda. O Alftat, o Silvio que sempre foi muito cauteloso, que dialogava, mas nunca foi linha de frente muito menos marxista. E outras duas colegas também. Gente crítica, simpática da esquerda que era mais o Josué, Zequinha e a Neusa. Então esse grupo do museu, era politicamente mais arejado. Muito interessante. Eu me situava muito academicamente com esse grupo. Bom, quando voltei da Inglaterra em 1992, não tinha muita coisa acontecendo aqui. Era governo FHC. Mas antes de viajar, entre 1985 a 1990, me filiei e participei da vida partidária do PCB, já na legalidade. Aí sim eu formalizei e fui presidente municipal do Partido em Florianópolis por quatro, cinco anos. Fazíamos reuniões, o Marcão, presidente da Apufsc, Gerônimo, Fernandão, Hilton Muniz, que foi presidente da Apufsc, Bernardete, Edi [irmão do Idaeto]. Era um grupo muito bom. Tinha uma conjuntura bem interessante ligada ao Partido. Tivemos algum lance aqui, ali. Mas a gente via que não saía muito daqui. Não conseguimos fazer um partido, ter bases. Éramos esse grupo, fazíamos as reuniões, atividades. Participamos das eleições, lançamos candidatos a vereador, deputado estadual e a governadores uns dois, três anos. Entrei ali mais para mostrar a cara. Era um pessoal respeitável, universitário, não era um monte de loucos

falando em torno do socialismo, do comunismo. Nos colocamos na televisão, nas campanhas políticas em uma tentativa de desmistificar o “bicho papão” do comunismo. Usava muito a imprensa. Escrevia artigos para combater o senso comum assim: “o comunismo e a religião”, “família e comunismo”. Realizamos congressos estaduais. Foi um momento que chegamos a acreditar que o velho partidão podia se renovar, atualizar, se oxigenar. Com socialismo e com a democracia, mas sem diluir como acabaram se diluindo. E quando eu saí no ano seguinte, no início dos anos noventa, todos os partidos comunistas se diluíram o italiano, o inglês eu cheguei a acompanhar o congresso do Partido que acabou se diluindo lá. E aqui virou PPS. Quando eu estava no partidão entrei em contato direto com o Gilberto Freire, parecia um cara preparado e tal. Mas depois se diluiu em um social democratismo, oportunista, eleitoreiro como qualquer outro partido. Para vocês terem uma ideia: O Blairo Maggi era do PPS até o ano passado. Não tinha critério, entrou cada pilantra, picareta de qualquer tradição e matriz ideológica. Eu nunca mais militei nesse partido. Tenho alguns amigos ainda. Tem muita gente que ficou no Partido. Trabalhei muito com o Grando aqui. Ainda em 1976, trabalhei com parlamentares do MDB, por que ali tinha uma tribuna e um pessoal que chamava “MDB autêntico”. E alguns parlamentares de esquerda. O próprio Motinha, que era do Partido Comunista, foi deputado. Então a gente trabalhava muito com esse pessoal. E contava com alguns recursos institucionais: uma passagem para ir ao congresso aqui e ali, fazíamos como uma assessoria parlamentar informal. Análise dos discursos, organização de campanhas, nessa parte mais programática; volta e meia algum debate, trocávamos alguma ideia. Fiz muito isso. Algo como uma forma de “ideólogo”. O que eu mais participei assim foi em duas campanhas para prefeito do Grando, no tempo em que ainda atuávamos no partidão. E em 1982 tive uma participação forte, estratégica até, na famosa eleição para governador. Uma eleição em plena ditadura, que o MDB ganhou em quase todo o país. E aqui perdeu para o Amim. Muito polarizada. Muito radicalizada no discurso ideológico. O Candidato do PMDB que a gente era vinculado era o Jaison Barreto, que era deputado e senador. E era uma postura assim bem socialista. O discurso dele era socialista de um modo geral. Ele estava muito

próximo do pessoal de esquerda. Era nacionalista, ele tinha sido presidente da Comissão de Saúde lá. Ele brigou com os monopólios da indústria farmacêutica. Um discurso muito atual e muito candente né? E nessa campanha o Amin estava surgindo ali. Foi uma eleição, digamos, do “comunismo” “anticomunismo”. Movimento de setores da ditadura. E nós demos uma característica para a candidatura do Jaison muito de esquerda e de confronto a ditadura. Ali eu reagimentei muitos colegas do Partido, intelectuais da universidade. Nós fizemos o programa dele e organizamos o debate. Ali participei, digamos assim, na grande política institucional. Mas na sequência tudo isso se diluiu. Foi uma eleição fraudada, roubada. O Jaison também depois se desencaminhou. Encheu o saco de fazer política e largou todo mundo. Nesse momento tinha o Jaison bem pela esquerda. Tinha o Dirceu Carneiro de Lajes, tinha tido aquela experiência interessante em Lajes. Um “piquete socialista” como disse o Borhnausen. Foi uma gestão muito participativa, antes desse termo virar moda. Mesmo no campo teórico foi uma experiência pioneira de administração participativa. Então nós acompanhamos muito essa experiência e éramos desse grupo. Vieram dois, três teóricos de São Paulo. O Marcio Moreira Alves, daquele do discurso do AI-5. Ele veio e escreveu um livro sobre a experiência. Depois o Tragtenberg, o sociólogo crítico fantástico. Ele veio, e fomos a Lajes com ele. Agitamos um pouco com o Vedekin, o Jaime e o Dirceu. E os três foram senadores, então não era pouca coisa. E eram bem de esquerda, mas por várias razões, os três foram candidatos a governador e os três perderam. Depois foi desagregando esse grupo de esquerda que se agrupava em torno desses parlamentares.

MDH: Como vocês viam a transição?

RF: Acontece algo interessante. Eu estava no PC, que tinha uma política de apoio à transição com o Tancredo e Sarney. E dessa coisa gradual, dessa conversação até com o Bornhausen, até com o PFL. Quando se compuseram na chamada Nova República. Eu já estava no Partido e escrevi vários artigos contra a linha do Partido. E denunciei eles como conciliação. Publiquei no jornal Estado, dois artigos grandes. Estava no Partido, mas mantinha muita independência. Algo meio ambíguo não é? Porque o PC clássico, você vai lá e assume a linha do Partido.

Aqui não estávamos no período do stalinismo e era um partido que se pretendia mais democrático. Eu seguia a linha do Partido, mas nunca deixei de me manifestar enquanto estudioso em minhas análises independentes. O que eu conseguia entender, elaborar e argumentar, argumentava. E argumentei contra essa transição conservadora, a chamada conciliação, “transição transada”. Com toda essa polarização na eleição de 82, que denunciávamos como uma eleição roubada, fizemos várias manifestações de rua, debates na universidade. Meu melhor trabalho acadêmico que publiquei em vários lugares, aqui e em São Paulo, foi a análise dessa eleição. E depois disso tudo, os denunciei como conciliação. Publiquei uns três artigos no jornal Estado. Depois o Jaison e o Amim começaram a se aproximar. Algo que ninguém entendeu. Como éramos próximos ao Jaison, fomos ver o que era isso. E um dia, tínhamos uma reunião do Jaison com o pessoal do Amim. Isso não fazia o menor sentido. Estávamos reunindo com esse cara. O fato é que em nível nacional, o Jaison por princípios se alinhava a um grupo do PMDB que criticava a transição, queriam eleições diretas. Uma facção bem radicalizada da esquerda que não aceitou a transição com Tancredo e Sarney. E o Amin, que não era bobo, vendo que o barco já tinha furado, o PDS tinha candidato no colégio eleitoral com o Maluf, o Amin, vendo que ia perder, tirou o time dele de campo. Ele, por oportunismo, também não validou o colégio eleitoral. O Fato é que os dois ficaram meio isolados em seus partidos. Jaison radicalizado à esquerda no PMDB e Amin que não apoiou a candidatura do PDS. Foi então que o Brizola, um cara que ficava inventando coisas, tentou puxar o Jaison, que estava descontente no PMDB, para o PDT. E o Amin também. Por causa dessa composição nacional essas figuras estavam contrários a validação ao colégio eleitoral, o Amin por puro oportunismo e os dois por posição política mesmo. Então, via Brizola tentou-se uma aproximação. Então começamos pensar: “porra, o que que é isso?” No PMDB estávamos em briga aqui. Nós fizemos um seminário grande. Um seminário nacional chamado “socialismo e democracia”. Foram 3 sessões, e colocamos de 500 a 600 pessoas em cada uma. Estávamos bem radicalizados e o Pedro Ivo do PMDB aglutinando pela direita. E o Jaison bem desconfortável no PMDB, já estava quase sendo empurrado para fora. Fou então que ele tentou,

acho que numa jogada meio maluca, se aproximar do Amin via Brizola. Para que os dois fossem para o PDT. Já que o PMDB estava se diluindo na “nova república”, o PDT era um grande partido que o Brizola articulava, que fazia mobilizações e queria se afirmar num socialismo democrático com o Moreno, Darci Ribeiro. E a nossa leitura era que bom, era melhor puxar o Amin para cá, fazer ele romper, por que a nossa leitura era que o Amin seria o sangue novo da oligarquia aqui. Estava renovando a oligarquia e a oligarquia velha vai pro pau e o Amin vai pro PDT com o Brizola. E bem ou mal enfraquecemos o outro lado. Era uma leitura meio difusa que eu tinha sobre isso. O fato é que o Jaison e o Amin compuseram o formaram o governo de coalizão. Bem informal na verdade. Era a coligação “Jasmin”, Jaison e Amin. O fato é que ninguém entendeu e ninguém aceitou isso. Nem o pessoal do Amim e muito menos o pessoal do Jaison que tinham brigado de morte nos municípios. Brigaram assim de se estaquear. Na prática ouve a coalizão, o pessoal do Jaison indicou 2 ou 3 secretários. Isso durou um meio ano e desmoronou, porque não tinha consistência alguma. E o Jaison ficou meio estigmatizado com o Amin. Como o Jaison não era muito orgânico, ele era muito brilhante, muito articulado, mas também meio performático, com uma retórica de esquerda inflamada, mas mais um performático. O fato é que ficamos todos perdidos. Nunca conseguimos explicar isso para ninguém direito. Isso foi em 1985, como isso se desmanchou. Tinha a primeira eleição direta pra capital naquele momento. O Jaison foi pro PDT. E o PDT fez uma aliança com o Amin e o PDS. A famosa tal da AST, a Aliança Social Trabalhista que lançou o Chiquinho de Assis contra o Andrino que acabou ganhando a eleição. E eu como estava muito próximo do Jaison, em nível de governo, quando esse negócio deu errado, eu tinha muita ligação com a imprensa e cheguei a dar duas entrevistas de página inteira ao Moacir Pereira, que era o analista político aqui, mostrando a inconsistência dessa aliança e tirando o time mesmo. Quando sai da coligação Jaime e Amin sai a AST municipal, mas eu nunca estive nessa coligação municipal. Mas até hoje ficou essa imagem que eu e mais uns caras de esquerda se coligaram com o Amin. Alguns caras aí dizem que eu fui um ideólogo da AST. Tenho nada a ver com ela. A tal ponto que, há uns três anos, quando o Lula

deu uma degradingolada para o centro e para a direita, um dia eu dei uma entrevista ao AN, falando da descaracterização ideológica do PT. E o vereador Marcio de Souza que é do PT. Ficou muito “infuriado” e fez um discurso na câmara e “panfletou” assim, me “desancando” do começo ao fim. Aí ele fez toda a minha biografia de “ideólogo da AST” e tal. Mas digo, ficou marcado né? Porque foi um episódio realmente problemático, mal explicado. É aquela coisa que a gente comenta em sala de aula. Que a política e a prática, a tradução da sua compreensão teórica para a prática política é muito complexa. É isso que tem feito a história das divisões da esquerda o tempo todo. Ou do seu isolamento ou das suas deformações quando chega a conquistar o poder aqui e ali. Por que a política, na leitura maquiavélica e marxista no sentido fundamental, a realidade é como ela é. Então se tu tem que compor eventualmente com algum liberal ou um direitista aqui e ali. Se a conjuntura te enfraquece muito você tem que fazer coisas inimagináveis em termos teóricos. Você nunca pode fazer transposição muito direta. Os teus fundamentos teóricos e a prática política. Não funciona. Pra vocês terem uma ideia, o próprio Marx nos episódios de 1848 enfatizou muito, que naquela época o problema maior era se confrontar com o regime, muito reacionário. E você tinha que compor com burgueses liberais, constitucionais junto com o proletariado. A revolução de 1848 foi feita assim. E em vários momentos da história. O famoso pacto Stálin x Hitler. Estavam no meio de uma guerra. E aqui no Brasil também. Em 30, alguns que eram integralistas depois se tornaram progressistas. O Elder Câmara aqui, na época do regime militar era muito combativo contra os militares. Muito progressista e respeitado, até esquerdista. Outro exemplo foi o do Prestes, saiu da prisão e se juntou ao Getúlio, que tinha mandado torturar a mulher e ele próprio. Então a vida política, as conjunturas tem que saber o que pode avançar e se pode fazer.

MDH: O senhor chegou a acompanhar o rompimento do Prestes com o PCB?

RF: Acompanhei por alto as razões por que ele foi marginalizado e excluído do Partido. Foi um pouco na minha linha de rompimento. Muitas acusações dele ao Partido e do Partido a ele. Eu pessoalmente

nunca me incomodei muito com isso. Por que era tão irrelevante o potencial de captação política do Prestes e do PCB nesse período que eu não ia esquentar minha cabeça com isso. Tem grupos muito intransigentes de um lado e de outro, e os Prestistas principalmente. Percebe essa visão muito fechada, estruturada, eu achava bobagem por que a luta política no Brasil, na redemocratização colocava outros eixos do que esse sectarismo de esquerda. Eu nunca entrei muito no mérito desse sectarismo de esquerda. O Prestes eu vi uma vez pessoalmente. Ele veio dar uma palestra em Florianópolis. Agora não sei se foi na reitoria ou foi na assembleia. E eu fiz o que faria um cristão com seus santos. Bati nas costas dele assim. “pelo menos toquei no Prestes” [risadas]. Ma depois que substitui ele foi o Jacob Dias, esse eu não tive muito contato, o outro que substitui ele foi o Malini, que foi secretário-geral nos anos 80, com esse sim eu tive muito contato. Contato pessoal e discussão, eu fui no congresso com ele, a fui delegado de Santa Catarina. Eu morava na Lagoa numa casinha e ele passou uns 10, 15 dias comigo. Ele tinha sido até um herói de guerra, tinha perdido uma mão na Segunda Guerra. E eu discutia muito com ele até a linha do Partido, por que eu nunca aceitei muito a linha do Partido. E ele sempre me dizia que eu não entendia bem a questão democrática no Brasil. O PCB colocou essa coisa da questão democrática. Com o Freire também, depois que substituiu o Malini, discutimos muitas vezes. E eu sentia que era uma outra coisa e tal. E o Malini quando foi dirigente, foi o momento que o Braian Magi entrou no Partido. E o Malini que se salvou na clandestinidade, veio de uma luta política muito encarniçada, começou a andar com esse cara que já era o rei da soja. E ele começou a andar no jatinho dele pra lá e pra cá. E o pessoal começou a criticar, mesmo a imprensa burguesa começou a tirar um sarro. “Como é que o Partido Comunista agora anda de jatinho com o maior rei da soja?” E aí eu vi realmente que era o fim da picada. Não tinha mais argumento, não tinha como justificar o troço. Embora o Partido Comunista nesse momento, e depois também, e isso tem que se falar a favor dele, mantinha um nível razoável de discussão interna. Tinha o jornal “A Voz da Unidade”. Que é um jornal bem editado, que vinculava muita discussão e muita polêmica, perto do nosso congresso, quebrava muito pau. Discutia-se muito, se escrevia muito, se argumentava muito. E duas, três revistas boas de fundamentação teórica.

Bom sempre teve um bom grau de instrução no Partido, mas em algum momento, não sei bem, o que que houve se perdeu ali nessa transição.

MDH: E como o senhor avalia hoje a sua atuação política?

RF: Sempre tive uma postura privilegiada, nunca dependi de nada nem de ninguém. Era confortável para mim. Sempre tive uma materialidade familiar que não era grandes coisas mas nunca tive preocupação com emprego. Só o salário da universidade já fazia muita diferença. Sou um produto muito do marxismo mas também da contra cultura e me senti como um “free-lancer” no mundo, sabe? nunca me incomodei com nada nem me deixei enquadrar demais, em certo sentido quase uma atitude anarquista, individualista. Vou muito na capacidade de entender as coisas, analisar, processar. Nunca fui de brigar com argumentos, ser um cabeça dura ou ter ideia fixa sobre qualquer coisa. Tenho meus balizamentos, pressupostos e critérios, mas não faço um campo de batalha, pessoal. Tento argumentar, discutir. É claro que em alguns momentos temos que assumir uma posição radical e confrontar. Quando comecei a escrever aqui, escrevia muito para o boletim da Apufsc e de uma forma muito confrontacional por que não tinha nada a perder. Mas minha vida sempre foi muito de estudo, mas sempre muito disperso, e nunca consegui encaixar em uma linha. Eu mais atendia a demandas, palestra, debate, coisas assim. Quando eu estava no Partido nós organizamos um seminário nacional aqui de preparação ao congresso do Partido. Isso foi em 88 eu acho. Mas dei um caráter acadêmico a isso. E aí chamei dois, três caras de São Paulo, de Porto Alegre. E fizemos algumas análises, produzimos algum material. E conquistava algum espaço na imprensa. Eu escrevia sobre vários assuntos diversos de problemas que aconteciam na cidade. Etc. Violência policial, criminalidade. Não era minha área, nunca foi, mas tinha uma facilidade de caracterizar os problemas. Matéria sobre aborto, lá ia eu escrever sobre liberdade de escolha. Sempre assuntos e intervenções pontuais. E hoje há algumas retomadas, até um certo refluxo do New-Liberalismo. Fórum Social Mundial, estão começado a abrir perspectivas mais interessantes. Mais publicações, mais grupos marxistas daqui e dali. Então voltamos a nos animar mais. Então tem outra coisa interessante que tem mais a ver com vocês. Supostamente

na época da ditadura houve um movimento estudantil forte. Mas de uns 20 nos para cá. Em Florianópolis a dinâmica dos movimentos era muito fraca. Parecia que tinha uma grande organização que se perdeu. E é verdade um pouco mas nos tempos atuais. Nos últimos cinco anos, por causa do MST talvez. E até aqui em Florianópolis, já tem livros que analisam várias entidades associativas e algumas se radicalizaram, como o Movimento Passe Livre. E ao mesmo tempo, na universidade hoje tem muito mais gente, não digo marxista, socialista, mas em Florianópolis, muito mais gente mobilizada, mais protagonistas, e mais indivíduos do que naquela época. Recordo que na década de 80 trouxemos Darci Ribeiro, Prestes. E isso dava uma plateiazinha média. Mas você via que quem realmente estava dialogando eram 4, 5 caras. Quando fazíamos algumas discussões e intervenções nos bairros, não mobilizávamos ninguém, éramos meia dúzia de gatos pingados. Então com todo esse refluxo há uma outra leitura. Mesmo no movimento estudantil vejo esses estágios que o pessoal vai fazer lá no MST, conexões. Isso era uma coisa impensável, mais avançada do que tinha naquela época. É claro que a ditadura estava lá a reprimir. Agora, você se conectar, ter uma capacidade teórica do que está acontecendo e ir lá fazer os estágios. Claro que a cidade aumentou muito e é lógico que, quando as coisas crescem as contradições se acirram, as tensões sociais afloram. Para encerrar essa avaliação: as coisas estão como deveriam estar. Não há sociedade sem avanços e retrocessos. São as contradições que comandam o processo, não tem nada estabelecido. Nada harmonizado.

ENTREVISTA 10

Entrevistados: EGLÊ MALHEIROS (EM)

SALIM MIGUEL (SM)

Entrevistadores: JOÃO GABRIEL SANTOS

VAGNER BONI

Entrevista concedida ao MDH em 14/10/2008

MDH: Um pouco sobre vocês.

EM: Em 1964, nós morávamos na Agrônômica. Temos quatro filhos. O mais velho com nove anos e o mais novo com quatro anos. Eu era professora de História do Instituto Estadual de Educação. Trabalhava lá desde os dezenove anos de idade. Eu tinha entrado por concurso. Além disso, era uma época de muita movimentação política, e também tinha um delegado de polícia de plantão. Estávamos fazendo o movimento por uma reforma do ensino, e até hoje eu lamento, se tivéssemos feito, o ensino estaria de outro jeito, pois havia uma mobilização muito grande dos professores, não propriamente uma mobilização partidária, mas uma mobilização em torno de um projeto. É isso.

SM: Eu, claro que eu morava no mesmo lugar, éramos casados, somos casados. E eu estava com quarenta anos, era jornalista, era chefe do escritório da Agência Nacional em Santa Catarina. Agência Nacional

era o órgão de comunicação do governo federal. Tinha a direção-geral no Rio de Janeiro e cada estado tinha um escritório. E, além disso, eu era da assessoria de imprensa do Governador Celso Ramos. [Silêncio.] O golpe foi no dia primeiro de abril. No dia 2 de abril, eu estava saindo do gabinete de relações públicas, onde eu trabalhava, para ir passar uma mensagem para Agência Nacional no Rio. Aí eu estava atravessando a Praça XV e eu resolvi tomar um cafezinho no “Ponto Chic”. Quando eu cheguei, eu estava com o cafezinho na mão conversando com uns amigos e vi aquela parte toda da Felipe Schmidt até embaixo na Conselheiro Mafra, tudo sendo cercado por soldados, por civis e por uma ambulância. Aí chega um comissário que eu já conhecia, que era conhecido e diz assim: “Estais preso”. Eu disse escuta, deixa eu tomar café em paz. Que brincadeira é essa? Ele de novo: “Não, estais preso”. Esse “estais preso” significava primeiro ir para o quinto Distrito Naval, depois era para ir para ser preso na Escola de Aprendizes de Marinheiros. Aí discutimos durante quase uma hora, a gente às vezes faz coisa que depois se pergunta como é que eu fui fazer isso, discutir daquele jeito com ele, por exemplo. Eu disse que primeiro eu estava estranhando ser preso, depois que eu não ia nem para o quinto distrito naval, nem para a escola de aprendizes e que não entrava na ambulância porque eu não estava doente. Resultado, eu fiquei quarenta e oito dias no alojamento da polícia militar na Praça Getúlio Vargas.

MDH: Isso é experiência do golpe, mas e quanto as suas experiências antes do golpe. Isto é, vocês, e as pessoas em geral, tinham consciência que estava se aproximando do golpe?

EM: Eu não disse, eu já na época do golpe estava com 36 anos. Eu já tinha uma militância bem antiga e atuante no PCB. A gente sentia algo estranho. Porque desde 1954 que a direita estava tentando dar um golpe no Brasil. Por várias vezes, por várias formas, tentou e não tinha conseguido. Naquela mobilização pelas reformas de base do Jango, aquele entusiasmo que despertou, eu pelo menos sentia um entusiasmo sem uma base sólida, e eu realmente estava preocupada. Não sei se pelo fato que em 1935 vários tios meus foram presos por causa da Aliança Nacional Libertadora. E eles contavam essa história

de que tinha havido relatórios que a gente chamava de relatórios de baluartistas, quer dizer, contando grande coisa sem ter consistência. E depois quando eclodiu o movimento não tinha aquilo que se imaginava que era a arregimentação popular, então eu tinha também essa sensação que a coisa estava perigosa, não estava garantido, quer dizer, a afirmação que alguns faziam de que já estamos no poder era falsa. Pois, estar no poder não correspondia à realidade porque o aparelho de estado estava todo controlado pela mesma classe, né, que controlava até então. Na época os estudantes todos e os sindicalistas se reuniam na sede da UCE, União Catarinense de Estudantes, que ficava naquela rua que desce ali um pouco depois da Gerônimo Coelho. E tinha a UCE e quando eles começaram o golpe, eu fui até lá, estavam uma porção de dirigentes estudantis e tudo, e eu disse: E aí, já se organizaram aí temos que ter gente do outro lado da ponte, não pode estar todo mundo do lado de cá da ponte, porque isto aqui é uma ratoeira, temos que ir etc. E um companheiro que já morreu, Mario Bastos, também foi lá falar a mesma coisa. Eles prometeram que iriam para o outro lado da ponte, que nada! No outro dia estava todo mundo aqui, que era mais movimentado, aqui que as coisas aconteciam. Todo mundo ali, quer dizer, era um pouco de ingenuidade diante do que viria, a ideia de que dariam o golpe, mas ia agir dentro da normas da lei, essas coisas assim. Tinha havido aqui, com muita gente, com muito barulho a marcha com deus, pela família e pela liberdade. E a mobilização, isto é, a divisão da sociedade ficou muito, muito definida, né?

SM: Eu não era do Partido Comunista, nunca fui, nem sou de partido nenhum, mas sempre fui um homem de esquerda. Diziam que eu era o líder do PC. Só que para não aparecer aparecia a Eglê no meu lugar.

EM: Eu digo que é uma prova de machismo... [Risos.]

SM: Mas, além disso, eu não escondia as minhas posições, eu tinha sido dono de uma livraria, a livraria Anita Garibaldi, não só eu, eu era sócio da livraria Anita Garibaldi, pela primeira vez em Florianópolis passou a vender todo tipo de livros, inclusive livros comunistas vindo da Editora Vitória do Rio de Janeiro, que era de gente do Partido Comunista. Ao mesmo tempo também pela primeira vez importava livros de outros países para vender em Florianópolis. Então, embora

em 1959, nós não estivéssemos mais na livraria, ela continuava sendo chamada a livraria do Salim. Eu fui preso no dia 2...

EM: Falaste 1959, o quê em 1959?

SM: 1959 foi quando eu sai da livraria.

EM: Ah! Desde 1959 tu não eras mais sócio, é isso?

SM: Eu não era mais sócio. Então, em 2 de abril de 1964 eu tinha sido preso e no dia 3 entra o novo preso, tava vendo e aí começam a conversar e me chamam e dizem: “Oh, tem um assunto aqui que te interessa”. Eu cheguei lá. Esse aqui acabou de ser preso agora, ele tem uma novidade. Eu disse: “qual é a novidade?”. Queimaram a tua livraria! tinha um grupo, tinha 3 na cabeça desse grupo, o grupo de umas dez a quinze pessoas. A livraria ficava na praça XV quase com a esquina com a Conselheiro Mafra. arrombaram a porta, jogaram todos os livros no meio da rua, entre a Conselheiro Mafra e a praça XV e tocaram fogo. Jogaram fogo dizendo assim venham ver, estamos queimando esse lixo, esses livros de todas as tendências, esses livros de esquerda, livros comunistas, não sei mais o que. Então tudo isso contribui, o fato de eu não dizer que eu não era comunista, embora eu não fosse. Tudo isso contribuiu para que eu ficasse os 48 dias preso. Mas essa altura a Eglê também já tinha sido presa e ela pode contar como foi a prisão dela.

EM: Eu estava em casa. Bem, logo depois de 1964 a gente na vida sempre procurou atender os companheiros, alguns que não tinha onde ficar, outro companheiro que era ilegal aqui, mas tinha família, tinha filhos, atender os filhos, e tinha um amigo nosso do Rio que trabalhava para a agência Nova China veio para cá, para fugir, para não ser preso e chegou lá em casa a noite, aí fiz ele entrar, dei o quarto para ele e tudo, e depois consegui entrar em contato com um tio dele para que ele ser lavado para fora e depois foi para o exílio. Foi para uma praia e depois foi para o exílio. Mas essas coisas que a gente estava fazendo, na verdade tinha gente olhando, tinha gente ouvindo, eu não tinha telefone, porque na época raramente as pessoas tinham telefone, mas tinha um vizinha minha que tinha telefone e eu falava no telefone. Mas eu falava com cuidado assim, mas o cara que estava na escuta lá interpretou errado e

achou que eu estava combinando não sei o que, e resolveram me prender logo. Eu não fui presa até aquela ocasião por causa das crianças. Aí era de tardinha e vieram e me prenderam e as crianças ficaram com essa vizinha até que chegasse a minha cunhada. A minha prisão despertou uma reação negativa para o golpe. Então eu fiquei lá dez dias presa e depois eu vim para casa em prisão domiciliar. Ficava em casa. Estava proibida de sair ou receber visitas, de tudo, ficava isolada. E aí eu fiquei lá, completei cinquenta dias de prisão e daí eu fui solta. Nesse meio tempo eu fui prestar depoimento na comissão de investigação estadual. Eles tinham comissão federal e uma estadual. Não sei se municipal também. Enfim, isso eu não sei. Tive que falar a respeito do Instituto Estadual de Educação (IEE), o que eu fazia e o que eu não fazia e aí eu prestei depoimento até para uma pessoa que era das nossas relações, o cara estava fardado, pois estava naquela função. Um pouco antes de eu ser presa eu tinha ido ao IEE, que eu estava dando aula, quando eu cheguei lá, era dia 4 ou 5 mais ou menos e o diretor, que era pessoa de nossa amizade, recebeu-me passado e disse assim: “Olha, tenho ordens de que você não pode mais por os pés aqui no IEE.” Eu estava lá desde os 19 anos de idade. “Então, eu não sei, continuou ele, você resolve, se você quiser entrar eu deixo você entrar e entrego o meu cargo”. O diretor era indicado pela congregação dos professores do instituto e nomeado pelo governador. Aí eu disse que não. Disse eu não vou entrar e você não entrega seu cargo, pois a gente precisa de gente mais correta ou o que der para segurar. Aí então não podia entrar no IEE. Mas aí então foi feito aquele tal interrogatório naquela comissão, eu falei o que achava e me deram um prazo para entregar por escrito a defesa e daí eu entreguei por escrito a defesa. Aí havia uma ironia, porque um membro do exército havia sido diretor do IEE, por sinal um bom diretor. Numa época que o IEE estava muito bagunçado. E esse mesmo oficial quando deixou a direção, me dirigiu, assim como dirigiu a vários outros professores uma carta elogiando a cooperação. esse homem depois depôs contra mim. Na defesa eu disse, estranho né, há um homônimo aqui, porque não pode ser a mesma pessoa que escreveu isso pra mim e agora faz isso. E ali eu terminei a defesa citando o Thomas Mann. O Thomas Mann fala a respeito que as coisas vão passar. Ele falava da Alemanha nazista. Que o nazismo passaria e a liberdade voltaria através da luta

das pessoas e etc. Aí então em decorrência disso, não fui demitida, fui posta em indisponibilidade. Quer dizer, fui encostada num canto lá não tinha direito a mais nada. Quer dizer, recebia mensalmente o ordenado básico, o que correspondia a uma terça parte do que antes normalmente eu ganhava. Isto foi mantido até 1979 quando eu pedi a readmissão.

SM: Em 1979 foi quando nós voltamos do Rio de Janeiro.

EM: E com a anistia, eu podia pedir a reintegração e voltei para o IEE.

SM: Eu fui preso e eu fui depor três vezes.

EM: Pera um pouquinho. Evidentemente eu tive que depor no batalhão do exército.

SM: No Estreito.

EM: Porque o Inquérito Policial Militar (IPM) ainda estava aberto.

MDH: Em Santa Catarina esses inquéritos foram mais brandos que em outros estados? Como eram?

EM: Aqui, aqui não houve nenhum tipo de tortura. Isso não houve.

SM: Aqui na capital, porque no interior do estado e em outros municípios, teve sim!

EM: Não houve aqui tortura, houve prisão, houve todo tipo de pressão. Mas como as pessoas que estavam aqui elas tinham uma espécie de proteção por causa de atuação, de prestígio etc. Eles foram mais cuidadosos. Mas, em Criciúma, no Oeste, eles iam às casas e arrebentavam a porta, entravam, torturaram etc. Mas na época não apareceu por que a censura não deixava chegar aqui. Então quem estava em Florianópolis, estava mais protegido pelo fato da visibilidade. As coisas aconteciam e as pessoas viam, sabiam, mas, quem estava em outra posição não tinha proteção.

MDH: Então, voltando um pouco. Vocês comentaram da resistência e da solidariedade, tinham essas pessoas, tinham esses contatos, tinham essa solidariedade mais forte ou algum tipo de resistência ou a ditadura de 1964 ou as pessoas se apavoravam, como foi?

EM: Eu acho, por exemplo, que logo que veio o golpe apavorou, porque em princípio Florianópolis tem a ferida da revolução federalista e aquela coisa toda. Não que os federalistas tivessem sido anjinhos. Era violência de parte a parte. Mas ficou aquele trauma na cidade. E quando vem o golpe as pessoas imediatamente logo se encolhem. Mas mesmo se cuidando, autoproteção, tiveram atitude de solidariedade, mas não uma coisa organizada, mas algo assim como iniciativas pessoais. Por exemplo, eu estava em casa quando o pessoal do IEE, três ou quatro colegas meus, vieram e perguntaram se eu queria que arrumassem alguma forma de condução, uma canoa ou qualquer outra coisa para me tirar daqui. Eu agradei para eles, pois eu não ia fazer isto com quatro crianças. Mas agradei. Eu não tinha pra onde ir, eu não tinha ligações internacionais nada, mas eles vieram fazer isto e não eram pessoas comunistas, não. Eram pessoas amigas, achavam que podiam ajudar.

SM: Mas havia o outro lado também. Quando eu fui solto, eu fiquei dois dias em casa e depois fiz questão de descer. Então no centro da cidade, amigos meus, colegas do tempo de escola, dobravam a esquina para não me encontrar, não falavam comigo, enquanto gente que eu mal conhecia, faziam questão de me pegar pelo braço, tomar um cafezinho comigo no ponto chic. Que era o lugar em que eu tinha sido preso. Então a gente fica conhecendo melhor nesse momento o bicho homem né. Fica conhecendo o homem melhor. Porque aqueles que eu achava que deviam estar mais próximos, alguns tinham sido colegas de escola, outros amigos com os quais eu tinha trabalhado, e me viam, fingiam que não me viam e cruzavam a primeira esquina. Outros, ao contrário, que eu mal conhecia faziam questão de me pegar pelo braço e tomar um cafezinho comigo. Então é uma lição de vida que a gente aprende.

EM: Outra coisa que campeou muito nesse começo foi a delação. Havia grupos, principalmente grupos civis que haviam ajudado a preparar o golpe, levavam listas e mais listas com os nomes de pessoas que eles consideravam perigosas, subversivas, para serem investigados. Aquilo chegou a tal ponto que o comandante do distrito naval, que era a autoridade militar mais alta de Florianópolis, passou a só aceitar denúncia com firma reconhecida.

SM: Porque no começo um simples telefonema a pessoa já era presa,

imagina se nós dois hoje fossemos adversários ou inimigos, eu dava um telefonema e tu eras preso sem ter nada, sem ter nenhum envolvimento com a política.

EM: E mesmo quem pensava em política estava exercendo um direito.

SM: Claro, mas naquele momento não existia mais isso, né, Eglê!

EM: Não. Mas eu estou dizendo anteriormente.

SM: Eu costumo dizer que o Brasil é um país meio maluco e surrealista. Pois, outra coisa incrível aconteceu. Eu havia sido nomeado para chefe do escritório da Agência Nacional em Santa Catarina. Então eu tinha um emprego federal, esse eu não perdi. Mas o contrato de trabalho que eu tinha na assessoria de imprensa no do governo do Estado, eu fui preso no dia dois e três dias depois saía no Diário Oficial do estado a minha demissão. Então, eu continuei o resta da minha vida como funcionário do Ministério da Justiça, que tinha como órgão diretamente subordinado a Agência Nacional. Aquele que seria mais lógico que eu perdesse eu não perdi. E aqui o meu contrato com o governo de Santa Catarina foi rescindido três dias depois da minha prisão.

MDH: Vocês ficaram preso durante um tempo, seja no regime fechado ou a prisão domiciliar.

EM: O Salim ficou preso mesmo. E eu, claro que a prisão domiciliar foi dada a mim como um castigo, mas diante do fato de eu ter ficado uma semana longe dos meus filhos, eu aceitei como um presente. Mas eu não ia dizer isso a eles.

SM: Isto deixou marcas nos filhos, né. Vê só, o mais velho estava com quantos, Eglê?

EM: Com onze anos.

SM: Ia fazer onze, não é?

EM: Sim.

SM: E o mais moço estava com quatro. De repente eles veem a mãe sendo arrancada de casa numa tarde e ficaram os quatro lá sozinhos até que a vizinha foi e os recolheu. E como ela tinha telefone, telefonou

para minha irmã que foi lá e pegou os quatro e trouxe para casa do meu pai, ela era solteira e morava com o meu pai e trouxe as quatro crianças para ali, mas agora imagina o que isto foi para os quatro, né?

EM: Foi um trabalho de mostrar para as crianças que as coisas tinham mudado. Antes era uma mobilização muito grande, uma atividade muito grande, e eles acompanhavam na escola e tudo. Então passava polícia na rua e eles mexiam. Mas não podiam fazer mais isto. E havia outra coisa, prisão não era coisa só para criminoso, era para gente boa também [risos].

MDH: o processo da legalidade do Brizola teve algum reflexo aqui em Florianópolis, na cidade?

EM: Nós colhemos muitas assinaturas pela legalização do Partido Comunista porque a lei eleitoral requeria um número “x”. Aqui havia muito o grupo dos 11 do Brizola. Havia também. E essas assinaturas que as pessoas assinavam não eram membros do Partido, eram pessoas que achavam que o Partido Comunista devia ter o direito de existir legalmente. Alguns eram simpatizantes do Partido. Outros eram contrários e assinavam com esse argumento. “Sendo legal a gente acompanha os que estão fazendo.” E isto foi usado pela repressão para prender as pessoas sob a acusação de que aquilo ali era a lista dos membros do Partido Comunista. Eles sabiam que não era, mas utilizavam esse argumento pra facilitar a prisão.

MDH: Uma curiosidade sobre o PC. Aqui em Florianópolis, era muito grande? Tinha muitos militantes?

EM: Não era grande, mas era, digamos, sólido. Um grupo pequeno de militantes que estudava e procurava analisar as coisas. Tinha também organização em Itajaí, Joinville, Criciúma, no Oeste. Beneficiando-se daquele clima de mais liberdade, lutas por reformas para o governo Jango, né?

MDH: Vamos entrevistar outras pessoas em Criciúma. Vocês acompanhavam os movimentos em outras cidades como Itajaí? No oeste, tinham contato?

EM: Nessa parte, nessa época em 1964 eu já não acompanhava tanto por causa das crianças pequenas. Então, a minha atividade estava mais no meio do professorado. Essas alterações no ensino que a gente queria, não no sentido partidário, mas no sentido de democratização do ensino, e também em grupo de estudos. Eu e um grupo de companheiros discutíamos com o pessoal mais jovem, analisávamos os documentos, assim mais no sentido de grupo de estudo. Então, eu não tinha muito contato com o interior, mas sei do que eu ouvi falar, né? Eu lembro de que em Criciúma o Partido era forte.

SM: Nesse livro meu eu dou a relação dos sessenta presos que estiveram comigo no alojamento da polícia militar. Por ali se pode ver que tinha gente de Lages, de Criciúma, de Itajaí, de Blumenau, de Joinville, de São Francisco do Sul. Eu me lembro de presos que estavam comigo e eram dessas cidades. Eu do o nome, dou a profissão, dou a procedência para ver que muitos deles não eram filiados ao Partido Comunista, mas eram simpatizantes. Eram da minha categoria, por exemplo, né? Com a liberdade que o Partido teve no período do Juscelino [Kubitschek] já teve, né? Depois, também no período do Jango. Então, o Partido estava crescendo, né?

EM: Com Jango era uma semilegalidade.

SM: Então tinha núcleos nessas cidades e também no oeste. Mas, lá no alojamento em que eu estive não tinha nenhum preso do oeste. Não sei se tinha na penitenciária. Pois, aqui tinham presos na penitenciária, presos no quartel da polícia e presos na escola de aprendizes de marinheiros, nesses três lugares, então, que havia presos.

MDH: Trouxeram todos para capital?

EM: Centralizavam aqui.

MDH: Como foi lá a escolha de ficar no Brasil, ir para o Rio de Janeiro? Pensaram em sair do país?

SM: Acho que sair do país, nós nunca pensamos. Mas não tínhamos mais condições de permanecer aqui. Não tinha mais como. Aí como havia a possibilidade de trabalho no Rio, optamos por mudar para o Rio de Janeiro.

EM: Nunca pensamos em sair, pois nunca nos imaginamos morando e vivendo fora daqui. E a gente sabe pelos comentários de conversas que a experiência de vida é muito ruim. Não há nada de romântico. é uma diferença de vida muito grande. Aqui em Florianópolis acontecia o seguinte, como estava aquele clima policial, era um clima policial, então ficava assim, você evitava ir na casa de alguém porque você podia comprometer esse amigo, né. Ou não comprometê-lo e ele achar que você iria comprometê-lo. E você não ir implicava em o amigo achar que você não estava querendo saber dele, que você estava com medo. Quer dizer, aquela espontaneidade da amizade, das relações, estava rompida e a cidade era muito pequena, menor ainda que agora, e tudo que acontecia todo mundo sabia. E aí então, nós achamos que mudar para o Rio era melhor.

SM: Eu já tinha alguns livros publicados. De maneira que isso facilitou nossa ida para o Rio. Então quando a gente escolheu o Rio de Janeiro, escolheu uma opção possível.

EM: Eu tinha parentes lá também.

SM: É. Ela tinha parente lá, eu tinha um irmão. Então foi uma opção possível. Porque no Brasil, seria difícil um outro estado. E fora do Brasil não era só que a gente não estava pensando em sair, mas sair com quatro crianças não é fácil, se fôssemos só os dois, talvez a gente pudesse escolher por um país qualquer.

EM: A Ana Maria Machado, aquela escritora, ela teve um livro para crianças que fala dos vários tipos de pessoas. Inclusive tem umas que são as tiriricas. Tiririca é uma planta que dá no chão e se você arranca, ela brota de volta e fica ali. Então ela faz a comparação entre os que foram para fora do país e os que eram tiriricas, ou seja, que ficaram aqui mesmo sendo podados e nascendo novamente.

MDH: E o exílio interno? Pois na verdade foi um exílio. Vocês chegaram a ter algum tipo de atuação mais política no Rio de Janeiro? Algo mais profissional?

EM: Por exemplo, comecei ficando mais em casa fazendo revisões e traduções para ajudar na manutenção da casa. Tempos depois fui

trabalhar na Fundação Nacional do Infantil e Juvenil. Então eu não tinha uma atividade política, mas eu tinha uma atividade consciente, no sentido de levantar dos conteúdos dos livros infanto-juvenis, saber como é que eram. Abrir, assim, caminho para uma literatura mais aberta, mais democrática, mas atividade partidária eu não tinha no Rio.

MDH: Mantinham contato com as pessoas de Santa Catarina, de Florianópolis? Recebiam notícias daqui?

EM: Tínhamos algum contato porque a família tinha ficado aqui. Mas a gente não acompanhava de perto. O Salim tinha um pouco mais do que eu porque ele a trabalho vinha aqui.

SM: Como eu disse antes, eu não fui demitido do meu cargo de jornalista na Agência Nacional. Então, logo que cheguei ao Rio eu fui trabalhar na direção geral da na Agência Nacional no Rio de Janeiro. Mas o salário era pequeno. Então eu fui aprovado, passei por um teste e fui aprovado para trabalhar nas empresas Bloch, Revista manchete, revista tendência.

EM: Era uma espécie de abril menor.

SM: Isso durante alguns anos. Eu trabalhei nesta empresa durante treze anos. Oito anos eram viajando. Viajando e percorrendo o Brasil todo. Já em 1966, nós saímos daqui. Nós ainda resistimos durante oito meses em Florianópolis. Porque a gente não estava querendo sair, mas daí não houve jeito nenhum. Então, em fevereiro de 1965 decidimos nos mudarmos para o Rio e três meses depois eu estava trabalhando na manchete, e, em 1966, eu estava voltando para Florianópolis para fazer um caderno especial para revista sobre Santa Catarina. E daí, então, é que eu retomei o contato com as pessoas. Muitas pessoas inclusive achavam que eu não devia ter vindo. Diziam que não era para eu ter voltado. Em geral, fim dos anos 1960, a gente, no fim do ano e no começo do novo a gente vinha tirar férias e vinha passar numa praia aqui no norte da ilha. Ainda estava muito duro, pois o período mais duro foi depois do AI-5, treze de Dezembro de 1968 que foi o Governo do Médici, que foi o Golpe dentro do Golpe. Foi o período mais duro,

mas ainda assim a gente passava as férias de janeiro, de fevereiro, minhas férias no jornal e na Agência Nacional a gente vinha passar as férias aqui e íamos retomando o contato.

MDH: Não perderam o contato. Agora pegando mais sobre a década de 1970, vocês acompanharam o movimento cultural e o movimento popular aqui na década de 1970? Também a luta pela anistia?

EM: A parte final da luta pela anistia, sim, porque a gente já estava aqui. Em 1979 a gente voltou para cá. Mas esse período, não. No Rio, a gente participava. Porque nós e mais outros três, tivemos uma revista de contos chamada *Ficção*. A gente publicava autores novos, autores antigos etc. E procurava sempre abrir uma brecha nas normas da censura. Mas a nossa revista só tinha censura pós-aparecimento, não era prévia. Era uma vantagem. Na ocasião em que mataram o [Vladimir] Herzog, nós publicamos um conto que era a inquisição condenando à morte um homem. Era assim, procurávamos dar uma contribuição no sentido da redemocratização do país. Participamos também do Movimento dos escritores contra a censura, criação do sindicato dos escritores, sempre coisas de massa, não partidárias.

SM: Nós chegamos exatamente em 1979 quando, no fim do ano teve a Novembrada, e nós acompanhamos toda a Novembrada. A Novembrada vocês devem saber o que foi? Foi o Figueiredo que já era presidente veio pra aqui achando que estava tudo muito bem. De repente começou um grupo de jovens protestando, e isso cresceu tanto, desse grupo de jovens foi metade da cidade pra cima dele, protestando contra a ditadura, contra o Figueiredo, tem até uma foto na escadaria do palácio Cruz e Sousa, a sede do palácio do governo naquela época era o Cruz e Souza, o Jorge Bornhausen era o governador, dele descendo para discutir com os populares que tinham falado da mãe dele, do Figueiredo. Depois foram tomar um cafezinho, mas não chegaram a tomar um cafezinho, pois, ali foi um arranca rabo que um dos ministros acabou levando um pescoção. Eu acompanhei isso. a Eglê, não, mas eu acompanhei toda essa história.

EM: Nessa ocasião também houve a primeira greve dos professores aqui da região, nós organizamos. Foi um acontecimento. Também,

nessa ocasião do Figueiredo, o que em geral não se conta é o seguinte, tinha muita gente na manifestação contra ele, mas ainda ninguém esperava que ele descesse a polícia em cima. Mas a segunda manifestação, que foi feita pela libertação dos estudantes presos, foi a maior manifestação popular que já houve em Florianópolis, e proporcionalmente ao número de habitantes que tinham aqui foi maior que a passeata dos cem mil no Rio. Olha a quantidade de gente. E o importante é pensar que era uma hora que a reação estava em plena atividade. E, em geral aí há recuo. Mas que nada, o pessoal foi pra rua enfrentar, exigir a libertação dos estudantes e que eles não fossem catalogados na lei de segurança nacional. Nessa ocasião nosso filho, que era estudante de arquitetura, foi preso também. Tem até um retrato do pessoal e ele estava bem no meio. Vieram lá casa avisar que ele estava preso, claro que fiquemos chateados fomos logo saber onde ele estava. Mas o professor que tinha vindo avisar-nos disse para o nosso filho: “Que engraçado, seu pai e sua mãe não levaram um choque muito grande.” E o meu filho respondeu: Não, eles já tinham levado esse choque antes [risos].

MDH: E a greve dos professores, foi em 1979 mesmo?

EM: Eu acho que foi em 1979. Eu sou uma professora História péssima em datas. Tinha aqui a associação dos professores. Pois, não podia ter sindicato. Agora foi transformado no sindicato. Muito bem organizado etc. Mas, na época, foi levantada uma reivindicação salarial qualquer. Eles [Estado] não cederam, não abriram discussão nem nada. E foi feita a greve. A greve pegou praticamente o estado todo. Pegou o IEE, que nunca tinha entrado em greve. Quando foi votado o projeto na assembleia legislativa, que estava cheia de professores, foi derrotado. O que gerou uma revolta muito grande. Depois que conseguiram uma parte das reivindicações. Daí nasceu o sindicato. Que teve uma atuação muito boa. Agora eu acho que anda meio desorientado. Mas teve uma atuação muito boa em todo o processo de redemocratização.

MDH: Havia mais manifestação além da Novembrada, das

manifestações populares que se incorporaram a ela, do sindicato dos professores e da greve, a parte cultural tinha teor político?

EM: Tinha o teatro. Tinha teatro com conteúdo político bom. Tinha havido antes a prisão de todos aquelas pessoas na operação barriga verde, e não tinha sido noticiado na imprensa nacional. Os acontecimentos da Novembrada também não foram noticiados, tanto que com nossos amigos a gente comentava e eles “o que, houve isso?” Coisas assim aconteciam pelo Brasil inteiro, mas a comunicação era extremamente fechada. E nesse meio tempo quando veio à eleição do Tancredo e todo o processo de redemocratização e pegamos o Sarney como presente [risos]. O Partido Comunista estava legal e eu voltei par ao Partido. Mas, agora não sou mais. Com esse PPS eu não quero nada.

SM: Falaste em projeto cultural. Santa Catarina nunca teve um projeto cultural consistente. Do tipo que sai um governante e entra outro e o projeto continua. Não! Cada um acha que vai começar da estaca zero.

EM: Cada um governador, tu queres dizer?

SM: Cada um acha que vai começar da estaca zero e que ele é que vai fazer. Mas acaba fazendo coisa nenhuma. Então, sempre foram coisas isoladas. Tem um grupo que faz isso hoje, outro, amanhã. Um governo fez um pouquinho mais aqui, mas amanhã já não faz mais nada. Como nunca houve um projeto cultural e nunca os grupos das mais diferentes tendências artísticas se uniram, a gente até hoje não tem projeto cultural. Só se fala, se fala, e se fala. O que tem um pouco mais de consistência é a parte de cinema. Pois, tem a cinemateca. Tem um polo de cinema que está se criando em Florianópolis. Mas, no mais não tem. E naquela época tinha menos ainda.

EM: Discordo Salim. Havia grupos de teatro com peças boas. Tinha o grupo do contestado.

SM: Quando?

EM: Em 1977. Até 1978.

SM: Nós não estávamos aqui, como é que tu vás dizer que tinha?

EM: Depois, festivais da canção. Concorrentes com letras boas. Tudo isso tinha. Não era uma coisa de vulto. Mas tinha.

MDH: Era mais restrito?

EM: Mais restrito aos grupos.

MDH: Vocês chegaram a acompanhar o processo das Diretas Já? Como foi esse processo aqui?

EM: Ah, sim, claro. As Diretas Já, acompanhamos. Aí quem acompanhou mais foi o nosso filho, que estava no movimento estudantil. A votação das Diretas foi aquele quase ganha, mas não ganha. Essas coisas todas a gente passou.

MDH: Vocês eram um casal com ideias progressistas para a época. Participaram do grupo sul, movimento artístico da época. Como era a relação de gênero entre vocês e como era essa relação frente as demais pessoas, vocês causavam muito escândalo?

EM: Engraçado. Eu acredito que não. Porque mesmo pensando como eu pensava e agindo como eu agia, eu sempre fui muito solidária com as mulheres. Porque até hoje ainda com você vai numa festa ficam as mulheres de um lado e os homens de outro. Na época, mesmo se tivesse uma conversa entre os homens que estivesse me interessando, eu ficava entre as mulheres e conversava. Tentava discutir os problemas do ponto de vista humano. Nunca houve uma hostilidade. Mesmo porque eu acho que como politicamente eu tinha comprado uma briga muito complicada, pois era comunista, a favor da implantação do socialismo, do fim da propriedade privada e essas coisas todas, eu me concentrava mais nesse setor e como felizmente eu tinha um relacionamento bom com meu marido, eu não sentia necessidade de desafiar ou qualquer outra coisa. É claro que uma das coisas que eu fazia era procurar esclarecer as mulheres para não serem elas os piores carrascos das suas irmãs. Porque muitas vezes o que acontece é isso. Pois, a mulher se coloca numa determinada posição e quem não agir como ela, ela mete a ronha. Faz isso pra se valorizar. Tem uma peça do Bernard Shaw que alturas tantas uma personagem diz assim: “O nosso azar é que

a dona fulana usa a virtude dela como uma espada contra o resto do mundo”.

SM: Tu falaste em grupo sul. Grupo Sul foi um movimento de renovação artística que deixou muitas sequelas. Muita gente que se considerava como sendo os donos do pedaço, mesmo sem ter tomado conhecimento da semana de vinte e dois, achavam que cultura era eles que faziam, sofreram essas sequelas. Isso teve reflexo em 1964, claro que não foi tudo, mas em parte, nossa prisão se deveu a isso. A Eglê e eu participamos durante os dez anos do movimento do Grupo Sul. A gente contestava os falsos valores que se juntavam em torno da ideia de alguns de que depois do que nós fizemos ninguém vai fazer mais nada em Florianópolis e em Santa Catarina. Ora, isso não existe! Se as pessoas fossem insubstituíveis o mundo já teria acabado.

MDH: Uma curiosidade... O senhor falou que não fazia parte do PCB, como o senhor lidava com a sua companheira?

SM: Ela tinha a inteira liberdade de ser comunista e aceitava que eu tivesse a inteira liberdade de não ser comunista. Tanto que tínhamos grandes amigos, alguns deles comunistas e grandes amigos que eram católicos, que eram de outros partidos, porque dentro desse movimento cultural do Grupo Sul nós não discriminávamos as pessoas! Então, não teve nenhum problema. Ela ia às reuniões, ela ia a comícios. Ela falava, ela sempre foi uma oradora muito eficiente. Ela foi a primeira mulher a se formar em direito em Santa Catarina. Quer dizer, tinha outras que se formaram fora, mas aqui no estado foi ela. Eu achava perfeito e isso nunca interferiu em nada, tanto que estamos desde que nos conhecemos até hoje sessenta e um anos juntos.

MDH: Para finalizar, gostaríamos que vocês fizessem uma pequena avaliação de como vocês veem o cenário atual em relação ao passado, tanto o movimento político, as relações das pessoas, as cidades quanto o movimento cultural também. Ou seja, como vocês avaliam os dias de hoje a partir de todas essas experiências e vivências pessoais?

EM: Penso que estamos numa época de descenso no movimento popular. Mas esse descenso é um momento para juntar forças e

recomeçar. Considero que essa confusão toda nos meios econômicos financeiros vai ser uma boa condição para fazer caminhar o mundo para outra direção. Embora os bancos estejam chorando. Quem analisava as coisas e não tinha interesse em mascarar a realidade sabia que o que está acontecendo aconteceria qualquer hora. É claro que os meios de comunicação colocam isso como surpresa. Pois, os meios de comunicação hoje, por exemplo, estão controlados por poucas pessoas, e nos dão notícias sem importância para que não fiquemos sabendo do que é importante. A internet, em contrapartida, claro, com todas as suas falhas, defeitos e problemas que pode apresentar, pode ser um grande instrumento de divulgação de ideias, de debate e de rompimento do monopólio da informação. Acho que não é para eu acompanhar, mas eu acho que as coisas vão mudar. É claro, porém, que ninguém tem uma receita pronta pra dizer como será. Mas, na verdade, a humanidade está dentro de uma situação limite, ou seja, ou se reforma, abre os olhos e deixa de consumir feito uma louca destruindo as riquezas que a terra tem ou então se acaba. Pra gente é meio difícil pensar em acabar, mas quantos bichos aí que existiam e não existem mais, se acabaram. Nós também somos bichos da terra. Por isso, eu tenho esperanças de que as pessoas acordem e as coisas caminhem para onde deve ser.

SM: Falarei apenas de dois itens da tua pergunta. Primeiro politicamente. Eu acho, politicamente, que o Brasil não avançou nem recuou, basta ver as eleições de agora. Em Florianópolis, por exemplo, o PV se alia ao atual prefeito que é o que mais está ajudando a destruir o meio ambiente dessa cidade. Pois, o que ele facilitou para grandes empreiteiras construírem monstros de concreto armado em lugares onde não deveriam ser construídos, não foi brincadeira. Temos também, o PC do B se unindo ao Espiridião Amin, que já foi duas vezes prefeito, governador, deputado. Quer dizer, nós não tivemos alternativa. As alternativas que nós tivemos no primeiro turno das eleições não tinham nenhuma chance, pois a população não está politizada. A gente fala em politização e não sei mais o quê, mas a população não está politizada, é fato. Vejam a votação desses caras. O filho do Espiridião Amin, o João Amin, foi o segundo vereador mais votado de Florianópolis. Aquele outro do democratas, que era

o Partido da Frente Liberal e que agora trocou o nome, mas continua a mesma coisa, foi o vereador mais votado da cidade. O demo [risos] teve o vereador mais votado de Florianópolis. E essa renovação de sessenta por cento de novos vereadores, será que vão realmente pensar a cidade e fazer uma câmara de vereadores para valer ou vão apoiar todas as coisas que qualquer um dos dois prefeitos em disputa que ganhar vai querer fazer? Veja que eu estou reduzindo a questão só para Florianópolis, não estou nem falando do estado e do país. Quanto à cultura, é aquilo que eu digo, Santa Catarina tem nomes importantes em todas as áreas de cultura, mas não tem um projeto de cultura. Tanto no nível da cidade quanto do estado. O que é feito, é feito por particulares, gente que se une e acaba realizando isso e aquilo, mas coisinhas que se perdem no meio do coisão que deveria ter sido feito.

EM: Salim, tem só uma coisa que deve ser esclarecida para não haver confusão. Não cabe ao estado criar fatos culturais. Cabe ao estado dar condições para que estes fatos se concretizem como, por exemplo, disponibilizar e estabelecer prédios e espaços e verbas etc.

SM: Sim, claro. Mas não criar lei de incentivo, pois isso é renúncia fiscal. Lei de incentivo o que é? É dinheiro que deveria ter sido recolhido para os cofres do estado e que o empreendedor, seja empresário ou banqueiro, resolve apoiar esse ou aquele projeto. Porém, nunca apoiam projetos fundamentais para a cultura, ao contrário, apoiam aqueles projetos que têm mais visibilidade.

EM: Vai fazer propaganda.

SM: Fazer propaganda com o nosso dinheiro. Pois, governo não tem dinheiro. O dinheiro vem de impostos, taxas etc. É o nosso dinheiro! E ficam os governadores dizendo com o meu dinheiro eu vou fazer isso e aquilo. Mas como, que dinheiro?

ENTREVISTA 11

Entrevistado: SERGE GOULAR (SG)

Entrevistador: VAGNER BONI

Entrevista concedida ao MDH em agosto de 2009

MDH: Um pouco sobre o senhor.

SG: Meu nome é Serge Goulart, nasci em Florianópolis, em 4 de julho de 1954. Sou jornalista, hoje. Minha militância se iniciou no movimento secundarista em 1969, com a participação do congresso da UPE, União Paranaense dos Estudantes, congresso que foi dissolvido pela polícia, pela ditadura, em 69. Depois, retomei essa militância, anos depois, em Santa Catarina, em Joinville, no que era a Faculdade de Engenharia de Joinville [FEJ], no início dos anos 1970. Foi nessa época que os confrontos mais fortes com a ditadura começaram a acontecer, pra mim. Na época se desencadeou a Operação Barriga Verde em Santa Catarina, Operação Bandeirantes em São Paulo, prisão de muita gente, tortura, mortes promovidas pela ditadura. Então iniciamos por essa época a discussão da necessidade de uma campanha sobre planejar as forças contra a ditadura que desaguou na campanha da anistia alguns anos depois.

MDH: Como foi a campanha da anistia aqui em Florianópolis?

SG: Nessa campanha da anistia eu comecei a participar aqui em

Florianópolis diretamente, a Campanha começou no Brasil com uma campanha pela libertação dos presos da ilha do Itamaracá, campanha pela libertação da Flávia Schilling que estava presa no Uruguai no presídio em La Libertad e, em fim, a campanha tomou corpo no Brasil com o nome de campanha como a anistia ampla, geral e irrestrita. A partir daí, eu comecei a militar no movimento estudantil durante alguns anos, foi a época onde se reconstruiu a UNE [União Nacional dos Estudantes]. Participei também da fundação dos primeiros centros acadêmicos livres da Universidade Federal de Santa Catarina, que foram o centro acadêmico livre de Arquitetura e o centro acadêmico livre de Psicologia, que era o curso que eu fazia na Federal, e, enfim, nesse momento se desencadeou um processo amplo de reorganização do movimento estudantil que levou ao surgimento de novas lideranças, novos militantes, novas diretorias de centros acadêmicos e diretórios acadêmicos que foram considerados como sendo órgãos que a ditadura tinha imposto foram sendo liquidados. Isso tudo levou a renovação do movimento estudantil como um todo nessa época, até a vitória de chapas mais combativas e tal, que acabavam no início dos anos 1980 deslocando o partidão, o PCB, que praticamente na época dirigia todo o movimento estudantil. Pelo menos a maioria imensa do movimento estudantil, o diretório central dos estudantes e tal. Foi um processo que depois foi culminar com a reconstrução da UCE [União Catarinense dos Estudantes] que era proibida também pela ditadura militar.

MDH: Como o senhor se ligou a todos esses militantes nessa época?

SG: Foi no movimento estudantil, participando de uma reunião de reconstrução da UNE durante a SBPC, em Fortaleza, em julho de 1979, que eu me liguei aos outros militantes que estavam participando de algo que se iniciava naquele momento e que se chamava de movimento pró-PT. Esse movimento pró-PT vai se desenvolver, e depois de alguns encontros nacionais se transforma no encontro nacional de fundação do PT. Esse fato é o que vai marcar, de certa forma, a minha vida militante. Em 79 [1979] ainda antes da fundação do PT, ainda do movimento pró-PT, eu participo de uma chapa que disputa a União Nacional dos Estudantes, foi a primeira eleição depois da reconstrução pelo congresso de Salvador que reconstruiu a UNE. Em 79 teve um

movimento muito importante aqui [referência a Florianópolis] que foi a última luta contra a ditadura e que se chamou de Novembrada. Eu fui um dos organizadores junto com outros companheiros do movimento pró-PT e mesmo do PCB, eu sei que eram os petistas, os militantes do PCB e alguns independentes que organizaram a manifestação, que foi organizada em unidade no DCE, que era dirigido pelo Adolfo Dias, companheiro que era bastante ligado ao PCB e que era um dirigente muito reconhecido, um bom orador que tinha boas relações dentro do movimento como um todo. Nós organizamos a Novembrada, teve a prisão dos sete estudantes, e eu, Domingos Sad e Jorge Lorenzetti, fomos os coordenadores da campanha de libertação dos sete estudantes.

MDH: Comente, por favor, um pouco sobre esse período específico.

SG: Essa época foi uma época marcada profundamente pelos choques com os militantes do PCB. Primeiro, porque nós apoiávamos as greves dos metalúrgicos que estavam acontecendo no ABC, fazíamos arrecadação solidária de fundo de greve para manter a greve e campanha política contra a ditadura, e o PCB tinha uma posição de que aquilo era uma provocação que serviria pra direita, então havia choques permanentes. Quando os estudantes foram presos depois da manifestação contra o presidente Figueiredo, o ditador, o PCB não queria fazer nenhuma manifestação de rua porque dizia que ia provocar e piorar a situação, ou seja, a orientação geral do PCB era de que não tinha que se fazer manifestação e mobilização nenhuma, nunca, porque isso acirrava a direita. A nossa orientação, a orientação de todo mundo que veio a fundar o PT, foi essa diferença que levou a fundação do PT, era de que a forma de combater a ditadura militar e a forma de ganhar essa batalha era mobilizando e organizando massivamente, ou seja, a forma de ganhar a luta era na luta, não havia outra maneira. Isso desemboca no final de 79, que foi um ano muito tumultuoso no Brasil, muita luta, muita manifestação, grandes greves, conduz a que em 80 [1980] se constitua o PT, e ainda as grandes greves no ABC, o Lula é preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional, mais ou menos houve uma passeata de cem mil para tirá-lo da cadeia em São Paulo. Aqui em Santa Catarina eu e outros companheiros fundamos o PT, o Partido dos Trabalhadores. A partir desse momento, isso era 80, eu

decido que a minha disposição não era de continuar mais o movimento estudantil, mas que eu tinha um trabalho mais importante a fazer que fosse a construção do PT e a organização de oposições sindicais nos sindicatos operários para derrubar os pelegos, alguns que eram pelegos da direita mesmo e os pelegos do PCB. A partir daí, eu saio do movimento estudantil e me dedico a organização do PT, coordenando equipes que iam pelo estado inteiro organizando a filiação ao PT, então fazíamos reuniões pedíamos para as pessoas se afiliarem e etc. e tal. Além disso, eu me dedico particularmente a ajudar as oposições sindicais nos sindicatos de mineiros de Criciúma e foi a partir daí que a gente, junto com alguns outros companheiros como, por exemplo, o companheiro Milton Mendes de Oliveira, advogado trabalhista, que estava construindo o PT desde o início em Criciúma, e nós organizamos então as chapas de oposição que acabaram ganhando os sindicatos mineiros de Criciúma, de Urussanga e daquela região toda ali. Isso foi o que deu uma virada importante no movimento operário no Estado que deu um alento para a constituição do PT. Depois, junto com Orides Mescoloto, que na época militava realmente no movimento popular, eu corri o estado organizando comissões provisórias para legalizar os diretórios do Partido, fizemos isso por tempos, por anos. Depois disso, fundamos o PT em Florianópolis, depois em outros municípios, depois no estado onde fizemos um congresso estadual e fundamos o Partido já com uma certa representação, mas ainda era um grupo de militantes isolados, não tínhamos ainda o apoio de massas.

MDH: Qual era o perfil, em cada região havia um perfil distinto?

SG: Cada região tinha um perfil distinto, nós conseguimos, por exemplo, trazer muitos operários da região de Criciúma, mas tínhamos uma implantação muito pequena em Joinville e em outros municípios, tínhamos algum peso, mas era um peso mais centrado em professores e estudantes, em Florianópolis e Blumenau, por exemplo, e no interior do estado, pro oeste, nós tínhamos contatos que era mais gente ligada a base da igreja, trabalhadores rurais, pequenos proprietários e tal, esse era mais ou menos o quadro do PT quando da fundação do Partido no estado. Essa é uma época onde a gente participava de uma eleição, por exemplo, participamos da eleição de 82 [1982] e lançamos o

Orides Mescoloto como candidato a governador, e eu não tenho certeza, mas eu creio que nós fizemos pra governador se lá uns dez mil votos ou vinte mil votos algo assim, era muito pouco, mas era um excelente começo, pois nunca havia existido antes no Brasil um partido de trabalhadores. O Lula foi candidato a governador de São Paulo nessa mesma época e começou o desenvolvimento do Partido com a fundação da CUT a qual aqui no estado eu ajudei a construir também a partir das oposições sindicais nos sindicatos que nós ganhamos e com o peso deles, o sindicato de professores e tudo isso.

MDH: Em que ano exatamente a CUT é fundada em Santa Catarina?

SG: A CUT é fundada nacionalmente em 28/08/1983 e a partir daí se constituem as CUTs estaduais e regionais que existiam na época. Fomos com uma delegação grande aqui de Santa Catarina para a fundação da CUT nacional, cerca de dez ônibus mais ou menos e eu fui eleito secretário-geral do Partido no estado, havia sido antes disso tesoureiro geral, então fui eleito secretário-geral, depois fui secretário de comunicação estadual do Partido quando criamos um jornal chamado “Jornal dos Trabalhadores”, que chegou a vender quinze mil exemplares por edição, era um jornal mensal. Esse jornal durou um breve período e acabou por causa das divergências internas dentro do Partido e a direção que foi eleita na qual eu estava em minoria no último mandato decidiu acabar com o jornal. Houve um projeto de um jornal nacional do PT, mas também não vingou e acabamos sem jornal até hoje. O resultado é que os dirigentes que são mais conhecidos falam pela imprensa burguesa e os militantes não têm por onde falar, esse é o resultado de não ter um jornal do Partido até hoje. Em 79, 80, como eu reivindicava o marxismo, o trotskismo, eu me considerava um trotskista, eu me ligo a uma corrente que se chamava OSI, Organização Socialista Internacionalista que entra no PT em 80. Eu tinha uma boa relação com essa organização, no entanto eu não entrava nessa organização porque eles não consideravam o PT como um instrumento da classe trabalhadora e havia uma divergência muito grande sobre isso. Quando eles mudaram de pulção em julho de 1980, no que se chamou o quarto congresso da OSI, eu achei que não havia mais divergências que nos separassem e entrei para essa organização. Essa organização na qual

estou até hoje, entrei, portanto em julho de 80 e agora em julho de dois mil e nove continuo militando nessa mesma organização que passou por várias fases e mudou de nome várias vezes. Então eu posso dizer que como militante marxista, como militante consciente do processo no qual eu estou vivendo e inserido e a minha militância é de fato dos anos 80 em diante. Hoje eu sou secretário, seria o coordenador geral nacional de uma corrente do PT que se chama esquerda marxista e sou editor do jornal que se chama “jornal luta de classes”. Portanto, essa militância se dá como parte de uma corrente nacional, o PT, e como parte de uma concessão brasileira de uma corrente internacional que se chama “corrente marxista internacional”.

MDH: Em 1979/80 como era atuar dentro do movimento estudantil?

SG: O movimento estudantil, até fins de 1979 era praticamente dominado pelo PCB.

MDH: O movimento tinha alguma vinculação com a população ou agia só internamente?

SG: O movimento estudantil como um todo se dava muito no âmbito da universidade. Na verdade, foram a campanha da anistia e as grandes greves do ABC... No movimento pró-PT em Santa Catarina tinha uma corrente muito importante que atuava nesse movimento e se chamava MEP [Movimento de Emancipação do Proletariado] essa corrente tinha origem em agrupamentos que tinham tido contatos com dissidências do PCB, eram agrupamentos que tinham sido formados durante a ditadura militar e se uniram sob esse grande nome MEP e que em Santa Catarina possuíam bastante força na Universidade Federal [UFSC], era provavelmente a maior organização em influência depois do PCB. Junto com eles [MEP] havia um grupo, primeiro grupo que era dirigido por mim e por um estudante chamado Clóvis Montenegro de Lima, que eu acho que ele é professor na universidade, inclusive, mas não milita, não faz nada mais, então esse grupo é o grupo que vai se ligar ao Secretariado Internacional [SI]. Então passa a ter dois grandes pólos dentro do movimento pró-PT: MEP e Organização Socialista Internacionalista [OSI], e fora de Florianópolis, havia também o PCBR, baseado principalmente em Blumenau e cuja

principal liderança nacional chamava-se Apolônio de Carvalho. Havia também independentes que gravitavam em torno desses núcleos e a Democracia Socialista [DS] teve alguns militantes e se organizou um pouco em Santa Catarina no princípio dos anos 80, depois desapareceu e ressurgiu agora em 2000.

MDH: Como se deu, a seu ver, a criação dos centros acadêmicos livres, como os da arquitetura e psicologia?

SG: A criação dos centros acadêmicos livres era uma reação dos estudantes aos diretórios acadêmicos atrelados porque durante a ditadura militar o decreto 477 que era um subproduto do AI-5 impedia a organização de centros acadêmicos ou diretórios acadêmicos livres, eles eram atrelados, tinham um estatuto padrão e eram controlados pela reitoria, esse tipo de coisa. Ou tinha pelegos, gente de direita cuidando pra fazer festinhas, aquela coisa toda para os estudantes para os estudantes, ou então tinha os stalinistas, gente do PCB que não se distinguiam muito dos pelegos da direita na verdade. A reação contra essa situação tem haver com a reconstrução da UNE porque a UNE continua ilegal, aliás, de certa forma a UNE não tem o reconhecimento nem o status até hoje de identidade de sindicato nacional dos estudantes, ela não afirma nenhum acordo com nenhuma universidade sobre os direitos dos estudantes, a única legalidade que deram pra UNE, através de um decreto do Sarney, da lei do Sarney, de dar o direito das carteirinhas de estudante pra UNE arrecadar milhões e se emancipar dos estudantes, ela não precisa mais pedir por estudantes apoiarem ela financeiramente nem politicamente porque o governo ou alguma patronal dá dinheiro. Naquela época o movimento de criação dos centros acadêmicos tinha haver com a reconstrução da UNE e esse movimento levou exatamente do choque contra os pelegos do PCB ao surgimento e desenvolvimento de uma enorme gama de militantes independentes, uma grande parte de militantes independentes, mas que queriam lutar pelas reivindicações dos estudantes, contra a ditadura e não conseguiam fazer isso naquelas estruturas controladas. Então houve um processo de criação de centros acadêmicos livres que foi um processo bastante massivo, foi uma época de grandes lutas estudantis na universidade federal como, por exemplo, a tomada da reitoria.

MDH: Em que ano ocorreu exatamente essa tomada da reitoria?

SG: Em 80, em 81 nós tomamos a reitoria umas duas ou três vezes com quatro, cinco mil estudantes, aquele hall de entrada da reitoria onde hoje fazem exposições era todo livre, todo aberto e eu me lembro de que no final aquela escadaria era a tribuna [escadaria de acesso ao segundo piso] e ali tomada a reitoria não entrava e não sai ninguém. Conseguimos várias conquistas com isso, o RU [restaurante universitário] que tentaram privatizar nós impedimos, o aumento dos preços do RU, ou seja, uma série de lutas estudantis importantes foram desenvolvidas massivamente e essas lutas eram dirigidas basicamente pelos centros acadêmicos e depois pelo DCE. O DCE livre porque mesmo quando ele ainda estava sob a influência do PCB o peso na base, nos centros acadêmicos dos independentes e do movimento pró-PT já era tão grande que o DCE era obrigado a agir tanto que as primeiras ocupações da reitoria foram dirigidas pelo DCE em tese, porque de fato ele não dirigia nada quem dirigia eram os centros acadêmicos e quem tinha peso, digamos assim, era o Adolfo que era um cara muito hábil e também não era creio nenhum militante do PCB, ele era um simpatizante, um aliado do PCB. Esse movimento que aconteceu entre os trabalhadores que levou a fundação do PT, da CUT, ao movimento todo de abaixo a ditadura se refletiu no movimento estudantil através disso, da reconstrução da UNE, dos centros acadêmicos que foram surgindo e dessas lutas massivas com milhares de estudantes em cada combate.

MDH: E a legalização dos partidos, como ocorreu esse processo, essa luta?

SG: Primeiro, o PCB se recusava a combater pela sua própria legalização, ele queria ficar disfarçado lá dentro do PMDB como ele sempre ficou e quando nós começamos o movimento pra construir o PT e depois para legalizar o PT eles se opunham violentamente nos chamando de agentes da ditadura, ficavam fazendo provocação e diziam inclusive que no Brasil era impossível fazer um partido de classe, porque segundo a teoria deles que hoje a maioria da direção do PT retoma, é a de que o Brasil era um país atrasado e dominado pelo imperialismo, e que era verdade, portanto a etapa do desenvolvimento

nacional naquele momento era a de empurrar a burguesia a fazer um capitalismo pleno, desenvolvido como o que tinha na Europa, onde se colocaria então a questão da separação entre proletariado e a burguesia e daí se poderia fazer um partido de classe que naturalmente pra eles seria o PCB, que seria o partido das massas operárias e tal. Essa é uma teoria completamente sem pé nem cabeça, é a teoria mais claramente dentro da teoria menchevique da revolução por etapas que os mencheviques desenvolveram na Rússia em 17 [1917] e permitiu, inclusive, que o partido do Lênin e Trotski tomasse o poder em outubro de dezessete. Junto com essa teoria desenvolviam uma política completamente reformista exatamente por causa disso, pois teria que reformar o capitalismo já existente pra ir melhorando a situação até que o capitalismo se desenvolve e os trabalhadores vão tendo melhora na vida até que então a gente vai lutar pelo socialismo na frente. Contra essa concepção é que se construiu PT, contra essa concepção! Os trabalhadores tinham direito a um partido seu, de classe, independente e que lutasse pelo socialismo, pelos interesses da classe operária, dos trabalhadores já que o PCB se recusava a fazer isso. Foi isso que criou o PT, foi isso que deu a força no PT e que levou a construção do PT até a transformação do PT no maior partido do Brasil, como ele ainda é hoje. Evidente que o PT sofreu um processo de modificação bastante grande, por um lado o PT nunca conseguiu desenvolver claramente um programa marxista, um programa firme que tivesse uma orientação histórica e estratégica, isso é era uma fragilidade muito grande. Com queda do muro de Berlim teve muita gente que pegou as armas as bagagens e passou direto ideologicamente pro campo da burguesia. Então abandonaram a luta pelo socialismo e começaram a defender a luta pela democracia como um valor universal, essas bobagens todas que o Genoino e o Zé Dirceu foram os mais conhecidos defensores. O Zé Dirceu acaba levando dentro do PT a uma retomada ideológica e política importante contra essa base de origem do Partido, o Zé Dirceu foi o principal articulador e defensor da corrente da qual Lula faz parte que desenvolveu de novo dentro do Partido as concepções que o Zé Dirceu tinha aprendido na origem da dissidência do PCB que é de onde ele vem e que é então a ideia de desenvolvimento nacional, a etapa nacional, o desenvolvimentismo, a aliança com a burguesia e

isso como se sabe tá dando tão certo no Brasil que agora a gente liga a televisão e vê o banditismo do Senado e o Partido dos Trabalhadores metido naquilo, mensalão, essas coisas, essas alianças com a burguesia contaminam. Eu estou explicando a situação de hoje, para comparar com a origem do PT e mostrar o que aconteceu com ele. Eu, pelo menos, mantenho a mesma concepção que levou a fundação do PT naquela época. O PT hoje deveria romper a coalizão com a burguesia e governar junto com a CUT, com o MST, com as organizações populares e, se fosse necessário, varrer o congresso nacional, colocar uma constituinte soberana. Restabelecer a democracia de verdade nesse país, que seria a maioria mandando e, para isso, tem que combater os capitalistas, atacá-los, e atacá-los política e economicamente, o que significa estatizar a quebra de empresas, confiscar as riquezas das empresas que foram quebradas, enfim, planificar a economia no interesse da maioria da população. Essa foi a força que moveu o PT a se constituir e que fez o PT grande e que, infelizmente, os dirigentes abandonaram.

MDH: Como que era a formação política de base no começo do PT e da CUT, o acompanhamento, os núcleos?

SG: O PT tinha núcleos se estruturava por núcleos na sua fundação. Núcleos que seriam mais ou menos como as células de um partido de esquerda. Esses núcleos se organizavam por local de trabalho, por local de moradia, ou por profissão. Então tinha o núcleo de metalúrgicos, mas também tinha o núcleo de professores da escola tal, ou núcleos do bairro tal, ou ainda, núcleos de estudantes da universidade. Na universidade, eu participava do núcleo de estudantes do PT da universidade federal. Depois que eu saí, passei a participar de núcleo dos trabalhadores. A formação política era dada por discussões políticas sobre a conjuntura, sobre a história, sobre o programa dos partidos nos núcleos. Por atividades, tipo palestras, seminários que os núcleos ou diretório municipal ou a direção estadual organizavam a partir das secretárias de formação. E também, essa é uma verdade bastante forte, é que como o PT sempre foi estruturado em torno de correntes políticas, ao contrário dos stalinistas, que diziam que o Partido tinha que ser monolítico, que ninguém podia se articular sobre uma base de posição divergente da direção, o PT tem isso desde o seu

nascimento, isso é uma força para o Partido. E as correntes, todas as correntes, para ganharem militantes, para formarem seus militantes, para levarem batalha política no interior do Partido e no movimento social eram obrigadas a fazer uma formação intensa dos militantes. Então, as correntes políticas, mais do que a própria estrutura do Partido, faziam as atividades de formação permanentes, publicações e tal, vendiam as publicações dentro do Partido, no movimento operário que permitiam aos militantes irem se formando e, evidentemente, o confronto de ideias, o debate de ideias, as deliberações coletivas, permitiam as elaborações, coletivas, às vezes, ou decisões de maioria e um crescimento da formação política e teórica dos militantes. Isso também foi desaparecendo, tanto a organização em núcleos quanto a formação política organizada pelo Partido ou pelas correntes políticas do Partido e foram desaparecendo, se atenuando a medida que o Partido foi tomando posições mais à direita, os dirigentes do Partido, né? A medida, também, que a maior parte dos dirigentes está preocupado em se eleger deputado, senador, vereador ou prefeito, evidente que não estão muito interessados em formar militantes que questionem essas questões e que tenham capacidade para discutir cara a cara todos os problemas do Partido. Então isso se atenuou bastante, mas no início do Partido, nos anos 80, isso era muito forte.

MDH: Isso era o período da ditadura ainda.

SG: Ainda era ditadura militar. Mas, a ditadura militar, na verdade, a partir de 79 estava quebrada. E de 80 a 83 já foi o seu enterro, pois uma ditadura militar que não consegue impedir a reconstrução da União Nacional do Estudantes, um congresso com milhares de estudantes em Salvador, legalmente a UNE estava proibida de existir. Depois, não consegue impedir as grandes greves. Depois, não consegue impedir a formação do PT. Depois, não consegue impedir a formação da central sindical, da CUT, que era por lei proibida de existir... Essa ditadura está quebrada, está desmoronada, está sobrevivendo porque não tem ninguém pra empurrar ela. Na medida em que o PT se estruturou e a CUT ela foi empurrada e liquidada. Em 85 [1985] só tinha o resquício dela tentando sobreviver com Sarney, com o Tancredo... Uma questão importante no movimento operário, no movimento dos trabalhadores,

movimento estudantil dos anos 80, era não só a luta pelo socialismo, muito presente pra todo mundo, mas era a força que tinha a luta internacional. Uma coisa que marcou muito nos anos do movimento pró PT, do surgimento do PT, da UNE e tal, por exemplo, foi a revolução sandinista na Nicarágua, a revolução no Irã que derrubou o xá, uma enorme revolução popular que foi confiscada e roubada pelo arquirreacionário Khomeini e seu grupo de aiatoles e que hoje, trinta anos depois, já provou a que veio e a que serve um Estado Teocrático, uma ditadura sanguinária como é a do Khomeini e hoje presidida pelo Armadinejad, no Irã. Essas revoluções tocaram muito o Brasil, como também tocou muito o Brasil, tocou os militantes, os militantes do movimento estudantil como um todo, o movimento operário e da fundação do PT, que foi o surgimento de solidariedade na Polônia, que também depois foi destruído pelo principal dirigente, que era o Lech Walesa, que quando surgiu [o movimento] não era o principal dirigente, mas que acabou assumindo o controle e destruindo e indo para a direita trabalhando na restauração do capitalismo na Polônia e etc. Esses acontecimentos internacionais eram muito presentes e os militantes se referiam muito a eles. Isso ajudou para que os militantes do PT e do movimento estudantil da época tivessem uma visão muito global do que estava acontecendo, ao contrário do nacionalismo, do stalinismo do PCB, os militantes do PT nasceram combatendo junto com as revoluções do mundo todo e, uma delas, que era a revolução polonesa contra a burocracia do PC polonês. Então, isso foi um fator muito importante na construção do PT. E isso foi uma dificuldade muito grande também para que os dirigentes do PT, que foram caminhando para a direita, tentassem destruir no interior do PT. Até hoje isso ainda não está resolvido dentro do PT. Os dirigentes do PT, Zé Dirceu e outros, tentaram filiar o PT na internacional social democrata. A reação no interior do PT foi tão grande que eles nunca conseguiram concretizar isso. O PT ficou, e até hoje formalmente é, convidado permanente das reuniões. Mas nem se sabe se participa mais, porque não se tem notícia disso. Então esse internacionalismo militante marcou muito a origem do PT e isso foi importante para que seus militantes tivessem realmente uma visão global, internacional da luta de classes. É isso.

MDH: Hoje, como o senhor vê o movimento estudantil, a luta, a relação com o PT e outras organizações? Gostaria que o senhor avaliasse o quadro atual dos movimentos estudantil e de trabalhadores.

SG: O movimento estudantil, hoje, tem uma dificuldade muito grande. Tem uma camarilha montada sobre um aparato de milhões de reais apoiada pela burguesia, pelo aparato do Estado, que é a diretoria da UNE. A direção da UNE não consegue organizar as lutas dos estudantes, os estudantes se afastam da UNE porquê a diretoria faz o que acabou de fazer num congresso em Brasília agora a pouco tempo, em que foi um verdadeiro festival. Isto é, tinha milhares de estudantes e nem metade participava das atividades e um congresso de vários dias se reduziu numa plenária de uma tarde, em que se passa o rodo e não se faz discussão política nenhuma. Além de ter sido um congresso completamente fraudado, pois todos sabem que é a direção do PCdoB, a UJS, que dirige a UNE. Isso é uma dificuldade que desacredita o movimento estudantil. Os estudantes, hoje, têm necessidades imensas de terem um verdadeiro sindicato de estudantes, um CA, DCE, UCE ou UNE, lutando ao lado deles para defender suas reivindicações. No entanto, eles não conseguem. Por isso, hoje, a grande tarefa, em minha opinião, do movimento estudantil, dos estudantes, é reconquistar a UNE. Reconquistar os CAs, para organizar suas lutas, que estão na maioria desmoralizados, não são vistos pelos estudantes como algo útil. Você vai em CA's e constata que viraram bar, ou local de festas, ou estão às moscas, ou fazendo atividades que aparentam estar fazendo alguma coisa, mas não mobiliza ninguém. A dificuldade é grande. O PT tem responsabilidade sobre isso. Porque o PT já foi maioria na UNE e não fez diferente, e como não fizeram diferente, acabou que a cópia carbono não servia e o PCdoB voltou. Esse movimento estudantil só vai se recompor massivamente com grandes lutas e sobre a base de grandes e generalizadas reivindicações dentro do movimento estudantil. Não será nenhum pequeno grupo que conseguirá reconquistar a UNE, que é um aparato que tem milhões de reais e milhares de liderados com esse dinheiro que é dado pelo truque das carteirinhas e esse negócio todo. Congresso da UNE é financiado pela Petrobrás, por empresas, por governos estaduais e governo federal. Logo, não vai ser um grupo de estudantes que vai reconquistar a UNE,

isso vai ser um processo que tem a ver com a luta política no interior do PT também. Pois o PT continua sendo o grande partido das massas do Brasil e a hora que as massas brasileiras entrarem de novo no combate, massivamente, com grandes manifestações, com grandes greves, elas vão se colocar o problema de que partido elas vão usar para lutar, e elas vão tentar usar o PT. E será neste momento que dentro do PT vão ressurgir grandes correntes de combate que irão questionar toda essa orientação que a direção nacional do PT tem imposto nestes últimos anos. Essa vergonha no congresso nacional! Esse governo que não tem praticamente diferença nenhuma dos governos anteriores e agora diz que Collor é um grande homem e Sarney é maravilhoso. Isso é uma vergonha tanto para o Partido quanto para os militantes! E havia um processo, de certa forma, do ponto de vista sindical, do que aconteceu na UNE. Pois os estudantes vão tentar, quando sentirem necessidade absoluta de lutar de forma organizada e massiva, reconquistar a UNE. Isso vai questionar e colocar na parede esses dirigentes que se transformaram em burocratas sem qualquer sensibilidade para as necessidades estudantis e desinteressados de luta e mobilização. Será um processo ligado à situação econômica e política do país. A crise política que o Brasil vive hoje, é fruto também do impasse econômico que vive o Brasil, pois, enquanto todos estão ganhando dinheiro não há briga. Já quando começa o dinheiro a faltar, os bandidos começam a se matar entre eles. Nessas horas, em que os governantes e a classe dominante não conseguem mais viver como antes e os de baixo já não aguentam mais viver como antes, é que o povo se enfia nas brechas e estorna a situação política e reconquista suas organizações e não constrói novas organizações para utilizar na luta. Acho que esse é um quadro bem geral da situação.

ENTREVISTA 12

Entrevistada: WALMIR MARTINS (WM)

Entrevistador: VAGNER BONI

Entrevista concedida ao MDH em 24/10/2008

MDH: Apresente-se, por favor.

VM: Sou Valmir Martins, nasci em Florianópolis, no ano de 1943. Estou com 65 anos de idade. Criei-me e passei boa parte da minha infância e minha juventude no bairro da Prainha. Hoje não tem mais a Prainha, tem o aterro. Ali no lado do morro do Mocotó e do morro do 25.

MDH: Fale-nos um pouco sobre sua formação.

VM: Eu estudei na escola publica em toda a minha vida. Comecei minha vida escolar no colégio Lauro Muller no centro da cidade. Depois eu fiz o ginásio e o científico no Instituto Estadual de Educação. Fiz dois anos do curso de Odontologia em 67 e 68. Eu desisti do curso de Odontologia e fui fazer História, na década de 70. Eu sempre trabalhei também. Desde criança eu tive que trabalhar, eu fui engraxate, fui ajudante de caminhão. Naquela época não havia caçambas e o caminhão tinha que ser carregado a mão, um trabalho braçal, portanto. Fui ajudante de pedreiro. Depois, eu fui comerciante, trabalhei no comércio como balconista. Trabalhei,

depois, num escritório de topografia, eu fazia cálculos topográficos. Depois, fui funcionário público estadual concursado e depois trabalhei na Secretária da Agricultura, quando fiz o curso superior. Fui para a Secretária da Agricultura exatamente para fazer o ensino superior.

MDH: Curso de Odontologia?

VM: Curso de Odontologia. Depois, História também. Continuei como funcionário do Estado. Quando eu me formei eu deixei o trabalho na Secretaria da Agricultura e comecei a dar aula aqui no ensino médio de Florianópolis. Depois eu fui dar aula em Tubarão onde hoje é Unisul. Na época era uma fundação educacional, no sul do Estado. Lecionei lá e depois fiz concurso para UFSC e passei. Mas não consegui entrar no primeiro momento porque o reitor dizia que eu era comunista e comunista não podia dar aula na universidade.

MDH: Isso foi em que ano?

VM: Em 1976. Fiz o concurso no começo do ano, acho que foi em fevereiro. Passei em primeiro lugar entre oito e havia mais de uma vaga no departamento de História, mas ninguém podia entrar porque não entrava eu que tinha sido o primeiro colocado. O reitor que era o professor Lacerda dizia que eu era um comunista e tal, portanto eu não podia entrar. Mas, naquele ano ele saiu e entrou outro reitor que foi o Stemmer. Então, com o Stemmer, eu fui contratado. Aí o detalhe interessante é que para eu fazer o concurso na universidade antes eu tinha que ter o chamado atestado ideológico, um atestado que comprovava bons antecedentes políticos. Então se tu tinhas bons antecedentes políticos eles te davam um atestado sem dizer nada, agora se tinha maus antecedentes, que era o meu caso, pois eu era considerado muito subversivo, comunista, aquelas coisas todas. Então eu custei muito para conseguir um atestado, mas no fim eles me deram um atestado acusando que constava antecedente político. Então, eu peguei o atestado e fraudei o atestado. Colei com fita adesiva uma fitinha de papel por cima onde estava escrito consta [antecedente político], tirei xerox e ainda tenho as cópias do original e da fraude guardados. Aí eu passei pelo crivo de bons antecedentes porque eu entreguei a cópia fraudada e autenticada, aí não constava nada. Com um exame mais detalhado no documento dá

pra perceber a fraude porque dá pra perceber a marca da fita adesiva, pois a beirada ficou marcada de preto, dá pra perceber que tem alguma coisa errada. Entrei na universidade em agosto de 1976 e fiquei até me aposentarem em 96. Este é um resumo breve.

MDH: O senhor falou que trabalhava na década de 60, trabalhava durante o ensino secundário, como era sua visão do período naquele momento, da ditadura, do golpe?

VM: Então, nesse período aí, eu era militante da Juventude Operária Católica, da JOC. O pessoal da JOC aqui, em Santa Catarina, era um pessoal progressista, mas a tese era que não defendiam nem o socialismo, nem o capitalismo. Seguiam a orientação do Teilhard de Chardin, organizavam a classe trabalhadora para intervir na sociedade. Era uma visão cristã da militância baseada no evangelho, aquela coisa toda. Minha militância começou ali.

MDH: Que data precisamente, 64, 65?

VM: Antes. Antes de 64 eu já militava na JOC. Comecei no final dos anos 50 e militei na JOC até 66. E em 67 eu casei e saí. Pois aí casava e não ficava mais na JOC. Eu era jovem, pois casei com 24 anos. Era jovem, mas não participava mais. E aí foi quando eu entrei também no serviço público, comecei a trabalhar no Estado. E onde eu fui trabalhar que era no interior, por ali haviam passado vários militantes do movimento estudantil, um deles foi o Francisco Mastella, que era uma liderança estudantil e da AP [Ação Popular]. Depois ele virou aí um técnico do mundo empresarial. Foi candidato pela direita várias vezes. Chegou a se eleger deputado estadual pelo antigo PFL e, por fim, suicidou-se... Mas o Seu Jorge não diz que ele suicidou-se.

MDH: Quem é o Seu Jorge?

VM: Seu Jorge, o cantor. Pois, o Seu Jorge diz que o Vargas suicidou, que o Chatterton suicidou [Referência à música Chatterton, do músico Seu Jorge], mas ele não fala que o Mastella se suicidou.

MDH: O senhor chegou a participar do movimento estudantil no ensino secundário?

VM: No secundarista, não. Eu participei do universitário. Porque quando eu entrei para o [inaudível] tinha uma moça lá que era da diretoria da UCE, a Dalva. Ela estava em fase de conclusão do curso de Direito. Ela que me pôs em contato com outras pessoas que eram do movimento estudantil. Ela sabia que eu tinha passado no vestibular. Ela sabia da minha militância no movimento do servidor público por volta de 1967. Ela viu aquela minha militância e me botou em contato com o pessoal do movimento estudantil. Até então não havia participado. Estava mais naquele negócio da JOC. Em 67 eu entrei para o movimento estudantil, pois tive contato com esse grupo e que, depois, eu fui saber que eles eram da Ação Popular. Inclusive, acabei entrando para a Ação Popular. Esse grupo se desfez por divergências internas. Uma parte do grupo foi fortalecer o partidão, foi para o PC. A Derlei, eu, o Roberto Cascaes e outros ficamos na AP [Ação Popular]. Em 68, eu participei ativamente do movimento estudantil. Em 68 eu fui delegado da odontologia no Congresso de Ibiúna. Fomos todos presos, aquela coisa toda. O congresso de Ibiúna foi abortado. Pois, como vocês sabem, em 68, a UNE estava realizando um congresso clandestino em Ibiúna, uma cidade do interior de São Paulo. Se eu não me engano, era o trigésimo congresso da UNE. Ibiúna era uma cidade pequena. Foram presos cerca de mil estudantes. O fato de ter feito o congresso lá se deve ao presidente da UEE na época era o Zé Dirceu. Esse Zé Dirceu que fez falcatrua no governo Lula. Falcatruas políticas. Pois, eu acho que ele não enriqueceu pessoalmente, ele fez falcatruas políticas baseado na ideia de que os fins justificam os meios. O Zé Dirceu era o presidente da UEE e era responsável pela organização do congresso de Ibiúna. Nós fomos todos presos. A cidade era uma cidade muito pequena. Imagina o que é chegar mil estudantes na cidade. Mesmo se chegassem separados o pão do café da manhã ia ser comprado na cidade. Imagina o que é comprar pão para mil pessoas. O Congresso foi um boom de consumo de pão que qualquer um iria ficar desconfiado. Logo, acabamos sendo todos presos, algum ou outro fugiu, mas a grande maioria foi presa. E não tinha como cercar, a não ser com rachadas de metralhadora. Fomos cercados com rachadas de metralhadora para não passar da linha delimitada pelo cerco. Aí pronto, deram uma rachadinha de metralhadora e todo mundo viu que não podia ir para nenhum lado [risos]. Fomos presos, ficamos presos no presídio

Tiradentes em São Paulo. Hoje, inclusive, o presídio de Tiradentes foi demolido. Foi uma semana de prisão lá em São Paulo e depois fomos trazidos para Santa Catarina. A polícia de Santa Catarina foi nos buscar em São Paulo. Viemos na carroceria da pick-ups. Boa parte da estrada de Curitiba para Florianópolis era de chão batido, não tinha asfalto. Para vocês terem uma ideia, em 67, 68, asfalto não havia em Santa Catarina, não existia. Era só estrada de chão, daqui párea Joinville, Joinville para Curitiba era tudo estrada de chão. E cidade de Florianópolis era uma cidade de pequeno porte, não havia nem o aterro [referência ao aterro da Baía Sul]. O mar beijava a cidade. Era uma coisa bastante poética. Era uma cidade donde as pessoas se conheciam muito. Os jovens eram identificados por filhos do seu José, filho seu João, filho de seu Antônio ou da família de não sei quem. Hoje isso não acontece mais. Hoje a gente não sabe mais quem são as pessoas de Florianópolis, às vezes são parentes e tu nem conhece. A cidade era muito provinciana. Na Trindade não havia sequer farmácias. Isso é só para dar uma dimensão da diferença que é hoje, pois temos shoppings e tudo mais. Então, no final de 68, retomando, fomos presos em Ibiúna, depois fomos transferidos para Florianópolis, identificados e soltos. Como não se conseguiu fazer o congresso resolveu-se a nível nacional a organizar o congresso de forma descentralizada nos estados. Os delegados tinham que se reunir para poder discutir as teses e eleger a diretoria da UNE. Isso foi feito! Aqui foi feito aqui no dia treze de dezembro de 78. No mesmo dia em que foi editado o ato institucional número cinco. Dia 13 a gente saiu da cidade para ir em uma casa lá em Canasvieiras, era a casa da família do Heitor Bitencourt, do Heitorzinho. Nós fizemos o congresso lá, escondido. Aliás, foi o dia também em que precedeu a ida da Derlei De Luca para a Clandestinidade. Ela foi pro congresso. Ela era delegada também do congresso como eu era. A nossa chapa venceu a eleição aqui. Quem foi eleito presidente eu acho que foi o Gean Marques ou o Honestino Guimarães, acho que foi o Honestino Guimarães. Eu não tenho certeza. Honestino Guimarães depois foi assassinado pela ditadura e o Gean Marques está vivo. Logo, depois do congresso, a Derlei saiu dali para a clandestinidade, porque a repressão ia prendê-la. Foi uma decisão da Ação Popular. Nessa época nós estávamos na Ação Popular. Por isso, a decisão foi de que ela deveria ir para a clandestinidade e para a militância

e em outros lugares, pois aqui ia ser presa. A Derlei então saiu desse jeito. A gente ainda continuou no movimento estudantil apesar do AI-5 e apesar de toda a repressão. Mesmo tendo saído do curso de odontologia em fins de 1969, continuei atuando no movimento estudantil, mesmo assim, estando fora da faculdade. Continuamos tentando organizar o movimento estudantil que estava numa crise muito grande dada a repressão que havia desabado sobre o movimento. Uma repressão mais intensa do que em 64, porque ela instalava o terror e o medo. Em 67 eles [governo ditatorial] tinham extinguido as entidades estudantis. Todos os centros acadêmicos e as uniões estaduais de estudantes, além da própria UNE. A ditadura, então, criou no lugar os diretórios acadêmicos, que eram atrelados e vigiados pela legislação da ditadura e o DCE, que também era vigiado, normatizado. Seu processo de eleição e tudo o mais era decidido pelo governo.

MDH: Isso tinha relação com a reforma universitária?

VM: Tinha, tinha sim. Pois era preciso desbaratar o movimento estudantil e mantê-lo sobre controle porque era preciso fazer avançar a reforma universitária, os acordos MEC-Usaid. O movimento estudantil, a época era o grande centro de resistência à reforma universitária. Fizemos mobilizações em todo o país contra os acordos MEC-Usaid. Queimamos bandeiras dos Estados Unidos. O inimigo central do movimento era o imperialismo, sobretudo, o imperialismo norte-americano, em particular. A gente fazia movimentações intensas contra a presença imperialista no Brasil e na universidade. Na época, os estudantes eram o polo dinâmico da resistência à reforma universitária. Mais tarde, os professores se organizaram e passaram a ser o polo dinâmico durante muito tempo. Inclusive, os funcionários também. E agora estamos aí nessa fase de baixa do movimento. Tanto o movimento de estudantil, quanto os movimentos de professores, movimento popular, movimento de servidores estão, de acordo com minha visão, muito fragilizados no momento. Estão numa fase de tentar resistir à prensa que vem sendo dada nos movimentos sociais, à criminalização que tem acontecido com os movimentos sociais. Começou isso intensamente no governo Fernando Henrique e se ampliou no atual governo Lula. Inclusive, com cooptação de lideranças desses movimentos, desde a CUT, movimento

dos professores, tem muitos professores atrelados ao governo. E no movimento estudantil, também. Pois, a UNE é uma correia de transmissão do governo Lula, particularmente na questão da educação, mas não só aí, porém, também aí.

MDH: Até quando o senhor atuou no movimento estudantil?

VM: Até depois um pouco ainda que eu saí da universidade, até o final de 69. Eu era membro da Ação Popular. No final de 79, a Ação Popular decidiu que eles iam me integrar na produção. Porque a gente disse que tinha uma teoria para a revolução brasileira.

MDH: Nessa época era Ação Popular leninista-marxista?

VM: Isso. Ação Popular marxista-leninista. Depois, Ação Popular marxista-leninista-maoísta, inclusive. A AP tinha uma visão da realidade brasileira que defendia a grande tese de que o Brasil era um país semifeudal e semicolonial que, portanto, para fazer a revolução socialista, precisava fazer uma revolução democrática popular, inclusive com aliados da burguesia, e essa coisa toda, para superar a fase semifeudal e mais à frente então fazer a revolução socialista. Havia uma etapa de transição entre o caráter semifeudal do Brasil e a outra etapa, que era a etapa em que o Brasil sendo um país capitalista, poderia de fazer a revolução socialista. O campesinato era a força principal da revolução. Porque na revolução do tipo de libertação nacional, era preciso se livrar do jugo do imperialismo e liquidar o latifúndio. As duas coisas. Era a revolução do tipo da revolução chinesa, que veio do campo e cercou a cidade. Os camponeses eram a força principal da revolução e o proletariado seria a força dirigente, já que são os portadores da ideologia socialista. Então, a aliança operário-camponesa, com os camponeses cercando a cidade nos levariam à revolução. A primeira etapa sendo a etapa de libertação nacional e a segunda etapa como a etapa socialista.

MDH: Essa ideia estava presente em todo o movimento operário?

VM: Esse era o grande debate presente do centro da esquerda brasileira no final dos anos 60 e início dos anos 70. O nosso livro de cabeceira sobre essa questão era um livro do Nelson Werneck

Sodré, que dizia que o Brasil era um país semifeudal. O Caio Prado [Junior], em contrapartida, dizia que o Brasil era um país capitalista. Por isso, deixávamos o Caio Prado [Junior] fora desse debate. O livro de Alberto Passos Guimarães, Quatro Séculos de Latifúndio, também era debatido. Era preciso construir a revolução. E a AP era uma organização marxista-leninista-maoísta, mas hegemonicamente constituída por pequenos burgueses. E a pequena burguesia, copiando aí também o modelo chinês, pois a revolução cultural na China mandava a pequena burguesia se integrar à produção para se purificar, para se livrar do pecado original que é ser pequeno-burguês. Por isso, na AP a gente também defendia que era preciso se integrar a produção, tanto a produção da fábrica quanto a produção do campo. Isso para ajudar a construir a revolução. Beber da sabedoria do campesinato e da sabedoria do proletariado urbano. Era preciso ir beber dessa fonte para virar um revolucionário de fato. Como se a origem pequeno-burguesa pudesse ser superada pela mudança de hábito de trabalho.

MDH: O senhor também, dentro da AP, passou por esse processo de se integrar a produção?

VM: Sim. Fui deslocado para virar camponês. Primeiro fui pesquisar no Paraná, região de Castro. Fui deslocado para uma área no Paraná, onde já havia outros companheiros da AP. Precisávamos pesquisar se ali havia condições climáticas e geográficas que pudessem facilitar a construção de uma área de libertação nacional, ao estilo do que foi feito no Araguaia, pelo PCdoB. Ali na região de Castro a gente se integrou na produção. Eu, de estudante de Odontologia, passei a ser camponês. Fui capinar lá na roça de milho, aquelas coisas todas. Foi gozado, porque eu fui deslocado daqui na véspera do Natal. Deixei a família, mulher e filhos. Deixei tudo e fui ser camponês. Eles não sabiam para onde eu estava indo. Só sabiam que eu estava saindo por causa da revolução, mas para onde eu estava indo ninguém sabia. Fui pra lá. Trabalhei de camponês, mas não deu certo. Pois os caras quando viram minha mão disseram: pô com essa mão aí você quer trabalhar na roça? A minha mão era lisa na época. Aí foi um problema, pois os caras logo viram que eu não era camponês e isso podia dar problema. Por isso eu tive que abandonar o trabalho na roça. Começamos então as pesquisas

na região. Eu saí da roça e fui trabalhar como mascate. Trabalhei como mascate, também, naquela região. Enchia uma mala de produtos e saía vendendo, olhando a região, observando. No fim, a nossa segurança começou a ficar em risco, pois éramos figuras típicas, muito diferentes do pessoal da região. Tivemos que abandonar a região e constatamos que não dava para fazer ali uma área de libertação nacional. Fomos deslocados novamente. Fui para São Paulo. Chegando a São Paulo, os caras me deram dinheiro para comprar a passagem e me mandaram ir para Belo Horizonte. Tinha um ponto em Belo Horizonte, que eu encontraria outro companheiro e militar lá. Tentaria ser operário de fábrica. Disseram-me também que se ocorresse qualquer imprevisto teria um ponto em São Paulo para eu voltar.

MDH: Em que data o senhor foi para Belo Horizonte?

VM: Isso já era início dos anos 70. Eu fui para a rodoviária, comprei a passagem. Sentei no banco da rodoviária e fiquei esperando a saída. Enquanto eu esperava eu comecei a pensar: Poxa, só tem um ponto para eu encontrar o companheiro em Belo Horizonte, um único ponto. Se eu chegar lá e não encontrar o cara por algum motivo. Pois, o cara poderia ser preso ou achar alguma coisa estranha na movimentação do ponto e não comparecer. Então, comecei a pensar bem nessas coisas todas e disse a mim mesmo: isso aí está errado, não está certo. Pensar em fazer a revolução nas condições em que estamos pensando. Tá louco, não dá. Logo, desisti de ir para Belo Horizonte. Fui no guichê e vendi a passagem que eu tinha comprado para Minas. Voltei no ponto que eu tinha em São Paulo e disse para o cara que eu tinha comprado uma passagem de volta para Florianópolis. Estava voltando para Florianópolis, pois daquele jeito não sairia a revolução. Disse que se quisessem falar comigo, que viessem em Florianópolis. Voltei para Florianópolis e entrei para o curso de História. Mas continuei militando na Ação Popular durante um tempo ainda. Depois, a Ação Popular se esfacelou por aqui e nós chegamos até a criar uma organização independente de esquerda, que contou com a participação de vários companheiros e orientou a nossa participação no movimento estudantil dentro de certo período. A gente entrou para a faculdade. Quando eu entrei, já tinham outros companheiros que já estavam na

universidade. Organizamos um grupo bastante bom. No primeiro ano de faculdade, organizamos um movimento na faculdade. E, no segundo ano, a gente ganhou a eleição do CEB, centro de estudos básicos. Pois, a reforma universitária havia sido implantada. Por isso, existia o centro de estudos básicos. Os alunos que queriam ir para a área de humanas ou direito, administração e contabilidade, ingressavam no centro de estudos básicos e cursavam três semestres. No fim do terceiro semestre, o aluno escolhia para que curso quisesse ir. É claro, tinha uma ordem de pontuação. Quem estava bem pontuado escolhia a vaga, primeiro. Eu, por exemplo, quando entrei novamente na universidade, entrei para fazer História, já sabia o que queria fazer. Inclusive, eu até tive que convencer doze outros colegas a fazerem o curso de História. Pois não tinha doze pessoas para fazer o curso e para fazer o curso de História, eram necessários, no mínimo, doze pessoas. Organizamos-nos no movimento estudantil, ganhamos a eleição do CEB e criamos um partido político na universidade, na época. Foi o PUA, o Partido Universitário de Ação. O CEB foi uma escola de formação e militância. Pois, a turma militava ali e depois ia para os diretórios acadêmicos. Depois, criou-se os diretórios livres e, depois, os centros acadêmicos livres. Nós tínhamos, inclusive, imprensa. Tínhamos impressora offset, na época era uma coisa superavançada. Nós imprimíamos um jornal que se chamava Cebiano. Um jornal que já saía com a rivalidade dos estudantes do centro de estudos básicos. O jornal saiu até que foi censurado. Foi proibido de circular. Como ele foi proibido de circular, fizemos o seguinte, ao invés de imprimir como jornal Cebiano, o jornal passou a ser impresso como Ofício Circular Cebiano I [risos]. Essa foi a nossa artimanha para fazer o jornal circular, e fazíamos. Ali se formou muita gente no movimento estudantil e que depois vieram para o movimento dos professores. O Jorge Lorenzetti, por exemplo, formou-se ali, depois foi para o PT. O Neri dos Santos, o Daniel Silva. A professora Doroti Martins. Todos saíram do CEB e foram todos, depois, participar da diretoria da Apufsc. A gente saía dali íamos para os cursos e organizávamos o movimento estudantil dentro dos cursos. Militamos ali intensamente até que saímos do movimento estudantil. Eu comecei a dar aula, mas a gente nunca deixou de se encontrar, eu o Lorenzetti e o pessoal. Quando eu estava ainda na

faculdade, sempre encontrava com o Lorenzetti conversávamos bastante. Um dia, conversando na universidade, quando eu era professor, ele também, inclusive ele entrou como professor primeiro que eu. Ele era professor de enfermagem. Um dia, conversando sobre a associação dos professores, ele disse que era fácil ganhar a eleição para a associação, pois são poucas pessoas que participam e votam. Se a gente organizar uma chapa, a gente consegue ganhar a eleição. Aí, a gente começou a se articular para formar uma chapa. A diretoria que estava lá era um pouco ingênua nesse sentido de eleição. Era um pessoal de direita, mas não era uma direita militante. Tinha um pessoal de direita, alguns liberais. Nós, em contrapartida, começamos a conversar sobre esse negócio e reunir gente. Reunimos Maciel, José dos Palmares, [inaudível], Romito de Almeida, da geografia, Silvio Coelho dos Santos, Ana Maria Beck. Reunimos um grupo progressista na universidade e acabamos formando uma chapa para o sindicato e vencemos a eleição, porque não teve oposição, inclusive.

MDH: Isso aconteceu em que ano?

VM: Não estou certo, mas penso que foi em 1978. Eu sei que a gente foi na SBPC que foi feita na USP. A grande estrela da área de humanidades na SBPC era o Fernando Henrique Cardoso. E Lá, na SBPC teve uma articulação de professores organizada pelo pessoal da Adusp, que era a associação dos docentes da USP. [Inaudível], Valdizão, tinha outro professor da Física da USP. Eles fizeram a reunião. E eu fui nessa reunião e falei, inclusive, em nome dos professores da federal [UFSC] que estavam por lá, tinham alguns, que eu até tinha convidado para reunião. Eu disse a eles que nós íamos nos organizar aqui, pois estávamos muito desorganizados. E a partir dali começamos a nos organizar, fizemos uma convenção, formamos uma chapa e ganhamos a eleição. Dali se inicia uma história que culmina na eleição de ontem aqui da Apufsc, em que a direita com alguns pouco menos avisados de esquerda ganharam a eleição.

MDH: Nessa época em que o senhor estava na Apufsc ocorreram eventos como as “diretas já”, os pedidos de anistia. A Apufsc e os professores tiveram participação desses processos?

VM: Sim. Os professores estavam no movimento, participaram inclusive da fundação da CUT, que a época era uma organização de esquerda e independente e não a pelega que está aí hoje no governo.

MDH: E com o PT, houve relação semelhante?

VM: Alguns dos professores foram participar da fundação do Partido dos Trabalhadores, eu fui um deles, isso em 78 e 79. Participamos também do movimento contra a ditadura, participamos ativamente desse movimento. Além disso, fizemos greve durante a ditadura militar. Eu mesmo estive quarenta e cinco dias num movimento de greve dos professores em Brasília. Foi uma grande greve que nós fizemos e eu fiquei um tempo bastante grande em Brasília. Acho que foi em 79. A data eu não lembro bem, mas foi na época do Figueiredo. O Figueiredo era o ditador de plantão.

MDH: Por falar em Figueiredo, e a Novembrada, que a UCE estava organizando, como foi a participação dos professores?

VM: Isso, a UCE estava organizando a Novembrada. Mas nós participamos. Nós estávamos em greve na universidade nessa época. Escalamos um grupo de professores para ir à Agronomia. Porque parecia que o ministro da educação ia ao centro de Agronomia. Então, um grupo foi pra lá. Os professores não foram escalados para comparecer ao centro da cidade. Foram escalados para ir lá ao centro da Agronomia. Aí deu o que deu no primeiro dia com o Figueiredo. A participação mais ativa dos professores ocorreu depois, no segundo momento. No primeiro momento foi a vinda do Figueiredo, a repressão toda, a prisão dos estudantes. Isso aconteceu numa sexta-feira. No domingo, à tarde e a noite, a gente se reuniu lá no auditório do lar de São Sebastião, usado pela comissão dos direitos humanos para se reunir. A Novembrada aconteceu no dia trinta de novembro e nós nos reunimos no dia dois de dezembro. Dali, chamamos uma reunião maior para o DCE. E a reunião no DCE virou uma verdadeira assembleia geral. Foi algo grande. Deu uma baita discussão sobre o que fazer e o que não fazer. Nós estávamos querendo fazer mobilização para soltar os estudantes que foram presos na Novembrada. Tinha um pessoal que era meio ligado

ao Remy Fontana, ao Jerônimo [Vanderley Machado]. Pessoal do partidão. Esse pessoal não queria mobilização. Eles queriam segurar a mobilização porque afirmavam que queríamos cutucar a onça da ditadura com vara curta. Tinha outro professor da sociologia que era autor de livros, era paulista. Este, também o Remy [Fontana] afirmavam que não podia provocar a ditadura. Em contraposição, eu, o Lorenzetti, mais um grupo, queríamos era mobilização. Então, a gente fez uma assembleia e decidiu fazer um ato público contra a prisão dos estudantes. Mas o ato público foi proibido. A repressão proibiu o ato público e alegou que não se podia fazer ato público. Nós, por isso, resolvemos chamar mais. Subimos o morro, panfletamos tudo. Fizemos o diabo. Logo, os caras da repressão começaram a ameaçar a manifestação. Queriam reprimir. Inclusive, usaram o secretário de Segurança falando na televisão e no rádio que não era para ir para rua. Que os pais tinham que segurar os filhos em casa. O exército veio para a rua. Os soldados circulando em torno da praça XV com metralhadoras. Tudo para intimidar. Eu dizia: “Olha, vamos manter o ato. O ato está mantido”. Pois o povo vem para a rua. Todas as vezes que a polícia proibiu ato público aqui em Florianópolis, a praça encheu. Porque tinha época, antes de 64, que também faziam ameaças e proibiam atos, mas o pessoal vinha. Dava o maior rolo, mas o pessoal vinha. Assim, nós marcamos o ato. Na época, eu lembro bem, o pessoal do PMDB e do PDT não queriam que fizéssemos o ato. Por isso, foram lá no DCE, pois nós estávamos lá, tínhamos um comando da mobilização. Também tínhamos umas pessoas que ficavam controlando os movimentos da polícia e do exército. Nós tínhamos um esquema de controle, e quem cuidava disso era o Lorenzetti, cuidava da segurança da nossa ação. Então, chegou esse pessoal, do PMDB e do PDT, compareceram numa reunião nossa no DCE, eles que pediram a reunião. Foram lá Nelson Vedequim, Gervásio Barreto, [inaudível]. Acompanhado por esse pessoal recuado e querendo discutir que não era para ter o ato. Até o falecido Pedro Ivo compareceu e chegou a oferecer o estádio do Figueirense para nós fazermos o ato. Como se a população fosse pra lá [risos]. A população não ia lá de jeito nenhum. Nós dissemos a eles que não. Não tinha mais jeito, já havia sido marcado aqui e ele ia acontecer.

MDH: Aonde especificamente havia sido marcado o ato?

VM: Nós tínhamos marcado o ato para o calçadão. Mas não dava para fazer o ato no calçadão, pois no calçadão, nós seríamos cercados com facilidade. Era só fechar as bocas de rua e descer o pau. Estavam eles, pessoal do PMDB e do PDT que tinham requerido a reunião, discutindo sobre a impossibilidade do local. Nós dissemos, então, esperem vamos chamar o nosso responsável pela segurança para vocês verem como temos controle de tudo. Chamamos o Lorenzetti e ele veio e deu explicação de tudo, disse como estava o quadro de movimentação e mobilização da polícia. Explicou nos detalhes. Aí ele afirmou: “O ato vai ser realizado. Nós não vamos fazer o ato no calçadão, vamos fazer na catedral. E se vocês querem ajudar, vocês peguem as faixas que tem aqui, chamando o povo para catedral, e saiam na frente puxando o ato com as faixas”. Eles responderam que não tínhamos mais jeito e foram embora. Nós, ao contrário, saímos do DCE e fomos para a praça fazer o ato na catedral.

MDH: O DCE era no centro, não é mesmo?

VM: Isso. O DCE era no Centro. A praça encheu. Encheu. A frente da catedral ficou lotadíssima. Eu lembro que na época, o primeiro a falar foi o Francisco Kuster, deputado estadual do PMDB, considerado progressista, de esquerda. Depois ele desabou [risos]. E pelo PT, eu já estava no PT nessa época, falou Fernando, que era estudante do mestrado de História. Acho que era Fernando Vidal o nome dele. Nós escrevemos o que ele ia falar, eu e ele, dentro da catedral. Ele falou pelo PT. Ele deu um discurso contra a burguesia e quando alguém estava falando, não lembro bem quem, agora, a repressão veio dividiu o ato em forma de cruz, em marcha e baixaram o pau. O pessoal, então, se afastou e saiu desordenado fazendo passeata para tudo quanto é lado. Assim, o pessoal que estava organizando não teve mais controle. Eu lembro [risos] que nós, algumas pessoas da organização, saímos pelo lado da catedral e encontramos o Remy e outro professor, que eu não lembro o nome, e eles disseram: “Tá vendo? Tá vendo? Provocaram o regime, provocaram a ditadura, agora tá vendo o que deu aqui”. Só sei que saiu ato para tudo que é lado, mais no que no dia da Novembrada. Pois esse ato foi uma concentração que foi chamada para aquilo. A

outra não. No outro evento, o pessoal estava concentrado para ver o Figueiredo. Deu uma grande mobilização ali. Foi uma participação importante tanto do movimento estudantil quanto do PT na época.

MDH: Existem relatos que asseguram que em termos proporcionais em relação à população da cidade, foi uma das maiores manifestações no nível nacional. O senhor concorda?

VM: Não. Acho que não. Em outros lugares do Brasil se reunia muito mais pessoas do que tinha aqui. Nessa época, era a época das greves no ABC e essas reuniam trinta mil, quarenta, cinquenta mil pessoas com muita facilidade. Eu acho que essa afirmação é um exagero. Agora se for relativizar o número, talvez sim. Mas teria que fazer uma relativização dos números e fazer uma comparação apurada. Mas eu não me dei esse trabalho.

MDH: O senhor mencionou a pouco a AP. O senhor teve contato com o Paulo Stuart Wright?

VM: Não. Conheci, mas não tinha contato. Ele era deputado estadual em 1964.

MDH: E o trabalho dele na Fecopesca, o senhor acompanhou?

VM: Não, não acompanhei o trabalho da Fecopesca.

MDH: Para finalizar, o senhor poderia fazer uma avaliação breve de como o senhor compreende aquele momento histórico e hoje. Uma relação em termos de participação e mobilização, os direitos humanos hoje comparados àquela época, a violência do Estado.

VM: Vejam bem, os tempos são outros. A cidade também é outra. A cidade se transformou. A política é outra. A dominação existe, mas não quero correr o risco de simplificá-la. Os tempos são outros. À época, os movimentos eram bloqueados com repressão, com a violência institucionalizada. Com os aparatos legais e os ilegais, a tortura, as prisões sem autorização judicial, a proibição de greves, a proibição de mobilizações, a proibição de servidor público se sindicalizar, a proibição da UNE existir. A UNE estava proibida de existir. Como se fosse possível por decreto eliminar o movimento estudantil ou qualquer

outro movimento que seja. É possível frear, é possível arrefecer com criminalização, perseguições, prisões e tudo mais. Mais essa é uma marca dos movimentos populares no Brasil, seja os anarquistas, o Partido Comunista. A burguesia, a classe dominante no Brasil sempre nutriu ódio muito grande à organização dos trabalhadores e da população. Teve momentos, que apesar do ódio, o movimento teve condições de desenvolver porque a correlação de forças foi favorável e teve momentos de dificuldade. Acho que tivemos momentos de intensa dificuldade como, por exemplo, 68, 73, 74, 75. As condições eram muito difíceis. Teve gente presa, torturada, morta, desaparecida. Corpos que não se acham. Não se tinha notícia da morte. Não é quem matou! Não se tinham notícias se o cidadão morreu ou não morreu. E se morreu, aonde é que estava enterrado. Esse lado bárbaro foi muito presente na história do Brasil no período da ditadura, mas, aos poucos, a resistência foi fazendo com que ele se abrandasse. Foi impondo um recuo à ditadura. Não tinha como se manifestar, o pessoal se manifestava lá no PMDB. Eleição. Organizavam oposições sindicais, ensaiavam uma greve aqui outra ali... As primeiras foram as de Contagem e Osasco. Depois, as mobilizações do ABC. Então, foi um período muito duro. Muito duro porque a repressão se dava através da violência explícita e institucionalizada. Legalizada, em muitos casos. Hoje, hoje o que está acontecendo? Hoje tem a criminalização? Tem. Mas a criminalização é feita através da justiça. Hoje também existe a cooptação. O governo procura cooptar lideranças para segurar os movimentos. Por exemplo, para a reforma universitária, o movimento estudantil, o movimento dos professores e dos servidores são uma pedra no sapato do governo. Então é preciso ter a UNE domesticada. Quem cumpre esse papel de domesticar? O PCdoB, que é um partido do governo. Com a UNE domesticada o movimento estudantil não tem a sua representação nacional como precisava ter. Por outro lado, o movimento estudantil também nos Estados está esfacelado. Acabou a época de resistência à ditadura, vivemos uma outra época e parece que o pessoal não conseguiu achar o jeito de se representar e existir. A impressão que dá é essa. Na universidade, entre os professores, foi mais fácil à esquerda fazer um movimento durante a ditadura do que hoje. Hoje o movimento dos professores está esfacelado. Vive

uma crise profunda de identidade. O sindicato dos professores está profundamente distante das suas bases, tanto em nível local quanto em nível nacional. E o governo, ainda está tentando cooptar esse movimento. Criou, através de algumas lideranças expressivas, e estimulou a criação de uma entidade paralela que é o chamado Proifres, que está se constituindo num sindicato para liquidar com o Andes. E o Andes está perdido em suas próprias pernas porque falta base de sustentação. Em todo Brasil faltam bases capazes de mobilizar o Andes para garantir a carta sindical do Andes. O Andes começou a existir sem carta sindical, ele se afirmou na luta. Depois é que veio a carta sindical. E a carta sindical começou a ter problemas, o governo começou a estimular o fim da carta sindical e ela foi caçada recentemente, no governo do PT. Porque o Andes também pega no sapato da CUT, dessas organizações sindicais, pois no Andes nós sempre defendemos a liberdade e autonomia sindicais e defendemos o fim do imposto sindical, pois quem tem que sustentar o sindicato, do ponto de vista da sustentação, é o filiado sindicalizado pagando a sua mensalidade e não através do imposto sindical. Pois, o imposto sindical é uma cobrança compulsória, um dia de trabalho por ano que é dividido lá para as federações e para as centrais sindicais. Essa grana sustenta a burocracia sindical. Então, essa gente não está muito interessada em mobilização. Pois eles já têm o dinheiro. Tem a máquina na mão e, por isso, fazem o que querem quando querem. Agora, quando tu tens que pagar, porque o sindicato precisa de ti, aí não existe furo, pois o sindicato tem que estar presente na base. Por esses motivos, o Andes sempre foi uma pedra no sapato do sindicalismo nacional pelego. Sempre fomos contra ao imposto sindical. O Andes está vivendo essa crise agora. Não sei no que isso vai desandar. Espero que a gente consiga recuperar o nosso sindicato local e o nosso sindicato nacional como um sindicato independente, combativo, de luta, fiel às decisões da sua base e que, de fato, represente a base, pois nossa base hoje está desmobilizada. Ano passado, inclusive, nós tivemos vários momentos no sindicato, dentro da universidade, em que chamávamos assembleia para avaliar a realização da greve nacional. Era uma assembleia com vinte, trinta pessoas. Não tinha nenhuma sustentação. Isso ocorria no Brasil inteiro. Vinte ou trinta professores em cada lugar do Brasil. Algo que jamais

poderia acontecer na universidade. As nossas lideranças não foram sensíveis o suficiente para perceber que havia uma crise. Que não tinha como fazer greve. As pessoas não estavam nem se manifestando a favor ou não da greve. Nem estavam indo nas assembleias. Havia uma desmobilização geral. Logo, era preciso pensar no que fazer e não propor greve. Era a hora de sentar e ver o que se poderia fazer. Eu acho que o movimento sindical, os professores, os progressistas de esquerda, os socialistas precisam se reunir para ver o que dá para fazer. É preciso fazer seminário, discutir, compreender o que está acontecendo, senão vai dar o que deu na última eleição. A direita deu uma goleada na esquerda, pela primeira vez no sindicato. Isso é um fato histórico que precisa ser examinado com atenção. Estamos em outro momento. Um momento em que o governo faz cooptação. Momento em que o governo aprofundou tanto a exploração dentro da universidade, que o professor não tem mais tempo nem para se coçar. Tem que produzir, produzir, produzir... Dar aula, aula, aula! REUNI é isso. Estamos, então, num momento de grande crise institucional, também presente no sindicato dos servidores da universidade. Temos posta uma crise de representação, e se não nos fizermos de veículo, teremos dificuldade para caminhar.

MDH: O senhor tem acompanhado o debate sobre a revisão da Lei de Anistia?

VM: Sim. Hoje, o governo titubeia em não anistiar os torturadores. O governo está querendo acobertar essa situação. Está querendo anistiar os torturadores. Defendemos, da mesma forma que o mundo inteiro aceita a questão dos direitos humanos, que para crime hediondo não existe anistia. Crime de lesa-pátria, crime contra a humanidade não tem anistia. Uma coisa foi em uma guerrilha, dentro de uma disputa, um militar acertar um tiro num guerrilheiro. Outra coisa é pegar um grupo que está dominado e executar. Isso é crime hediondo. Como aconteceu com o Lamarca. Ele estava dominado e não oferecia nenhum perigo à ditadura daquele instante em diante. Podia ser preso, sem nenhum problema. Mas eles executaram o Lamarca. A mesma coisa aconteceu com o Guevara na Bolívia e foram executados. Dois crimes contra a humanidade, cometido pelos exércitos boliviano e brasileiro,

com auxílio dos Estados Unidos. Forjaram muitas pessoas para poder matá-las. Hoje os tempos são outros, vivemos a época da democracia burguesa com o partido do governo que se diz de esquerda e tem muita gente ainda iludida. Tem movimento social fazendo encontro nacional financiado pela Petrobrás, pelo Banco do Brasil. O MST, por exemplo, não ouvi mais falar em ocupação de terra. Não participo do MST, mas recebia a revista deles, não tenho recebido mais, pois, comecei a ficar descontente com o que o MST estava fazendo. Acho que segurou as ocupações e a reforma agrária continua sem vir do mesmo jeito. Isso que está acontecendo com os movimentos sociais, um certo atrelamento ao governo. Não sei até onde vai esse atrelamento do MST ao governo. É um problema.

EDITORIA EM DEBATE

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, quer nas editoras comerciais, quer nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não permite acompanhar a demanda existente. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, ante a tendência de se pontuar a produção intelectual conforme as publicações.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Os documentos impressos, tanto os periódicos como os livros, continuam sendo produzidos e continuarão em vigência, conforme opinam os estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas assinaladas podem contribuir de forma complementar e, mais ainda, oferecer mais facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos instrumentais que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e alunos na produção de conhecimentos, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulgação aberta e

gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e de pós-graduação, a Editoria Em Debate nasce com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e linhas de pesquisa da UFSC e de outras instituições, conveniadas ou não, sob a orientação de uma Comissão Editorial.

Os editores

Coordenador

Fernando Ponte de Sousa

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia

Ary César Minella

Janice Tirelli Ponte de Sousa

José Carlos Mendonça

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Michel Goulart da Silva

Paulo Sergio Tumolo

Ricardo Gaspar Muller

Valcionir Corrêa

Organizadores:
Fernando Ponte de Sousa
José Carlos Mendonça
Valcionir Côrrea

MEMÓRIA VIVA

RELATÓRIO I

A pesquisa Memória Viva, que integra o Memorial dos Direitos Humanos (MDH), tem por objetivo constituir um acervo de documentos escritos e audiovisuais estruturados com depoimentos e entrevistas de sujeitos que vivenciaram movimentos e manifestações de resistência organizada, e dela fizeram parte, no estado de Santa Catarina durante o período da ditadura civil-militar de 1964/1985.

Foram realizadas 12 entrevistas com estudantes, à época, professores, sindicalistas, militantes políticos, jornalistas. Homens e mulheres, pais e filhos, catarinenses ou não, que de alguma forma e durante algum momento desses 21 anos de regime político ditatorial confrontaram-se com a ditadura brasileira, expressando seu desejo de liberdade e arcando com perseguições, mais ou menos explícitas, do aparato repressivo estatal. As prisões, torturas, perseguições políticas, violações sistemáticas de direitos humanos elementares não se restringiram à capital de Santa Catarina e estiveram também presentes, em menor grau, em várias cidades e regiões do estado catarinense.



ISBN 978-85-61682-99-6

